



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Geociências

FÁBIO POZATI

PERSPECTIVAS DA PRÁTICA TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO
JORDÃO E PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO

CAMPINAS

2019

FÁBIO POZATI

PERSPECTIVAS DA PRÁTICA TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO
JORDÃO E PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO

Tese apresentada ao Instituto de Geociências da
Universidade Estadual de Campinas para a obtenção
do título de Doutor em Geografia, na Área de Análise
Ambiental e Dinâmica Territorial.

ORIENTADOR: EDVALDO CÉSAR MORETTI

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO FÁBIO POZATI, E
ORIENTADA PELO PROF. DR. EDVALDO CÉSAR
MORETTI.

CAMPINAS

2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

P879p Pozati, Fábio, 1975-
Perspectivas da prática turística em Unidades de Conservação : um estudo comparativo entre o Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão / Fábio Pozati. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Edvaldo César Moretti.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Áreas protegidas. 2. Turismo. 3. Natureza. I. Moretti, Edvaldo César, 1962-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Geociências. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Perspectives of tourist practice in Conservation Units : a comparative study between Campos do Jordão State Park and Campos do Jordão Fountains State Park

Palavras-chave em inglês:

Reserves (Protected areas)

Tourism

Nature

Área de concentração: Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

Titulação: Doutor em Geografia

Banca examinadora:

Edvaldo César Moretti [Orientador]

Lindon Fonseca Matias

Heros Augusto Santos Lobo

Marília Gomes dos Reis Ansarah

Vicente Eudes Lemos Alves

Data de defesa: 29-10-2019

Programa de Pós-Graduação: Geografia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0000-0003-2823-8363

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/3478990505060204>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

AUTOR: Fábio Pozati

**PERSPECTIVAS DA PRÁTICA TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:
UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO
JORDÃO E PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO**

ORIENTADOR: Prof. Dr. Edvaldo César Moretti

Aprovado em: 29 / 10 / 2019

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Edvaldo César Moretti - Presidente

Prof. Dr. Lindon Fonseca Matias

Prof. Dr. Heros Augusto Santos Lobo

Profa. Dra. Maria Gomes dos Reis Ansarah

Prof. Dr. Vicente Eudes Lemos Alves

**A Ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros, encontra-se
disponível no SIGA - Sistema de Fluxo de Tese e na Secretaria de Pós-
graduação do IG.**

Campinas, 29 de outubro de 2019.

À Danielle, Guilherme e Felipe, pela inspiração.
Ao meu pai, esteja onde estiver.

AGRADECIMENTOS

No decorrer desse trabalho tive o privilégio de contar com a colaboração de pessoas muito especiais, que me ajudaram na caminhada que me trouxe até aqui. Tenho um carinho e admiração muito grande dessas pessoas e sou grato por estarem presentes em minha vida, especialmente nesse momento onde todo nosso conhecimento, crença e persistência são colocados à prova. A essas pessoas expresso aqui meu *muito obrigado!*

Ao Prof. Dr. Edvaldo Cesar Moretti, pela orientação e por acreditar, desde o primeiro contato, na proposta apresentada e capacidade de executá-la. Professor de caráter, competência e comprometimento exemplar, sua orientação e atenção em cada detalhe foram fundamentais para a lapidação do trabalho e qualidade atingida.

Aos Prof. Dr. Heros Lobo e Prof. Dr. Lindon Matias, pelas valiosas contribuições no exame de Qualificação e Comissão Examinadora da banca de defesa, por terem participado desse processo e fazer assim parte desse caminho.

À Fundação Florestal, aos gestores Claudia Camila Faria de Oliveira e Diego Lustre Gonçalves e monitores do Parque Estadual Campos do Jordão e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, pelas entrevistas concedidas e pronto atendimento às informações solicitadas.

Ao meu amigo Charlei, por ter iluminado meu pensamento no momento que mais precisava de ajuda e cujo tempo e distância sempre foram variáveis irrelevantes em nossa amizade.

Ao Prof. Valdir Mazzei, cujo conhecimento, amizade e livros emprestados por prazo indeterminado contribuíram para me apaixonar por essa *tal* de Geografia.

À Profa. Marília Ansarah, por permitir usufruir de seu delicado e acolhedor *lar doce lar* pela ciência, amizade e confiança.

À Danielle, Guilherme e Felipe, por entenderem que o amor por uma esposa e filhos representa muitas vezes ter que ser forte para abdicá-los em busca de algo maior.

RESUMO

O estudo sobre a prática turística em Unidades de Conservação - UC ocorre em um momento onde a busca por áreas naturais é um fato consolidado, mas ao mesmo tempo ainda falta uma discussão mais aprofundada acerca do que isso representa ou pode representar para essas áreas de preservação ambiental. Para preencher essa lacuna e ao mesmo tempo abordar o tema proposto de forma objetiva e realista foram escolhidos dois objetos de estudos que permitiram obter reflexões onde a atividade turística estivesse consolidada, como o Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ comparado a um objeto de estudo onde a prática do turismo ainda estivesse num estágio potencial, como é o caso do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão - PEMCJ, permitindo assim comparações sobre o passado, presente e futura da atividade turística em Unidades de Conservação, por meio da observação das fragilidades e potencialidades sob a perspectiva do turismo em cada uma dessas áreas. Nesse sentido, as diversas leituras de diversos autores, aliado a observação *in loco* e análise crítica dos Planos de Manejo dessas UCs, permitiram observar diferentes formas de produção do território com relação à prática turística nessas localidades e evidenciar que enquanto o PECJ apresenta uma proposta mercantilizada de visitação da natureza, onde somente quem possui o capital pode consumir a natureza comercializada no local, pouco entendendo o que representa de fato uma Unidade de Conservação para sua vida e para a comunidade que está visitando, o PEMCJ, demonstra estar alinhado aos ideais pregados pelo SNUC, onde conservação, turismo e valorização da natureza são conceitos possíveis de coexistirem, demonstrando assim haver um novo horizonte para as Unidades de Conservação com fluxo turístico ainda estágio potencial tal qual a UC estudada, que podem ampliar e consolidar seu fluxo turístico sem que isso represente necessariamente degradar e tecnificar sua natureza. Propostas de caminhos para que isso efetivamente ocorra nessas Unidades de Conservação representa uma das mais importantes contribuições da tese proposta para a comunidade científica, gestores das Unidades de Conservação e gestores públicos que vislumbram o Turismo como uma alternativa frente à conservação da natureza nesses territórios.

ABSTRACT

The study of Conservation Units in on tourism practice occurs at a time when the search for natural areas is a consolidated fact, but at the same time there is still a lack of further discussion about what this represents or may represent for these environmental conservation areas. In order to fill this gap and at the same time approach objectively and realistically the theme proposed, two study objects were chosen that allowed to obtain reflections where tourism activity was consolidated, such as Campos do Jordão State Park - PECJ compared to an object of study where the practice of tourism was still at a potential stage, as is the case of Campos do Jordão Fountains State Park - PEMCJ, allowing comparisons about the past, present and future of tourism activity in Conservation Units, by observing the weaknesses and potentialities from the perspective of tourism in each of these areas. In this purport, several authors, allied to on-site observation, critical analysis of the Management Plans of these Conservation Units and allowed us to observe different forms of production of the territory regarding the practice of tourism in these locations and highlight that while the PECJ presents a commercialized nature visitation proposal, where only who own the capital can consume the nature traded on the site, little understanding what a Conservation Unit really represents for their life and for the visiting community, PEMCJ demonstrates to be in line with the ideas preached by SNUC (National System Conservation Units), where conservation, tourism and nature appreciation are possible concepts to coexist, thus demonstrating that there is a new horizon for Conservation Units with an ongoing tourist flow potential such as the studied, which can be expanded and deal with its tourist flow without necessarily representing degrading and technify its nature. Proposed ways for this to effectively occur in these Conservation Units represent one of the most important contributions of the proposed thesis to the scientific community, Conservation Units managers and public managers who see tourism as an alternative to nature conservation in these territories

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Teórico/Referencial– Gestão Racional da Natureza segundo Bressan	33
Figura 2 – Número de Parques Federais criados por ano e por Instituição	43
Figura 3 – Adesão ao Protocolo de Kyoto e Nível de Emissão de Gases – 10 anos depois do acordo	48
Figura 4 – Taxa de Desmatamento na Amazônia – período 1988/2009	55
Figura 5 – Unidades de Conservação criadas até 2013 – Área acumulada	56
Figura 6 – UCs criadas pelo Governo Dilma – por categoria (%)	59
Figura 7 – Criação de UCs Federais por governo/por categoria	60
Figura 8 – Salário médio mensal dos trabalhadores formais de Campos do Jordão-SP	77
Figura 9 – Espaços de Lazer e Recreação – PECJ	81
Figura 10 – Equipamentos de Lazer e Recreação – PECJ	82
Figura 11 – Exemplos de comentários negativos sobre visita realizada no PECJ	84
Figura 12 – Principais redes sociais utilizadas pelos brasileiros	91
Figura 13 – Estacionamento de veículos dos visitantes do PECJ	95
Figura 14 – Entrada principal do PECJ	96
Figura 15 – Página da internet do Sistema Ambiental Paulista (inclui PECJ e PEMCJ)	100
Figura 16 – Página oficial do PECJ no Facebook	101
Figura 17 – Página oficial da Fundação Serra do Japi	102
Figura 18 - Municípios e Área de Abrangência do PECJ.	133
Figura 19- Sede da Fazenda da Guarda, 1920	134
Figura 20 - Tora de Araucária em processo de corte em uma das serrarias instaladas na região	134
Figura 21 - Toras de Araucária empilhadas para Fábrica de Fósforos	135
Figura 22 - Bandeira e Brasão de Campos do Jordão (Representação da Araucárias ao centro)	135
Figura 23 - Vegetação do PECJ com Pinus e Plantas Nativas	137
Figura 24 – Rede Hidrográfica - PEMCJ	140
Figura 25 – Limites e Área de Abrangência – PEMCJ e PECJ	141
Figura 26 - Temperatura e Precipitação Média de Campos do Jordão - 2017	143
Figura 27 - Temperatura média anual no Estado de São Paulo – destaque região do Vale do Paraíba	144
Figura 28 - Estações Meteorológicas próximas aos PEMCJ e PECJ	145
Figura 29 - Chuva Acumulada - Média Mensal 2016.	146
Figura 30 - Precipitação pluvial média anual no Estado de São Paulo – destaque região de Campos do Jordão	146
Figura 31 - Precipitação média 2017 x Média Histórica 1995-2016 - Região Mantiqueira	150
Figura 32 - Intensidade da chuva em relação à média histórica – Região Mantiqueira (1) e Região do Paraíba do Sul (2)	150
Figura 33 - Placa de Risco de Incêndio Florestal - PECJ	152

Figura 34 - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 01 - Mantiqueira	153
Figura 35 - Percentual de coleta e de tratamento de esgotos por URGHI em 2015	154
Figura 36 - Rede Hidrográfica de Campos do Jordão	155
Figura 37 - Rede Hidrográfica do PECJ	156
Figura 38 - Classificação do Índice de Qualidade das Águas dos Rios da UGRHI 01- Mantiqueira - entre 2008 e 2014	157
Figura 39 - Classificação do Índice de Qualidade das Águas dos Rios da UGRHI 01- Mantiqueira - meses de 2014 (intervalo bimestral)	158
Figura 40 - Resultados das análises das águas dos pontos de coleta no PECJ (21/01/2013) que compõem o cálculo do IQA.	158
Figura 41 - Resultados das análises das águas dos pontos de coleta no PEMCJ	161
Figura 42 - Rede Hidrográfica do PEMCJ	162
Figura 43 - Propaganda Água Minalba onde se faz associação a Campos do Jordão	164
Figura 44 - Bicicletário oferecido pela Empresa Minalba em Campos do Jordão	165
Figura 45 - Fábrica Baden-Baden (parte externa), em Campos do Jordão	166
Figura 46 - Fábrica Baden-Baden (parte interna), em Campos do Jordão.	166
Figura 47 - Talhão de <i>Pinus sp</i> situado no PEMCJ.	169
Figura 48 - Espécies Ameaçadas encontradas nas trilhas do PECJ	173
Figura 49 - Exemplo de Sinalização Proposta para as trilhas do PECJ e PEMCJ	175
Figura 50 - Espaço Araucária - PECJ	176
Figura 51 - Centro de Exposições - PECJ	177
Figura 52 - Zoneamento Interno PECJ – Situação Atual	179
Figura 53 - Instalações e equipamentos disponíveis aos visitantes - Zona de Uso Intensivo do PECJ	185
Figura 54 - Instalações e equipamentos disponíveis aos visitantes - Zona de Uso Intensivo do PECJ (2)	186
Figura 55 - Trilhas disponíveis no Parque Estadual de Campos do Jordão	190
Figura 56 - Trilha das 04 pontes - PECJ	191
Figura 57 - Detalhamento da Trilha das 04 pontes - PECJ	191
Figura 58 - Trilha do Rio Sapucaí – PECJ	192
Figura 59 - Detalhamento da Trilha do Rio Sapucaí - PECJ	193
Figura 60 – Placa informativa de acesso a Trilha dos Campos - PECJ	194
Figura 61 – Coníferas encontradas da Trilha dos Campos - PECJ	194
Figura 62 - Detalhamento da Trilha dos Campos - PECJ	195
Figura 63 – Trilha da Cachoeira - PECJ	196
Figura 64 - Detalhamento da Trilha da Cachoeira- PECJ	197
Figura 65 - Detalhamento da Trilha Celestina - PECJ	198
Figura 66 - Placa de aviso no início da Trilha Celestina	199
Figura 67 - Placa informativas existentes na Trilha Celestina	199
Figura 68 - Paisagem e Flora encontradas no decorrer da Trilha Celestina	200
Figura 69 - Zoneamento PEMCJ – Cenário Atual	205
Figura 70 - Zoneamento PEMCJ – Cenário Futuro	206
Figura 71 - Painel Educativo existente no Parque Amantikir	210

Figura 72 - Entrada principal do PEMCJ _____	214
Figura 73 - Número de Visitantes do PECJ– 2013/2017 _____	216
Figura 74 - Fachada Loja de Souvenires - PECJ _____	228
Figura 75 – Produtos comercializados em Loja de Souvenires - PECJ _____	229
Figura 76 – Diversidade de produtos comercializados na Loja de Souvenires - PECJ _____	229
Figura 77 – Centro de Visitantes – Parque Estadual Caverna do Diabo _____	232
Figura 78 – Cartaz do Workshop – <i>Potencialidades da Estrada-Parque Guaratinguetá - Campos do Jordão</i> _____	264
Figura 79 – Eixo Turístico Campos do Jordão – Paraty _____	265
Figura 80 – Placa informativa de acesso ao PECJ - “Horto Florestal” _____	266
Figura 81 – Áreas de concessão – PECJ _____	273
Figura 82 - Fachada da Serraria - PECJ _____	307
Figura 83 - Centro de Visitantes e Loja do Parque - PECJ _____	309
Figura 84 - Sanitários anexos ao Centro de Visitantes _____	311
Figura 85 - Centro de Exposições de Visitantes _____	312
Figura 86 - Cafeteria - PECJ _____	313
Figura 87 - Centro de Monitoria - PECJ _____	315
Figura 88 - Capela - PECJ _____	316
Figura 89 - Hospedaria - PECJ _____	318
Figura 90 - Centro de Lazer - PECJ _____	319
Figura 91 - Churrasqueira – Ao lado do Centro de Lazer - PECJ _____	321
Figura 92 - Restaurante - PECJ _____	323

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Grupos e Categorias de Unidades de Conservação Previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, 2000.	65
Tabela 2 - UCs do Grupo de Uso Sustentável – segundo SNUC	67
Tabela 3 - UCs do Grupo de Proteção Integral – segundo SNUC.	68
Tabela 4 – Consolidação das formas de abordagem dos planos de manejo sobre as áreas de entorno das UCs do Estado de São Paulo	107
Tabela 5 - Quadro síntese sobre a evolução da concepção de parque no mundo no decorrer do século XX.	125
Tabela 6 – Dados Temperatura e Precipitação Média em Campos do Jordão – Distribuído por meses	147
Tabela 7 - Extrato do balanço hídrico de Campos do Jordão (01/12/2014 até 20/12/2015)	149
Tabela 8 - Zoneamento interno e áreas totais das zonas no PECJ	178
Tabela 9 - Áreas totais das zonas no PECJ – após recuperação de área	180
Tabela 10 – Definição de uso e ocupação de cada macrozona do PECJ	180
Tabela 11 – Zona de Uso Intensivo do PECJ - Descrição	183
Tabela 12 – Instalações, Equipamentos e Serviços disponíveis no PECJ.	184
Tabela 13 – Composição dos preços dos serviços e equipamentos do PECJ	187
Tabela 14 – Estado de Conservação: Instalações e Equipamentos disponíveis no PECJ e administrados pelo poder público.	188
Tabela 15 – Estado de Conservação: Instalações e Equipamentos disponíveis no PECJ e administrados por concessão.	189
Tabela 16- Trilhas disponíveis no PECJ.	189
Tabela 17 – Zoneamento Atual - PEMCJ	204
Tabela 18 – Zoneamento Previsto - PEMCJ - Após recuperação área de <i>Pinus</i>	207
Tabela 19 – Descrição Zona de Uso Extensivo- PEMCJ	208
Tabela 20 – Número, função e formação necessários para formar a equipe do PEMCJ.	215
Tabela 21 – Fragilidades e Potencialidades – Parque Estadual de Campos do Jordão	219
Tabela 22 – Equipamentos e Serviços de uso público – Parque Estadual de Campos do Jordão	223
Tabela 23 – Diretrizes de Linhas de Ação – Parque Estadual de Campos do Jordão	237
Tabela 24 – Composição do Conselho Consultivo – PECJ e PEMCJ – Desde 2017.	240
Tabela 25 – Distâncias de municípios paulistas em relação ao PECJ.	243
Tabela 26 – Fragilidades e Potencialidades – Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão	244
Tabela 27 – Diretrizes, Objetivos e Indicadores de Visitação Pública – PEMCJ	249
Tabela 28 – Ameaças e Oportunidades – PECJ e PEMCJ	253
Tabela 29 – Unidades de Conservação do Estado de São Paulo participantes do Programa de Concessão	272
Tabela 30 – Encargos Previstos para concessionária PECJ	274
Tabela 31 – Indicadores de análise de desempenho da concessionária - PECJ	275

Tabela 32 – Concessionárias presentes no Parque Nacional do Iguaçu _____	278
Tabela 33 – Análise estado de conservação - Serraria _____	308
Tabela 34 – Análise estado de conservação – Centro de Visitantes e Loja do PECJ _____	309
Tabela 35 – Análise estado de conservação (2) - Centro de Visitantes e Loja do PECJ _____	310
Tabela 36 – Análise estado de conservação - Sanitários, cozinha e sala arborismo - PECJ _____	311
Tabela 37 – Análise estado de conservação - Centro de Visitantes - PECJ _____	312
Tabela 38 – Análise estado de conservação (2) - Centro de Visitantes - PECJ _____	313
Tabela 39 – Análise estado de conservação - Cafeteria - PECJ _____	314
Tabela 40 – Análise estado de conservação - Centro de Monitoria- PECJ _____	316
Tabela 41 – Análise estado de conservação - Capela - PECJ _____	317
Tabela 42 – Análise estado de conservação - Hospedaria - PECJ _____	319
Tabela 43 – Análise estado de conservação - Hospedaria - PECJ _____	320
Tabela 44 – Análise estado de conservação - Churrasqueira (ao lado Centro de Lazer)- PECJ _____	322
Tabela 45 – Análise estado de conservação - Restaurante - PECJ _____	324

LISTA DE SIGLAS

AAG	Associação de Amigos do Gomerl
ABAD	Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados
ABS	Antilock Braking System
ACE	Associação Comercial e Empresarial de Campos do Jordão
AFAGA	Associação dos Amigos da Fazenda da Guarda
AG21	Agenda 21
AGUIATUR	Associação dos Guias de Turismo de Campos do Jordão
AMATUR	Associação Mantiqueira de Ecoturismo e Turismo de Aventura
ANP	Área Natural Protegida
APA	Área de Preservação Ambiental
APTA	Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
ASSTUR	Associação de Hotelaria e Gastronomia de Campos do Jordão
CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo
Cfb	Clima Temperado Marítimo
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CONSEMA	Conselho Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
CONTRAN	Conselho Nacional de Trânsito
COTEC/IF	Comissão Técnico-Científica do Instituto Florestal
DAEE	Departamento de Água e Energia Elétrica
EE	Estação Experimental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
ETA	Estação de Tratamento de Água de Campos do Jordão
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto de Campos do Jordão
FBCN	Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FE	Floresta Estadual
FF	Fundação Estadual
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FOD	Floresta Ombrófila Densa
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GDS	Sistema Global de Distribuição
GLBT	Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis
IB/UNICAMP	Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços
IES	Instituição de Ensino Superior
IF	Instituto Florestal
IFSP	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IQA	Índice de Qualidade da Água
ISSQN	Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza
IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza e Recursos Naturais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal

MTur	Ministério do Turismo
OBB	Outward Bound Brasil
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PE	Parque Estadual
PECJ	Parque Estadual de Campos do Jordão
PEMCJ	Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão
PM	Plano de Manejo
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNI	Parque Nacional do Iguaçu
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
PPA	Plano Plurianual
SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional do Comércio
SIEFLOR	Sistema Estadual de Florestas
SIGAP/SP	Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo
SigRH	Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo
SIM	Sistema Interno de Monitoramento
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SMASP	Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SWOT	Forças (<i>Strengths</i>), Fragilidades (<i>Weaknesses</i>), Oportunidades (<i>Opportunities</i>) e Ameaças (<i>Threats</i>)
UC	Unidade de Conservação
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UGRHI	Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Mantiqueira
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais
UNEP	United Nations Environment Program
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
WWF	World Wildlife Found
ZA	Zona de Amortecimento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
<u>1 A NATUREZA SOB A PERSPECTIVA DA PRÁTICA DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</u>	<u>23</u>
1.1 DA NATUREZA <i>NATURAL</i> À NATUREZA TECNIFICADA.	24
1.2 CONCEPÇÕES SOBRE A NATUREZA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	28
<u>2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: IDEAIS E DESAFIOS.</u>	<u>36</u>
2.1 RETROSPECTIVA E PERSPECTIVAS DAS ÁREAS NATURAIS PROTEGIDAS NO BRASIL	38
2.2 A POLÍTICA AMBIENTAL BRASILEIRA – ANÁLISE DO PERÍODO DE 1990 A 2016.	43
2.3 O SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SNUC)	62
2.3.1 CLASSIFICAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SEGUNDO O SNUC	64
<u>3 ATIVIDADE TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</u>	<u>70</u>
3.1 INFLUÊNCIA DOS MEIOS DE TRANSPORTES E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA ATIVIDADE TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	85
3.1.1 A EVOLUÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTES E SUA INFLUÊNCIA NA ATIVIDADE TURÍSTICA EM UCs	86
3.1.2 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO FRENTE A PRÁTICA DO TURISMO EM UCs	89
3.2 O ENTORNO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E SUAS RELAÇÕES COM A ATIVIDADE TURÍSTICA DAS UCs	104
3.3 RELAÇÕES ENTRE A COMUNIDADE E A ATIVIDADE TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.	112
3.4 FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO CLASSIFICADAS COMO PARQUES	120
<u>4 ATIVIDADE TURÍSTICA NO PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO E PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO – ESTUDO DE CASO EM UCS CONSOLIDADA E POTENCIAL.</u>	<u>131</u>
4.1 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE CAMPOS DO JORDÃO	132
4.2 O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	138
4.2.1 CARACTERIZAÇÃO DO MEIO FÍSICO DAS UCS ESTUDADAS E SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA DO TURISMO	142
4.3 O MEIO BIÓTICO E SUA RELAÇÃO COM A PRÁTICA DO TURISMO NO PE CAMPOS DO JORDÃO E PE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO.	168

4.3.1	FAUNA PRESENTE NO PE CAMPOS DO JORDÃO E PE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	170
4.4	ANÁLISE DA ESTRUTURA PARA VISITAÇÃO DO PE DE CAMPOS DO JORDÃO E PE MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	177
4.4.1	A ESTRUTURA PARA VISITAÇÃO TURÍSTICA EXISTENTE NO PE CAMPOS DO JORDÃO	178
4.4.2	AS TRILHAS DO PE CAMPOS DO JORDÃO	189
4.4.3	A ESTRUTURA PARA VISITAÇÃO PREVISTA PARA O PE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	203
4.4.4	AS PROPOSTAS DE VISITAÇÃO PARA O PE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	211
4.5	A DEMANDA TURÍSTICA DO PECJ	216
4.6	ANÁLISE SWOT – PE DE CAMPOS DO JORDÃO E PE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	218
4.6.1	FRAGILIDADES DO PE CAMPOS DO JORDÃO	220
4.6.2	POTENCIALIDADES DO PE CAMPOS DO JORDÃO	238
4.6.3	FRAGILIDADES DO PE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	244
4.6.4	POTENCIALIDADES DO PE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	251
4.6.5	AS AMEAÇAS E OPORTUNIDADES DO PE CAMPOS DO JORDÃO E PE MANANCIAIS DOS CAMPOS DO JORDÃO SOB A PERSPECTIVA DA ANÁLISE SWOT	253
4.6.6	AS AMEAÇAS AO PE DE CAMPOS DO JORDÃO E PE MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	254
4.6.7	AS OPORTUNIDADES DO PE CAMPOS DO JORDÃO E PE DOS MANANCIAIS DE CAMPOS DO JORDÃO	262
4.6.8	CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROGRAMA DE CONCESSÃO DO PECJ	271
<u>CONCLUSÃO</u>		<u>283</u>
<u>BIBLIOGRAFIA</u>		<u>292</u>
<u>ANEXOS</u>		<u>307</u>

Introdução

A partir do crescimento do número de turistas internacionais observado nos últimos dez anos, a Organização Mundial de Turismo - OMT (2017) projeta para 2030 o fluxo de mais de um 1,8 bilhões de turistas internacionais no mundo, o que representará o maior movimento de turistas internacionais já registrados na história e que ratificará a importância da atividade turística na sociedade e economia mundial. A crescente relevância da atividade turística na economia e sociedade mundial é reflexo direto da evolução dos meios de transportes, principalmente do transporte aéreo, que ficou mais seguro, com apenas 1 óbito por cada milhão de passageiros embarcados, segundo Santos (2005) e cada vez mais acessível para a classe média, que segundo Beni (1998) é a grande responsável pela massificação do Turismo no Mundo.

A tecnologia da informação também pode ser considerada como uma das grandes responsáveis por estimular o fluxo de turistas entre os países. Segundo Santos (1999) as maiores empresas do mundo não são apenas multinacionais, mas empresas globais, onde todas as estratégias, responsabilidades e recursos são integrados, desde a concepção do produto, fabricação até sua distribuição.

O Brasil, por sua vez, parece ainda não ter despertado para o turismo mundial e ainda carece de uma participação maior no movimento turístico mundial. Segundo a OMT (2017), o país não está dentre as 25 nações que mais recebem turistas e perde em participação de mercado para países com área territorial e número de habitantes pouco expressivos quando comparados ao Brasil, como Malásia, Turquia e Holanda.

Essa situação é justificada em grande parte pela ineficiência de programas de planejamento turístico no país em suas áreas de preservação ambiental, que segundo o Ministério do Turismo brasileiro representa uma das principais modalidades de Turismo da sociedade contemporânea. Segundo Molina (2001) as pesquisas de opinião destacam que os turistas americanos e alemães, classificados como os turistas que mais viajam pelo mundo segundo a Organização Mundial de Turismo, consideram-se majoritariamente *ambientalistas*, ou seja, interessados na qualidade ambiental dos lugares que visita, o que condiciona sua decisão de visitá-los ou não. Ainda, segundo o mesmo autor, (...) *estima-se que quase 20% da população canadense com mais de 15 anos realiza, durante o ano, atividades turísticas relacionadas à apreciação da natureza.*

A contradição existente entre o crescente interesse dos turistas por áreas naturais e ineficiência de programas de planejamento é preocupante, pois impede nosso país de estabelecer um controle e melhor aproveitamento sobre a produção desses territórios pelos turistas, o que poderia prover avanços socioeconômicos para as

comunidades que vivem no seu entorno e possibilitar, ao mesmo tempo, a formatação de produtos turísticos realmente atraentes e competitivos no cenário internacional, aliado a um maior entendimento dos visitantes sobre o que significa de fato visitar uma Unidade de Conservação.

A temática proposta ocorre então nesse momento em que parece haver uma aparente contradição entre o rápido crescimento da prática da atividade turística no mundo, em especial na busca do turista por áreas de preservação ambiental, e atual falta de discussão mais aprofundada acerca dessa prática em Unidades de Conservação. Isso demonstra a necessidade de desenvolver mais estudos nesses territórios, o que permitirá melhor observar a prática do turismo nessas localidades e encontrar novas propostas que permitam alinhar sua ocupação pelos turistas aos propósitos de conservação e melhor entendimento do visitante sobre as UCs visitadas, as quais são apresentadas e discutidas no presente trabalho.

A partir da identificação destes problemas, foi determinado como objetivo geral do trabalho proposto analisar como ocorre o processo de produção do território das Unidades de Conservação classificadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC como *Parques*, sob a perspectiva da prática do turismo nesses locais, e de forma mais específica; comparar as diferenças e semelhanças existentes entre a prática da atividade turística em Unidades de Conservação já consolidadas sob a perspectiva do turismo, como o Parque Estadual de Campos do Jordão - PECJ, com unidades ainda em fase inicial ou potencial para desenvolver a atividade turística, como a Unidade de Conservação do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão - PEMCJ, o que também permitirá identificar quem se beneficia ou poderá se beneficiar (no caso do PEMCJ) a partir das políticas para o turismo nessas localidades, observando ainda as fragilidades e potencialidades do turismo em cada um dos modelos propostos.

A abordagem do tema por meio de estudos de caso colabora na elaboração da tese proposta no sentido de fornecer informações que subsidiem a ampliação do diálogo sobre os conceitos centrais que são discutidos no decorrer do trabalho. Tem-se, a partir dos estudos de caso, não apenas a teoria para se dialogar, mas a observação de uma situação real onde são estabelecidos novos conceitos a partir do que será observado e obtidos assim relevantes comparações sobre a atividade turística entre os dois espaços propostos como estudos de caso.

Nesse sentido, os estudos de caso propostos foram escolhidos por tratarem, em primeiro lugar, de Unidades de Conservação classificadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC como *Parques* e localizadas próximas a um destino turístico afamado e de grande fluxo turístico, como o que é evidenciado na Estância Turística de Campos do Jordão, onde estão localizados os estudos de caso escolhidos, que

embora tenham nomes parecidos (PECJ e PEMCJ), estejam próximos um ao outro e vinculados ao mesmo destino turístico, apresentam atualmente estágios de desenvolvimento da atividade turística e produção de seus respectivos territórios bem diferente entre si, o que facilita o diálogo e comparação da prática da atividade turística entre essas localidades.

Para abordar o tema e atingir aos objetivos propostos, optou-se por uma metodologia que permitiu no decorrer do trabalho construir o quadro teórico sempre por meio da leitura crítica dos diversos conceitos associados ao objeto de estudo, tais como: Natureza, Unidades de Conservação e Turismo. A proposta metodológica parte do princípio de que para cada conceito há uma possibilidade de discussão e diálogo, cujo teor e possibilidade variam no decorrer do tempo. Consequentemente, considera-se que somente a partir da discussão teórica dos conceitos e observação dos mesmos na realidade, por meio dos estudos de caso proposto, será possível construir um referencial teórico que busque contribuir, sem a pretensão de esgotar o assunto proposto, para a melhor compreensão das possibilidades e fragilidades da produção do território das Unidades de Conservação por meio da prática do turismo.

O trabalho é composto de quatro capítulos. O primeiro tem como abordagem central a discussão do conceito de *“natureza” sob a perspectiva da prática da atividade turística em Unidades de Conservação*, no qual é abordada a questão da mercantilização da natureza em Unidades de Conservação por meio da prática da atividade turística nessas localidades.

A proposta desse capítulo é promover um diálogo por meio da apresentação e análise de diversos conceitos de diferentes autores, muitas vezes com diferentes perspectivas sobre o processo de visitação de Unidades de Conservação, onde muitas vezes é observada uma concepção mercantilizada da natureza, que pode ocorrer tanto pelos visitantes como pelos próprios gestores desses espaços.

Sob essa perspectiva, a natureza é tratada como mais um produto *tecnificado* pela ação humana, escolhida a partir de uma agência de viagens, como um hotel ou passagem aérea, o que leva os visitantes das Unidades de Conservação a encarar o local como um passeio feito em um parque de diversões, ou até mesmo um zoológico.

Nesse caso, a oportunidade de conhecerem, pensar e valorizar a natureza como algo essencialmente natural, belo e importante para a nossa vida no estado em que foi originalmente encontrada é perdida. Ao invés disso o que é observado por muitas vezes é a apenas a opção por encontrar e valorizar uma natureza artificial, repleta de técnicas humanas que se sobrepõe as condições naturais de início, tendo em vista a supremacia pelo desejo dos visitantes e gestores de visitar algo confortável e seguro.

A partir dessa percepção, propõe-se um capítulo que promova diversos questionamentos a respeito, como por exemplo: quando essa natureza passou a ser considerada apenas mais um produto turístico a ser comercializado? Por que isso ocorreu? Quais as implicações desse fato e o que isso pode representar frente ao processo de visitação que ocorre nas Unidades de Conservação consolidadas? Ou ainda: seria possível resgatarmos concepções anteriores de natureza que poderiam ser aplicadas em Unidades de Conservação ainda em estado potencial de visitação, como o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão?

O segundo capítulo intitulado *Unidades de Conservação: ideais e desafios*, discute o processo de criação e avanço das Unidades de Conservação no Brasil, a política ambiental brasileira – análise do período de 1990 a 2016 e finalmente as classificações das UCs a partir da operacionalização do SNUC, especialmente, nesse caso, quando se tratam de Unidades de Conservação classificadas pelo Sistema Nacional referente como *Parques*.

A apresentação e discussão desses temas fornecem subsídios para observar e dialogar acerca das fragilidades e potencialidades desse sistema frente à preservação das áreas de preservação ambiental remanescentes no Brasil.

O terceiro capítulo *Atividade Turística em Unidades de Conservação*, aborda por meio dos seus subitens: a evolução da prática do turismo no Brasil e no mundo; as diferentes perspectivas do turismo com ênfase na prática do turismo em áreas naturais; influência dos meios de transportes e da tecnologia da informação nas Unidades de Conservação, além das relações e perspectivas entre as comunidades locais e a atividade turística em Unidades de Conservação.

O quarto e último capítulo, antes das considerações finais, apresenta e discute os estudos de caso adotados: o Parque Estadual de Campos do Jordão, considerado um local onde a visitação turística está consolidada, assim como as possibilidades e limitações da atividade turística em uma Unidades de Conservação considerada em estágio potencial para a prática da atividade turística, onde são apresentadas as considerações sobre o estudo de caso do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, enquadrado atualmente nessa situação.

Nesse capítulo prevalece sempre uma linguagem comparativa entre as duas UCs, tendo como parâmetro principal as fragilidades e potencialidades frente à atividade turística, levando em consideração a proposta de uso público nesses locais. As considerações presentes foram elaboradas a partir da leitura de seus respectivos Planos de Manejo e observações obtidas em trabalhos de campo nessas UCs.

O conteúdo proposto nesse capítulo completa a abordagem sobre o que considero serem as três palavras-chave da tese proposta: *natureza, unidades de conservação e turismo*. Têm-se assim uma proposta de trabalho onde cada um desses

eixos temáticos é abordado em um capítulo específico, que por sua vez se complementam e se dialogam entre si.

Por meio das leituras propostas, discussões teóricas e vivência nos estudos de caso apresentados, a tese proposta defende que o processo de produção do território pela prática do turismo das Unidades de Conservação classificadas pelo SNUC como Parques, sempre privilegia os interesses mercantis voltados aos seus visitantes, em detrimento dos ideais de conservação previstos originalmente no SNUC para esses locais, independente do estágio de desenvolvimento da atividade turística em seus territórios. A comprovação ou não dessa hipótese balizará as discussões aqui propostas para a elaboração da tese.

1 A natureza sob a perspectiva da prática da atividade turística em Unidades de Conservação

As propostas e ações direcionadas aos programas de planejamento e gestão em Unidades de Conservação brasileiras, observado desde a sua concepção (assunto que ainda será tratado como maior abrangência nesse trabalho), resultam em aspectos preocupantes e que necessitam de uma eminente reflexão. Uma dessas questões, e talvez a mais preocupante de todas, refere-se à forma como ocorre atualmente à visitação, valorização e visão de algumas das Unidades de Conservação brasileiras, tendo como exemplo a UC utilizada aqui como estudo de caso: O Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ.

Esse processo, nesse caso, acaba direcionando os visitantes a considerar os espaços naturais que visitam como zoológicos ou parque de diversões, ou seja, um produto com atrativos e estrutura comercializado por alguém, similar a algo visitado em um domingo ensolarado, sem qualquer tentativa de compreensão e por consequência, valorização da complexidade e riqueza da biodiversidade instalada no local. A natureza visitada acaba sendo, na concepção do visitante, mais um lugar para ser simplesmente registrado em suas redes sociais, sem qualquer identificação ou tentativa de entendimento, um produto consumido como qualquer outro, de forma racional, objetiva e mercantilista.

De acordo com Thomas (1988), o crescimento das cidades estimulou um novo anseio pelo campo. Embora o desenvolvimento urbano tenha criado um maior distanciamento entre homem e natureza, esse mesmo progresso permitiu um gosto maior do homem pelos aspectos materiais da natureza, como rios, matas, montanhas etc. e da própria natureza não dominada pelo fenômeno da urbanização. A recém-obtenção da “segurança urbana” diante dos animais selvagens produziu, por contradição, um empenho cada vez maior em proteger aves e conservar as criaturas selvagens no seu estado natural. De acordo com o autor:

O mesmo podia ser dito das crianças de hoje que, alimentadas por uma dieta de carne e protegidas por uma medicina desenvolvida através de experimentos com animais levam, não obstante, bichinhos de pelúcia para a cama e prodigam afeição a cordeiros e pôneis. Para os adultos, os parques naturais e as áreas preservadas cumprem uma função que não é diferente da que os bichos de pelúcia têm para as crianças; são fantasias que cultuam os valores mediante os quais a sociedade, como um todo, não tem condições de viver (THOMAS, 1988, p. 357).

Na medida em que a artificialização do natural é evidenciada nas áreas urbanas de megalópoles e avança para as médias e até pequenas cidades, aumenta a necessidade das pessoas em encontrar refúgios onde poderá fugir do estresse e caos causados pela poluição, trânsito e violência típicos do espaço urbano capitalista e regatar o contato com a

natureza idealizada no próprio processo de construção do significado de natureza em si. Nesse sentido, é interessante observar o grande fluxo de veículos nas estradas de acesso às cidades que costuma ocorrer em todo feriado ou início de férias escolares, o mesmo grande movimento é observado nos aeroportos e rodoviários, onde muitas vezes é difícil encontrar lugares disponíveis nesses períodos.

Ao observar o comportamento de consumo dos turistas, é tamanha necessidade pela fuga da cidade de sua moradia e da rotina de seu trabalho em busca do descanso e em locais produzidos com o significado de natureza, que muitos desses turistas precisam consumir suas viagens assim que obtém suas férias ou algum feriado prolongado, mesmo que para isso tenha que assumir uma dívida que só será paga daqui há dez ou até mesmo doze meses. Esse processo movimenta recursos financeiros expressivos para importantes elementos da cadeia produtiva do turismo, como agências de viagens, operadoras, companhias aéreas e hotéis e, portanto, adquire uma grande valorização no mundo atual.

1.1 Da natureza *natural* à natureza tecnificada.

Ao observar o processo de visitação de Unidades de Conservação, percebemos uma concepção de natureza, sob a ótica dos visitantes e gestores desses espaços, predominantemente mercantilizada, onde a natureza passa a ser considerada mais um produto dentre tantos outros disponíveis em uma prateleira de uma agência de viagens. A partir da percepção dessa situação somos levados a realizar questionamentos a respeito, como por exemplo: quando essa natureza passou a ser considerada apenas mais um produto turístico a ser comercializado? Por que isso ocorreu? Quais as implicações desse fato e o que isso pode representar frente ao processo de visitação que ocorre nas Unidades de Conservação consolidadas? Ou ainda: seria possível resgatarmos concepções anteriores de natureza que poderiam ser aplicadas em Unidades de Conservação ainda em estado potencial de visitação, como o PE dos Mananciais de Campos do Jordão?

Para Santos (1999), a concepção de natureza pelo homem nem sempre foi mercantilista tal qual é evidenciada atualmente na sociedade e que pode ser observada, por exemplo, por meio da prática da atividade turística em Unidades de Conservação. Para o autor, a natureza era no início selvagem, formada apenas por objetos naturais. Porém, com o passar do tempo esses objetos naturais foram sendo substituídos por objetos técnicos, mecanizados e até cibernéticos, transformando o conceito de natureza do espaço ao longo dos anos a partir da interferência humana.

Segundo o autor, há atualmente uma concepção de natureza denominada de natureza artificial ou tecnificada. De acordo com Santos (1999), vivemos o período *Técnico Científico Informacional*, ao qual não nos permite pensar a natureza como essencialmente

natural, mas como uma natureza *tecnificada*, repleta de técnicas humanas que sobrepostas às condições naturais de início.

Para Smith (1988) a natureza era inicialmente tratada pelo homem como uma fonte de valor de uso, sendo considerada nesse momento como algo (...) *material e espiritual, dada e feita, pura e imaculada*; e que remete a (...) *ordem e desordem, sublime e secular, dominada e vitoriosa, trata-se de uma totalidade e uma série de partes, mulher e objeto, organismo e máquina*. A natureza era, segundo o autor, (...) *um dom de Deus e é um produto de sua própria evolução*. De forma contraditória, mas ao mesmo tempo complementar, a natureza manifestava-se como uma *história universal a parte*, mas também pode ser observada como *o produto da história, acidental e planejada, é selvagem e jardim*. Por outro lado, para o mesmo autor, essa natureza passa por uma transformação no decorrer do tempo, na medida em que o processo capitalista é instalado no mundo, o valor de troca que interfere nas condições naturais das mais diversas localidades é estabelecido.

Evidencia-se assim a mutação de uma primeira natureza, no geral relacionada ao valor de uso para uma segunda natureza, relacionada ao valor de troca. Essas duas naturezas passam assim a se diferenciar e ao mesmo tempo interagir em uma constante dialética de valor de uso e valor de troca. Assim, no processo de trabalho, os seres humanos tratam os materiais naturais como objetos exteriores do trabalho a serem transformados em mercadoria.

A dominação da natureza é uma realidade aceita por todos, que ela seja vista com espanto, como uma medida do progresso humano, ou com temor, como um trágico prenúncio de um desastre iminente (...) a realidade da dominação social sobre a natureza é incontestável, ainda que a magnitude do processo seja objeto de debate e que sua moralidade seja objeto de acirradas polêmicas. (SMITH, 1988, p. 27)

Para Foladori (2001), o processo de transformação da natureza pelo homem não ocorre, historicamente, de maneira isolada. Trata-se de um processo de acumulação onde a realidade vivenciada a cada dia é um resultado do que foi feito nesse dia somado a tudo o que fez até esse dia. Segundo Foladori (2001), outros seres vivos assumem a natureza apenas de maneira imediata, utilizando aqueles recursos necessários à medida de sua necessidade momentânea. Com o ser humano (...) *ocorre algo totalmente diferente*, pois o uso e transformação da natureza é resultado de um processo de acumulação de conhecimento e técnicas que nunca cessa. Ainda segundo Foladori (2001), o homem é o único ser vivo a conseguir isso, ao contrário de outros seres, que até são capazes de transformar a natureza por meio de suas técnicas, mas sempre de forma isolada e pontual.

Segundo Raimundo (2011), é no início da Era Moderna que essa concepção muda radicalmente; quando a natureza passa a ser apreciada e considerada como um espaço que oferecia a sensação de liberdade, o que resultou em um movimento de retorno

ao campo ou uma reaproximação da natureza, algo observado até hoje nas motivações dos fluxos de turistas em direção aos espaços naturais considerados, por muito desses turistas, como espaços *intocados* pela ação do homem.

Moreira (2006) defende, por sua vez, a ideia de que a natureza pode até ser observada sobre distintas formas, mas no final essas formas sempre podem ser sintetizadas em duas: a natureza *natural* e a natureza *socializada*. Segundo o autor, essas naturezas não são distintas nem tão pouco fragmentadas, mas complementam e fundem em uma concepção de humanização da natureza e naturalização do homem. Segundo o autor:

O homem é ele próprio natureza e história: natureza hominizada. A hominização do homem pelo trabalho de transformação da natureza é decorrência de ser ele o sujeito e objeto da sua própria existência. O homem naturaliza-se historicizando a natureza e historiciza-se naturalizando a história. Por isso, dialeticamente, quanto mais o desenvolvimento científico e técnico o homem cresce em poder sobre a natureza, ele mais dela se liberta e mais com ela se funde, porque mais dela e nela se incorpora. (MOREIRA, 2006, p. 80)

Para o mesmo autor, homem e natureza não podem ser divididos ou entendidos de forma separada, como habitualmente seria abordado em um modelo positivista, pois a natureza *socializada* não desaparece com a natureza *natural*. Basta nos lembrarmos de que nosso alimento, vestuário, energia de nossos veículos e relacionamentos humanos são formas socializadas da natureza. Essa tentativa de divisão homem/natureza talvez explique por que o visitante, quando frequenta espaços naturais, mantém muitas vezes um distanciamento do seu próprio lugar, tentando manter os hábitos de onde veio, como hospedagem com ar-condicionado e alimentação típica de seu local de origem. Para esse visitante, mesmo que pense e aja de forma inconsciente, homem e natureza são dois elementos distintos.

A partir dessa concepção esse visitante trata o cenário natural como um verdadeiro aquário visto por alguém que não pertence necessariamente a esse ambiente aquático e que para vivenciá-lo necessita de equipamentos de sobrevivência como roupas especiais, máscaras e tubos de oxigênio. Na concepção de Moreira (2006), essa divisão e distanciamento entre homem e natureza é altamente questionável, pois segundo o autor:

A natureza está no homem e o homem está na natureza, porque o homem é produto da história natural e a natureza é condição concreta, então, da existência humana. Mas como é o trabalho que está verdadeiramente tecendo a dialética da história, é ele que faz o homem estar na natureza e a natureza estar no homem. Dito em outras palavras: é ele que faz com que a sociedade seja a dialética história-natureza. (MOREIRA, 2006, p. 81)

A proximidade e tentativa de compreensão do homem com a natureza, ocorrida muitas vezes quando visita espaços naturais, poderia muito bem estimular a formação de uma relação mútua mais harmoniosa entre homem e natureza, mas o distanciamento entre

eles, estimulado pelo pensamento predominantemente ocidental capitalista contemporâneo de supremacia do homem sobre a natureza, como seu dono por meio do capital, a submete em função de suas necessidades eminentes de lucro, que por sua vez é condição básica do sistema capitalista onipresente.

Estabelece-se assim uma visão unilateral do ser dominante, que potencializa ainda mais quando esse homem amplia suas relações comerciais com outros lugares, ocorrendo assim uma lógica da adoção de uma técnica uniforme, universalmente aprovada e utilizada, como algo absolutamente normal.

Assim como a natureza em si, os espaços naturais visitados passam a serem produtos precificados, consumidos e então descartados pelo homem, que em seguida anseia por novos espaços naturais para repetir o processo que parece ser infinito. Por outro lado, os espaços naturais disponíveis são finitos, o que compromete a continuidade do processo.

A promoção de atividades de contato, conhecimento e interação do visitante com a natureza dos espaços visitados, como ações promovidas alinhadas aos princípios da educação ambiental (não apenas para escolas de ensino fundamental, mas também para os visitantes de uma forma geral), permite ampliar o conhecimento e valorização pelos espaços naturais visitados. Nesse caso, os visitantes têm diferentes experiências vivenciais a cada nova visita, algo que possibilita ao mesmo visitante encontrar novas motivações no mesmo espaço e ampliar assim sua interação com a natureza que tem contato, a cada nova visita ao mesmo local.

Infelizmente essa prática é uma realidade distante do que é observado no PE de Campos do Jordão, mas por outro lado, possível no PE Mananciais de Campos do Jordão, nosso outro objeto de estudo, por tratar de uma Unidade de Conservação ainda fechada para visitação desde sua criação e, portanto, em estágio potencial de visitação, onde ações nesse sentido podem ser mais facilmente implantadas e moldadas a partir de sua abertura para visitação pública.

Nesse momento, o que mais é evidenciado nas Unidades de Conservação, especialmente naquelas com um fluxo de visitação consolidada há mais tempo, como o Parque Estadual de Campos do Jordão, é um absoluto processo de mercantilização da natureza, o que é preocupante e por isso necessita de um amplo debate a respeito, pois de acordo com Santos (1999), a nova ordem acelera as (...) *relações predatórias entre o homem e o meio, impondo mudanças radicais a natureza*, pois implica em consequências muitas vezes prejudiciais a conservação da biodiversidade desses espaços e pode comprometer as condições de vida econômicas e sociais do homem que reside no entorno dessas Unidades.

A natureza tratada e comercializada apenas como produto a ser consumido pelo turista pode de fato comprometer seu estado atual de conservação e afastar em definitivo as comunidades que originalmente viviam desses lugares, seja por especulação imobiliária, encarecimento dos produtos locais ou até mesmo dificuldade de acesso a esses espaços, que passam a ser precificados para serem visitados em troca da possibilidade de usufruir de uma estrutura que ofereça um maior conforto e comodidade aos visitantes donos do capital e, portanto, os *novos donos da natureza* ali instalada.

Ao observar a prática da atividade turística em Unidades de Conservação somos instigados a fazer uma série de questionamentos como os citados aqui. Resolvê-los por completo talvez não seja possível, mas dialogar a respeito, por meio de uma reflexão teórica e prática, a partir das observações obtidas nos objetos de estudos abordados, nos permite montar um mosaico de ideias que ampliem, ao final do processo, um melhor entendimento muito mais amplo sobre as potencialidades e fragilidades da atividade turística nos espaços naturais existentes em Unidades de Conservação potenciais e consolidadas.

O diálogo com a teoria existente a respeito desse assunto e a reflexão sobre as causas e consequências da mercantilização da natureza resultantes do processo de visitação em Unidades de Conservação, como os objetos de estudo em questão, é o primeiro passo para ampliar esse entendimento.

1.2 Concepções sobre a natureza em Unidades de Conservação

A atual proposta de visitação existente entre as Unidades de Conservação utilizadas como objeto de estudo nessa tese revela dois cenários distintos e opostos. Enquanto no PE de Campos do Jordão - PECJ (unidade com fluxo e estrutura visitação consolidada) há uma clara manifestação de mercantilização da natureza, conforme amplamente discutido por autores como Santos (1999), Smith (1988), Foladori (2001), Raimundo (2011) e Moreira (2006), no PE dos Mananciais de Campos do Jordão - PEMCJ (unidade ainda estado potencial de visitação) prevalece para seu gestor (a Fundação Florestal, o mesmo gestor do PECJ), a perspectiva de uma natureza que ainda deve ser mantida intocada e distante da presença humana, evidenciando-se assim a ideia de *mito da natureza intocada*, a qual é mais bem discutida a seguir.

Na opinião de Tuan (2013), o conceito de mito frequentemente opõe-se com a realidade, pois segundo o autor (...) *os mitos florescem na ausência do conhecimento preciso*. Por muito tempo o homem do ocidente ficou baseado na ideia de que era possível existir um lugar da Terra onde o *mal* não existisse, um lugar denominado por muitos como *Paraíso*, e por outros como a *Passagem Noroeste* ou até mesmo a *Terra Australis*. Segundo o mesmo Tuan (2013) esses conceitos estão atualmente ultrapassados, mas ainda

persistem no imaginário de muitos, algo que limita o conhecimento humano. De acordo com o mesmo autor:

O mito não é uma crença que possa ser facilmente verificada ou negada pela existência dos sentidos. Não se questionava se realmente havia uma passagem Noroeste, ou se o Paraíso ficava na Etiópia. Em vez disso, admitia-se a existência desses lugares, o problema, portanto, era encontrá-los (TUAN, 2013, p. 109).

A natureza é então tratada por muitos como um *mito*, conceito bastante questionado também por Diegues (1996) e Bruhns (2009) por apresentar contradições muitas vezes capazes de evocar assombro até entre os especialistas. Essa natureza é vista como exterioridade, ora sendo assumida como *paraíso*, ora assumida como *agressiva*. Nessa ideia de *confronto homem-natureza* está embutida a percepção da natureza apartada do homem, a qual não é estranha na nossa sociedade, visto que os comportamentos aprendidos prevalecem sobre os inatos, criando a noção de que somos constituídos apenas pela cultura. Nessa perspectiva, assemelhar-se a natureza significa assumir o *selvagem*, o indomado, aquele com características animais, enquanto estar na cultura significa estar controlado, disciplinado, educado.

Para Moscovici (1974) no conservacionismo reativo predominante no século XIX, todos os atributos e qualidades deveriam ser atribuídos à natureza, contrapondo dessa forma o culturalismo, que considerava a natureza a expressão de retorno do homem ao seu estado de selvageria, uma verdadeira enfermidade onde a cultura seria a única salvação.

A ecologia profunda (*deep ecology*) relaciona, por sua vez, a ecologia apenas com ciência e apresenta, a partir de então, uma discussão mais profunda sobre *consciência ecológica* (daí o termo). Essa corrente de pensamento, de acordo com Diegues (1996), propõe que a natureza seja vista sob o ponto de vista dela mesmo, ou seja, *para entendermos uma montanha devemos pensar como montanha*.

Segundo os defensores do conceito da *ecologia profunda*, as políticas de preservação da natureza são incorretas e devem ser repensadas, pois não partem desse princípio. Alertam ainda que essa mudança deve afetar as estruturas econômicas, tecnológicas e ideológicas atuais dos seres humanos. É uma corrente de pensamento que vai além do enfoque biocêntrico, pois tendo grande influência espiritualista (não necessariamente cristã), ainda trata a natureza quase como uma entidade que deve ser adorada e respeitada e preservada, pressupondo que essa preservação deve ocorrer pela própria natureza, mesmo que as áreas naturais possam ser benéficas ao ser humano.

Diegues (1996) afirma que a *ecologia profunda* sofreu duras críticas de vários autores, pois para muitos é impossível um ser humano pensar sob o ponto de vista da natureza. Para eles, por mais solidário que seja a natureza, o ser humano tem uma forma de pensar única, mesmo quando tende para o lado biocêntrico. O mesmo autor faz crítica ainda

aos adeptos da *deep ecology* por ser uma espécie de corrente *neo malthusiana*, visto que tratam os problemas ecológicos baseados apenas no crescimento populacional sem levar em consideração as questões sociais, segundo o mesmo autor.

Para Diegues (1997) a ideia sobre uma *natureza intocada*, faz renovar o *mito do paraíso terrestre perdido*, que pode ser traduzido como um (...) *lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden*. Esse *neomito*, ou *mito moderno*, segundo o autor, aparece atualmente amparado também por razões ancoradas na ciência, como a necessidade eminente, defendida pela opinião pública de uma forma geral, pela proteção da biodiversidade e dos ecossistemas.

Segundo a concepção do autor, a existência de um mundo natural selvagem, que precisa ser mantido intocado e intocável, consiste em um desses neomitos ao qual o autor faz referência e nos leva a diversos questionamentos sobre a validade e resultado obtido em termos de preservação dos espaços naturais fechados, a exemplo do que ocorre atualmente com o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, fechado para visitação pública desde sua criação em 1991.

Nesse caso, parece haver um clássico embate entre a corrente daqueles que defendem que para preservar o espaço qualquer interferência humana é maléfica e aqueles que defendem o ser humano pode conviver de forma harmoniosa com a natureza, sem necessariamente degradá-la. Ambas correntes possuem defensores e críticos, cujos argumentos favoráveis ou contrários são apresentados a seguir a fim de ampliar nosso entendimento e visão a respeito da situação apresentadas nos objetos de estudo.

Lutzenberger (1986), considerado por Bressan (1996) como um *exponente do movimento ecologista brasileiro*, reafirma a ideia aqui também defendida de uma revisão dos conceitos que defendem uma natureza mítica, sagrada e intocável. Segundo o autor é necessário (...) *inverter a dessacralização da natureza*, pois segundo sua perspectiva, a atual cultura ocidental ainda está baseada em um erro conceitual filosófico que resiste desde os tempos bíblicos, que faz (...) *questão de excluir da nossa ética tudo o que não se relaciona com o Homem*, enquanto que em outras culturas, como a hindu a palavra *profano* nem é encontrada em seu idioma, enquanto que para o silvícola animista, de acordo com Lutzenberger (1986) (...) *tudo que é sagrado e para o budista Deus e Natureza são a mesma coisa*.

Ao tratar a natureza como algo mítico, cujas características *originais* devem ser preservadas acima de tudo, o homem é colocado, segundo Bressan (1996), como um ser apenas na condição de *predador*, assim como sua *civilização industrial* que carrega consigo, inviabilizando assim a possibilidade de convivência harmoniosa do espaço físico (natural, territorial) com a realidade social. De acordo com Bressan (1996):

(...) as proposições teóricas do conservacionismo, torna ainda mais visível a perspectiva conservadora deste movimento acerca das relações entre a sociedade e a natureza. É ilustrativo, neste sentido, o exame de seu principal mecanismo de gestão ambiental, as *áreas naturais protegidas ou Unidades de Conservação (reservas naturais)*; tal procedimento revela a existência, entre outros aspectos, de um modo determinado de apreensão da natureza e de um âmbito prioritário de ação. Assim, é possível identificar os princípios metodológicos que expressam a visão conservacionista, quais sejam, o tratamento parcial do espaço e opção por reservas de uma natureza “original”, muitas vezes mítica. (BRESSAN, 1996, p. 45)

Segundo Diegues (1996), são os *preservacionistas* que prevalecem desde as entidades de conservação mais antigas e clássicas como a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza - FBCN, criada em 1958, até muitas outras mais recentes, como a Fundação Biodiversitas, Fundação Pró-Natureza – FUNATURA, etc. Esse movimento domina ainda a forma de pensar e agir das instituições tradicionalmente responsáveis pela criação e administração de parques, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e o Instituto Florestal São Paulo.

A meu ver, essas ideias devem ser contestadas, pois ao invés de aproximar o homem da natureza e estimular assim a valorização dos espaços naturais, acaba por impor um maior distanciamento do homem com a natureza, que por não poder compreender e vivenciar a complexidade do espaço natural acaba por rejeitá-lo ou ignorá-lo em suas ações e atitudes cotidianas. Segundo Bruhns (2009), o mito da natureza intocada, que elimina a ação humana (ou no mínimo simula sua eliminação), ignora as sociedades originais, criando assim um distanciamento forçado entre a natureza e a cultura tradicional, na qual os homens são impedidos pelo próprio Estado de exercitar suas atividades e praticar seus saberes acumulados por gerações nesses locais. Segundo a autora (...) *rompe-se, dessa forma, a simbiose entre o homem e a natureza, tanto no campo das atividades, das técnicas e da produção, como no campo simbólico*, algo observado em áreas naturais protegidas administradas pelo Estado.

Como uma alternativa frente a essa ideia conservacionista, defendo a *Gestão Racional da Natureza*, ideia que pode ser fartamente encontrada na obra de Bressan (1996). Segundo o autor (...) *além das incontornáveis distinções entre homem e natureza, há que se inserir a noção ecossistêmica em um contexto analítico onde o espaço seja a categoria principal, capaz, portanto, de reproduzir a realidade social que caracteriza as diferentes repartições humanas*. De acordo com Bressan (1996), podem surgir novas formas de gestão da natureza, *múltiplas e sustentadas*, quando o planejamento desses espaços é pensado sob a perspectiva de compatibilização com as necessidades humanas.

A gestão racional incorpora, ainda, a possibilidade de previsão e correção de externalidades, através de um instrumento que permeia todas as etapas descritas e que, por consequência, representa um elemento decisivo para a funcionalidade do modelo – os

Estudos de Impacto Ambiental. Com isso, as intervenções sobre o ambiente passam a ser reguladas em sua integralidade, segundo critérios científicos e segundo o interesse expresso pelas organizações da sociedade ou pelo Estado que a representa.

A Gestão Racional da Natureza, ou dos *Ecossistemas* como o próprio Bressan (1996) classifica, é consolidada gradativamente no decorrer do século XX, em oposição aos ideais de conservação, sacralização e mitificação da natureza. Segundo o mesmo autor (1996, p. 55) (...) *a distinção entre homem e natureza é, por certo, um dos princípios basilares sobre os quais se constrói o modelo de gestão racional*. Propõe-se então uma nova relação do homem com a natureza, em comum acordo com as mudanças estruturais no sistema de produção e por consequência nos valores que permeiam a sociedade.

Ao contrário do que possa parecer em uma primeira análise, essa proposta não está moldada no princípio de *mercantilização da natureza*¹, mas algo que pode ser aplicado ao processo de visitação de Unidades de Conservação, sendo defendida aqui como uma possibilidade de conservação desses espaços, pois só ocorre de forma plena quando envolve e integra diversas ações direta ou indiretamente relacionadas com a gestão do espaço natural. Esse conceito só se torna realidade quando há, ao mesmo tempo e trabalhando de forma integrada os seguintes elementos: *manejo integrado do espaço entre os atores envolvidos; estudo de impacto ambiental* (o qual considero *decisivo* para o sucesso do modelo proposto); *planejamento urbano e industrial; reaproveitamento e reciclagem de energia e resíduos*, por exemplo, assim como o *incentivo a inovações científicas e tecnológicas, respeito aos valores éticos, culturais, históricos e arqueológicos*; instrumentos jurídicos adequados e que privilegiem o direito de todos, além do controle comunitário em parceria com o controle do Estado.

(...) trata-se, portanto, de construir formas solidárias de gestão da natureza, segundo novos princípios filosóficos e científicos, tendo em vista o bem público, que se legitima pelas ações articuladas do Estado Democrático e da comunidade organizada no exercício pleno da cidadania. (BRESSAN, 1996, p. 100).

A perspectiva moderna de Gestão Racional da Natureza é também defendida por Konder (1984). O autor traz a ideia de que a natureza é de fato algo capaz de resistir a nossa intervenção, pois o próprio homem não pode extingui-la, já que isso poderia

¹ A ideia de *mercantilização da natureza* é contestada em nossos estudos por ser considerado algo que, conforme discutido anteriormente, pode comprometer a preservação do espaço natural visitado além de coibir a comunidade local do espaço a qual tem direito de fato, principalmente em decorrência dos altos preços cobrados para ter acesso à natureza, embalada como um produto de consumo disponível apenas para os núcleos emissores detentores do capital suficiente para ter acesso a natureza precificada e comercializada.

representar a nossa própria extinção. Para o mesmo autor, a Gestão Racional da Natureza nos leva a observar o avanço das relações existentes entre os homens sobre as próprias relações destes homens com a natureza. Segundo Serrano (1997), ao tratar da natureza, é sempre válido considerá-la como uma invenção humana, produzida pela nossa própria cultura, o que reafirma, segundo a autora, que a Gestão Racional da Natureza é *racional* por essência desde sempre.

A Figura 1 permite melhor compreender a proposta defendida por Bressan (1996) no que diz respeito aos elementos que devem ser considerados no conceito de Gestão Racional da Natureza.

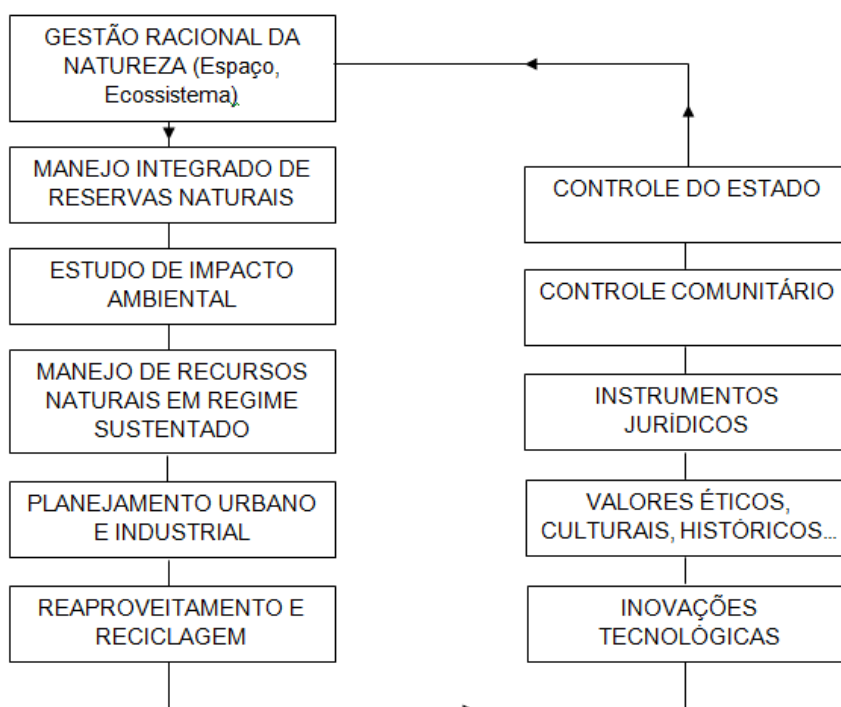


Figura 1 – Modelo Teórico/Referencial– Gestão Racional da Natureza segundo Bressan
 Fonte – BRESSAN, 1996, p.97.

No decorrer da tese são observados como os elementos acima descritos são encontrados no Parque Estadual de Campos do Jordão (Unidade de Conservação com fluxo de visitação consolidado) ou que podem vir a ser aplicados de fato no Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão (Unidade de Conservação com fluxo de visitação ainda estado potencial), em virtude de sua atual proposta de visitação e manejo do espaço.

Vale destacar que tais análises serão feitas a partir das impressões obtidas nas visitas *in loco* nas UCs pesquisadas, entrevista com o gestor das UCs e especialmente a luz das informações, considerações e propostas disponíveis nos respectivos Planos de Manejo das Unidades de Conservação consideradas nesse trabalho como objetos de estudo.

Tendo em vista os ideais defendidos por Santos (1999), Foladori (2001) e Moreira (2006), é de esperar que esses autores e seus seguidores rejeitem a ideia de

Gestão Racional da Natureza e/ou a considerem mais uma demonstração de uma nova forma de técnica humana sobre a natureza, ou uma nova possibilidade de mercantilização da natureza impulsionada pelo movimento capitalista atual. É claro que esses autores teriam suas razões em demonstrar essa preocupação a respeito, mas será que homem e natureza não podem coexistir em um mesmo espaço como defendem os movimentos conservacionistas que pregam o *mito da natureza intocada*? Será que a técnica e informação humana, aliada ao movimento capitalista, levará necessariamente a degradação dos espaços naturais como denuncia Foladori (2001), por exemplo.

Ao longo desse capítulo foram apresentados conceitos e interpretações sobre natureza e sua relação com o homem, sociedade, tecnologia e desenvolvimento humano. Algumas correntes de pensamento demonstraram serem conflitantes, como a relação homem/natureza defendida por autores como Santos (1999) e Moreira (2006) em oposição a Diegues (1996), Bruhns (2009) e Bressan (1996), o que demonstra o quanto o mesmo assunto pode trazer interpretações, vivências e olhares diferenciados em relação ao mesmo objeto de estudo.

Essa contrariedade existente entre os autores e suas correntes de pensamento poderia ser interpretada num primeiro momento, em especial sob uma ótica cartesiana e sistemática, como uma grande dificuldade para se estudar e compreender a natureza e suas relações com nossa sociedade, e por consequência, uma dificuldade adicional para o avanço do trabalho, mas dentro da concepção dialética proposta nessa tese desde a elaboração de seu projeto, essas contradições sempre são *bem vindas* de certa forma permitem abrir nossa mente para diferentes cenários e pontos de vista. Assim, entrar em campo amparado por uma teoria abrangente sobre natureza sem dúvida nos permite resultados muito interessantes e facilita a obtenção dos objetivos de estudo propostos.

Tendo em vista toda a bagagem tecnológica e informacional adquirida ao longo do tempo, penso que atualmente é impossível ao homem visitar ou interagir com qualquer espaço sem levar em consideração suas técnicas, mas penso ainda que esse fato não representará necessariamente uma agressão ao meio ambiente nem que seja algo sempre condenável.

Das atividades comerciais a qual o homem utiliza a natureza como recurso, o turismo parece ser uma das formas com maior possibilidade de respeitar e manter o espaço natural. Nesse sentido, a realização desse processo por meio da gestão racional da natureza poderia representar uma *nova via* que poderia por sua vez, ao longo do tempo, configurar em uma forma de beneficiar a todos: visitantes, comunidade de entorno das Unidades de Conservação até a natureza em si.

Acredito, portanto, que a técnica utilizada pelo homem frente à natureza, desde que planejada e gerenciada sob o enfoque aqui defendido, não levará necessariamente a

mercantilização massificante, depreciadora e poluidora apontada por Foladori, por exemplo, mas a uma técnica que observa, visita, mantém e respeita os espaços naturais.

O que se propõe então é a aproximação do homem com a natureza, que deve ser vivenciada e sentida de fato, até por uma questão de valorização e preservação dos espaços naturais existentes. Isolar o homem da natureza apenas a tornará um objeto estranho a esse homem, aumentando sua chance em considerá-la um inimigo ou algo inferior, que deve ser subjugado, comercializado e até mesmo eliminado.

As Unidades de Conservação, em especial aquelas de uso restritivo, a exemplo dos objetos de estudo aqui analisados, refletem, de forma emblemática, um tipo de relação homem/natureza que quando planejados e administrados sob a concepção de que é possível haver uma sinergia entre o homem e a natureza (como, por exemplo, os ideais defendidos por Bressan (1996) em relação a Gestão Racional da Natureza), pode resultar até em uma maior preservação da natureza que seja, ao mesmo tempo, benéfica para o homem, tanto sob o ponto de vista econômico, social como ambiental, com resultados de preservação dos espaços muito mais amplos e consistentes do que apenas uma estratégia governamental de conservação e isolamento de áreas naturais de qualquer presença humana.

Analisar as causas, implicações, potencialidades e fragilidades dessa proposta, a partir da leitura da prática do turismo nas Unidades de Conservação e mais especificamente nas UCs definidas como objetos de estudo, foi o caminho escolhido aqui para que esse objetivo seja efetivamente atingido.

2 Unidades de Conservação: ideais e desafios.

As Áreas Naturais Protegidas – ANPs surgiram como uma estratégia de conservação ambiental com o intuito de proteger áreas entendidas como de grande relevância para esse propósito. Essas áreas surgem num contexto a qual passa a ser necessário preservar os espaços naturais cada vez mais escassos, tendo em vista o avanço do processo de urbanização e principalmente, em razão expansão da atividade agrícola de larga escala, que reduziu drasticamente as dimensões de áreas genuinamente naturais em todo o mundo.

De algo onipresente em milhares de km² de terra por milhares de anos, as áreas naturais tornaram, a partir do século XIX em decorrência da aceleração do ritmo de produção industrial movido pelo processo capitalista, meras *ilhas* possíveis de serem ainda encontradas de forma intocada em pequenas e isoladas porções territoriais, e que por conta dessa nova realidade e da multiplicação de estudos a respeito, em especial àqueles vinculados a área de História Natural, estabelece um olhar respeitoso para com essas áreas naturais, ampliando assim a percepção sobre a necessidade de conservarmos a natureza para a nossa própria sobrevivência, que na visão do homem atual, agora devem ser preservadas e valorizadas para não sejam extintas.

De acordo com Diegues (1996) a revalorização do mundo natural ocorre dentro de um contexto social o qual a vida da cidade, que antes era valorizada como sinal da evolução humana em detrimento ao campo, rústico e atrasado, passa a ser reconsiderada e criticada, pois a fumaça vinda das fábricas localizadas nos centros urbanos tornava o ar respirável e os rios poluídos. A partir disso, a vida no campo passa ser idealizada como algo capaz de trazer a possibilidade de respirar ar puro e fugir da rotina “massificante” vinda das fábricas, principalmente pelas (...) *classes sociais não diretamente envolvidas na produção agrícola*.

A partir desse contexto é que a proposta de Áreas Naturais Protegidas toma força como um instrumento institucionalizado e legalizado pelos governos nacionais e amparadas pelo apoio da opinião pública de todo o mundo capitalista. A ideia das *ilhas naturais* é concebida como algo capaz de resolver a ameaça eminente de extinção das áreas naturais, agora revalorizadas, ou em uma análise mais crítica, permitir ou justificar o avanço da degradação de áreas não demarcadas para esse fim; afinal, poderiam assim pensar os carentes ou desinteressados por uma análise mais aprofundada sobre o assunto: a partir das ANPs estaríamos a salvo e até mesmo livre de qualquer efeito colateral gerado pela urbanização, pois quem tem uma Área Natural Protegida jamais deixará de ter áreas naturais para contemplar, visitar, estudar e principalmente, garantir a existência de áreas naturais, anulando assim os efeitos colaterais provocados pelo movimento capitalista.

Mesmo assim, toda a preocupação com o meio ambiente ainda não é o bastante para o equilíbrio primitivo da natureza que é modificado, ou comprometido pelo homem, tendo em vista sua capacidade de transformação por meio técnicos, aliado ao aumento da população que produz conforme suas necessidades. Segundo Dorst (1973), fechar a ANP impedindo sua visitação não garantiria necessariamente sua preservação nem tão pouco seu isolamento as forças capitalistas existentes em seu entorno e que inevitavelmente chegam ao seu interior.

De acordo com a World Conservation Union - IUCN², as áreas nominalmente denominadas como *protegidas* no mundo, chega a no máximo em 12% da superfície terrestre. Nesse caso ainda há muitos parques e reservas definidas apenas na teoria e com graves problemas de implantação. Além disso, segundo a mesma entidade, a distribuição das ANPs é desequilibrada em relação às concentrações de biodiversidade, pois em 60% dos países, o percentual do território protegido não chega a 10% do total.

As Unidades de Conservação [ANPs] têm sido criadas, mas não se tem garantido a sua territorialidade através de políticas públicas transversais. Mesmo com os avanços, elas continuam sendo “ilhas” e “santuários” de preservação das espécies e esse isolamento não garante a sua existência, nem seus fins. (VALLEJO, 2002, p.20)

O Ministério Público Federal (2014) é mais um a questionar a atual concepção de *ilhas de conservação*, pois segundo a instituição sua construção induz às equivocadas ideias de que o relevante é a proteção das Áreas Naturais Protegidas criadas, pouco importando as condições de preservação do restante do ambiente e consequentemente pouca importância é conferido ao uso sustentável dos recursos ocorrido fora das ANPs. Além disso, o atual sistema não leva em consideração a questão das comunidades, comumente pouco valorizadas nos Planos de Manejo das ANPs com relação ao seu papel na manutenção e conservação dessas áreas.

Considerar, portanto, o modelo de Áreas Naturais Protegidas, tal qual como é configurado atualmente em diversos países (inclusive o Brasil), como algo adequado e suficiente para se garantir a preservação da natureza é questionável e por isso são discutidos no decorrer desse capítulo.

² Informações divulgadas no 5º Congresso Mundial de Parques, realizado na cidade de Durban na África do Sul em 2003.

2.1 Retrospectiva e Perspectivas das Áreas Naturais Protegidas no Brasil

De acordo com Medeiros (2004) a política brasileira de implantação das Áreas Naturais Protegidas pode ser dividida em pelo menos três fases determinantes: na primeira fase (1889 a 1963) surgem os primeiros instrumentos legais para a criação das ANPs brasileiras, o que resultou na instituição do Primeiro Parque Nacional (Itatiaia – RJ). O período que compreende a ditadura militar (1964-1984) é considerado pelo autor como a segunda fase do processo, a qual os instrumentos legais relacionados às áreas de proteção são revistos e novos são instituídos.

Nesse momento as Áreas Naturais Protegidas adquirem uma dimensão nacional até como uma estratégia geopolítica de estabelecer um controle governamental mais amplo e promover o desenvolvimento em todas as regiões do país. Por fim, na terceira fase (pós 1985) com o advento da redemocratização do país, ocorre um novo impulso rumo à ampliação e preservação de Áreas Naturais Protegidas, como mais uma manifestação no sentido de mudar por completo a estratégia dos governos autoritários de até então.

Observa-se então que a institucionalização política e administrativa da proteção da natureza ocorreu de forma lenta e gradual e foi consolidada somente na primeira metade do século XX. Enquanto nos períodos colonial e imperial a visão de proteção era tipicamente gerencial, é somente na República que se inicia de fato um processo de consolidação de um ideário protecionista no aparato jurídico-legal e institucional brasileiro que favoreceu a criação das Áreas Naturais Protegidas no país.

A morosidade do processo de institucionalização da política brasileira de proteção da natureza até a metade do século XX pode ser explicada pelo fato de que, desde as primeiras ideias de Áreas Naturais Protegidas no Brasil, propostas em 1876, até o fim da Segunda Guerra Mundial, as ANPs brasileiras foram criadas ou idealizadas apenas sob o enfoque de ter áreas naturais pela necessidade em proteger os monumentos públicos naturais ou territórios de singular beleza cênica.

Além disso, não havia uma efetiva pressão da sociedade brasileira e internacional para que o país atentasse de forma mais efetiva para a preservação de suas áreas naturais, até porque não havia um conhecimento maior, nem tão pouco uma preocupação sobre a amplitude e consequências geradas pela degradação e diminuição dessas áreas principalmente em decorrência da expansão urbana promovida pela crescente instalação das indústrias no país.

Em 1948, essa “pressão” passa a existir de fato com a criação da *União Internacional de Proteção à Natureza*, apoiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e que contou com a participação de 33 países, dentre os quais o Brasil, que posteriormente deu origem à União Internacional para

Conservação da Natureza e Recursos Naturais – IUCN, com sede na Suíça. A participação brasileira na entidade deu um novo impulso ao interesse do governo federal brasileiro em instituir de fato uma política ambiental alinhada aos princípios internacionais sem necessariamente adequar à realidade sócio econômica ambiental do país, mas que no fim das contas pudesse atender aos requisitos internacionais, conseguindo assim uma melhor visibilidade do país no exterior e por consequência, a maior facilidade para alocar empréstimos internacionais dos países mais fortes sob a perspectiva econômica.

A partir dos anos 1950, esse cenário começa a mudar e o que se observa é o avanço do número de Áreas Naturais Protegidas no Brasil em comparação ao que existia desde então, ainda que esse ritmo fosse limitado num primeiro momento. Uma das explicações para esse avanço é que o conceito predominantemente estético e recreativo associado às ANPs dominante desde então amplia e diversifica-se para outras abordagens, tais como a biológica, humana, social e até mesmo comercial, onde o discurso oficial para a criação e manutenção de ANPs passa a ser também a de proteção da biodiversidade nessas áreas, pensamento que toma força em razão do avanço dos estudos científicos e consequente aumento da intensidade do número de publicações acerca dos eventuais problemas ambientais que a falta dessas áreas podem gerar, como o desequilíbrio climático, qualidade do ar e oferta de água potável por exemplo.

Essas áreas naturais protegidas, a depender da sua categoria de manejo, se prestam a diferentes funções, tais como: objetos de extração de alimentos, que são fontes de importantes nutrientes para as populações que delas se utilizam; as belezas cênicas, que muitas vezes são exploradas como atrativos turísticos; os núcleos de populações tradicionais que nelas estão abrigados e que contribuem para a preservação e reprodução de suas culturas peculiares; algumas fontes de medicamentos e concepções míticas e crendices; os produtos que são comercializados em pequena escala pelos seus moradores, constituindo-se assim em fontes de recursos econômicos para essas populações; as espécies nelas contidas, além da disseminação de suas características gênicas e os importantes laboratórios para pesquisa científica. (AGUIAR; MOREAU e FONTES, 2013, p. 198)

Dentro desse cenário, podem ser considerados ainda o avanço do propósito de conservação do meio ambiente; a consolidação das instituições não governamentais e governamentais de proteção ao meio ambiente, opinião pública favorável à causa ambiental (o que justifica o próprio fortalecimento das ONGs ligadas às questões ambientais), pressão dos países de economia dominante para outros países preservarem aquilo que seu próprio capital extinguiu em seus territórios, aliado ao maior interesse das empresas multinacionais aqui instaladas, detentoras da maior parte do capital, em estar convenientemente alinhadas ao apoio cada vez maior dos seus consumidores sobre a importância da existência das áreas naturais para a qualidade de vida e até mesmo para a nossa sobrevivência. Tais fatores, somados aos anteriormente apresentados, podem ser considerados para que o

governo brasileiro, dentre tantos outros países menos industrializados, demonstre seu interesse em apoiar cada vez mais por uma definição de uma política pública voltada de fato à proteção das áreas naturais ainda existentes.

Esse posicionamento estimula a organização de diversos eventos internacionais onde se discute a problemática do meio ambiente ocasionada principalmente pela expansão urbana industrial e agrícola capitalista gerada pelas maiores potências econômicas mundiais localizadas no hemisfério norte.

A *crise ambiental* se instala e é necessário a partir de então promoverem conferências internacionais que encontrem formas de resolvê-las, o que aumenta ainda mais a preocupação e valorização da sociedade e consequentemente por empresários dos países mais industrializados, sobre a questão ambiental. Dentre essas conferências destacam aquelas realizadas de vinte em vinte anos, a partir de Estocolmo, em 1972 e posteriormente a Rio 92 e Rio+20, em 2012.

A participação no Brasil na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente, promovida pela Organização das Nações Unidas em Estocolmo, na Suécia em 1972, fortaleceu a necessidade de uma gestão ambiental pública brasileira mais organizada, integrada e de fato presente em nossa realidade, já que o país, considerado pela comunidade internacional como um dos países detentores de uma das maiores reservas de áreas naturais do mundo, é de certa forma, obrigado pela opinião pública internacional a se manifestar a respeito, em troca da manutenção de sua credibilidade frente às sociedades detentoras do crédito financeiro necessário aos seus projetos expansionistas.

Como resposta do governo brasileiro às duras críticas da opinião pública internacional sobre sua conduta nas questões ambientais, ampliadas pelos desastres ambientais em território brasileiro nas décadas de 1970 e 1980³, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA, em 1973 (para atender aos compromissos firmados pelo governo brasileiro em Estocolmo), e nos anos seguintes, a Constituição de 1988 é promulgada com artigos específicos relacionados a questão ambiental.

Somado a isso é definida a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, quando surge o IBAMA, em 1989, e mais tarde o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Essas ações permitiram colaborar para a melhor ordenação e atualização do marco

³ Segundo o IBAMA (Disponível em <http://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama/sobre-o-ibama-historico>), destacam-se como desastres ambientais proporcionados pelo governo brasileiro nas décadas de 1970 e 1980 a Transamazônica; Foz do Iguaçu (que acabou com Sete Quedas) e o acidente radioativo em Goiânia com Césio 137. Além disso, o índice de desmatamento era alarmante (em 1988 chegou a 21.050 km² contra 11.224 km² em 2007), a caça e pesca predatória e sem controle (os jacarés do Pantanal e as baleias estavam às vias de extinção), crescentes conflitos entre comunidades tradicionais e seringueiros, que teve como ápice a morte de Chico Mendes.

regulatório da área ambiental no Brasil, e por fim estimulou a ampliação das Áreas Naturais Protegidas⁴ em todo o Brasil, acalmando assim os ânimos da comunidade internacional.

A Constituição de 1988 colaborou para a consolidação e ampliação das Áreas Naturais Protegidas no Brasil, pois a partir dela obtêm-se um instrumento legal que valida a importância e necessidade de políticas públicas ligadas a gestão do meio ambiente no país. Nesse sentido é válido citar o artigo. 225, onde é citado que (...) *todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado bem de uso como do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a coletividade o dever de defendê-lo para presentes e futuras gerações*, ou seja, a necessidade de áreas naturais que sirvam para o equilíbrio ecológico ou garantia da qualidade de vida dos brasileiros não é mais uma opção bem vinda pela sociedade desde então, mas uma obrigação do governo garantida ao cidadão comum por meio de sua constituição.

A Constituição de 1988 permite assim a melhor organização e legitimação do sistema de proteção ambiental brasileiro, algo que já vinha se configurando há 50 anos, ao prever a instalação e permanência de diferentes tipos de áreas protegidas, o que foi de fato obtido por meio do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação, como será discutido a seguir.

No Brasil, as Áreas Naturais Protegidas (Unidades de Conservação) são utilizadas como instrumento básico na Política Nacional do Meio Ambiente. Embora tenham sido criadas várias Áreas Naturais Protegidas no transcurso do século XX no território brasileiro, nas últimas décadas estas vem assumindo papel substancial, com a criação de uma variedade maior de Unidades de Conservação, com diferentes categorias de manejo, para atender à realidade de contextos diferenciados. (AGUIAR, MOREAU, FONTES, 2013, p. 197)

A criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, por meio da promulgação da lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, foi mais um fato que estimulou a ampliação do número de Unidades de Conservação no Brasil. A instituição tem um papel importante nesse avanço, pois por meio dela houve uma melhor organização da gestão pública relacionada às políticas ambientais.

Antes da criação do órgão haviam várias instituições ligadas ao meio ambiente no governo federal, muitas vezes com visões diferentes e contraditórias entre si. Além disso, não havia um Ministério do Meio Ambiente, pois até então os órgãos eram ligados ao Ministério da Agricultura⁵, que costuma atender aos interesses dos latifundiários, sempre

⁴ A partir da lei do SNUC (2000), as Áreas Naturais Protegidas passaram a ser classificadas no Brasil como Unidades de Conservação - UCs, termo que será adotado nos demais capítulos do trabalho.

⁵ Antes do IBAMA eram responsáveis pela gestão pública das políticas ambientais federais o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que era responsável pela gestão das florestas; a Superintendência de Pesca (SUDEPE), que mantinha a gestão do ordenamento pesqueiro. Ambos

apegados aos suas questões pessoais, quase sempre desprovidas de qualquer preocupação ambiental que venha a prejudicar seus negócios, fato que gerava conflitos de interesses e atrapalhava o trabalho de monitoramento, definição de políticas e por fim, na criação de novas Unidades de Conservação no Brasil, em especial dos Parques.

Inicialmente, o IBAMA foi vinculado ao Ministério do Interior e somente em 1992, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, situação evidenciada até hoje. Tanto a criação do IBAMA como do próprio Ministério do Meio Ambiente foram decisivos para o fortalecimento das políticas ambientais no Brasil, já que passa a existir um organismo com autonomia e cujas decisões vinculadas à gestão pública do meio ambiente no país passam a estar concentradas em um único lugar e com um único direcionamento, ainda que no começo o IBAMA tenha sofrido da visão distinta de quatro órgãos agora concentrados em apenas um, algo que gerava muitos conflitos internos (tendo em vista a existência de vários grupos com diferentes agendas em uma única instituição), foi fundamental para que o IBAMA superasse essa fase inicial a credibilidade que lhe foi dada pela sociedade e mídia da época, aliado ao apoio político para que a organização pudesse colocar em prática as diretrizes definidas na legislação ambiental e para, o nosso caso em especial, tocar projetos de implantação de novas áreas de preservação natural, como pode ser observado na Figura 2, a qual é possível observar um aumento considerável de novos parques/UCs a partir da constituição do IBAMA.

Embora a política nacional de proteção da natureza tenha se expandido e consolidado ao longo dos últimos anos, para Medeiros (2004) essa mesma política pública enfrentou diversos problemas e limitações no decorrer desse período. Dentre esses percalços o autor destaca a falta de recursos para gestão e implantação das Unidades de Conservação e conflitos existentes entre os interessados, tendo por consequência, segundo o mesmo autor, da (...) *ausência de uma estrutura ou estratégias que promovessem a integração do espaço à dinâmica do local*. Ainda segundo Medeiros (2004), o que ocorreu ao longo dos anos foi a fundamentação de um sistema estatal muito eficiente na implantação das UCs e definição de lei de conservação, mas fragilizado no que diz respeito a sua gestão.

vinculados ao Ministério da Agricultura. Além da Superintendência da Borracha (SUDHEVEA) que tinha como desafio viabilizar a produção da borracha e era vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio e Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), vinculada ao Ministério do Interior.

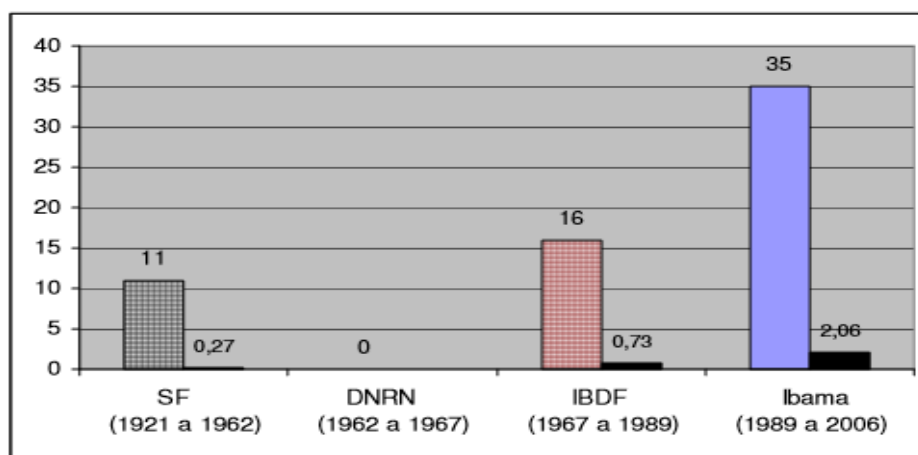


Figura 2 – Número de Parques Federais criados por ano e por Instituição⁶

Fonte – ESTEVES, Caio, 2006.

O próprio Estado brasileiro foi ao longo do tempo alterando sua participação no processo, principalmente a partir da década de 1990, quando passa do papel de gestor para um papel de articulador de leis que garantissem a existência e criação das Unidades de Conservação, deixando para as Organizações Não Governamentais - ONGs, associações locais, Fundações e Universidades a função de gerenciar e fiscalizar as UCs existentes no país.

Pode-se afirmar que essa alternância é reflexo direto da alteração de partidos no poder ocorridas no mesmo período, e por consequência nas suas respectivas políticas ambientais, como é visto mais detalhadamente a seguir.

2.2 A política ambiental brasileira – análise do período de 1990 a 2016.

A partir da realização do evento Rio- 92 ampliaram as discussões sobre a questão ambiental em todo o mundo, o que reflete na opinião pública brasileira a respeito do tema e consequentemente nas decisões tomadas pelo governo brasileiro.

O Presidente Fernando Collor de Melo, em exercício na época, ao tomar posse ressaltou os compromissos ambientais do seu governo, adotando em seguida uma série de medidas emergenciais em resposta a opinião pública nacional e internacional da época.

Dentre as medidas destaco a posição favorável do governo frente aos compromissos da *Agenda 21* (documento definido no evento Rio 92); a prorrogação da suspensão dos subsídios e incentivos fiscais para agropecuária na Amazônia; a intensificação do monitoramento e a fiscalização do desflorestamento; o encerramento do programa nuclear militar (em sinergia com a política ocidental de não proliferação nuclear); o

⁶ SF – Serviço Florestal; DNRN – Diretoria Nacional de Recursos Renováveis; IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal; IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

estímulo a financiamento de projetos de cunho ambiental, como os projetos de despoluição dos rios Tietê (São Paulo/SP), Guaíba (Porto Alegre/RS) e Baía da Guanabara, no Rio de Janeiro/RJ, além da demarcação da reserva Yanomami, no estado do Amazonas, em atendimento as reivindicações dos indígenas e seus aliados, finalizando assim o conflito existente entre os militares e as elites amazônicas.

Para Canizio (1991) a preocupação ambiental por parte dos governos federais foi intensificada após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Nesse sentido, Fernando Collor demonstrou empenho, no seu governo, para mostrar à comunidade internacional que o Brasil estava preocupado e era capaz de gerenciar seus recursos naturais.

A conjuntura nacional gerada pelos preparativos da Rio-92 e a mudança das posições oficiais do governo Collor em relação ao governo Sarney, em respeito à questão ambiental, ampliam os espaços de projeção e convergência do ambientalismo multissetorial com o conjunto do Estado e sociedade brasileiros. (VIOLA e LELIS, 1995, p. 94).

De acordo com Souza (2011), questões relacionadas ao controle da poluição ambiental pelos governos e gestão do meio ambiente foram amplamente discutidas no decorrer do evento Rio-92, o que resultou na elaboração da *Agenda 21*, considerado o principal documento da Conferência. Nesse documento foram apresentados diversos programas que posteriormente norteariam as políticas públicas, com destaque aqueles adotadas no Brasil a partir de então. Além disso, Souza (2011) afirma que questões como o a qualidade das águas (doces e oceanos), desenvolvimento sustentável, biodiversidade, mudanças climáticas e resíduos (tóxicos e nucleares) tornaram-se assuntos discutidos em nível global desde então, tanto pelos países desenvolvidos como em desenvolvimento, embora nesse caso houvesse grande resistência dos países com maior nível de industrialização e capital, como os Estados Unidos por exemplo.

Por outro lado, segundo Moura (2016), os resultados da conferência podem ser considerados como insuficientes e mesmo decepcionantes, já que não foram estabelecidos compromissos obrigatórios por parte dos integrantes, ou seja, tivemos um evento de grande relevância para a opinião pública, mas de resultados práticos pouco efetivos no tocante a gestão e conservação ambiental.

De acordo com Silva (2015), com relação à questão ambiental, vale destacar ainda no governo Collor a criação do Ministério do Meio Ambiente - MMA em 1992, mas que um ano depois, segundo a mesma autora, foi transformado em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Já em 1995, no início do governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, foi alterado para Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, adotando, posteriormente, o nome de Ministério do Desenvolvimento Urbano e do Meio

Ambiente. Por fim, em 1999, ainda durante o governo FHC, retornou à denominação de Ministério do Meio Ambiente.

A gestão ambiental federal por parte do governo Itamar Franco (dezembro de 1992 e janeiro de 1995), que substituiu o Governo Collor por conta de seu *impeachment*, ocorrido em 1º de outubro de 1992, ocorreu de forma praticamente inerte com relação à sanção de leis de caráter ambiental e com relação à definição de políticas que promovessem mudanças significativas na fiscalização, modernização da gestão das instituições ligadas as questões ambientais ou até mesmo com relação a ampliação ou consolidação das áreas de preservação ambiental.

As razões para essa inércia podem ser explicadas pelo fato de que o governo assumido pelo então vice-presidente foi formado às pressas, em decorrência do inédito *impeachment* latino americano e que por conta disso sempre se comportou como um governo de transição, muito mais preocupado em atender aos anseios da população, Fundo Monetário Internacional - FMI, comunidade internacional (leia-se países de economia dominante como Estados Unidos) e opinião pública brasileira e conseguir, a qualquer custo, controlar a inflação, o que ocorreu de fato por meio do advento do Plano Real, em 1994, instituído pelo Ministério da Economia que na ocasião era representado por Fernando Henrique Cardoso, que foi associado na época como o grande responsável pelo sucesso obtido pelo plano com relação aos seus principais objetivos: controlar a inflação e permitir assim a estabilidade econômica.

Embora o Plano Real não tivesse essa finalidade *a priori*, o cumprimento de seus objetivos iniciais sempre centrados na questão econômica, em especial de controle da hiperinflação vigente na época aliado ao fortalecimento da nova moeda nacional (o Real) frente ao dólar, a estabilidade econômica facilitou o planejamento de médio e longo prazo das políticas públicas de outras áreas, como a ambiental, por exemplo, a partir dos próximos governos federais, pois sem o Plano Real era praticamente impossível pensar em gerir e fortalecer Unidades de Conservação em um país onde a inflação superava frequentemente uma inflação de mais de 40% ao mês, o que levava os gestores dessas áreas a sempre dispor de uma verba frequentemente insuficiente ou liberada sem qualquer critério ou planejamento, para que não fosse deteriorada em função da abrupta variação dos preços e custos operacionais em decorrência da alta inflação.

De acordo com Lamounier (2005), a estabilização da moeda no período de 1993 e 1994, permitiu que governo e agentes econômicos pudessem recuperar, segundo o mesmo autor (...) *a capacidade de operar estrategicamente, perseguindo objetivos concatenados, de médio e longo prazo.*

Pode-se atribuir esse ressurgir do planejamento à mudança de cenário da economia brasileira, que manteve a estabilidade macroeconômica e possibilitou o resgate do planejamento das ações públicas. (MOURA e BEZERRA, 2016, p. 102)

Amplamente apoiado pela opinião pública por ter sido o então Ministro da Economia responsável pela implantação do Plano Real, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso (também conhecido como FHC) assume a presidência da república em janeiro de 1995 e lá permaneceu por meio de dois mandatos seguidos até o final de 2002. Nesse período têm destaque na sua política ambiental a sanção da Lei da Natureza, também conhecida como *Lei de crimes ambientais* (Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998), a qual determina sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente praticadas por empresas, pessoas e organizações, que contribuiu para a efetiva fiscalização e combate das praticas danosas ao meio ambiente no país.

No decorrer do governo FHC é sancionada a lei do SNUC (nº 9.685), que institui o sistema Nacional de Unidades de Conservação e permite, dentre outros aspectos (abordados mais detalhadamente no próximo tópico), aprimorar a gestão, organização e controle das Unidades de Conservação brasileiras.

De acordo com Moura e Bezerra (2016), a dimensão ambiental é observada pela primeira vez como prioridade no governo FHC por meio do Plano Plurianual - PPA de 2000-2003, onde a área ambiental assume o mesmo peso que as demais áreas setoriais estratégicas, ficando sob a responsabilidade do MMA a definição das diretrizes estratégicas, dos objetivos setoriais e os programas.

Na análise da estrutura dos primeiros planos plurianuais, percebe-se facilmente que predominam os aspectos econômicos e sociais. Apenas a partir do PPA 2000-2003 inicia-se o processo evolutivo na direção da incorporação de aspectos gerenciais, com a inserção das dimensões ambiental e territorial no contexto da política de planejamento do governo federal. (MOURA e BEZERRA, 2016, p. 102)

Cervo (2002) destaca o tema “meio ambiente” como ponto positivo da política externa de FHC, onde afirma que a (...) *a ação da diplomacia brasileira nesse terreno não permitiu que graves prejuízos ao país como aqueles advindos da gestão das relações econômicas externas se repetisse*. O autor acrescenta ainda que era perceptível junto aos países avançados a intenção de utilizar o argumento ecológico como instrumento de pressão sobre os países em desenvolvimento para tolher-lhes riqueza e meios de ação, mas que a estratégia brasileira (até mesmo anterior ao período FHC) envolveu iniciativas na esfera bilateral, multilateral regional e multilateral global.

Em julho de 2002, durante o governo FHC foi assinado pelo Brasil o Protocolo de Kyoto. Esse tratado internacional foi assinado pela maioria dos países do mundo que define compromissos mais rígidos para conseguir a efetiva redução da emissão dos gases que podem agravar o efeito estufa, considerados, de acordo com a maioria das investigações científicas vigentes, como a causa mais provável para o aquecimento global, o que poderá alterar todo o ecossistema global e comprometer assim a qualidade de vida de toda a fauna e flora existente na terra, além de aumentar de forma significativa a chance de aumento do nível do mar em todo o mundo, algo que poderia ser crucial para continuidade da vida, num primeiro momento, nas áreas litorâneas, ocasionando assim profundas mudanças sociais, econômicas e geopolíticas em todo o mundo.

O tratado, ratificado em 1999, entrou em vigor apenas em fevereiro de 2005 quando os 55 países, que são responsáveis por 55% das emissões e de emissão de gases considerados responsáveis pelo efeito estufa finalmente o assinaram⁷ e propuseram inicialmente a estabelecer um calendário aos quais os países membros comprometeram a reduzir seu nível de emissão em 5,2% até 2012 em relação ao que foi verificado em 1990.

Porém, as metas de redução não foram homogêneas em todos os países que assinaram o tratado, o que levou aos países considerados na época da ratificação como *emergentes* (como Brasil, México, Argentina e Índia) não recebessem efetivas metas de redução, pelo menos num primeiro momento, o que facilitou e muito a adesão do Brasil e desses demais países ao acordo, tendo em vista o apoio que a adesão gerou por parte da opinião pública com relação a essa aparente preocupação por parte do governo a questão ambiental, sem dar conta muitas vezes que praticamente nenhum esforço precisaria ser tomado pelos empresários brasileiros para seguir um acordo a qual as exigências para o Brasil eram praticamente inócuas.

Embora 172 países estivessem presentes em Kyoto, poucos países com expressiva emissão de gases nocivos na atmosfera aderiram de fato ao que foi estabelecido pelo acordo. Dentre esses países destacam o Canadá, Austrália e em especial os Estados Unidos, responsável, segundo Lima (2011), pela emissão de 35% dos gases nocivos na atmosfera em todo o mundo. De acordo com os representantes desse país no evento, atender ao acordo inviabilizaria sua produção industrial.

⁷ A demora ocorreu principalmente em função da resistência russa em assinar o acordo, o que ocorreu somente em novembro de 2004. Segundo LIMA (2011) a Rússia só assinou o protocolo quando entendeu que somente a partir dessa assinatura o país conseguiria ingressar na OMC – Organização Mundial do Comércio

DEZ ANOS DO PROTOCOLO DE KYOTO

Adesão de países ao acordo

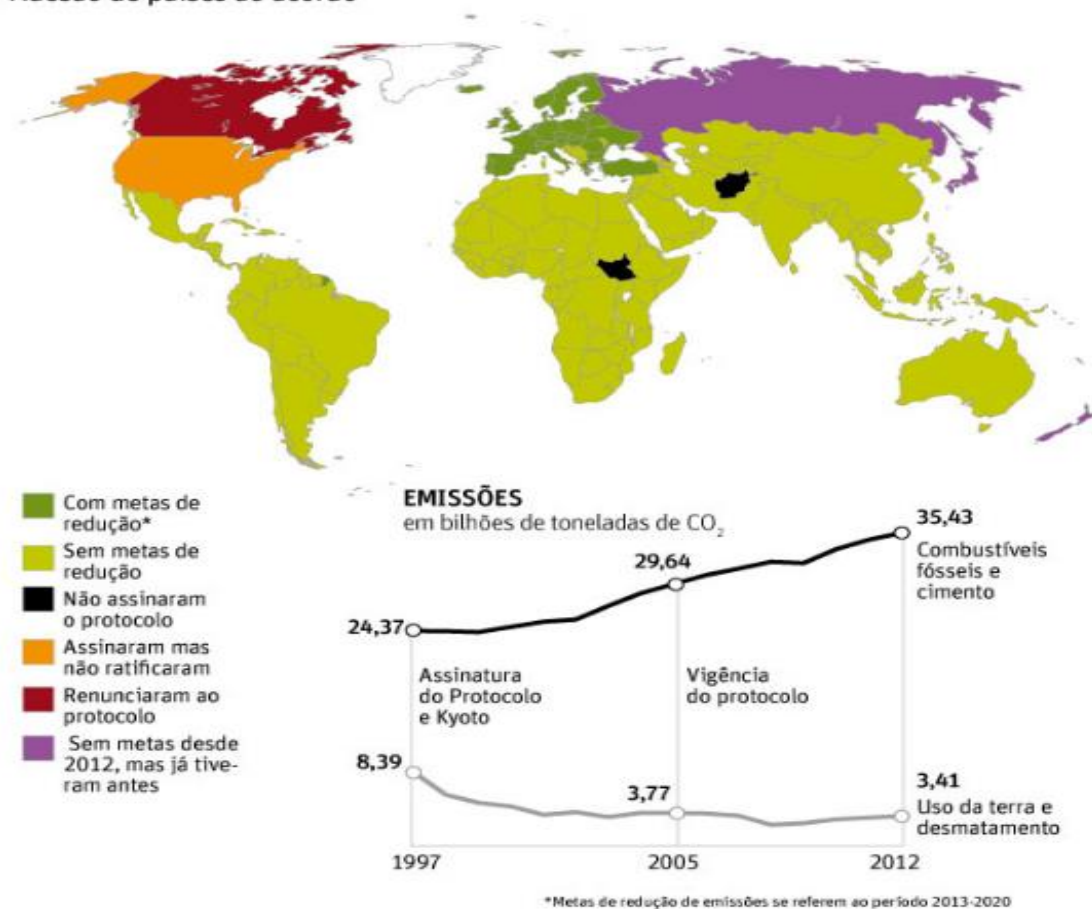


Figura 3 – Adesão ao Protocolo de Kyoto e Nível de Emissão de Gases – 10 anos depois do acordo

Fonte – Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em 06 de março de 2018.

Além disso, os estadunidenses se defenderam das críticas provenientes da comunidade internacional ao afirmar que optaram por adotar normas de combate ao efeito estufa definidas por si mesmos e denominadas *Iniciativas de Céu Limpo*, o qual incentivos fiscais seriam oferecidos pelo governo dos Estados Unidos às empresas do país que conseguissem reduzir a emissão de 03 tipos de gases considerados nocivos ao meio ambiente, dentre os quais não incluía o gás carbônico, que segundo o governo dos Estados Unidos, ainda não havia sido comprovado ser de fato prejudicial ao meio ambiente.

A omissão estadunidense e de países de grande atividade industrial, associado à falta de uma exigência mais efetiva para países como Brasil, Argentina e México cumprissem de fato metas de redução de emissão de gases, fragilizou os resultados do tratado, que depois de dez anos demonstrou resultados pouco efetivos, podendo assim ser considerado um tratado que gerou muito barulho, mas que de concreto resultou apenas em uma intenção dos países que assinaram e concordaram com os termos previstos no tratado em colaborar para a causa ambiental, transformando a adesão ao tratado, muito mais uma

chance de obter uma boa impressão frente à comunidade internacional e local do que em ações efetivas para o aprimoramento das ações de preservação e gestão ambiental, mais uma vez.

Pode-se afirmar, portanto, que o governo FHC encontrou no Tratado de Kyoto uma excelente oportunidade de demonstrar frente à opinião pública como um governo preocupado com as questões ambientais globais sem efetivamente transformar essa preocupação em ações efetivas e de resultados concretos.

(...) não se pode esquecer que a extensa agenda criada pelos diversos acordos internacionais ambientais é construída com a participação de países com capacidades muito assimétricas, o que coloca em questão sua legitimidade, e, além disso, pode ofuscar as prioridades nacionais. (MOURA, 2016, p. 39)

Mas o fato mais relevante da era FHC com relação à política pública ambiental está na descentralização das estratégias de gestão ambiental. A decisão em descentralizar sua gestão ambiental é consequência, em primeiro lugar, do comprometimento do governo com a *Agenda 21*, defendida pelo governo FHC, que estabeleceu algumas ações e recomendações para a prática da boa governança e ética para a promoção da sustentabilidade e que explícita em seu objetivo de descentralização e o pacto federativo: por meio de parcerias, consórcios e o poder local.

Somado a isso deve ser considerado a posição das agências internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), defensoras desse modelo nos países para que pudessem assim oferecer crédito para os investimentos públicos necessários aos projetos de gestão e conservação de cunho ambiental encontrado nesses países, como o Brasil por exemplo.

Por fim, não se pode esquecer que a opção pela descentralização vai diretamente de encontro a ideologia neoliberal dominante na época dentre os países mais ricos do mundo, associado a ideologia do PSDB (Partido Social Democrata Brasileiro), defensor nato da política neoliberal em seus governos.

A AG21 Brasileira teve importância histórica. Em um período de auge do modelo neoliberal e de ausência de canais de participação popular, a AG21 supriu uma lacuna, permitindo, com inédita escala de abrangência, a expressão popular no debate sobre a construção de políticas ambientais (e mesmo políticas públicas em geral) e sobre a alteração do modelo de desenvolvimento nacional. (FONSECA, 2016, P. 325)

Num primeiro momento, a descentralização da gestão pública ambiental traz propostas tentadoras, pois se imagina que tal postura possa permitir uma maior participação dos atores sociais locais na gestão das Unidades de Conservação de suas respectivas regiões, por exemplo, assim como uma melhor dinâmica da gestão ambiental nessas UCs

por conta da maior flexibilidade e consequente agilidade nas decisões locais. Mas ao longo do governo FHC, o que pareceu de início ser uma proposta *moderna* e democrática, evoluiu para uma indesejada situação de falta de comprometimento do governo com relação à preservação das áreas naturais existentes.

Uma das razões para o fracasso da proposta ocorreu em virtude da grande diversidade regional existente no país, onde cada realidade regional, muito diferente uma da outra, não foi tratada de forma específica e nem tão pouco levou em conta as diferenças demográficas, sociais, histórica, culturais e econômicas existente, Isso impediu que um único modelo e gestão descentralizada funcionassem de forma igual ou tivesse os mesmo resultados em todo país.

De acordo com Weiss (2016), o processo neoliberal de reforma estrutural das instituições, geralmente definidos e impostos pelos organismos financeiros internacionais aos países economicamente subdesenvolvidos, como o Brasil, resultou no enfraquecimento do Estado a estes países que adotaram políticas públicas setoriais desarticuladas, que não levaram em consideração suas especificidades natural ou social, tendo assim resultados piores na prática e conservação ambiental quando comparados a modelos de outros governos que entendiam que o Estado deveria ter mais controle sobre a questão ambiental.

Para Scardua e Bursztyn (2003), o envolvimento da sociedade no processo é essencial para conseguir a plena democracia participativa e representativa. Por outro lado, para os mesmos autores, o governo deve ser imparcial e intervir no processo quando necessário, de forma a diminuir as distorções econômicas inerentes ao sistema, impedindo assim que os interesses das elites dominantes imperem sobre um fim maior de uma política ambiental nacional.

A falta de uma articulação mais forte entre as ações e estratégias de gestão ambiental e territorial pode ser creditada a uma série de fatores explicativos, entre os quais a incapacidade do Estado brasileiro implementar políticas integradas de transformação socioespacial e de regulação dos comportamentos individuais e coletivos. (CUNHA e COELHO, 2008, p. 44)

O modelo de descentralização proposto fez o governo federal *terceirizar* sua gestão das questões ambientais para os estados e municípios, sem prepará-los, orientá-los ou fomentá-los economicamente para que tivessem a estrutura e direcionamento necessário para sua autogestão e encontrassem soluções de gestão ambiental a partir da efetiva participação dos diferentes representantes dos grupos sociais locais, como pregava inicialmente a proposta.

De acordo com Scardua e Bursztyn (2003), o governo não deve esperar que a sociedade local adquira interesse naturalmente pela política pública vigente, já que na

maioria das vezes a população só procura se interessar do que lhe interfere naturalmente, e mesmo assim a curto prazo.

A sociedade brasileira, na maioria das vezes, na qualidade de espectadora das ações governamentais, só procura seus direitos no momento em que existe algum fator ou evento que a prejudique ou que lhe traga desconforto. Essa postura – típica de sociedades que possuem baixo capital social – ensejam medidas de incentivo por parte do governo central, para que a sociedade venha a participar dos esforços de melhoria da qualidade de vida, que comecem no âmbito local. (SCARDUA e BURSZTYN, 2003, p. 295)

Segundo Viola e Leis (1995), na última década do século passado (1990-2000) há uma erosão do Estado em função dos interesses do mercado, onde as ideologias estadistas são enfraquecidas face ao crescimento do poder e interesses mercantilistas, por consequência, para esses autores, (...) *o mercado triunfou sobre o Estado no debate histórico sobre a alocação eficiente de recursos produtivos*, embora esse mercado ainda necessite do Estado e das organizações vinculadas à sociedade civil para as questões sociais e em especial, de proteção ambiental, no tocante a legislação e fiscalização, cuja responsabilidade de elaboração e execução ainda provém do Estado, apesar de que muitas das leis, formas de fiscalização e eventuais multas de cunho ambiental tenham sido convenientemente moldadas para atender aos anseios desse mesmo mercado, o que nos remete ao ideia inicial defendida por esses autores.

Ainda com relação à proposta de descentralização das políticas públicas e ambientais, o governo FHC não demonstrou o efetivo envolvimento, controle e participação do governo federal e seguiu apenas os interesses das oligarquias dominantes do sistema social e econômico local, que fizeram prevalecer seu interesse econômico, deixando assim para um segundo, terceiro ou último plano o que deveria ser, em tese, o maior fim de qualquer política ambiental: a possibilidade de preservação as áreas naturais remanescentes, como as Unidades de Conservação, por exemplo.

As práticas clientelistas e coronelistas, ligadas a questões políticas locais, poderão influenciar a forma de atuação dos órgãos municipais de meio ambiente, possibilitando maior desagregação e gerando externalidades negativas para a área ambiental. Caso o processo de descentralização não seja tocado de forma articulada com a participação ativa da população e de órgãos de controle social, como o Ministério Público, tais práticas não poderão ser vencidas. (SCARDUA. Fernando P.; BURSZTYN, Maria A, 2003, p. 307).

A carência de profissionais tecnicamente preparados para as questões ambientais nas instituições estaduais e municipais, falta de treinamento das pessoas diretamente envolvidas com a gestão ambiental local, salários defasados (quando comparados à iniciativa privada em cargos similares) dos profissionais que trabalham em Unidades de Conservação ou órgãos públicos vinculados a gestão ambiental, ausência de uma estrutura mínima e recursos financeiros para a realização de um trabalho competente,

aliado a instituições municipais e até mesmo estaduais despreparadas para assumir por completo a responsabilidade pela gestão ambiental, foram fatores decisivos para que a descentralização das políticas e instrumentos ambientais para o nível local tenha ocorrido de forma pouco consistente no tempo e no espaço, comprometendo assim a perpetuação das UCs no decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso, ocorrido entre 1995 e 2002.

O exposto denota que o Estado [na era FHC] exercer um papel importante no planejamento territorial, seguindo como em via dupla, por um lado adota medidas em defesa da natureza, ao mesmo tempo promove ações que favorecem danos na natureza. (SILVA, 2015, p. 4133)

A partir de janeiro de 2003, o governo liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) por meio do presidente Luiz Ignácio Lula da Silva (Lula) marca uma nova era na política ambiental brasileira. Essa mudança de direção na política ambiental brasileira reflete o contexto político brasileiro, que segundo Moura e Bezerra (2016), (...) *é conformado não apenas pelas instituições, mas influenciado por carismas pessoais ou por redes de interesse em troca de apoios eleitorais*. Esta tendência geral explica, segundo os mesmo autores, as mudanças ocorridas nos rumos políticos em todos os níveis de governo, em especial no governo federal, onde sempre há a descontinuidade político-administrativa de uma gestão à outra e no curso destas mesmas, o que impede muitas vezes uma política ambiental consistente e com credibilidade frente à opinião pública.

Chama a atenção o fato de o governo petista ter colocado, pelo menos no princípio, a questão ambiental num patamar jamais visto anteriormente, o que fica muito evidente quando o governo federal empossa a senadora Marina Silva como a nova Ministra do Meio Ambiente.

A Nova ministra se destacara até então por ter sido uma personagem carismática dos seringueiros chefiados por Chico Mendes, cuja luta atingiu visibilidade e respeito da opinião pública nacional e internacional, ampliada ainda pela sua trágica morte. Além disso, o governo convidara para compor vários cargos importantes no Ministério, ativistas originários dos movimentos ambientalistas, contando ainda, segundo Lisboa (2011), com um amplo e consistente apoio dos movimentos sócio ambientais de base, envolvendo desde organizações indígenas, Movimento dos Sem Terra - MST e os sindicatos.

Para formalizar o efetivo apoio do novo governo federal a questão ambiental, o primeiro Plano Plurianual - PPA, elaborado pelo governo Lula (2004-2007) definiu a seguinte estratégia de desenvolvimento:

O PPA 2004-2007 terá como objetivo inaugurar a seguinte estratégia de longo prazo: inclusão social e desconcentração da renda com crescimento do produto e do emprego. **Crescimento ambientalmente sustentável**, redutor das disparidades regionais, dinamizado pelo mercado de consumo de massa, por investimentos e pela elevação da produtividade. E redução da

vulnerabilidade externa através da expansão de atividades competitivas que viabilizem esse crescimento sustentado. As políticas e programas que darão substância a essa estratégia distribuem-se em cinco dimensões: social, econômica, regional, **ambiental**⁸ e democrática (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, 2003, p. 5).

Sobre a questão ambiental, Lula afirmou, segundo Borges (2011), em seu discurso na 59ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas - ONU em 2004, que o governo de então têm conhecimento científico e escala produtiva para equilibrar os desafios econômicos e sociais do planeta, sendo possível reconciliar natureza e progresso por meio de um desenvolvimento ético e ambientalmente sustentável. E concluiu, segundo o mesmo autor, que embora a natureza não possa ser considerada (...) *um museu de relíquias intocáveis*, ela não pode ser degradada pela ação humana e ambiental sob o pretexto de que os fins justificam os meios.

Com relação ao governo Lula, há uma inédita aproximação dos movimentos sociais pela causa ambiental, especialmente em virtude, por iniciativa do próprio governo, das Conferências Nacionais de Meio Ambiente - CNMA. Ocorrida em três diferentes edições (2003, 2005 e em 2008) essas conferências chamam a atenção pelo grande número de inscritos para suas edições. Segundo Losekann (2012), na primeira conferência participaram ao total, contando com as etapas municipais e estaduais, em torno de 65 mil pessoas. Na etapa nacional participaram 912 delegados eleitos e mais 165 delegados conselheiros do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA e do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. Segundo o mesmo autor, participaram da segunda CNMA um total de 1.337 delegados.

Esses números expressivos de pessoas participantes impressionam num primeiro momento e sugerem a obtenção de uma alta inclusão da sociedade, de diferentes locais e classe na causa ambiental. No entanto, suas deliberações não foram efetivadas por uma série de razões, a começar pela qualidade das propostas, muitas delas vindas de pessoas com baixo conhecimento técnico sobre o assunto que deliberavam necessidades que demandavam a participação de outros ministérios e as quais eram praticamente inviáveis de serem executadas, principalmente em função dos recursos disponíveis ou porque contrariavam interesses econômicos, ou porque já estavam implantadas.

Outra razão está relacionada ao fato de que as conferências tinham um caráter meramente consultivo, de educação ou formação de opinião pública favorável à questão ambiental, o que em outras palavras significa que não há nenhum instrumento legal que obrigue o governo de implantar aquilo que foi decidido, tal como ocorre nas reuniões do

⁸ Grifo Nosso

CONAMA, cujas decisões devem ser acatadas pelo governo federal, já que o seu papel deliberativo é garantido por lei federal⁹.

De qualquer forma, conforme defende Losekann (2012), embora as CNMAs tenham servido muito mais como um espaço de educação, informação e recrutamento de bases, o evento não deixou de atender a uma importante função no processo democrático, onde o social e o ambiental tiveram uma real oportunidade de discutir ações conjuntas.

Ainda no primeiro mandato do governo Lula houve o fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA com a gestão ambiental compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais, além do envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais, chamado princípio da *transversalidade*, de acordo com Kageyama e Santos (2012), ocorreu quando a política ambiental foi inserida na agenda de todos os ministérios e demais órgãos públicos.

Pela primeira vez e de forma efetiva, os aspectos humanos relacionados à gestão e conservação da biodiversidade em seu mais amplo espectro de definição foram incorporados à gestão pública, desencadeando toda onda de redefinição e reconceituação da atuação do Estado nas políticas ambientais. (KAGEYAMA e SANTOS, 2012, p. 189).

Nesse caso, a proposta do Ministério do Meio Ambiente não era sobrepor suas decisões aos interesses dos demais Ministérios, mas promover uma ação interdisciplinar, onde as propostas e anseios de cada pasta fossem relevados para que fosse estabelecida assim uma agenda conjunta. De acordo com Kageyama e Santos (2012), (...) *uma atitude como essa exigiria humildade, competência e persuasão dos seus técnicos na tentativa de conquistar adesão dos outros Ministérios, construindo-se assim uma interdisciplinaridade com esses setores*. Uma das ações mais bem sucedidas nesse sentido ocorreu na Amazônia, que registrou sensíveis reduções de taxas de desmatamento após uma ação conjunta entre o MMA e outros 13 ministérios envolvidos, como o Ministério de Defesa, Ministério da Justiça, do Trabalho, Ciência e Tecnologia dentre outros.

⁹ O CONAMA foi criado pela lei nº 6.938, de 1981

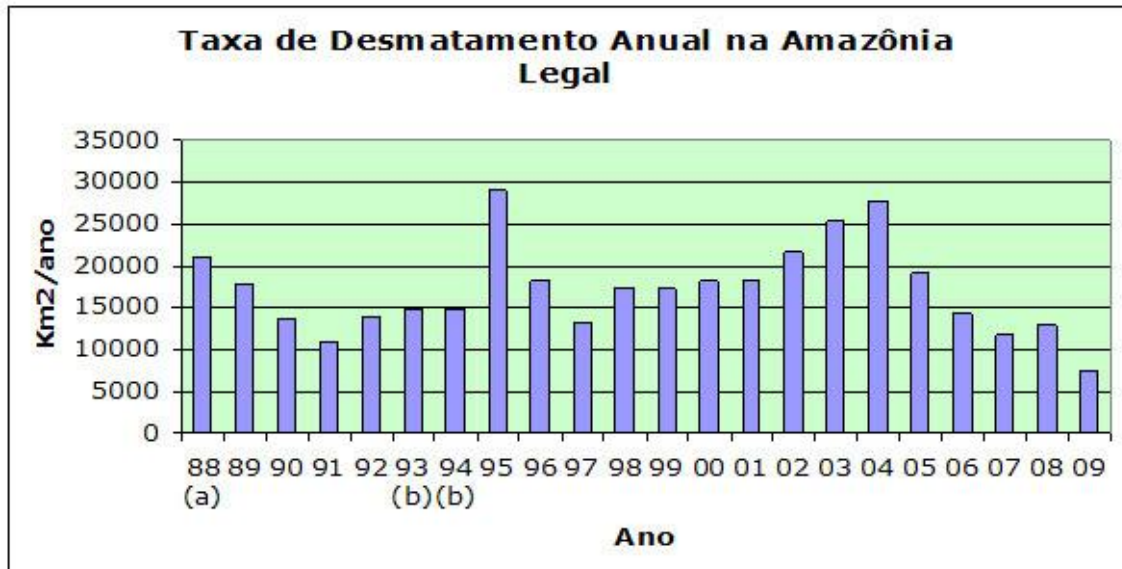
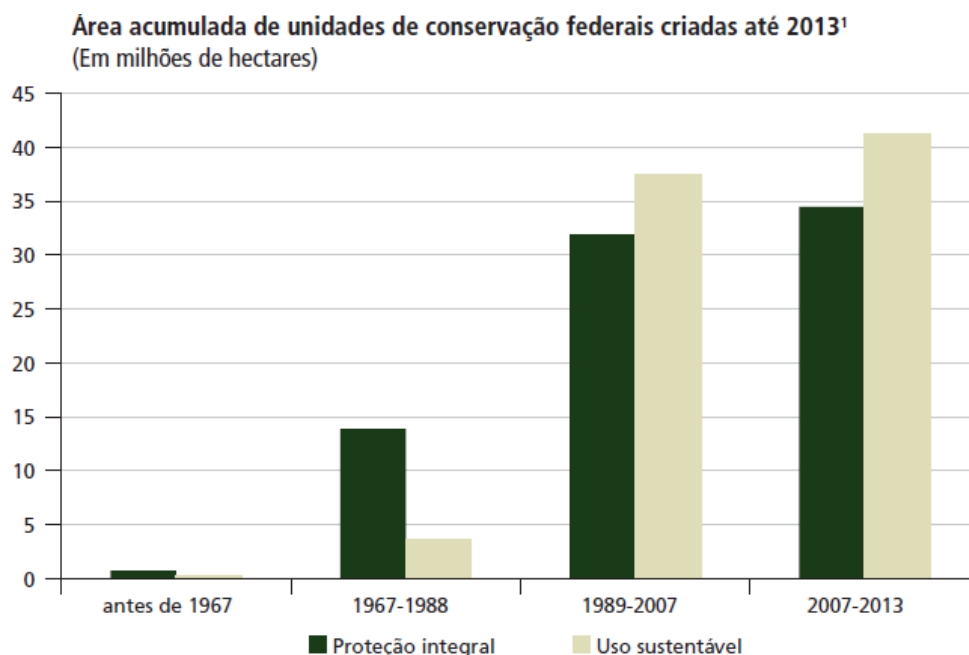


Figura 4 – Taxa de Desmatamento na Amazônia – período 1988/2009

Fonte – Disponível em http://www.inpe.br/noticias/arquivos/imagens/desmatamento_prodes_maior.jpg. Acesso em 02 de abril de 2018.

Segundo Kageyama e Santos (2012), no período compreendido de 2003 a 2006 foram criadas 18 Unidades de Conservação Integral, totalizando 8,44 milhões de hectares, e 35 Unidades de Conservação de Uso Sustentável, o que representou novos 11,3 milhões de hectares sobre regras específicas de manejo e conservação.

Os mesmos autores destacam ainda que a grande maioria das Unidades de Conservação criadas nesse período de governo foi de Reservas Extrativistas (RESEX), Florestas Nacionais e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), ao contrário da política vigente até então que se empenhou em criar Unidades de Conservação em áreas predominantemente desabitadas, segundo o Ministério do Meio Ambiente (2006).



Fonte: banco de dados do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação/MMA.

Nota: ¹ Considerando o tempo de atuação das instituições encarregadas pela gestão das unidades de conservação. Período anterior a 1967 – Ministério de Agricultura; de 1967-1988 – IBDF; 1989-2007 – Ibama; de 2007 até a atualidade – ICMBio.

Figura 5 – Unidades de Conservação criadas até 2013 – Área acumulada

Fonte – SILVA e SAMBUICHI, 2016.

De acordo com Mercadante (2010), mesmo com todas as ações promovidas pelo governo Lula restava ainda dúvidas em relação aos compromissos firmados desse governo com relação à questão ambiental. Para o autor, a resposta definitiva a essas incertezas seria dada em Copenhague, no decorrer da 5ª Conferência das Partes das Nações Unidas sobre o Clima (COP-15), em 2009, quando houve um reconhecimento dos participantes com relação ao protagonismo do Brasil em, segundo o mesmo Mercadante (2010), adotar, mesmo que forma voluntária, metas ambiciosas de redução de emissão de gases nocivos ao meio ambiente, tendo em vista as ameaças do aquecimento global.

Com efeito, o nosso país saiu de uma posição defensiva nesse tema e passou a se colocar na vanguarda da luta ambiental entre os países emergentes. Para isso contribuiu muito a redução drástica do desmatamento da Amazônia e a liderança internacional do país na geração de energia limpa. (MERCADANTE, 2010, p. 29)

Mas, ao longo dos anos o governo Lula foi, infelizmente, cedendo sua política ambiental aos interesses dos empresários e grandes agricultores, representados por políticos influentes que poderiam colaborar na obtenção de votos favoráveis a projetos de outras áreas que fossem de interesse do governo.

Essa tentativa de agradar aos interesses de todos leva o governo a uma política ambiental que passa a ser bastante questionada pela opinião pública e até mesmo por integrantes do seu próprio governo, em especial aqueles do Ministério do Meio Ambiente,

que até então eram prestigiados pelo próprio governo quando do seu início de mandato, em 2003.

Hoje, passados mais de um ano e meio de governo, a decepção é geral no campo democrático e popular e de surpresa na área de forças conservadoras. No primeiro caso, as esquerdas, tanto no âmbito do PT quanto das demais formações partidárias aliadas se dividem em relação ao diagnóstico do desempenho do governo. Há os que consideram que o governo foi forçado a adotar uma política econômica e financeira mais conservadora para não correr o risco de uma desestabilização, situação essa derivada de um legado perverso dos governos anteriores, e os que sustentam que se trata de uma reorientação consciente de um governo que traiu concretamente as forças que lhe proporcionaram a vitória nas eleições. (PENNA, 2006, p. 27).

Segundo Borges (2011), a então Ministra do Meio Ambiente Marina Silva era constantemente contrariada pelo Ministério da Agricultura e outros Ministérios que demonstravam na época estar mais preocupados com a economia de curto prazo do que com um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Segundo o autor, um episódio envolvendo a ex-ministra ocorreu demonstra bem esse desgaste com o presidente. De acordo com Borges (2011): *Lula ouviu atentamente a opinião contrária dela às obras e os argumentos favoráveis dos técnicos da área. Após ouvi-los, de forma muito simplista diz: “Marina, essa coisa de meio ambiente é igual a um exame de próstata, não dá para ficar virgem toda vida”*. Na ocasião, o que estava em discussão era a transposição de parte das águas do rio São Francisco.

Como exemplos dos conflitos de interesses podem se destacar: a questão da autorização do cultivo de transgênicos no sul do país; a permissão de importação de pneus reprocessados do Uruguai; a polêmica das licenças ambientais para o complexo do Madeira; a perda do Ministério do Meio Ambiente pela batalha ideológica da transposição do Rio São Francisco; a retomada do programa nuclear brasileiro e a possibilidade do cultivo da cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal, atendendo nesse caso ao interesse dos grandes produtores desse *comoditie* no Brasil. Todos esses fatos foram minando a relação entre o Governo Lula e a Ministra do Meio Ambiente, resultando no seu desligamento do governo petista em 2008.

A indecisão para a tomada de um sentido claro na política ambiental marcou o governo Lula em todo seu período de mandato, onde ficou evidenciado um movimento oscilante voltado ora para atender a pressão do agronegócio, ora para atender a pressão dos ambientalistas, recuando muitas vezes em relação ao que havia anunciado há pouco tempo atrás. De qualquer forma, deve-se considerar nesse balanço a postura da Ministra Marina Silva, considerada por Borges (2011) como alguém que poderia apresentar uma postura mais agressiva e efetivamente comprometida com o Ministério.

A saída da Marina Silva significou a derrota do conceito de “transversalidade” no governo. O conceito de ‘transversalidade’ proposto pela ministra quando assumiu a pasta, sugeria que a temática ambiental estivesse no cerne de todas as decisões do país e permeasse todas as deliberações políticas. (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU, IHU On-line. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2008/12/29/a-politica-ambiental-e-energetica-do-governo-lula/>. Acesso em 10 de novembro de 2017.)

A indicação da então Ministra das Minas e Energia, ligada a uma área tradicionalmente oposta às questões de conservação do meio ambiente em função principalmente da necessidade de áreas para exploração de minérios e geração de energia, contribuiu para o agravamento das discussões e questionamento da política ambiental instituída pelo governo Lula até então. Dilma Rousseff, uma desconhecida pelo grande público até a indicação de Lula para sucedê-lo, aproveitou da enorme popularidade do então presidente para se eleger e tornar a primeira mulher a assumir o cargo máximo do executivo brasileiro.

Vale destacar que um dos candidatos ao pleito pela presidência foi justamente Marina Silva, ex-ministra do meio ambiente, que alterou sua relação com PT (Partido dos Trabalhadores) de uma aliada e membro desde sua fundação para uma influente questionadora da política do governo Lula e Dilma, em especial com relação à política ambiental da nova governante.

Dilma Rousseff foi a presidente que menos criou UCs federais, tendo como referência o período compreendido entre 1995 e 2016. Desde o seu primeiro mandato (2011-2014), a política ambiental da sucessora de Lula foi duramente criticada não só por Marina Silva, mas pelos ambientalistas de uma forma geral, não só pelo tímido aumento do número e área de novas UCs, mas por uma série de políticas e ações de seu governo que valorizaram a implantação de uma infraestrutura geralmente de grande impacto socioambiental, dependência de combustíveis fósseis e expansão da matriz energética, o que muitas vezes representou a desrespeito aos direitos territoriais de populações tradicionais e locais.

Para agravar a situação, a política instituída pelo governo Dilma marca um retrocesso nas conquistas obtidas frente à legislação florestal brasileira no Congresso, resultado de anos de fortalecimento das alianças com a bancada ruralista. Nos seis anos de governo Dilma, foram criadas apenas 13 Unidades de Conservação federais: sendo oito na Amazônia Legal e 05 na Mata Atlântica. Segundo a mesma ONG *Socioambiental*¹⁰, as Unidades de Conservação criadas na Amazônia, no período do governo Dilma, somam 3,5 milhões de hectares ou 95% da extensão total das áreas formalizadas.

¹⁰ Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

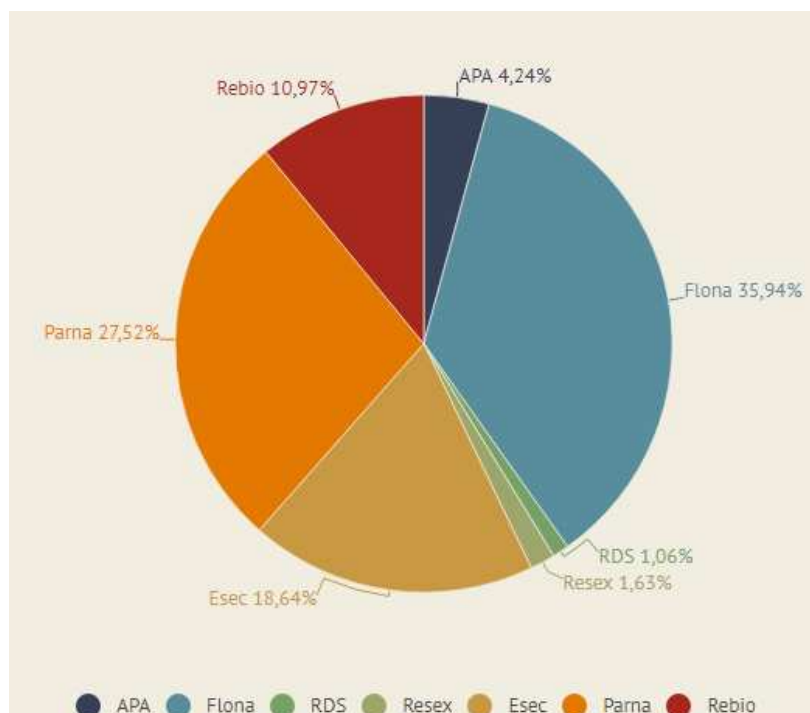


Figura 6 – UCs criadas pelo Governo Dilma – por categoria (%)

Fonte – Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

Ao analisar a política pública relacionada a criação das Unidades de Conservação em nível federal, observa-se, a partir da Figura 7, que o auge em ampliação territorial de UCs foi atingido durante o governo Lula, o qual no decorrer de seus oito anos de mandato autorizou a abertura de 77 novas Unidades de Conservação, num total de 26,7 milhões de hectares, em especial na região da Amazônia Legal (63%), como maior intensidade no seu primeiro mandato (70%), período o qual o MMA era comandado pela ex-senadora Marina da Silva. Logo após está o governo FHC, com 82 novas autorizações de UCs, mas uma área territorial menor comparada ao governo Lula.

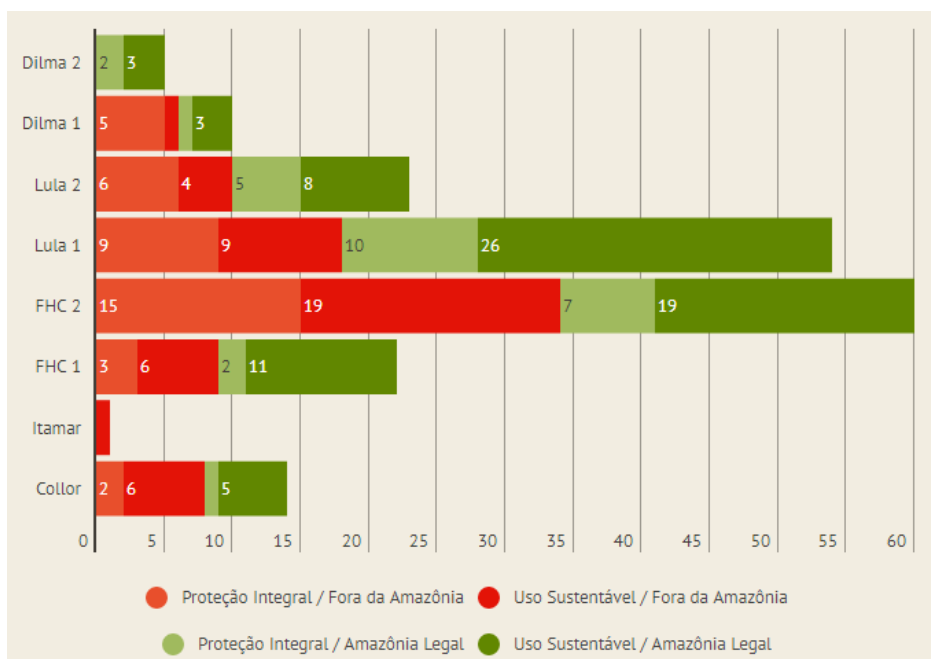


Figura 7 – Criação de UCs Federais por governo/por categoria

Fonte – Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

De acordo com os dados descritos na Figura 7, o governo Dilma foi uma das gestões que menos autorizou Unidades de Conservação, até mesmo numa intensidade menor que o governo Collor e com desempenho pífio quando comparado aos governos Lula e FHC. De qualquer forma, observa-se na mesma Figura 7, a tendência de redução de abertura de novas UCs federais a partir do segundo mandato do governo Lula, o que acaba se consolidando com a política do governo Dilma, que apresentou pouca preocupação com relação às questões ambientais, conforme analisado anteriormente.

A intensificação da ampliação das Unidades de Conservação federais no Brasil no decorrer do governo Dilma só ocorre de fato no final de 2014, convenientemente as vésperas do segundo turno das eleições presidenciais. Nesse breve período foram criadas sete novas UCs, numa clara tentativa do governo em atrair votos dos simpatizantes de Marina Silva, derrotada no 1º turno da mesma eleição. Se não houvesse essa boa vontade motivada por fins eleitorais, talvez nem sequer houvesse os novos 3,5 milhões de hectares em UCs instituídas no decorrer do governo Dilma.

A análise da política ambiental no período compreendido entre 1990 e 2016 evidencia a falta de continuidade entre as políticas ambientais entre os diferentes governos federais que estiveram presentes nesse período. Essa falta de continuidade de políticas ambientais entre os governos Collor, FHC, Lula e Dilma impede que ações duradouras ou de resultados de longo prazo pudessem concretizar e beneficiar as práticas de preservação e conservação ambientais brasileiras, o que prejudicou até mesmo um melhor planejamento

ou políticas públicas consistentes e continuadas para que as Unidades de Conservação possam atender ao seu princípio básico de conservação de seu território.

Por outro lado, a única constância entre os diferentes governos analisados está no fato de que os interesses econômicos sempre se sobressaem frente às políticas ambientais. Porém, de acordo com Souza (2011), o mercado econômico não consegue sozinho, administrar e resolver os problemas sociais e ambientais.

Apesar da evolução da consciência ecológica por parte da população e seus reflexos nas políticas ambientais, ainda é necessário avançarmos muito nessa questão. Foi possível identificar que as políticas ambientais no período estudado (1990 - 2016) foram, de forma geral, similares a outros momentos históricos do Brasil, onde o interesse político de grupos econômicos dominantes no período sempre sobressaiu em relação à causa ambiental.

A diferença agora está no fato de termos instituições e governos internacionais interessados em direcionar nossas políticas ambientais por meio de concessão de créditos financeiros (mais uma vez a questão econômica se manifesta) ou atender aos anseios da opinião pública internacional, cada vez mais preocupada com nosso equilíbrio atmosférico, conservação das áreas ambientais remanescentes, oferta de água potável, existência de recursos naturais passíveis de exploração e até mesmo de contemplação, elementos os quais podem ser encontrados nas Unidades de Conservação estudadas. Não que essas instituições pensem o mesmo, mas pensam assim ter que atender aos anseios de suas empresas multinacionais patrocinadoras, sempre preocupadas em agradar aos seus mercados consumidores mantendo assim seu nível de competitividade.

Essa preocupação ocorre, por exemplo, nas conferências internacionais do meio ambiente, que contam com um número cada vez maior de participantes e países envolvidos e por isso, quando ocorrem, são fartamente reportados pela imprensa internacional, mas que no final apresentam poucos resultados efetivos com relação à questão ambiental, em virtude, mais uma vez, dos interesses econômicos dos países que mais poluem no mundo, mas que poucos fazem para reverter essa situação, justamente pelo interesse econômico de suas empresas.

De qualquer forma, a visibilidade promovida por tais conferências estimula o envolvimento dos governos, em especial do Brasil, que desde a Eco-92, ocorrida no decorrer do Governo Collor, preocupado não apenas em defender práticas ambientais mais efetivas, mas em sediar constantemente esses eventos em seus territórios, promovendo assim maior visibilidade internacional e simpatia da opinião pública local para o governo federal vigente.

Vale destacar que o Estado terá na maior parte das vezes um forte poder de decisão, por meio de programas e linhas de financiamento, assim como na criação de

condições favoráveis para a inserção de projetos, apesar da recente descentralização e fragilização de seu papel, estimulada em especial nos governos neoliberais Collor, Itamar e FHC. Espera-se, portanto que esse Estado assuma o de vez papel de responsável pela preservação da natureza, por meio da criação de mecanismos que visem à preservação de seus recursos naturais e hídricos, independente do partido que dominar o governo atual ou futuro.

Ao longo do trabalho é observado, por meio dos estudos de caso propostos, como é a relação do Estado com as Unidades de Conservação e quem são, no caso do PECJ, ou podem ser, no caso do PEMCJ, os maiores beneficiados pelas políticas públicas vigentes e propostas.

2.3 O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)

A ideia de se ter um Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) existe desde os anos 1970, quando instituições governamentais e sociedades civis passam a ficar interessadas em conceber um plano com objetivos específicos voltados à conservação da natureza no Brasil. Na proposta original havia a previsão de novas categorias de manejo dos recursos naturais, que por sua vez ainda não eram previstas na legislação da época.

Embora a proposta tenha sido sancionada pelo governo federal em 1982, a falta de uma legislação específica sobre o tema atrasou a implantação do plano por 18 anos, quando é decretada a lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui de fato o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, composto por um conjunto de diretrizes e procedimentos oficiais que possibilitam aos órgãos governamentais federal, estadual e municipal junto com a iniciativa privada criar, implantar e melhor gerir as Unidades de Conservação (UCs) existentes em nosso país.

(...), o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza consolidou um arcabouço normativo até então pouco claro, por abrigar inúmeras leis, cada qual dispondo sobre diversas categorias de manejo, porém a criação do SEUC – Sistema Estadual de Unidades de Conservação é imprescindível para se definir, uniformizar e consolidar critérios para o estabelecimento e gestão das Unidades de Conservação estaduais. (AOKI; ZANATTO; MAX, 2002, p. 160)

A lei nº 9985, conhecida como *lei do SNUC*, foi sancionada pelo vice-presidente da República em 18 de julho de 2000, instituindo assim o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e como tal possui como principais diretrizes: a exigência de elaboração de Planos de Manejo para todas as UCs no prazo de cinco anos; a necessidade da participação das comunidades para o planejamento e gestão das Unidades de

Conservação; o reconhecimento da existência e respeito aos direitos de cidadania de *Populações Tradicionais* nas UCs, sendo entendidas, de acordo com a lei, (...) *como possíveis e importantes aliadas para a conservação da natureza*.

A exigência para a criação de Conselhos (consultivos ou deliberativos) voltados para a gestão de UCs envolvem vários setores da sociedade e reafirma de que quaisquer reduções de áreas em UCs só podem ser feitas por lei, e que, segundo a lei do SNUC (...) *todos os danos ambientais nelas ocorridos devem ter compensação financeira e ambiental compatíveis*, além da defesa do princípio do “usuário-pagador”, que deve pagar a administração das UCs pela passagem, visitação e por serviços de água e energia elétrica, por exemplo. Por fim, o reconhecimento e estímulo pela lei premia um sistema público descentralizado (União, Estados e Municípios), o qual é recomendado a contribuição de proprietários privados para a conservação de UCs.

Desde então, as diretrizes para o manejo das Unidades de Conservação (UCs) ocorre atualmente no Brasil com base nas premissas do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), implantado por meio da Lei nº 9985 de 18 de julho de 2000¹¹.

As Unidades de Conservação da Natureza no Brasil foram criadas pela Lei 9.985/2000 e visam à proteção ambiental da área sob os aspectos paisagístico, biológico, hídrico, geológico, geomorfológico, espeleológico, arqueológico, paleontológico e cultural, além de proporcionar condições para atividades de turismo de aventura, esporte aventura, contemplação da natureza, estudo do meio, turismo na natureza, turismo científico e todas as demais formas de uso público permitidos, bem como promover e valorizar o conhecimento e a cultura de populações tradicionais. (SCALEANTE e SANTOS, 2011, p. 127).

Desde sua idealização, ainda como projeto de lei, a proposta do SNUC buscou acabar com redundâncias e sobreposições existentes entre as diferentes legislações e categorias previstas até então. Além disso, o sistema de gestão de Unidades de Conservação brasileiro alcançou objetivos não atendidos nos planos e leis anteriores ao Sistema, permitindo assim a obtenção de um instrumento legal unificado em prol da conservação ambiental brasileira.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) instituído pela Lei 9.985 de 2000 visa contribuir, segundo a própria lei, para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos nas áreas protegidas; proteger em seu território as espécies ameaçadas de extinção no âmbito nacional e regional; contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promoção, por meios das UCs, para o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais e utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento.

¹¹ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (2003) e segundo a lei que o instituiu, são ainda considerados objetivos do SNUC: promover a proteção de (...) *paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica* e/ou dotadas de relevantes atributos de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural. Objetiva-se também, por meio do SNUC, promover a proteção, recuperação recursos hídricos, edáficos e ecossistemas degradados.

A criação de um sistema único para as áreas de proteção (SNUC), de um órgão operacional central (IBAMA) e a articulação entre diferentes instituições através do SISNAMA foram medidas tomadas nesse sentido e buscavam eliminar desperdícios e sobreposições tornando a criação de áreas protegidas no Brasil um processo mais participativo e transparente. (MEDEIROS, 2004, p. 610)

O Ministério do Meio Ambiente (2003) defende ainda, através do SNUC, encontrar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica e criar condições para o favorecimento e promoção da educação e interpretação ambiental, além da recreação em contato com a natureza por meio do turismo ecológico, sem esquecer a necessidade de proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando, de acordo com a lei, seus valores, conhecimento e cultura, promovendo-as tanto no âmbito social como econômico.

Percebe-se, portanto, que em grande parte dos itens da lei do SNUC relacionados à razão da implantação do sistema, o turismo e/ou atividades recreacionais nas Unidades de Conservação aparecem como possibilidade, o que demonstra o quanto as políticas públicas valorizam a prática do turismo como uma real possibilidade dentro das UCs.

2.3.1 Classificação das Unidades de Conservação segundo o SNUC

De acordo com o SNUC, as diferentes Unidades de Conservação podem ser classificadas em 02 grandes grupos, divididos de acordo com as possibilidades e autorização para manejo de seus territórios pelo homem, conforme

Tabela 1.

Unidades de Proteção Integral	Unidades de Uso Sustentável
Estação Ecológica	Áreas de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio da Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva Particular do Patrimônio Natural

Tabela 1 - Grupos e Categorias de Unidades de Conservação Previstos no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, 2000.

Fonte – MEDEIROS (2004, p.608)

As Unidades de Proteção Integral, segundo o SNUC, não podem ser habitadas pelo homem, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais - em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico, por exemplo, enquanto que o grupo das Unidades de Uso Sustentável podem, segundo o mesmo SNUC, compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais ali existentes.

Dentre as categorias de classificação previstas no SNUC para as Unidades de Proteção Integral estão os *Parques*, categoria as quais estão os objetos de estudo da tese: (Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão), cujas fragilidades e potencialidades em função da prática do turismo em seus territórios serão discutidos a seguir.

De acordo com o SNUC, os *Parques* podem ser de administração Nacional, Estadual ou Municipal (PARNA – Nacional / PE – Estadual / PNM – Municipal) têm como função preservar áreas naturais ou pouco alteradas, contendo ecossistemas, paisagens ou sítios arqueológicos. Objetiva a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

Esse tipo de UC é de posse e domínios públicos, com visitação pública permitida, mas sempre sujeita as normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da UC em questão e àquelas previstas pelo órgão responsável pela sua administração. Nesse caso a pesquisa depende de autorização prévia da administração da UC e também está sujeita às condições e restrições estabelecidas no seu Plano de Manejo.

Para Serrano (1997), (...) *dentre as categorias de unidades previstas, as únicas que permitem visitação são as de parques nacionais, monumentos naturais e florestas nacionais*. Segundo a autora, nas estações ecológicas e refúgios de vida silvestre podem ser realizadas atividades de educação ambiental, o que de certa forma também possibilita algum tipo de exploração turística. Ainda segundo Serrano (1997), as variáveis estaduais e

municipais desses mesmos espaços também permitem e preveem a prática da atividade turística em seus limites.

A existência dos dois grupos de conservação, cada qual composto por diferentes categorias de manejo, reflete, segundo Freitas (2008), a tentativa de conciliar diferentes usos do território, como por exemplos nos casos dos Parques Nacionais e Estaduais, que são UCs de Proteção Integral, onde o objetivo é conciliar em um mesmo espaço a conservação com o desenvolvimento do turismo promovendo ainda a educação ambiental nesses locais. Mas a crítica que existe em relação a esse modelo é a de justamente tentar estabelecer, por meio do SNUC, uma classificação cujo marco divisor seja permitir ou não a prática do turismo ou ainda, a efetiva presença humana nas Unidades de Conservação, como se isso fosse suficiente para garantir a preservação desses espaços ou se moldasse perfeitamente a realidade existente nas Unidades de Conservação brasileiras.

Nesse caso, o erro está na interpretação de que a natureza deve ser mantida apartada da ação humana para a garantia de sua conservação. Segundo o Ministério Público Federal (2014) (...) *essa concepção não é atualmente tão presente nos Sistemas Internacionais de Unidades de Conservação*, pois os atuais sistemas estadunidense e francês preveem diferentes tipos de ocupação humana em Unidades de Conservação denominadas ou equivalentes aos Parques Nacionais.

Nesses modelos, ainda de acordo com o Ministério Público Federal (2014), observa-se a tentativa de (...) *conciliar conservação e o desenvolvimento por meio do estabelecimento de um zoneamento diferenciado*, onde existem zonas de uma UC a qual a prática do turismo é permitida enquanto que em outras zonas da mesma UC o seu uso e ocupação é mais restrito.

Nas Unidades de Conservação estudadas nesse trabalho a demarcação da UC por zonas de diferentes usos está prevista a partir de seus respectivos Planos de Manejo e é respeitado na prática, tendo em vista do que foi observado nas visitas in loco realizadas nesses locais.

Categoria de UC	Características e Objetivos	Usos Permitidos	Observações
I – Área de Proteção Ambiental (APA)	<ul style="list-style-type: none"> - proteção da biodiversidade e de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e bem estar das populações humanas; - disciplinar o processo de ocupação humana; - assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Permite ocupação humana - As APAs podem ser constituídas tanto em áreas públicas quanto em áreas privadas, sendo que, neste último caso, sendo respeitados os limites constitucionais, poderão ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA. 	O estabelecimento da ZA (Zona de Amortecimento) é optativo
II – Área de Relevante Interesse Ecológico	<ul style="list-style-type: none"> - área de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, dotada de características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional; - manter os ecossistemas de importância regional ou local; - regular os usos permitidos, compatibilizando-os com a conservação da natureza. 	<ul style="list-style-type: none"> - permite ocupação humana, - constituídas por terras públicas ou privadas, sendo que, neste último caso, sendo respeitados os limites constitucionais, poderão ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma ARIE. 	O estabelecimento da ZA no plano de manejo é obrigatório
III – Floresta Nacional (Estadual ou Municipal)	<ul style="list-style-type: none"> - área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas 	<ul style="list-style-type: none"> - permite o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, a pesquisa científica e a visitação pública; - permite à permanência de populações tradicionais que habitavam a área anteriormente a implantação da UC. 	O estabelecimento da ZA no plano de manejo é obrigatório
IV – Reserva Extrativista	<p>Área de domínio público, com uso concedido as populações extrativistas tradicionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - proteção dos meios de vida e a cultura das populações extrativistas - assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. 	<p>Visitação pública, pesquisa científica e ocupação por populações extrativistas tradicionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Extrativismo em bases sustentáveis, conforme disposto em regulamento e no plano de manejo da unidade. 	O estabelecimento da ZA no plano de manejo é obrigatório
V – Reserva de Fauna	<p>Área natural de posse e domínios públicos, com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas.</p>	Visitação pública, - pesquisas científicas.	O estabelecimento da ZA no plano de manejo é obrigatório
VI – Reserva de Desenvolvimento Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> - Área natural de domínio público que abriga populações tradicionais cuja a existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais. - preservar a natureza; - assegurar as condições e os meios necessários para a reprodução das populações tradicionais; - valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente. 	<ul style="list-style-type: none"> - visitação pública - pesquisas científicas, - sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais praticados pelas populações tradicionais; - manejo sustentável e cultivo de espécies sujeitos ao zoneamento que consta no plano de manejo. 	O estabelecimento da ZA no plano de manejo é obrigatório
VII – Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)	<ul style="list-style-type: none"> - Área privada que, após verificação pelo órgão público ambiental do efetivo interesse público, é gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica. 	<ul style="list-style-type: none"> - pesquisa científica e visitação pública com objetivos turísticos, recreativos e educacionais. 	O estabelecimento da ZA é optativo.

Tabela 2 - UCs do Grupo de Uso Sustentável – segundo SNUC

Fonte: Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Categoria de UC	Características e Objetivos	Usos Permitidos	Observações
I – Estação Ecológica (EE)	- Área de posse e domínio públicos que objetiva a preservação da natureza e a realização de pesquisa científica.	- realização de pesquisa científica com autorização prévia do órgão responsável pela UC.	O estabelecimento da ZA (Zona de Amortecimento) é obrigatório
II – Reserva Biológica	- Área de posse e domínio públicos cujo objetivo é a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites.	- realização de pesquisas científicas (com autorização prévia do órgão responsável) - visitação pública apenas com objetivo educacional e com autorização prévia.	O estabelecimento da ZA (Zona de Amortecimento) é obrigatório
III - Parque Nacional	- Área em geral extensa, cujo objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.	pesquisas científicas com autorização prévia do órgão responsável. - visitação pública, sujeita a normas e restrições estabelecidas no Plano de manejo da UC - ênfase no desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, na recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.	O estabelecimento da ZA (Zona de Amortecimento) é obrigatório
IV – Monumento Natural	Área que tem como objetivo preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica. - pode ser constituída em áreas particulares desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais.	- visitação pública sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo	O estabelecimento da ZA (Zona de Amortecimento) é obrigatório
V – Refúgio de Vida Silvestre	- Proteção de ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora e da fauna (local ou migratória). - pode ser constituída em áreas particulares desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários.	- visitação pública (sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo) - pesquisa científica (com autorização prévia).	O estabelecimento da ZA (Zona de Amortecimento) é obrigatório

Tabela 3 - UCs do Grupo de Proteção Integral – segundo SNUC.

Fonte: Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Diegues (1993) acentua a crítica ao modelo de Unidades de Conservação proposto pelo SNUC ao apontar que sua proposta atual reflete, mais uma vez, a visão extremamente conservadora da questão ambiental no Brasil, pois o modelo brasileiro proposto está na opinião do mesmo autor (...) *bem aquém do que se debate a nível internacional*, em especial com relação a propostas existentes para solucionar o caso das populações tradicionais nesses espaços.

Para Silva (2012), a perspectiva de natureza sob o ponto de vista urbano, de onde partiu a discussão sobre a ideia do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, aprofunda ainda mais o distanciamento sociedade-natureza, já que ela é considerada como algo externo à cidade, confinada em Unidades de Conservação a serem visitadas e transformadas em atrativos turísticos que devem ser visitados por meio de roteiros pré-concebidos pelas empresas pelas empresas localizadas nos grandes núcleos urbanos, na maioria das vezes sem qualquer controle previsto para o máximo de número de visitantes possíveis, definido por meio de um estudo de capacidade de carga, previsão de envolvimento da comunidade no processo ou práticas que estimulem a integração e maior entendimento e consequente respeito do visitante com a natureza visitada.

O estímulo à participação dessas comunidades na gestão e preservação desses espaços as colocaria de fato dentro do processo da prática da atividade turística da UC em questão, seja por meio da possibilidade de ganhos econômicos provenientes da comercialização de artesanato, gastronomia e roteiros de visitação pré-definidos, por exemplo, seja por meio da maior valorização e integração dessa própria comunidade, assim como dos respectivos visitantes, com a natureza existente nas Unidades de Conservação. Nesse sentido, as potencialidades e fragilidades da prática da atividade turística nas Áreas Naturais Protegidas, por meio dos estudos de caso propostos, são discutidas de forma mais ampla a seguir no decorrer dos próximos capítulos.

3 Atividade Turística em Unidades de Conservação

Dentre aqueles que estudam acerca do surgimento e evolução do Turismo, como Acerenza (1991), Andrade (2000) e Beni (1998), não há um consenso de quando a atividade turística surgiu de fato. O que existe é uma ideia coletiva, aceita pela maioria dos especialistas, de que a atividade começou desde o momento em que o homem deixou de ser nômade e passou a deslocar de forma temporária e voluntária a um lugar diferente de sua morada permanente.

Por isso, ter uma residência permanente passa a ser condição básica para a atividade turística existir, o que significa dizer que a atividade turística provavelmente tenha surgido no fim do período Paleolítico, por volta de 10.000 antes de Cristo, quando as alterações das condições de vida ocorridas principalmente em decorrência das alterações climáticas da mesma época causaram o surgimento dos desertos, o que levou a redução da oferta de animais para a caça e obrigou o homem a abandonar os diferentes lugares onde vivia e para que pudesse fixar em terras que lhe pudessem dar sustento, como os vales dos grandes rios e lagos.

Obviamente, presenciamos uma significativa mudança na forma como o turismo se manifesta desde os deslocamentos pré-históricos até hoje, mas a essência da necessidade do deslocamento de um lugar a outro com intenção de retorno ao seu local de morada depois de um período pré-determinado permanente se manteve desde então. Nesse sentido, é interessante observar que desde a pré-história até meados do século XIX a atividade turística permaneceu desprendida de uma finalidade econômica maior, pois o que existia até esse período era uma atividade principalmente relacionada aos fins de contemplação, conhecimento, aventura, lazer, *status*, sociabilidade e entretenimento.

Mas a evolução do número de viajantes no decorrer do tempo, impulsionada principalmente em função da evolução dos meios de transporte e tecnologia da informação (como é mais bem discutido adiante) ampliou as possibilidades e por que não, a complexidade da atividade, de algo somente praticado pela elite dos países capitalistas até o final do século XX por conta dos altos custos envolvidos relacionados aos deslocamentos e receio em conhecer lugares novos (por falta de informação, mitos e inverdades popularizadas a partir da ignorância alheia), para algo mais acessível, seguro e por isso praticado pela grande maioria das pessoas em todo o mundo.

Esse fato deu ao turismo uma força econômica, social e cultural em escala global, o que naturalmente chamou a atenção de estudiosos de diversas áreas, como sociólogos, psicólogos, economistas e geógrafos por exemplo. Assim, cada uma dessas áreas de estudo procurou entender e conceituar a atividade a seu critério, o que tornou a compreensão do turismo muito mais ampla e abriu perspectivas que dificilmente seriam

conseguidas se a tentativa de compreensão da atividade ficasse limitada aos que atuam diretamente com o Turismo.

Segundo Barreto (1999), a complexidade da atividade turística tem promovido no decorrer do tempo uma série de definições sobre o tema. Essas definições variam conforme a área de estudo do autor, que pode priorizar o aspecto econômico, social, ambiental, psicológico ou até mesmo estatístico da atividade turística.

Beni (1998) segue a mesma linha ao afirmar que aparentemente cada autor que escreve sobre turismo procura também elaborar sua própria definição sobre a atividade turística, sendo que muitos autores chegam a considerar extremamente árdua a tarefa de obter uma definição precisa e abrangente sobre o turismo. O mesmo Beni (1998) aponta ainda que quanto maior for o número de estudos, maior será a amplitude e a extensão do fenômeno do Turismo, ao mesmo tempo em que as definições existentes sobre a atividade serão ainda mais insuficientes e imprecisas.

Mota (2001) apresenta um conceito de turismo o qual considero como um das mais abrangentes e completo, por envolver, em uma mesma definição, diversas perspectivas diretamente relacionadas com a atividade turística. Segundo Mota (2001) o Turismo pode ser considerado como um fenômeno praticado pela sociedade que envolve o deslocamento temporário e voluntário de um ou mais indivíduos motivados pela necessidade de saírem de seu local de residência habitual para outro lugar, sem a finalidade de exercer atividades lucrativas ou remuneradas. Tal fenômeno, segundo o mesmo autor, é capaz de gerar diversas inter-relações de caráter cultural, socioeconômica e ecológica entre os núcleos emissores e receptores envolvidos.

Essa definição permite melhor conhecer algumas características inerentes à atividade turística, tais como: as relações e fenômenos ocorridos entre o sujeito do turismo (turista) e objeto do turismo (comunidades receptora e local visitado como as Unidades de Conservação, por exemplo); a temporalidade de permanência dos não residentes no local visitado; o conceito de deslocamento, o que remete ao próprio sentido do termo *tour* (deslocamento de ida e volta) que por sua vez deu origem ao termo em português *turismo* e demonstra a importância da evolução dos meios de transporte para o desenvolvimento da atividade turística, além da ideia de que os turistas não podem exercer uma atividade lucrativa enquanto estiverem na localidade visitada, pois caso contrário não seria mais turista, mas um trabalhador vindo de um local diferente daquele em que exercem sua atividade remunerada.

O conceito defendido pela Organização Mundial de Turismo - OMT (2001) está amparado na perspectiva etimológica dos termos “turismo” e “turista”, que são adaptações dos termos ingleses *tourism* e *tourist* e que por sua vez curiosamente são derivados de língua mais diretamente relacionada à nossa: o latim e o grego, onde são encontrados os

termos *tornus* (grego), ou *tornare* (latim), expressões como *Tour*, francês estão por sua vez relacionadas a ideia de giro, de viagem circular, de volta ao ponto de partida.

Por essa razão muitas definições de turismo, com destaque aquelas utilizadas pelos países para classificar quem de fato podem ser considerados como “turistas” em seus dados estatísticos (como o Ministério do Turismo brasileiro, por exemplo) partem do princípio de que o turismo, ou o turista, devem sempre envolver uma viagem com intenção de retorno ao local de origem, ou seja, um *giro* em algum lugar com tempo determinado para ocorrer, pois caso contrário não será configurado uma atividade turística, mas um fluxo migratório, caso a viagem seja apenas de ida, sem previsão de retorno. Na definição de Fuster (1985) descrita abaixo encontramos essa mesma perspectiva sobre Turismo.

Turismo é o movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão. (FUSTER, 1985, p. 24-28).

O Ministério do Turismo - MTur (2010) e, por ligação, as Secretarias Estaduais e Municipais ligadas ao Turismo, em concordância com as políticas públicas definidas pelo MTur brasileiro consideram, para fins estatísticos e com base na decisão de 1937 do Comitê de Estatística da Liga das Nações, que para o viajante ser considerado de fato um turista deve atender os seguintes requisitos: as pessoas que viajam a recreio ou por motivos de família, saúde ou e outras que não gerem relações de residência no destino; as pessoas que se dirigem a reuniões, congressos, seminários ou viajam em caráter de prestação de serviços (científicos, religiosos, esportivos e outras de natureza diversificada com duração pré-determinada); as pessoas que viajam a negócios, com prévia programação de retorno a residência habitual e ainda aquelas pessoas que participam de cruzeiros marítimos, mesmo que a duração de sua estadia no receptivo seja inferior a 24 horas.

Por outro lado, para o mesmo Ministério do Turismo brasileiro, não podem ser considerados turistas as pessoas que, com um contrato de trabalho ou sem ele, que vão a um país diferente do seu para ocupar algum cargo ou exercer atividade profissional, como aqueles que são convidados por empresas multinacionais para ocupar cargos no exterior; ou ainda as pessoas que venham a fixar residência no país receptor ou os que habitam em regiões fronteiriças e os que residem em um país e trabalham no outro como o que ocorre com os brasileiros residentes em Foz do Iguaçu que trabalham diariamente em Cidade del Leste, no Paraguai, por exemplo.

Ainda segundo o Ministério do Turismo, o visitante é considerado aquela pessoa que visita um local que não é sua residência fixa de trabalho, por qualquer região, cujo objetivo não seja desenvolver uma ocupação remunerada pelo local de origem. Nesse caso, segundo o Mtur, ele pode ser subdividido entre excursionista, visitante temporário que

permanece menos de 24 horas no país visitado e turista, visitante temporário que permanece no mínimo, 24 horas no país visitado, cujo propósito pode ser classificado em: recreação, férias, saúde, estudo, religião e esportes ou ainda negócios, família, missões ou reuniões.

Rodrigues (2000), ao questionar o conceito de desenvolvimento sustentável do turismo em seus estudos, sempre o faz entendendo o turismo como uma atividade essencialmente econômica, segundo a autora *não se pode deslocar a análise da atividade turística atribuindo-lhe potencial de sustentabilidade sem levar em conta o fato de que trata de uma atividade econômica, que produz (e consome) (...)*. Em outra passagem de seu livro, a autora defende que o turismo deve (...) *analisar a complexidade de uma atividade econômica que tem por base o consumo de paisagens naturais exóticas ou a história passada*.

Ao tratar o visitante como *consumidor* e a visitação às UCs como algo passível de ser comercializado têm-se como resultado direto, a meu ver, a mercantilização da natureza, o que torna necessária um verdadeiro *sacrifício* das áreas destinadas a preservação da natureza para implantar uma estrutura que agrade esse visitante/consumidor a fim de garantir a continuidade do fluxo de visitantes ao local e do capital necessário para que essa UC se mantenha a partir dos ingressos e serviços comercializados dentro de seu território. Isso inverte a própria lógica de criação das UCs discutida nos capítulos anteriores, pois a partir dessa comercialização o visitante torna-se o ator principal em um local onde muitas vezes ele nem deveria existir.

Ações como criação de áreas para descanso, abertura de trilhas e melhoria de acessos dentro das Unidades de Conservação, implica muitas vezes a compactação e erosão dessas áreas, além da necessidade de construção de infraestrutura para melhor atender o turista, algo que pode alterar a composição do solo e cursos d'água, além da deposição inadequada de lixo, que poderá interferir na alimentação, ambiente sonoro, visual e olfativo da fauna, por barulho, excesso de cores e odores estranhos ao meio, além do risco dos incêndios. Segundo Serrano (1997), uma das estratégias mais úteis para minimizar esses impactos é a determinação da capacidade de carga das áreas abertas ao público, ainda que sua aplicação não seja simples, tanto do ponto de vista técnico como estrutural das unidades.

(...) a determinação da capacidade de carga não deve ser encarada como solução para os problemas do turismo em UCs. Ela precisa ser tomada como um instrumento de planejamento da unidade a que se aplica e, dessa forma, não se pode esquecer de que sua determinação estará sujeita a interferências políticas, econômicas e sociais (SERRANO, 1997, p. 112).

Segundo Cifuentes (1993), a aplicação da ideia de capacidade de carga é um conceito em constante evolução, o que vem a dificultar ainda mais seu uso e aplicabilidade, principalmente no Brasil, onde as UCs têm sofrido aumentos consideráveis de demanda nos últimos anos. Nesse sentido, não foi observado no Parque Estadual de Campos do Jordão a existência de qualquer tipo de estudo ou aplicação de capacidade de carga de visitantes. Em nenhum local do Parque dispõe a informação de quantos visitantes o espaço é capaz de comportar ao mesmo tempo, tão pouco existe um estudo publicado para tal fim.

Isso não significa dizer que a metodologia de definição do número de visitantes para uma área de preservação ambiental tal qual é defendida por Cifuentes (1993) seja considerada a mais adequada para o PECJ nem tão pouco se defenda essa metodologia para outras UCs, já que ela apresenta diversas fragilidades que fazem com que o número de visitantes considerados como *ideal* para se evitar o comprometimento do meio biótico da UC para a prática do turismo seja muitas vezes, segundo Lobo, Perinotto e Boggiani (2009), além ou aquém do que realmente poderia ser comportado sem maiores danos ambientais na UC em questão.

Dentre as fragilidades da metodologia para definição de capacidade de carga de Cifuentes (1993) apontadas em trabalhos de Lobo, Perinotto e Boggiani (2009), Delgado (2007) ou ainda em Lobo et al (2012), estão a falta de um critério científico para a definição dos fatores de correção, onde muitos desses critérios utilizados, tais como clima, insolação, número de dias em que o Parque está fechado, nível de compactação do solo dentre outros, são definidos muitas vezes de forma subjetiva, a partir de observações pontuais ou conforme a interpretação pessoal do planejador responsável por quantificar os fatores de correção, sem haver para isso um estudo mais aprofundado, onde seja verificado o comportamento da trilha estudada mediante um número maior ou menor de visitantes por um período mínimo de 02 anos, por exemplo.

(...) quando a análise envolve elementos mais complexos, como, por exemplo, nível de compactação do solo, erosão provocada, estresse da fauna local e aparecimento de espécies exógenas, entre outros, fica difícil quantificar o tamanho dos impactos provocados pela visitação. Sendo difícil, portanto, a quantificação dos impactos, como seria possível que uma metodologia pudesse chegar a um valor definitivo que indicasse a capacidade de carga turística de uma localidade? (DELGADO, Maurício, 2007, p. 86).

Segundo Delgado (2007), e cuja opinião compartilho, falta à metodologia de Cifuentes (1993) levar em consideração o comportamento dos visitantes na definição da capacidade de carga, pois um visitante com pouca informação sobre a UC visitada ou ainda, pouco conscientizado sobre a importância de preservar os elementos naturais de fauna e

flora visitados poderá comprometer o equilíbrio ambiental presente em uma proporção muito maior do que aquele visitante mais conscientizado sobre as questões ambientais ou que visita o local acompanhado de monitores ambientais, que tendem a melhor fiscalizar o comportamento dos visitantes e promover essa conscientização no decorrer da atividade.

Nesse caso, é provável que vinte visitantes conscientizados ou monitorados provoquem menos impactos do que cinco visitantes não monitorados ou pouco conscientizados sobre a importância de conservar o que realmente significa para o homem ter uma Unidade de Conservação que consiga preservar os elementos da fauna e flora raramente encontrados em outras localidades ou ameaçados de extinção.

(...) existe um aspecto aleatório que influencia direta e decisivamente os impactos provocados: o homem. O ser humano é absolutamente imprevisível. Ele tanto pode fazer uma visita "ecologicamente correta", não deixando lixo no local, não danificando as plantas, e assim por diante, como pode fazer exatamente o contrário. (DELGADO, Maurício, 2007, p. 86).

De acordo com Lobo, Perinotto e Boggiani (2009), a capacidade de carga (...) *deve ser encarada de forma flexível e mutável*, em virtude de haver em qualquer Unidade de Conservação (independentemente de serem classificadas como Parques), fatores climáticos, bióticos e antrópicos específicos que se comportam de forma diferenciada e de acordo com o ecossistema local, em intensidades e períodos diferenciados que podem por sua vez, acompanhar ou não as flutuações de demanda típicas do local.

Segundo os mesmos autores (...) *cabe lembrar que a natureza é mutável, se renova e se altera constantemente*, o que significa para esses, que (...) *estabelecer um valor fixo na relação com o meio implica em negligenciar este princípio fundamental e universal*, ou ainda de acordo com Delgado (2007) é impossível estabelecer um *número mágico* de capacidade de carga, por mais complexa que seja o cálculo matemático para chegar a esse valor, tendo em vista todas as variáveis e mutações decorrentes do processo decorrente da prática do turismo em Áreas de Preservação Ambiental.

Vale ressaltar, entretanto, que as fragilidades apontadas na proposta de Cifuentes (1993) não permite às UCs estudadas desistir por completo da proposta e deixar de colocar em prática algum estudo de capacidade de carga ou, pelo menos, estabelecer algum plano de direcionamento de demanda, que permitiria que os visitantes ficassem distribuídos na área autorizada para visita e sejam assim melhor monitorados, reduzindo assim os impactos ambientais derivados dessa atividade por conta da concentração excessiva em determinados espaços das Unidades de Conservação ou pelo comportamento inadequado de seus visitantes.

Com relação ao estudo de capacidade carga, o que defendo é a elaboração de estudos mais apurados, onde sejam observadas as peculiaridades de fauna e flora dos Parques adotados aqui como objetos de estudo, tendo em vista as reações desses

elementos da natureza frente a uma visitação de maior ou menor intensidade, por meio de análises realizadas por equipes, sempre multidisciplinares, sobre as causas e consequências desse comportamento.

Recomenda-se ainda que essa análise seja por áreas distintas dentro da UC, tendo em vista as diferenças de fauna e flora existentes dentro da mesma UC. Por fim, é importante levar em consideração a necessidade de desenvolver esse estudo por um período de pelo menos dois anos para ter conclusões mais confiáveis a respeito.

Mesmo assim, dificilmente chegaríamos a um número ideal de visitantes, mas haveria, pelo menos nesse caso, parâmetros para melhor gerenciar a demanda presente no PECJ e potencial no PEMCJ para que a prática do turismo nesses Parques ocorresse de modo a visitar a natureza presente sem que a existência dos elementos da natureza contemplados fosse comprometida em função dessa mesma prática.

Além da falta de alguma política de controle sobre o número máximo de pessoas que podem entrar e permanecer na UC pesquisada observa-se no PECJ que a maior parte de seus visitantes não são supervisionados nem tão pouco orientados pelos monitores e funcionários sobre o que podem fazer e onde podem ir, descolando livremente no local sem qualquer restrição ou orientação e sem mesmo saber se estão ou não dentro dos limites da zona onde a visitação pública é autorizada. Esse fato potencializa eventuais danos ambientais decorrentes da visitação pública ao Parque estudado e riscos aos próprios visitantes, especialmente quando falta plano de contingência ou prevenção para eventuais acidentes.

Ao discutir a importância das viagens como fator econômico, Andrade (2000) considera que elas são fatores importantes para qualquer economia local, regional ou nacional, já que a chegada de turistas na localidade costuma estimular a maior produção de bens, serviços e empregos e por consequência, de rendimentos capazes de gerar impostos por meio de receitas provenientes da comercialização de meios de hospedagem, transporte, alimentação, dentre outros.

Trata-se de uma abordagem excessivamente positiva sobre os efeitos econômicos que o turismo pode gerar em uma localidade e aos quais, para ocorrerem de fato, dependem muito mais das políticas públicas vigentes e realidade social da localidade do que ao turismo em si, pois a mesma atividade que traz empregos, renda e impostos e sensíveis melhorias na infraestrutura e oferta de serviços de uma cidade como em Barcelona na Espanha, também configura em algo capaz de gerar exclusão social da comunidade receptora, que fica incapaz de pagar pelos serviços e equipamentos turísticos instalados no local e que muitas vezes limitam seu acesso a locais, como praias e florestas, que antes eram usadas livremente pelas pessoas da localidade.

O restaurante existente dentro do PECJ é um exemplo disso, pois nesse local a maior parte dos jordanenses dificilmente consegue ter acesso a um almoço com sua família num local em que o gasto médio por pessoa gira em torno de R\$75,00¹², valor considerado alto para os paulistanos¹³, considerados como os turistas que mais visitam Campos do Jordão, e mais alto ainda para a maior parte da população local, tendo em vista a renda per capita média¹⁴ do Município, conforme pode ser observado na Figura 8.

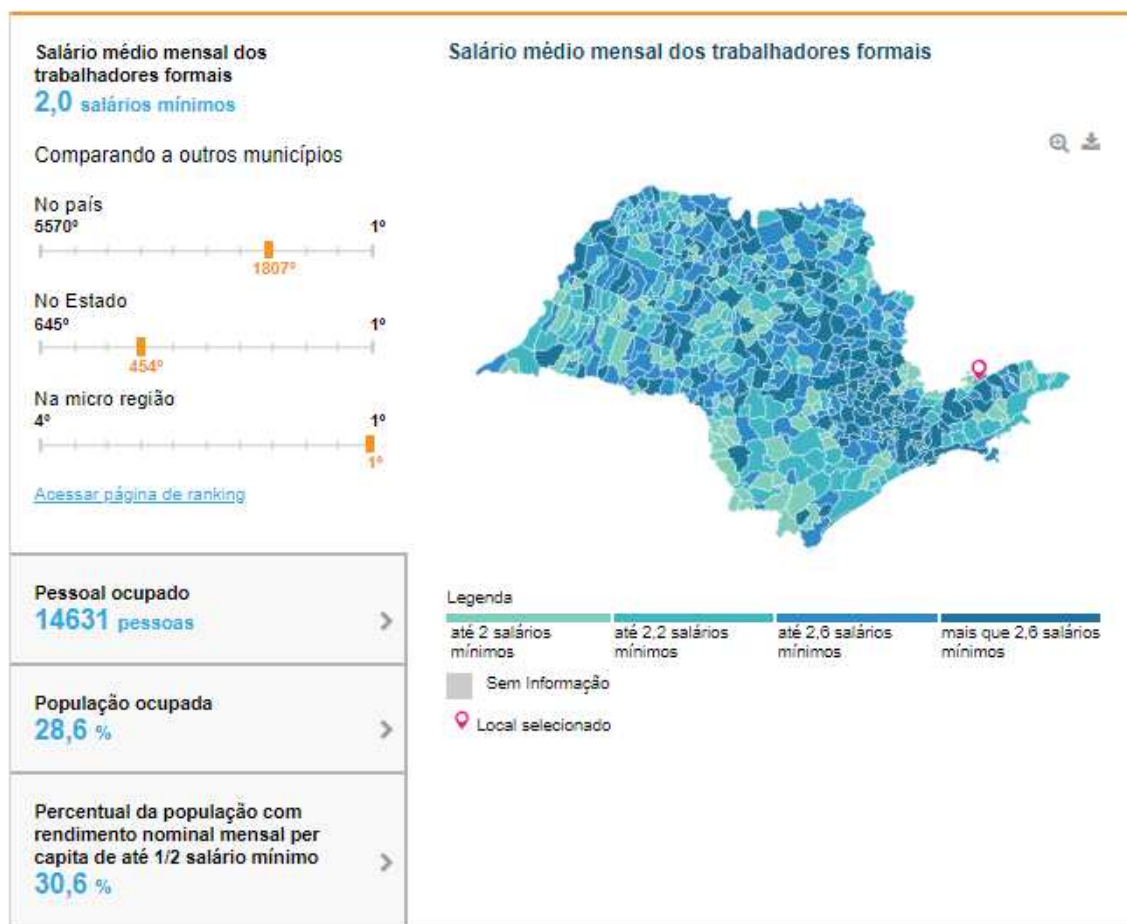


Figura 8 – Salário médio mensal dos trabalhadores formais de Campos do Jordão-SP

Fonte – IBGE, 2016.

Ainda com relação ao enfoque econômico dado ao Turismo, vale destacar a discussão existente entre os termos *indústria* e *atividade*. O termo *indústria* é mais utilizado

¹² Valor médio calculado a partir dos preços disponibilizados no cardápio do restaurante (anexo). Para o cálculo, foi considerado o valor (por pessoa) necessário para consumir um dos pratos oferecidos no restaurante, mais um refrigerante e uma sobremesa.

¹³ De acordo com o instituto de pesquisa GFK Brazil, o paulistano gasta em média R\$ 13,23 na hora de almoçar fora.

¹⁴ Segundo o IBGE (2016) a renda média per capita de Campos do Jordão é de 2 salários mínimos (R\$ 2.216,76 segundo o Tribunal Regional do Trabalho do Estado de São Paulo – TRT-SP (2018)), sendo que 30,6% dessa mesma população apresentou um rendimento de 1/2 salário mínimo por mês (R\$ 554,19 segundo o mesmo TRT-SP (2018)), o que coloca o município em 454º lugar em relação a esse indicador dentre os 645 municípios do Estado de São Paulo, segundo o mesmo IBGE (2016).

no mercado de Turismo, mas não é bem aceito pela literatura científica da mesma área. Alguns autores conceituam ainda o turismo como uma *indústria sem chaminés*. Segundo Sessa (1993), o turismo pode ser considerado uma atividade industrial, pois existe um processo de transformação de matérias-primas para a elaboração de produtos comercializados e consumidos.

Alguns organismos oficiais vinculados ao Turismo seguem por sua vez, essa mesma ideia e condicionam o turismo a uma indústria, como o Departamento Australiano de Turismo e Recreação que sempre associa o termo *Indústria do Turismo* em sua definição e nas pesquisas disponíveis em sua página eletrônica.

Turismo é uma importante **indústria** nacionalmente identificável. Compreende um amplo corte transversal nas atividades competentes, incluindo a provisão de transporte, alojamento, recreação, alimentos e serviços afins (DEPARTAMENTO AUSTRALIANO DE TURISMO. Disponível em <http://www.tourism.australia.com>, Acesso em 28 de julho de 2017.)

Por outro lado, para alguns autores que escrevem sobre Turismo, não é possível considerá-lo uma *indústria*. Segundo Palomo (1991) não há transformação de matéria-prima e, portanto a ideia considerada mais correta é aquela que associa o turismo a uma *atividade de serviços* vinculada por sua vez como atividade econômica, pois a propensão de viajar é um ato humano e a recreação é uma atividade desenvolvida por indivíduos (isolada ou em grupo), daí a ideia de *atividade*.

Os deslocamentos provenientes desses atos compreendem gastos e receitas, assim como o consumo de bens e serviços no local visitado. O produto turístico surge então como o resultado final da agregação de valores turísticos naturais e culturais, não consistindo, portanto em uma transformação tangível e concreta da matéria – prima original (vinculada aos atrativos naturais ou culturais existentes), mas como uma *atividade* essencialmente econômica.

Ainda com relação à discussão se o turismo deve ser considerado uma indústria ou atividade econômica, Rodrigues (2000) contribui para uma nova abordagem a respeito, ao entender que o turismo pode ser tanto *indústria* como *atividade*, pois para a autora essa associação vai depender do momento em que ocorre ou da área de quem atua em Turismo. Segundo a autora (...) *o turismo é uma atividade complexa, que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção industrial) como terciárias (serviços) (...) apropriando-se de lugares “exóticos”, de “paisagens naturais”, de “paisagens históricas”, transformando-os em lugares que deverão ser observados com vistas à obtenção de conhecimentos culturais, históricos, a possibilitar o descanso, e vários outros motivos, simbólicos ou não*. Creio que essa abordagem seja a mais apropriada e esteja muito próximo do que tenho discutido até agora com relação ao processo de

mercantilização da natureza por meio da atividade turística observado nas Unidades de Conservação.

Entendo ainda que fica difícil considerarmos o turismo uma atividade similar a uma indústria que produz produtos manufaturados em fábricas fechadas e distantes do mercado consumidor, o que nos leva, sob essa perspectiva, a questionar o conceito de *indústria* como algo próximo ao de turismo. Por outro lado, ao analisarmos as ações adotadas para adaptar o Parque Estadual de Campos do Jordão em função das necessidades do seu visitante (e não ao contrário) verificamos o quanto a atividade turística pode transformar a natureza em um produto *enlatado*, pronto para o consumo, como uma verdadeira indústria.

Mas será que nesse caso é a atividade turística a grande responsável por essa adaptação ou será esse processo uma consequência de uma política pública inadequada e que erra, por exemplo, ao não discutir com os acadêmicos, como os geógrafos, sociólogos ambientalistas e bacharéis em turismo, formas de obter um melhor equilíbrio entre a dinâmica dos visitantes e visitados.

Penso que esse tipo de discussão, com a efetiva participação desses profissionais, seja algo sempre necessário na revisão dos Planos de Manejo das UCs, principalmente daquelas que costumam receber muitos visitantes como os Parques, por exemplo. Tal atitude permitirá obter como resultado a preservação da natureza existente nas UCs, sem que seja necessário fechá-la por completo para a visitação quando não há nenhuma estrutura preparada para receber os visitantes, como o que é evidenciado atualmente no Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, fechado para visitação desde a sua criação em 1991.

De acordo com Moretti e Banducci (2001), é importante entender a complexidade da atividade turística, pois ela é capaz de ser, ao mesmo tempo, consumidora e grande produtora de espaço e por essa razão deve ser entendida como uma atividade humana de consumo e produção da natureza. Para os autores, o ambiente natural é considerado um dos elementos que transformam o lugar em atrativo turístico, sendo convertido em símbolos e imagens destinadas às necessidades de consumo criadas pela sociedade urbano-industrial.

Ao mesmo tempo, os autores reafirmam o turismo como atividade econômica ao considerá-la (...) *uma atividade econômica que cresce vertiginosamente em todo o mundo*, em suas considerações com relação ao desenvolvimento do Turismo no Pantanal. Vale ressaltar que essa perspectiva serve de base para as discussões sobre a prática do turismo em Unidades de Conservação consolidadas e potenciais, já que um dos principais objetivos da tese é discutir as causas e consequências relacionados ao processo de transformação da natureza, fonte de valor de uso, para uma natureza de valor de troca, por meio da

observação da prática da atividade turística em Unidades de Conservação, sejam elas UCs consolidadas ou potenciais.

O mexicano Acerenza (1991), entende o turismo como uma (...) *forma particular de tempo livre e recreação*. Nesse sentido podemos considerar que a recreação pode servir como uma possibilidade de quebra da rotina do indivíduo que viaja ou uma forma de melhor aproveitar seu próprio tempo livre, com atividades lúdicas que podem ser realizadas enquanto está presente em um lugar que não habita permanentemente, o que pode ajudar ainda o ser envolvido a se comportar e pensar de forma diferente, graças às atividades recreacionais que fogem a sua rotina em um lugar estranho ao seu cotidiano e que por conta disso o induzem a pensamentos e atitudes diferenciadas caso estivesse em seu habitat original.

Em hotéis, museus e Parques, encontramos com frequência práticas de recreação exercidas por meio de atividades propostas ou equipes de recreação disponibilizadas com o intuito de melhor entreter adultos e crianças no decorrer de uma viagem ou de sua estadia. No caso das Unidades de Conservação, e em especial aquelas classificadas como Parques são comum encontrarmos, como ocorre no Parque Estadual de Campos do Jordão, equipamentos como *playgrounds*, locação de bicicletas, práticas de *arvorismo*, tirolesa e trilhas, onde podem ser praticadas atividades recreacionais. Tudo isso é válido e torna a experiência do visitante mais prazerosa.



Figura 9 – Espaços de Lazer e Recreação – PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2016. Autor da foto: Pozati

Por outro lado, a atividade de recreação nas Unidades de Conservação oferecida de forma isolada, sem um propósito maior e desvinculada aos que devem ser os reais objetivos desses lugares; como a conservação e valorização da natureza, pode significar a perda da oportunidade de provocar no visitante uma reflexão sobre a importância da natureza existente nesses locais, sem necessariamente, como geralmente ocorre nesses casos, ter que vinculá-la a um produto comercializado como um *souvenir* comprado, a qual Santos (1999) denomina de *natureza artificial ou tecnicada*, onde a natureza é transformada em um simples meio pelo qual é possível praticar atividade recreacionais, e o pior, que pode levar a natureza presente a ser vista pelos visitantes como um obstáculo para as praticas de lazer e esportes de aventura criadas para seu prazer e diversão, o que o induz a não contemplar a natureza por si só, mas considerá-la, até mesmo em uma Unidade de Conservação, como um elemento que obstrui a obtenção daquilo que deseja e que por isso deve ser modificada, adaptada, em outras palavras: *tecnicada*.



Figura 10 – Equipamentos de Lazer e Recreação – PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2016. Autor da foto: Pozati

A saída para essa questão seria pensar nas atividades e equipamentos recreacionais a partir da natureza existente, como se a natureza fosse o fim e a recreação o meio para se contemplar seu valor original. Essa proposta poderia provocar no visitante a percepção de quanto a natureza pode oferecer e o quanto sua conservação pode ser importante para a nossa vida.

Programar atividades de recreação e propor equipamentos de lazer inseridos nesse contexto, somados a uma equipe de monitores presentes que leve o visitante a pensar diferente e refletir sobre o que significa a ele estar em uma Unidade de Conservação é um caminho a ser pensado pelos gestores das UCs na com relação aos Parques que administram.

Com relação ao PEMCJ - Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, o outro estudo de caso escolhido por ser uma Unidade de Conservação em estágio potencial para o Turismo, não foram encontrados equipamentos de lazer nem tão pouco atividades recreacionais projetadas para atender aos visitantes, o que já era de se esperar por ser uma UC com uma proposta de atendimento ao visitante em estágio apenas potencial. Mesmo assim, é importante pensar em contratar futuros monitores ambientais

para que possam oferecer uma espécie de *caça ao tesouro* ou *quiz* com base em informações sobre a flora e fauna do local no decorrer da visita.

Essas ações permitiriam aos visitantes imergir de forma mais consciente e lúdica na área em que visitam e ao mesmo tempo ampliaria sua experiência e percepção sobre o valor de fato da natureza as quais estão tendo contato. Essa experiência, caso seja bem sucedida, poderia em um segundo momento aumentar o interesse em conhecer as demais trilhas. Além disso, poderia haver indicações, por meio de comentários nas redes sociais, para que novos interessados, sejam turistas ou moradores da região, conheçam o Parque dos Mananciais por meio das visitas monitoradas.

Cohen, sociólogo israelense (1951-2014) estudou por muito tempo a atividade turística sob o enfoque da sociologia e psicologia. Segundo Cohen (1974) o (...) *turismo sugere uma saída, algo diferente, estranho, fora do comum, uma experiência de vida de viajante*, a qual pode funcionar como um estímulo para a volta da rotina ou ainda como um liberador de inibições provocadas pelo cotidiano. Para o mesmo autor, muitas pessoas tem a necessidade de viajar para fugir da rotina estressante do dia a dia, mas que depois de um tempo essas mesmas pessoas querem retornar ao seu lar, a sua rotina, que é considerada seu porto seguro. Esse comportamento ocorre principalmente dentre as pessoas provenientes dos grandes centros urbanos, considerado como o local de maior afluxo de turistas, segundo a OMT (2017).

Vale destacar ainda que Cohen (1974) foi um dos primeiros autores a dividir os turistas por categorias ou diferentes classificações de acordo com seus hábitos de vida e motivações de viagens, contrariando a ideia de um turista genérico e vago. Essa divisão é algo utilizado ainda hoje, ao estudar o comportamento do turista por meio de diferentes categorias ou segmentos, como o *turista de lazer*, *turista de negócios*, *ecoturista* (expressão atualmente bastante contestada principalmente por geógrafos), *turista de aventura* dentre outros. É também um dos primeiros autores a lamentar e questionar a reduzida interação entre hóspedes e anfitriões, afirmando mesmo que os primeiros preferem uma experiência cultural encenada e superficial do que o contato direto e autêntico com os anfitriões, que leva a atividade turística, segundo Cohen (1974), a ficar muito aquém do seu potencial como possibilidade de vivência, aprendizado e fator de mudança de hábitos, valores e atitudes.

Esse comportamento ajuda a entender por que os elementos da natureza, em sua essência, sem cenários ou adaptações em prol do conforto dos visitantes, não é considerada por muitas vezes como algo interessante pelos mesmos, por mais distante que esses visitantes estejam de seus lugares de origem e por mais que queira, num primeiro momento, *quebrar sua rotina*, ainda há algo que eles não querem perder de seu habitat de origem, principalmente localizado em grandes centros urbanos; a segurança e conveniência de produtos e serviços.

Esses viajantes querem, por exemplo, vivenciar toda a exuberância de uma floresta amazônica, mas desde que seja em quartos com ar-condicionado, com TV a cabo, acesso *Wi-fi* e internet em suas Unidades Habitacionais - UH para assim poderem comunicar com o mundo que deixaram para trás. Além disso, desejam que os horários de alimentação e rotina de dormir e acordar sejam adequados aos seus gostos, sem abrir mão de um passeio livre de insetos e sem *transtornos* de ter que caminhar por trilhas íngremes em temperaturas *inadequadas* e desconfortáveis.



adilsofilho

12

Parecia abandonado.

Avaliação sobre **Horto Florestal**

Publicada há 2 dias

Fomos para visitar o horto florestal, mas quando chegamos no local parecia que estava abandonado, não havia funcionários, nenhuma pessoa, aí decidimos ir embora. Estive no final de março de 2019, não sei se na alta estação é diferente, mas a minha experiência não foi animadora.

Data da experiência: março de 2019

MarleneGayao
Jundiaí, SP

307 92

Natureza linda . Infraestrutura péssima.

Avaliação sobre **Horto Florestal**

Publicada há 4 semanas via dispositivo móvel

Há vários anos visito Campos do Jordão e toda vez vou ao Horto Florestal. Vale a pena para apreciar a natureza. O local é mau administrado e não se percebe melhorias na infraestrutura. O trecho de terra na chegada está esburacado e com pouca chuva temos um lamaçal. Os estacionamentos, banheiros, quiosques, bancos são uma falta de respeito com os visitantes. Os preços de alimentos e artesanato são exorbitantes. Tem apenas um restaurante que não atende a demanda. As trilhas são mau sinalizadas e não tem instrutores suficientes para atender os visitantes. O poder público deveria investir nesse importante ponto turístico da cidade

Data da experiência: março de 2019

Figura 11 – Exemplos de comentários negativos sobre visita realizada no PECJ

Fonte – Site Trip Advisor, 2019.

Ao analisar os comentários dos visitantes do PECJ no *site* Trip Advisor¹⁵ sobre sua experiência no local são observados muitos comentários negativos sobre o *estado de abandono*, falta de estacionamento, falta de funcionários, estrada de acesso *mal conservada*, lugar longe do centro de Campos do Jordão e um inconformismo de muitos em ter que pagar ingresso por um local sem a estrutura esperada.

Para os visitantes que atribuíram notas sobre sua experiência no PECJ nos níveis *razoável*, *ruim* ou até mesmo *horrível* (12% do total de respostas segundo o próprio *site*), a exuberância dos elementos de fauna e flora presentes no Parque parecem não ter sido suficientes para superar sua decepção em razão da estrutura insuficiente do local para

¹⁵ Disponível em https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303607-d2427126-Reviews-Horto_Florestal-Campos_Do_Jordao_State_of_Sao_Paulo.html. Acesso em 04 de abril de 2019.

atender seus anseios de conforto e conveniência esperados, mesmo que seja uma Unidade de Conservação.

O problema se agrava quando os gestores das Unidades de Conservação, na tentativa de agradar aos seus visitantes e garantir um fluxo turístico permanente que lhe traga divisas por meio dos ingressos cobrados e passeios comercializados, procuram oferecer um cenário que atenda a esses desejos trazidos dos centros urbanos, criando a partir dessa perspectiva um cenário artificial, em um lugar onde a natureza deveria ser seu ator principal, além de aumentar consideravelmente as chances de uma atividade turística que tenha como resultado maior a poluição, degradação e completa descaracterização paisagística, cultural e social do local visitado.

3.1 Influência dos meios de transportes e tecnologia da informação na atividade turística em Unidades de Conservação

É somente a partir do de 1841 que o britânico Thomas Cook, considerado por muitos o *pai do turismo moderno*, encontra na atividade turística uma forma de obter ganhos financeiros, ideia da qual não deixou de crescer desde então, tanto por empresários particulares como Thomas Cook (por meio da criação de agências de viagens¹⁶), assim como operadoras de viagens, hotéis, companhias aéreas, locadoras, empresas de cruzeiros marítimos dentre outras, até observarmos países despertarem para os ganhos financeiros que a atividade turística poderia gerar quando um estrangeiro passasse a gastar seus rendimentos obtidos no país de origem no país visitado, gerando com isso diversos benefícios econômicos ao país visitado, tais como entrada de divisas (como uma atividade de exportação), impostos e geração de empregos no país visitado. Thomas Cook inicia então, por meio do funcionamento de sua agência de viagens na Inglaterra, uma nova era para o Turismo, a era da *mercantilização* da atividade turística.

Mas o que fez Thomas Cook ser considerado o precursor do turismo moderno, mercantilizado, profissionalizado? Por que um britânico? A resposta a essas questões nos ajudam a entender não só as razões que levaram esse pastor evangélico considerado pelos seus mais próximos como um *vagabundo que não gostava de trabalhar* a ficar marcado para sempre na história, mas principalmente a entender os fatores que levaram o turismo a alterar sua concepção de atividade feita de forma inconsequente por poucos homens pré-históricos do paleolítico, a um movimento anual de mais de um bilhão de pessoas, considerando apenas o fluxo internacional de turistas.

Thomas Cook era o *homem certo no lugar certo*. Segundo Ito (2008), no lugar onde Cook residia, a tecnologia da informação e meios de transportes destacava-se, em sua

¹⁶ Thomas Cook criou na Inglaterra, em 1841, a primeira agência de viagem com fins lucrativos: a Thomas Cook and Son, que decretou falência em 2019.

época, como uma das mais evoluídas do mundo. A evolução dos meios de transporte e tecnologia, associado ao aumento do poder aquisitivo médio das pessoas em poder viajar e que normalmente é mais alto dentre os países de capital dominante (como os Estados Unidos, Alemanha e Japão), que foram e ainda são os grandes responsáveis pela evolução da atividade turística, segundo a Organização Mundial de Turismo (2017).

A crescente relevância da atividade turística na economia e sociedade mundial é reflexo direto da evolução dos meios de transportes, principalmente do transporte aéreo, considerado um dos mais seguros do mundo, com apenas, segundo Santos (2005), um óbito por cada milhão de passageiros embarcados. Além disso, a maior competição entre as empresas, diversidade de oferta e avanço tecnológico tornou o transporte aéreo mais acessível para a classe média, o que segundo Mario Beni (1998), é o grande fator responsável pela massificação do Turismo no Mundo.

3.1.1 A evolução dos meios de transportes e sua influência na atividade turística em UCs

A evolução dos sistemas de transportes sempre influenciou diretamente o fluxo de viajantes em todo o mundo e contribuiu sensivelmente para o que o número de turistas chegasse aos valores aqui apresentados. A diferença no decorrer do tempo foi o meio de transporte mais utilizado pelos viajantes, pois enquanto os trens britânicos foram decisivos para o sucesso de Thomas Cook na organização de viagens terrestres de curta e média distância no século XIX, os navios transportando viajantes a partir da Europa para o oriente e continente americano contribuíram para o aumento de viagens internacionais no mesmo período, mas quando a Segunda Guerra Mundial termina inicia uma mudança significativa dos modais utilizados pelos viajantes, que para curtas e médias distâncias passam do ferroviário para o rodoviário e, para as longas distâncias, passam do marítimo (longas distâncias) para o aéreo.

Os trens, em especial no Brasil, deixaram de ser utilizados para fins de deslocamento de passageiros a partir da década de 1950 por conta da vinda da indústria automobilística brasileira, para tornarem modais utilizados apenas para pequenos deslocamentos visando estritamente o lazer, entretenimento e contemplação da paisagem ou até mesmo como uma forma de resgate histórico. Em Campos do Jordão, por exemplo, onde estão localizados os Parques Estaduais de Campos do Jordão - PECJ e Parque dos Mananciais de Campos do Jordão - PEMCJ, há a oferta desse tipo de serviço por meio da Estrada de Ferro de Campos do Jordão¹⁷.

¹⁷ Informações complementares podem ser obtidas por meio do *site*: <http://www.etcj.sp.gov.br>

O mesmo processo ocorre com os navios, que deixaram de deslocar passageiros de um continente a outro para virarem *resorts flutuantes*, onde um navio de mais de 140 mil toneladas e capacidade para mais de 5.000 passageiros oferece tamanha diversidade de equipamentos de lazer, como piscinas, toboáguas, pista de patinação no gelo, shows, festas, cassinos, boates, cinema além de uma gastronomia farta e de alto padrão de qualidade, o que o aproxima muito mais a um tipo de *resort* do que um meio de transporte propriamente dito. Nesse caso, os destinos percorridos por esses navios são meros coadjuvantes de um *show* estrelado pelo próprio navio em si, cada vez maior e com mais atrativos voltados não mais a um turista de alto poder aquisitivo, mas ao turista de classe média, principalmente aquele vindo dos Estados Unidos com destino às praias caribenhas.

A mudança entre os modais utilizados a partir da Segunda Guerra Mundial foi essencial para que o turismo se transformasse de uma atividade elitizada para uma atividade massificada, onde a maior parte da população mundial passou a ter acesso às viagens de lazer, muito em função do aumento da redução do tempo de deslocamento entre o lugar de origem e destino, aumento da segurança dos meios de transporte utilizados e principalmente, pelo barateamento dos valores das passagens, que em muitos casos é o item onde se gasta mais em uma viagem. É como se o mundo ficasse menor e mais acessível aos humanos a cada novo avanço dos modais aéreo e rodoviário.

Associado a esses elementos observa-se ainda a melhoria significativa dos terminais aeroportuários, que passam a oferecer uma estrutura de serviços e conveniência aos seus usuários similar a de um grande *shopping center* e a exemplo desses *shoppings*, a consumir um volume de alimentos, energia e por consequência produção de lixo similares a cidades de 10 mil habitantes. A ampliação e sofisticação dos aeroportos vieram para atender uma demanda crescente de voos, destinos e pessoas impulsionadas pelo aumento crescente da segurança de voo, maior rapidez e preços mais acessíveis em função da sua evolução tecnológica das aeronaves, cada vez mais rápidas e econômicas, além da melhor capacidade de gestão das empresas aéreas ao longo do tempo, contribuindo assim para o barateamento das passagens aéreas tornando-as acessíveis a um número maior de pessoas em todo o mundo.

No transporte rodoviário, ocorreu nos últimos 50 anos uma melhoria significativa da segurança dos automóveis, cada vez mais equipados com equipamentos que garantam ao mesmo tempo um maior conforto de seus passageiros e segurança a bordo, principalmente com relação da instituição e obrigatoriedade de equipamentos para prevenir ou para atenuar o choque físico em caso de um acidente.

Tal melhoria ocorreu em função de um mercado mais competitivo entre as diferentes montadoras de automóveis, o que levou a um consumidor mais exigente, e

principalmente em função de uma política governamental que obrigou as empresas automobilísticas de muitos países, como o Brasil, por exemplo, a equipar seus automóveis com equipamentos como *airbag* (bolsas infláveis acionadas em caso de impacto do veículo) e Antilock Braking System - ABS (Sistema de frenagem à prova de travamento das rodas) desde 2014¹⁸.

Além dos veículos em si, a revisão da legislação associada ao trânsito em muitos países, como o Brasil, por exemplo, estimulou a conscientização dos motoristas sobre a responsabilidade de dirigir e os riscos que podem estar associados a essa prática. Dentre as decisões tomadas pelos governos na promulgação do novo Código de Trânsito destacam-se as multas mais onerosas ao motorista, impedimento de dirigir após ingerir bebidas alcoólicas com possibilidade de suspensão da carteira de motorista e ampliação do treinamento e exigência para obter a autorização para poder dirigir veículos automotores. A legislação mais rigorosa associada à intensificação da fiscalização de seu cumprimento pelas autoridades governamentais contribui assim para um aumento da confiança em viajar por meio de automóveis e ônibus em todo o mundo.

A ampliação e aprimoramento da malha rodoviária também contribuem para o estímulo do número de viagens. Países ou estados onde as estradas existentes contam com pavimentação em bom ou excelente estado de conservação costumam observar um número maior de visitantes em seus destinos comparado a regiões onde as estradas estão em péssimas condições de conservação. Um exemplo é o o Estado de São Paulo, que embora possua um número menor de localidades de interesse turístico comparado ao que se encontra no Estado de Minas Gerais, apresenta, dentre os destinos paulistas, como Campos do Jordão, um número de visitas por ano muito maior em comparação aos destinos mineiros, como Monte Verde, por exemplo, de acordo com os dados do Ministério do Turismo (2019). Pode-se associar esse fato a sensível diferença de condições de acesso existentes entre esses Estados, considerando o acesso da capital aos principais destinos turísticos dos respectivos estados.

A qualidade do acesso influencia a decisão do viajante, que não quer se deslocar por um caminho que irá lhe gerar, para ele e sua família quando for o caso, transtornos e insegurança. Isso significa dizer também que quando um destino ou uma Unidade de Conservação aprimora seu acesso abre-se um precedente para um maior número de pessoas visitá-los, o que necessariamente não é algo favorável para esse destino ou UC, já que o acesso facilitado pode atrair um número de turistas que vai além da capacidade de carga desses lugares, comprometendo assim a capacidade de manutenção ou até mesmo existência de sua natureza ou cultura.

¹⁸ De acordo com a resolução nº 312 do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

Em Campos do Jordão, a facilidade de acesso ao município e aos Parques estudados (desde o centro do Município) constituem em um importante fator de estímulo para que os turistas *visitem* o PECJ e certamente será assim quando o PEMCJ for aberto para visitação, já que a UC potencial está ainda mais próxima e com melhor estrada de acesso desde o centro do Município de Campos de Jordão, quando comparado ao próprio PECJ¹⁹.

3.1.2 A tecnologia da informação frente a pratica do turismo em UCs

A tecnologia da informação e consequente globalização também podem ser consideradas outras grandes responsáveis por estimular o fluxo de turistas entre os países. Segundo Santos (1999) as maiores empresas do mundo não são apenas multinacionais, mas empresas globais, onde todas as estratégias, responsabilidades e recursos são integrados, desde a concepção do produto, fabricação até sua distribuição.

Atualmente, essa tecnologia da informação tem como destaque a Internet, que permite, dentre outras vantagens, que destinos, hotéis, agências, operadoras, empresas de transporte, locadoras e até mesmo parques instalados em qualquer Unidade de Conservação de qualquer lugar do mundo possam ser facilmente observados, conhecidos, reservados e divulgados por qualquer pessoa em qualquer lugar.

Como a Internet tornou-se o canal de vendas e relacionamento com o cliente, a medição de desempenho de *sites* de turismo está se tornando uma questão estratégica, fundamental para o marketing on-line. (PLAZA, 2011, p. 10)

Tudo isso provoca um sensível aumento no desejo e segurança para viajar, uma vez que as pessoas passaram a ter a possibilidade de se informarem, reservarem e comprarem todos os itens relacionados à sua viagem em questão de minutos, na sua língua local, a partir da sua própria residência, sem grandes custos de comunicação ou tempo, ou até mesmo sem o risco de escolherem um hotel, destino ou passeio de forma incorreta, o que poderá levar o viajante a inconvenientes indesejados, já que hoje a rede de indicações estabelecida em um *Trip Advisor*, por exemplo, permite saber com mais precisão e segurança o que fazer ou evitar no destino pretendido por meio de relatos de outros viajantes, aumentando ainda mais a segurança em se viajar e a certeza de ter feito a escolha correta. Segundo Blumrodt e Palmer (2013) (...) *há uma crescente demanda por conectividade e integração motivada por clientes cujos negócios tornam-se cada vez mais baseados na colaboração e interação.*

Com a evolução da tecnologia da informação, os próprios prestadores de serviços turísticos foram condicionados a inserirem no mundo digital por meio de *sites*,

¹⁹ O PECJ está a 10 km do Centro de Campos do Jordão enquanto que o PEMCJ dista 5 km do mesmo local.

portais, Sistemas Globais de Distribuição – GDS (como Sabre ou Amadeus, ou páginas em redes sociais. É como se a inexistência em uma dessas plataformas digitais impedisse os turistas de conhecê-los, acessá-los ou reservá-los e finalmente consumi-los.

De acordo com Lin e Huang (2006), a Internet se tornou o principal canal de busca e divulgação de informação de destinos e atrativos turísticos. Para esses autores (...) *um site eficaz pode chegar a um público global, sendo acessíveis 24 horas por dia em qualquer lugar do mundo*. Até mesmo os administradores das Unidades de Conservação, como no caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, utilizada aqui como estudo de caso, entenderam ser necessário colocar as informações pertinentes a esses locais em *sites* oficiais a fim de facilitar o conhecimento e visitação ou para facilitar o estudo sobre a área para os pesquisadores.

Associado ao avanço da tecnologia da informação no Brasil e no mundo temos o advento das redes sociais, com destaque para o *Facebook* (97,6% de nível de utilização pelos internautas) e *Instagram* (63,3% de utilização pelos internautas), que estão entre as 10 mais utilizadas pelos brasileiros na atualidade²⁰, como pode se observar na Figura 12.

Por conta de seu alto nível de utilização dentre os que acessam a Internet no Brasil (102 milhões de pessoas (58% da população) segundo a Pesquisa TIC Brasil²¹) redes sociais como *Facebook* e *Instagram* se transformaram num grande meio de divulgação dos destinos e serviços turísticos, graças às páginas oficiais dos próprios destinos e atrativos, sejam eles naturais, culturais, público ou privados e principalmente por meio das fotos e relatos dos viajantes, que muitas vezes até por uma questão de *status* e reconhecimento social fazem questão de compartilhar cada foto de cada destino que visitam.

²⁰ De acordo com a pesquisa elaborada pela *Social Media Trends* 2017. Disponível em <http://marketingdeconteudo.com/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em 21 de julho de 2017

²¹ Pesquisa TIC Brasil, promovida pela CETIC – Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. Disponível em http://www.cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2015_coletiva_de_imprensa.pdf. Acesso em 22 de julho de 2017.

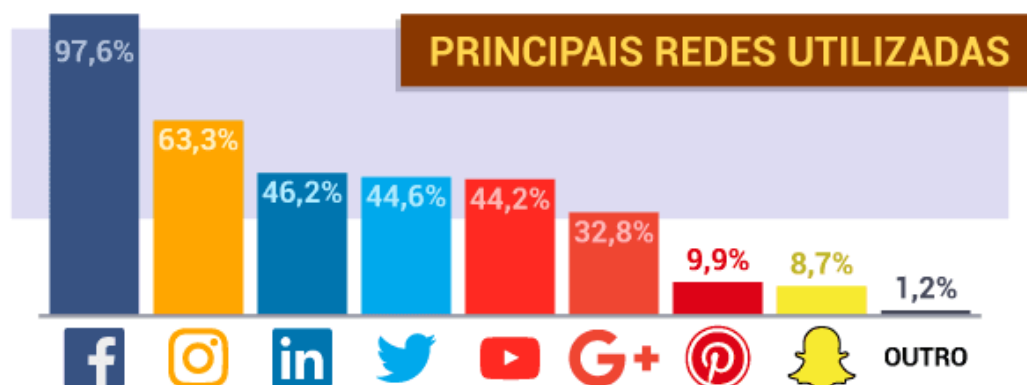


Figura 12 – Principais redes sociais utilizadas pelos brasileiros

Fonte – Disponível em <http://marketingdeconteudo.com/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>. Acesso em 21 de julho de 2017.

As fotos e relatos disponibilizados por meio dos usuários das redes sociais geram milhares de visualizações e comentários, que por sua vez são novamente compartilhados, gerando assim um novo ciclo de visualização e comentários por novas pessoas. De acordo com Brown e Chalmers (2003), *a tecnologia de turista a mais bem sucedida é a câmera, projetada especificamente para este “relembrar da viagem em casa”*.

Esse processo possibilita destinos antes pouco conhecidos e de certa forma ainda com seus elementos da natureza conservados por conta desse desconhecimento de grande parte das pessoas, como ainda ocorre em muitas Unidades de Conservação brasileiras passem a ser objeto de cobiça de milhares de viajantes potenciais, o que pode a médio e longo prazo comprometer a própria conservação desses lugares se não houver uma política pública que preveja essa eminente crescimento de demanda impulsionado pelas redes sociais.

As redes sociais permitiram ainda cultivar amizades com pessoas de lugares distantes, já que sem esse meio de comunicação dificilmente manteriam suas relações ou até mesmo se conheceriam. Tais contatos geram desejo de visitar pessoalmente o amigo distante, o que gera novos deslocamentos, além de possibilitar a troca de informações sobre lugares visitados de um ou de outro, gerando assim novas indicações para se visitar lugares até então desconhecidos.

Além disso, destinos com difícil acesso ou com estrutura de serviços turísticos muito rudimentares, como o que ocorre em muitas Unidades de Conservação passam, a partir da disseminação de suas belezas cênicas por meios eletrônicos de comunicação, a sensação de ser possível visitar um desses lugares em um próximo feriado ou férias, já que o seu colega da rede social informou ter ido e recomenda fortemente que você conheça aquele lugar. Tal comportamento tende a provocar a aceleração do processo de

esgotamento de lugares que ainda nem foram mercantilizadas pela prática da atividade turística.

A situação citada por Lin e Huang (2006) ilustra bem o poder das redes sociais na divulgação de destinos e atrativos:

Um engenheiro que trabalhava para United Microelectronics Corp. (UMC) em Taiwan, Justin retornou do mar Egeu e 124 fotos escolhidas de entre as fotos de 1400 que ele tirou durante suas férias no *site* do Yahoo-Kimo em maio de 2003. Justin simplesmente pretendia compartilhar suas fotos com amigos, e ele colocá-los no *site*, porque eram demasiado grandes para enviar por email. No primeiro dia, mais de 6000 visitantes lotados o *site*. O tráfego anormal causada Yahoo-Kimo fechar o *site* temporariamente. Depois de Yahoo-Kimo reativado o *site*, os níveis de visitante aumentou diariamente para dezenas de milhares. Talvez através de um desejo de compartilhar com outros amigos, muitos amigos entusiastas encaminhada a mensagem linda do *site* por e-mail. Durante várias semanas 40 a 60 mil visitantes visualizaram o *site* diariamente. Mais 1 milhão de visitantes visitaram o *website* durante o primeiro mês, e quase 2 milhões visitaram o *site* ao longo de um período de 6 meses. Locus, uma editora, aproveitou a oportunidade para publicar um livro de fotos, calendário de mesa de 2004 e quebra-cabeças com fotos do Justin. (LIN e HUANG, 2006, p.1201)

A página do *Facebook* associada ao PECJ com maior número de visitas²² não é a oficialmente administrada pelo gestor da UC. É uma página de caráter comercial que estimula o visitante a conhecer os elementos da natureza existente do local e, principalmente, praticar as atividades pagas comercializadas na própria UC, como aluguel de bicicletas e prática de arborismo. Foi observado nessa página um total de 97.622 visitas com 407 curtidas em um período de um ano (2018).

Na maior parte dos *posts* e comentários foram observadas associações positivas, por texto ou imagem, do contato dos visitantes com a natureza, prática de trilhas, prazer na utilização dos serviços comercializados e até fotos e relatos de apresentações e consursos culturais no PECJ, representando assim uma forma de divulgação com considerável retorno para a imagem e conhecimento do *Horto* e empresas que comercializam produtos e serviços na UC e no seu entorno, como restaurantes por exemplo.

Por outro lado, por ser uma página não gerenciada pelo gestor da UC, nada do que se publica tem o devido controle ou participação da administração do Parque sobre o tipo e veracidade das informações estão sendo divulgadas, nem tão pouco sobre quais práticas estão sendo estimuladas para os potenciais visitantes que acessam a página em questão, assim como as demais páginas do *Facebook* associadas ao PECJ e classificadas como *não oficiais*.

²² Página do Facebook denominada *Horto Florestal de Campos do Jordão*. Disponível em <https://www.facebook.com/pages/Horto-Florestal-Campos-do-Jord%C3%A3o/1762104497430393>. Acesso em 08 de abril de 2019

A qualidade de *sites* de destino do turismo pode refletir a qualidade da colaboração entre as principais partes interessadas. Deficiências nessa interação entre as partes interessadas — tipicamente Municipal, posto de turismo, operadores de turismo do setor privado e webmaster — pode ser uma fonte do *site* do destino, dando-lhe uma desvantagem competitiva. (BLUMRODT e PALMER, 2013, p. 2)

Será então que esse *admirável mundo novo*, onde uma grande quantidade de pessoas desloca rapidamente por vários quilômetros em equipamentos e vias cada vez mais rápidas e seguras ou conectam por tudo o mundo trocando informações, imagens, vídeos e depoimentos com outras pessoas próximas ou distantes, conhecidas ou não, pode de alguma forma influenciar na dinâmica das Unidades de Conservação ou, no nosso caso em especial, alterar a prática da atividade turística nessas unidades?

Penso que a evolução dos meios de transportes e a tecnologia da informação podem influenciar, e muito, a dinâmica da prática da atividade turística em Unidades de Conservação tanto ou até mais quanto influenciaram, como exposto até aqui, o turismo de uma forma geral. Pois assim como o turismo, esses elementos podem ajudar a aumentar sensivelmente a quantidade de visitantes reais ou potenciais para essas Unidades de Conservação, assim como a forma como esses turistas visitam, permanecem e enxergam esses lugares, o que, dependendo da forma como essa nova demanda é tratada pelos gestores das UCs pode ser benéfica ou não para sua conservação e valorização. A nova questão passa a ser então se a melhoria das condições de acesso, meio de transporte ou tecnologia da informação pode contribuir de fato para a conservação da própria unidade em questão.

Se as políticas públicas relacionadas às Unidades de Conservação considerar o aprimoramento dos meios de transporte como algo somente capaz de permitir um número maior de visitantes e por consequência um aumento da arrecadação proveniente de ingressos ou empregos relacionados à oferta de serviços nessas UCs há uma perspectiva que pode, em um primeiro momento, até contribuir para a melhoria da situação financeira nessas unidades, o que até vai ser benéfico para sua conservação caso essas novas divisas provenientes dos ingressos sejam revertidas para a UC em si.

Por outro lado, o mesmo aumento de fluxo de visitantes pode, a médio e longo prazo, comprometer o estado de conservação das próprias UCs, tendo em vista a maior dificuldade sobre o controle dos visitantes, o aumento da quantidade de dejetos e a alteração sobre a fauna e flora local, pois por mais consciente do ponto de vista ambiental seja um visitante, a sua presença, sua respiração, caminhar, fala e atendimento a suas necessidades básicas são capazes de alterar por completo o ecossistema presente.

Controlar ou inibir essas alterações ficam mais difíceis de ocorrer quanto mais visitantes existirem, ou seja, há a possibilidade de pagar um preço alto, muito maior do

qualquer dividendo financeiro, ao facilitar por demais o acesso dos visitantes as Unidades de Conservação.

A regularização do acesso às Unidades de Conservação por meio da determinação do número de entradas, o efetivo monitoramento do fluxo de visitantes dessas entradas utilizadas, associado à determinação e cumprimento do número máximo de veículos, pessoas por veículos e ainda tipo de equipamentos de alimentação e recreação (bicicletas, churrasqueiras, alimentos, boias, carvão etc.) que podem entrar nas Unidades de Conservação classificadas pelo SNUC como Parques, associado a uma campanha de conscientização, por meio de folhetos entregues na entrada aos visitantes, por exemplo, podem de fato contribuir para a mudança de hábito do visitante a favor da conservação do lugar, além de possibilitar um controle maior sobre o número de visitantes, cujo valor e acesso às áreas das UCs devem ser estudados e determinados com antecedência pelos gestores, por meio dos seus planos de manejo e que deve obrigatoriamente incluir estudos de capacidade de carga de visitantes, independente do tipo de Unidade de Conservação em questão.

Outro aspecto a ser considerado deve ser o tipo de transporte que poderá ingressar na Unidade de Conservação. No PEMCJ, há relato de acesso por motos especialmente adaptadas para trilhas. Mas o Parque está oficialmente fechado para visitação e não existe nenhum estudo até agora dos impactos no meio ambiente gerado por esses equipamentos de transporte nem tão pouco um controle por parte das autoridades a respeito. Esses veículos podem provocar sensíveis mudanças no ecossistema local, já que seu movimento altera o solo, emitem dióxido de carbono e provocam poluição sonora dentre outros aspectos.

Além disso, esse equipamentos são de preço médio alto para aquisição e manutenção (considerando o valor dos veículos e motos em geral), cuja posse limita a pessoas de alto poder aquisitivo em um país onde ter um veículo, por mais básico que seja já é um privilégio para a minoria da população. Essa situação acaba por valorizar o ingresso no local apenas de pessoas de maior poder aquisitivo provocando assim desigualdade em termos de acessibilidade e uso de um patrimônio público, cujo direito de uso é igual para todos, independentemente da sua condição social.

No Parque Estadual de Campos do Jordão não existem informações precisas, nem tão pouco há uma definição clara de quantos ônibus, motos ou veículos de passeio podem ou ingressam por dia na Unidade de Conservação estudada. Essa falta de definição pode gerar um desequilíbrio do número de visitantes ou do poder aquisitivo desse visitante, pois os ônibus em excesso podem permitir e estimular o ingresso de pessoas de menor poder aquisitivo, o que por um lado é bom se entendermos que o acesso à UC deve ser um direito de todos e que os ônibus facilitam esse acesso, mas é ruim se considerarmos que o

ingresso de ônibus compromete o controle sobre como os visitantes se comportarão no local ou que vão retirar dessas Unidades visitadas, caso não haja um efetivo controle e conscientização *um a um* quando houver o desembarque ou embarque desses ônibus no local visitado.

Uma solução adotada por Unidades de Conservação consiste na limitação ou até mesmo impedimento de entrada de ônibus nesses locais, embora essa decisão possa reduzir o número ou aumentar o controle sobre visitantes, é uma solução que pode excluir aquelas pessoas que não tem poder aquisitivo para possuir ou utilizar um veículo particular, o que elitiza a prática da atividade turística nesses locais.

Nesse caso, uma possibilidade mais sensata seria a definição e respeito a um número máximo por tipo de veículos, tendo em vista a capacidade de carga previamente determinada, o que representaria a possibilidade de controle do número de visitantes, sem necessariamente excluí-los ou selecioná-los por poder aquisitivo.



Figura 13 – Estacionamento de veículos dos visitantes do PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2016. Autor da foto: Pozati

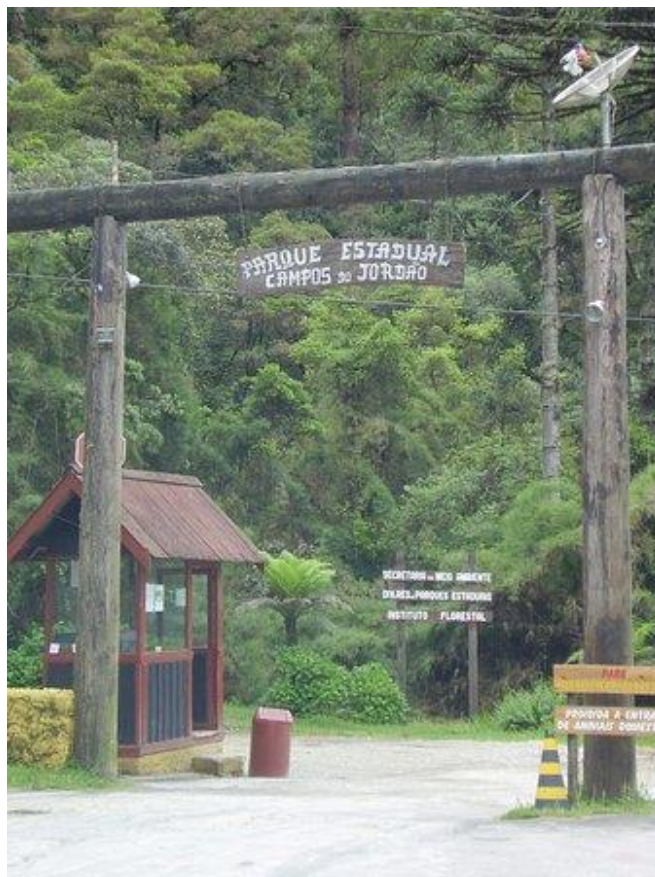


Figura 14 – Entrada principal do PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2016. Autor da foto: Pozati

A tecnologia da informação, por sua vez, não apresenta uma influência tão perceptível quanto a que os meios de transporte exercem, seja na prática do turismo, seja na visitação às Unidades de Conservação, mas seu poder de influência e alteração frente à atividade turística das UCs pode ser até maior que a influência exercida pela evolução dos meios de acesso e transporte a esses locais, já que em todas as pesquisas realizadas com os visitantes de qualquer local, a resposta é sempre a mesma ao questionar sobre o que mais influenciou o visitante a demonstrar interesse pelo local: *a indicação de amigos e parentes*.

Em termos de conteúdo de *websites*, a estrutura tradicional do turismo de sol e mar-areia, turismo de compras e turismo urbano estão sendo transformadas em um novo quadro de demanda de turismo impulsionado por elementos de tecnologia, ecologia/meio ambiente, educação e entretenimento delegadas para webmaster. (BLUMRODT e PALMER, 2013, p. 10)

É uma revolução silenciosa, sem um aparente resíduo físico, mas que é capaz de aumentar consideravelmente o número de interessados em conhecer determinada UC por meio de relatos postados nas redes sociais de outras pessoas sobre o local visitado, sem que essas pessoas sejam necessariamente nossas conhecidas.

De acordo com Rita (2000) a decisão de visitar o destino é baseada principalmente em informações disponibilizadas para esse turista em potencial, os quais estão explorando a riqueza do material proveniente da Internet como fonte primária de informações de destino. Para o mesmo autor (...) *a internet permite informações a serem apresentadas em formas poderosas, interativas e visuais, que podem ser muito importantes para os viajantes*. Nesse caso, um vídeo postado por algum visitante ou disponibilizado por meio dos *sites* dos destinos pode ser fundamental para que o visitante queira ir um determinado local nas suas próximas férias, final de semana ou feriado prolongado.

Esses relatos e, principalmente, fotos postadas, nos motivam a também conhecer o local podendo assim aumentar consideravelmente sua visita. Mas esse novo movimento capaz de provocar mudanças em nossos hábitos nos inquieta e nos leva a refletir mais uma vez: isso é bom?

Ao analisarmos os comentários dos visitantes no *site Trip Advisor* a respeito do Parque Estadual de Campos do Jordão, foram observados, em primeiro lugar, um expressivo número de avaliações (6.473), das quais 5.587 (86%) foram positivas (experiência *excelente* ou *muito bom*) e outras 811 (12,5%) avaliações foram desfavoráveis (experiências *razoável*, *ruim* ou *horrível*) a imagem do PECJ²³.

Dentre as avaliações positivas prevalecem comentários como *lugar lindo, beleza natural; próximo à natureza; local para relaxar ou descansar; passeio imperdível* ou até mesmo *parece que estamos em outro país*. Já dentre os comentários negativos prevalecem opiniões como: *lugar grande, sem grandes atrativos*, e até mesmo inacreditáveis *parque público estadual administrado por incompetentes sanguessugas. Inadequado, decadente e dispensável* ou *bastava que alguém plantasse flores diversas que com certeza já se tornaria interessante, pelo menos para fotos* ou ainda *não acredito! não pude entrar com meu animal doméstico*.

A julgar pelo baixo número de reclamações comparado a quantidade de elogios, associado ao tipo de reclamações existentes como as demonstradas aqui, (geralmente proveniente de pessoas que desconhecem ou parecem não estarem adequadas ao esperado e oferecido em um Parque radicado em uma Unidade de Conservação) há de fato um excelente posicionamento (imagem) do local frente ao visitante. Esse fato gera uma opinião pública favorável da Unidade de Conservação estudada, o que pode contribuir para uma política pública interessada em investir na sua preservação e melhor preparação para atender ao público visitante, obviamente aspectos favoráveis à Unidade de Conservação estudada.

²³ Levantamento realizado no site Trip Advisor em 08 de abril de 2019. Disponível em https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303607-d2427126-Reviews-Horto_Florestal-Campos_Do_Jordao_State_of_Sao_Paulo.html.

Tornar o usuário do parque um aliado requer apenas um comprometimento mínimo com a função primária que essa área protegida tem de preservar a natureza. (TERBORGH, John; SCHAIK, Carel Van, 2002, p. 30)

O oposto também poderia ocorrer, caso a Unidade de Conservação tivesse um número de críticas negativas superiores a quantidade de elogios haveria uma política pública interessada em preservar o local? A questão é que os gestores das UCs não tem controle sobre a opinião dos visitantes, que muitas vezes está pautada em aspectos que não são de responsabilidade direta do local, mas que ocorrem em virtude do próprio perfil psicográfico do visitante como vimos nos exemplos acima descritos.

De qualquer forma, entendo que pode haver um empenho por parte desses gestores em oferecer aos visitantes uma estrutura de serviços complementares capaz de permitir uma visita mais agradável, como a existência de trilhas sinalizadas, monitores treinados e banheiros limpos, o que pode contribuir para opiniões favoráveis dos visitantes, mas sem que isso se torne prioritário dentro da gestão do Parque para evitar a inversão de valores de importância entre a preservação da UC em si e a satisfação de seu visitante.

Ao mesmo tempo, os gestores necessitam melhor acompanhar as opiniões a respeito da Unidade de Conservação que são publicadas nas principais redes sociais (*Facebook, Instagram, Trip Advisor*, por exemplo) e se posicionar caso sejam negativas, pois isso pode amenizar uma imagem desfavorável, algo que pode ser atualmente prejudicial a uma política pública favorável a preservação e valorização desses espaços frente à sociedade contemporânea.

Outra questão a ser pensada e que pode favorecer as Unidades de Conservação está relacionada à forma de uso dos canais oficiais de informação eletrônica em prol do fortalecimento da imagem institucional da UC ou até mesmo para um melhor esclarecimento sobre o que é qual a proposta de uma unidade de conservação.

No caso dos PECJ e PEMCJ, nossos estudos de caso, há a possibilidade de utilizar os respectivos *sites* oficiais para transmitir informações sobre normas e restrições de visitação, dias de funcionamento, estrutura existente, o que se espera encontrar nesses locais como a fauna e flora existente. Além disso, o *site* pode conter esclarecimentos sobre os cuidados que devem existir ao visitar a UC, ações executadas pelos gestores, próximas reuniões de discussão do Plano de Manejo (caso seja o caso), depoimentos de visitantes, importância da Unidade de Conservação para o meio ambiente e sociedade, painel de fotos, espaço para esclarecimentos de dúvidas e sugestões, concursos culturais, divulgação de pesquisas desenvolvida, informações voltadas a educação ambiental, além de fóruns e enquetes sobre a UC. Poderia existir ainda análises produzidas por geógrafos, por exemplo, sobre o entendimento de natureza e como ela deve ser observada no decorrer da visita.

As redes sociais e internet de uma forma geral são canais de comunicação que quando bem utilizados podem ajudar minimizar a preocupante mercantilização da natureza discutido no primeiro capítulo e ao mesmo tempo aumentar a conscientização ambiental do seu visitante.

A imagem sobre os locais a serem visitados, em especial nas Unidades de Conservação, quando colocadas na rede mundial de computadores de uma forma estritamente comercial e mercantilista, sem o efetivo controle dos meios oficiais de comunicação, pode gerar estereótipos e expectativas falsas sobre esses locais, estimulando a vinda de um turista desinformado ou de certa forma despreparado a compreender e valorizar o patrimônio natural que irá visitar, algo que poderá gerar descontentamento desse visitante, aliado a uma eventual falta de cuidado para se preservar o que está se visitando e consequente degradação da UC por meio da prática do turismo.

Frias, Rodriguez e Castaneda (2008) descobriram em suas pesquisas que a internet pode ter um efeito negativo na imagem de destino, pois os autores obtiveram resultados, a partir de seus resultados obtidos, que demonstraram que a imagem de destino era melhor entre os consumidores que obtinham informações exclusivamente de agências de viagens em comparação aos consumidores que também usavam a Internet para coletar informações sobre um destino.

A razão para esse efeito negativo é a sobrecarga de informações, já que as pesquisas *on-line* geram enormes quantidades de informações que podem ser difíceis ou cansativas de serem assimiladas ou melhores analisadas pelos consumidores. Esse efeito foi particularmente identificado entre os consumidores com pouca experiência na internet e que estavam muito envolvidos em sua pesquisa sobre determinado destino.

Considerando o conteúdo disponibilizado nos *sítes* oficiais de nossos estudos de caso, a disponibilidade de informações atualizadas, diversificadas e de utilidade pública ainda está longe de acontecer tanto para o Parque Estadual de Campos do Jordão como para o Parque dos Mananciais de Campos do Jordão²⁴, pois o que encontra na página oficial da Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo é apenas uma informação sobre as formas de entrar em contato com esses Parques.

As informações mais detalhadas e ainda assim de uma forma indireta (não há uma página somente para os Parques), são encontradas apenas na página oficial da Fundação Florestal (órgão estadual responsável pela gestão do Parque) onde são encontradas informações apenas sobre o Plano de Manejo do PECJ e PEMCJ (publicados

²⁴ *Site* oficial dos PECJ e PEMCJ – Disponível em www.saopaulo.sp.gov.br > Conheça SP > Parques e Reservas Naturais.

em 2015), mas que por sua vez devem ser acessados por meio de uma outra página para ser finalmente baixado em formato de *PDF*²⁵.

Essa situação representa uma considerável perda de oportunidade de utilizar a tecnologia da informação a favor do fortalecimento institucional dessas UCs frente à opinião pública. Ao mesmo tempo, a inércia dos administradores dessas UCs vinculados ao poder público em oferecer em seu *site* dados confiáveis atualizados e consistentes sobre o PECJ e PEMCJ representa um alto risco de ter uma imagem distorcida do local, o que pode gerar práticas de visitação depredatórias nessas UCs por meio de um turista desinformado e desinteressado em compreender os efetivos atributos dos elementos da natureza visitados, como pode ser observado nos comentários extraídos no *site Trip Advisor* citados anteriormente.



Figura 15 – Página da internet do Sistema Ambiental Paulista (inclui PECJ e PEMCJ)

Fonte – Disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br>. Acesso em 24 de julho de 2017

Os mesmos problemas, e por consequencias riscos, ocorrem na página oficial vinculada ao PECJ no *Facebook*. As notícias relacionadas são na verdade atualizadas pelos próprios usuários da página, compostos de grupos de pesquisa, visitantes frequentes do parque e *sites* de turismo de Campos do Jordão mantidos pela iniciativa privada.

Todas essas informações publicadas não possuem um controle ou participação efetiva da Fundação Florestal. Segundo a ex-gestora do PECJ e PEMCJ²⁶, ela mesmo foi proibida de idealizar uma página vinculada ao parque no *Facebook*, tendo em vista a falta de controle que a Fundação Florestal iria ter e eventuais comentários negativos que

²⁵ PDF - *Portable Document Format* (Formato Portátil de Documento).

²⁶Entrevista de Claudia Camila Faria de Oliveira
Chefe de Unidade do PECJ, concedida em 28 de janeiro de 2017.

poderiam existir na página. Essa postura afasta a Unidade de Conservação de seus visitantes da comunidade que vive no seu entorno, dificultando assim uma maior identidade e proximidade entre esses elementos, além da perda da oportunidade de divulgar o lugar e estimular a vinda de um visitante mais conscientizado sobre o que significa de fato valorizar e respeitar uma Unidade de Conservação.

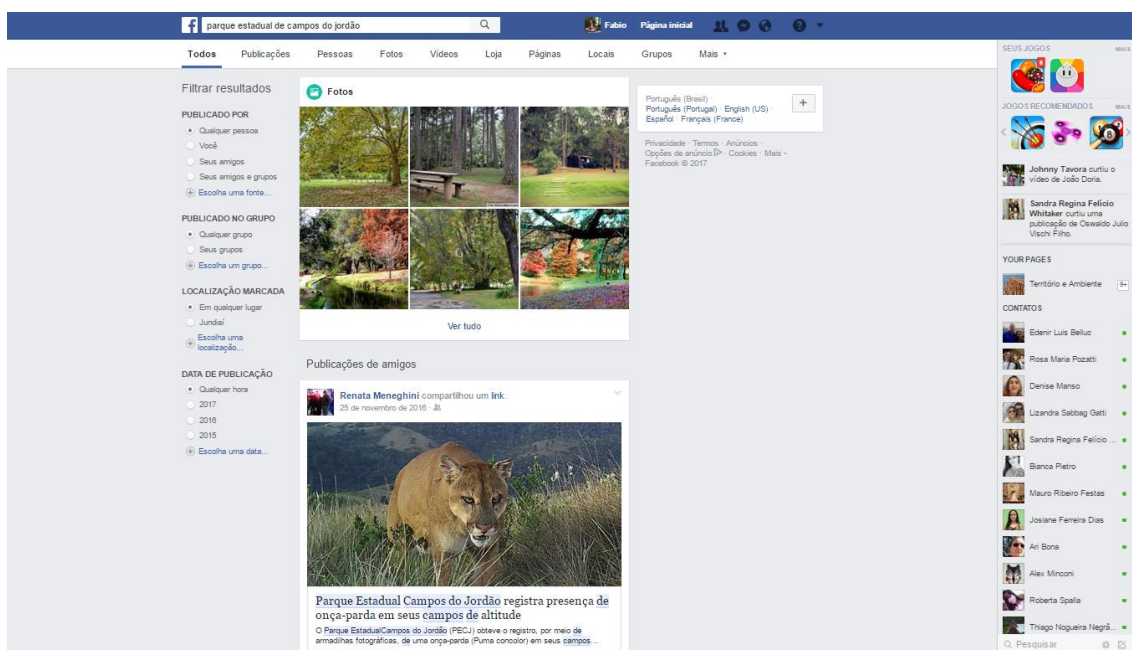


Figura 16 – Página oficial do PECJ no Facebook

Fonte:Disponível em <https://www.facebook.com/search/top/parqueestadualdecamposjordao> Acesso em 21 de julho de 2017.

Por outro lado, há interessantes exemplos a serem seguidos pela gestão das demais UCs, como a que é observado na gestão da informação digital por parte dos gestores da Reserva Biológica da Serra do Japi, localizada em Jundiaí/SP. Sua página oficial na Internet²⁷ é repleta de informações atualizadas e relevantes sobre essa Unidade de Conservação, seja para pesquisadores, seja para visitantes interessados. Há inclusive, conforme é observado na Figura 17, uma ligação direta da página às redes sociais e páginas de informações mais utilizadas pelos brasileiros, como o *Facebook*, *Instagram*, *Twitter* e *YouTube*.

Ao navegar na página dessa UC é possível encontrar dados geológicos e geográficos relevantes a Serra do Japi, pesquisas e publicações, agenda para visitas monitoradas, além de notícias e um canal para atendimento. Por meio da página é possível

²⁷ Site oficial da Reserva Biológica da Serra do Japi – Disponível em <http://serradojapi.jundiai.sp.gov.br/>

ainda assinar um canal de informações atualizadas sobre o que ocorre na Serra do Japi, enviadas diretamente ao e-mail do interessado.

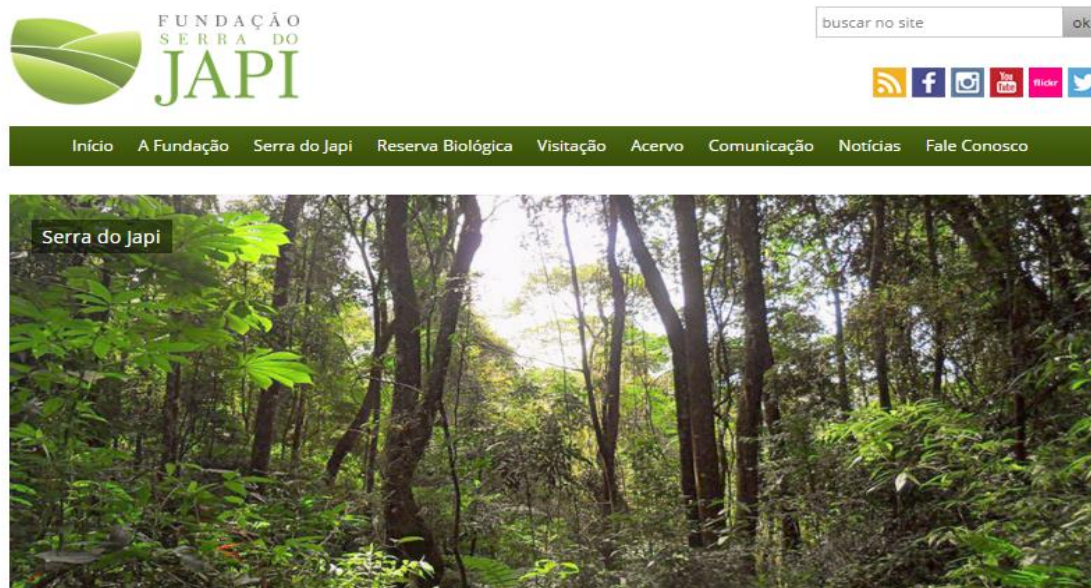


Figura 17 – Página oficial da Fundação Serra do Japi

Fonte – Disponível em <http://serradojapi.jundiai.sp.gov.br/>. Acesso em 21 de julho de 2017.

É curioso observar que nesse caso parece haver uma situação invertida ao levar em conta a forma de comunicação digital elaborada por seus gestores face aos objetivos de cada Unidade de Conservação de acordo com o SNUC, os quais foram amplamente discutidos no capítulo anterior.

A Serra do Japi, como Unidade de Conservação classificada como *Reserva Biológica* restringe o acesso de visitantes, que oficialmente devem ter sua visitação necessariamente vinculada aos objetivos de pesquisa ou educação ambiental, em grupos monitorados por guias de turismo credenciados de até 20 pessoas e cujo cronograma de visitas desde que aprovados com antecedência pela Fundação Serra do Japi, responsável pela sua gestão. Mas ao analisarmos sua página oficial na Internet, idealizada e mantida pela fundação gestora da UC, observa-se que as informações são disponibilizadas de tal forma que parece haver uma espécie de *convite* para que possamos conhecer o local, como defendem Kaplanidou e Vogt (2006), autores que encontraram uma correlação positiva entre a estética do *site* de um destino e a intenção de visitá-lo e assim sugerem que a Internet pode desempenhar um papel cada vez mais importante na formação, mudança e manutenção de imagens de destino.

A estrutura de visualização das informações proposta pela Fundação Serra do Japi por meio da sua página oficial na Internet poderia ser utilizada por qualquer Unidade de Conservação categorizada como Parque, que tem como princípio, como o próprio SNUC

prevê, conciliar numa mesma área recreação e conservação. Mas nesse caso, a partir da análise das informações disponibilizadas no *site* oficial administrado quase que de forma artesanal pelo gestor responsável pelo PECJ, não há um interesse para que esses objetivos sejam atingidos, pois em nenhum momento a gestão utiliza a tecnologia da informação para que o Parque Estadual de Campos do Jordão (Horto) e PE dos Mananciais de Campos do Jordão sejam visitados e valorizados pelos visitantes e comunidade que vive ao seu entorno, ou seja, a julgar pelos objetos de estudo apresentados e analisados aqui, quem pode e até deve por princípio ser visitado não é capaz de elaborar uma estratégia de comunicação para esse fim, já quem não faz questão ou até quer desestimular a visita, como o caso da Serra do Japi, produz, quase que sem querer, um tipo de estratégia de comunicação elogiável e aplicável para qualquer atrativo que queira e precise ser melhor compreendido, estudado, valorizado e desejado por seus visitantes.

Os aplicativos (*apps*) disponibilizados atualmente por meio de *smartphones* destacam como um tipo de ferramenta tecnológica cada vez mais utilizada pelas pessoas, tendo em vista o maior acesso a compra de *smartphones* (em 2016, a Fundação Getúlio Vargas estima que existam 168 milhões de aparelhos desse tipo no Brasil²⁸), além do barateamento do acesso a internet móvel por conta do aumento quantitativo e qualitativo desse tipo de conexão, seja por 3G, 4G ou *Wi-fi*, embora ainda não haja estudos acadêmicos consolidados sobre o tema.

De acordo com Brown Chalmers (2003), os telefones celulares e outros dispositivos portáteis estão se tornando cada vez mais avançados e por conta disso não demorou muito para aplicativos relacionados à atividade turística começassem a proliferar. No entanto, seu sucesso comercial ainda não foi efetivamente comprovado. Também tem havido pouco trabalho de estudos de aplicativos no turismo e as implicações especificamente relacionadas ao *design* dessas tecnologias móveis nessa área.

Apesar desse recente avanço, foi verificado que o gestor responsável pelas Unidades de Conservação aqui estudadas não tem interesse em investir para obter ou aprimorar esse recurso tecnológico, pois não foram encontrados aplicativos específicos relacionados nem PECJ nem tão pouco ao PEMCJ, o que é mais uma vez frustrante, já que a existência desses aplicativos poderia colaborar sensivelmente na disseminação de informações relevantes associadas às essas UCs oferecendo, por exemplo, atualizações sobre estudos e descobertas ocorridos nesses locais, informações sobre o acervo existente nas Unidades de Conservação transmitidas aos visitantes em tempo real por geolocalização equipados nos aparelhos, grupos de discussão e troca de informação, envio de mensagens sobre eventos que ocorressem nesses locais ou associados a eles, além do envio de

²⁸ Disponível em <http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/pesti2016gvciappt.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2017.

informações periódicas sobre a importância da UC e curiosidades sobre o local, o que faria com que as Unidades de Conservação fossem um assunto atual e constantemente presente na mente daqueles que poderiam visitar e/ou apoiar sua preservação ou até mesmo ampliação de seu território, permitindo assim que a tecnologia da informação fosse utilizada como instrumento para favorecer a conservação e valorização pública das Unidades de Conservação no Brasil.

3.2 O entorno das Unidades de Conservação e suas relações com a atividade turística das UCs

A área conhecida como entorno da Unidade de Conservação abrange uma extensão mais ampla que as zonas de amortecimento, pois segundo o IBAMA (2002), apresenta um perímetro que envolve os limites de municípios aos quais as Unidades de Conservação e zonas de amortecimento geograficamente estão localizadas. Portanto, essas duas áreas de conservação e proteção da UC não podem ser considerados como sinônimos, embora possam ter objetivos em comum.

Vale ressaltar que o perímetro de uma área de entorno, a qual concentrará as discussões desse tópico, é estabelecido a partir dos limites dos municípios sobrepostos pela UC e por sua respectiva Zona de Amortecimento - ZA. De acordo com Kinouchi (2010), a partir da lei do SNUC, o papel e percepção do governo sobre o exterior das UCs foi reformulado e ampliado. Para o autor, a antiga concepção de Zona de Transição, que amparava as propostas de intervenção social na vizinhança das unidades, foi substituída pela noção de Zona de Amortecimento, que por força da legislação que passa a ser vigente, recebeu uma atribuição mais objetiva, focada principalmente no controle e restrição de atividades sociais reconhecidas como mais impactantes para a UC, o que facilitou a preservação da própria Unidade de Conservação em questão.

(...) considerar as ZAs como sistemas sociológicos pode não apenas ampliar e aprimorar os instrumentos disponíveis para operar a mitigação dos impactos que incidem sobre as UCs – tornando-os mais justos e focados nas interações socioambientais locais – como também estender significativamente a abrangência da ação governamental na proximidade das áreas protegidas, explorando especificidades e sinergias que operam na fronteira dessas unidades, onde a conservação e desenvolvimento social e econômico são, muitas vezes, aspectos indissociáveis para o sucesso da gestão ambiental (KINOUCI, 2010, p. 36)

O entendimento sobre Zona de Amortecimento e Área de Entorno, que jamais devem ser tratados como sinônimos toma importância quando observa que no Brasil, segundo Kinouchi (2010) (...) *as ZAs podem representar aproximadamente 6,6% da superfície continental brasileira – uma área equivalente a mais da metade da área*

atualmente ocupada pelas Unidades de Conservação. Apesar disso, para o mesmo autor, (...) a contribuição das zonas de amortecimento das UCs é pouco discutida nos debates técnicos e científicos, sendo geralmente tratadas como um tema secundário no contexto da conservação da biodiversidade. Entende-se, portanto, o quanto importante é discutirmos a respeito das áreas entorno das Unidades de Conservação, utilizado aqui como base as áreas de entorno dos objetos de estudo (município de Campos do Jordão) para assim melhor compreendermos e debatermos a prática da atividade turística nas próprias Unidades de Conservação estudadas.

Segundo Kinouchi (2010), dentre as diversas pressões humanas que podem ocorrer nas proximidades de uma Unidade de Conservação, necessitam de atenção especial (...) *a poluição e contaminação da água, exploração desenfreada da fauna e flora circundante, as queimadas sem controle e assoreamento dos rios, riachos e nascentes*, pois segundo o mesmo autor tais ações podem interferir diretamente nos processos de degradação dos ecossistemas aquáticos das UCs (assoreamento dos seus cursos d'água e carregamento de poluentes para o interior das UCs); comprometimento do equilíbrio ecológico da região (redução da cobertura vegetal nativa e destruição dos remanescentes naturais do entorno provocados por queimadas descontroladas), eventual estímulo à extração clandestina no interior das UCs (causado pelo esgotamento ou escassez dos recursos disponíveis nas áreas adjacentes as UCs) e finalmente a possibilidade de propagação de incêndios descontrolados para o interior das UCs.

Para ter uma ideia melhor sobre o cuidado necessário à área de entorno de uma Unidade de Conservação tomemos como exemplo as UCs utilizadas aqui como estudo de caso. O PECJ recebe, segundo seu Plano de Manejo, publicado em 2015, as águas poluídas vindas do Município de Campos do Jordão e isso configura como um dos seus principais problemas, enquanto que o PEMCJ abriga os mananciais responsáveis por parte do abastecimento de água desse mesmo entorno. Esses mananciais já foram responsáveis por 70% desse abastecimento, segundo o Plano de Manejo do PEMCJ, mas atualmente respondem por apenas 30% em virtude do assoreamento ocorrido antes da criação da UC, principalmente em virtude da especulação imobiliária desenfreada do seu entorno existente até então, segundo o próprio Plano de Manejo do PEMCJ, publicado em 2015.

Deve-se, portanto, ter um olhar mais atento à zona de entorno das Unidades de Conservação, avaliando suas possibilidades e fragilidades sociais e econômicas, como por exemplo, tipos de atividades e instalações que podem ser construídas, em especial com relação aos tipos e quantidade de construções e atividades que podem ser eventualmente oferecidas com o propósito de ampliar a comodidade e opções de lazer e recreação aos seus visitantes, sem nunca comprometer o equilíbrio ambiental do local, aliado ainda a políticas públicas de inserção da comunidade local nesse processo.

A estratégia de manejo adequada para garantir que a UC cumpra seus objetivos deve ser pensada, também, de fora para dentro, considerando o planejamento do(s) município(s) na qual está inserida, bem como nas diretrizes do planejamento regional e nacional. (FREITAS, 2008, p. 54)

Tais cuidados podem representar não apenas uma interessante oportunidade social e econômica para comunidade que vive no entorno da UC, mas ser um importante aliado para a preservação da própria Unidade de Conservação. Nesse sentido Kinouchi (2010) complementa ao defender que a adoção de tais medidas poderá produzir uma (...) *rede de relações duráveis capaz de viabilizar os acordos e os compromissos coletivos que garantam a conservação da área protegida no longo prazo e a consolidação de um desenvolvimento local compatível e fortalecedor desse arranjo socioambiental estabelecido entre os agentes.*

Embora exista atualmente uma ideia clara sobre a importância das áreas de entorno das Unidades de Conservação, os autores Oliva e Magro (2004) alertam que tanto no âmbito federal como estadual, as Unidades de Conservação por muito tempo não se preocuparam com o comportamento do seu entorno seus respectivos planos de manejo, apesar da influência direta e indireta que segundo esses autores (...) *ocorre que, muitas das atividades desenvolvidas nas áreas envoltórias das UCs de proteção integral influenciam direta ou indiretamente o seu manejo e a proteção dos atributos que motivaram a criação e implantação das mesmas.*

Ainda de acordo com esses autores, tal fato pode ser associado à metodologia seguida, empregada na época pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF no âmbito federal e Instituto Florestal de São Paulo, onde os limites fora das UCs não eram considerados em seus estudos. Somente as Unidades de Conservação mais recentes, a partir da implantação da *Lei do SNUC* em 2000, é que passaram a ter essa percepção como pode ser observado na Tabela 4 – Consolidação das formas de abordagem dos planos de manejo sobre as áreas de entorno das UCs do Estado de São Paulo, a seguir:

Unidade de Conservação (Administrada pela Fundação Floretal (FF))	Documento de Planejamento	Ano de publicação	Aborda questões sobre o entorno?	Mapas além limites da UC?	Possui programa de manejo específico que trata das relações com o entorno
Ilha do Cardoso	Plano de Manejo	1974	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Cantareira	Plano de Manejo	1974	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Campos do Jordão	Planos de Manejo	1975	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Vassununga	Plano Conceitual de Manejo	1986	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Alto Ribeira – PETAR	Sistematização de Dados e Atividades	1988	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Ilha Anchieta	Plano de Manejo	1989	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
PETAR	Projeto PETAR	1991	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Furnas do Bom Jesus	Plano Conceitual de Manejo	1991	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Xixová-Japuí	Plano de Manejo – Fase 1	1997	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Intervales	Plano de G. Ambiental	1997	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Serra do Mar	Plano de Manejo – Fase 1	1998	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Ilha do Cardoso	Plano de Manejo – Fase 1	1998	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Ilhabela	Plano de Manejo – Fase 1	1998	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Campina do Encantado	Plano de Manejo – Fase 1	1998	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Chauás	Plano de Manejo – Fase 1	1998	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Bananal	Plano de Manejo – Fase 1	1998	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Ilha do Cardoso	Plano de Manejo – Fase 2	2001	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Paranapanema	Plano de Manejo	2001	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não
Xixová-Japuí	Plano de Manejo – Fase 2	Em aprovação	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

Tabela 4 – Consolidação das formas de abordagem dos planos de manejo sobre as áreas de entorno das UCs do Estado de São Paulo

Fonte – OLIVA e MAGRO (2004, p. 469) – adaptado pelo autor .

Ao analisar a Tabela 4 observa-se que os Planos de Manejo – PMs, das Unidades de Conservação do Estado de São Paulo anteriores a década de 1970 (incluindo o Plano de Manejo do PECJ) raramente procuraram analisar situações ou propor ações que envolvesse apresentassem preocupação com quais atividades poderiam ser realizadas no entorno das Unidades de Conservação nem tão pouco como a comunidade residente nessa área poderia interagir com a Unidade de Conservação.

A partir da década de 1980 é que essa situação começa a se alterar dentre as Unidades de Conservação paulistas e passa a ser observado (ainda se utilizando como base os dados da mesma Tabela 4), o aumento do número de UCs que consideram nos seus mapas, questões ou Planos de Manejo - PMs, a problemática existente com relação a sua área de entorno. Mesmo assim, essa nova percepção está bastante limitada, em razão de sua forma desordenada a qual se processa, pois é amparada em diagnósticos pouco claros e criteriosos para desenvolver um PM adequado das áreas de entorno, o que poderia delimitar de fato as áreas de interesse e enfrentar com propriedade problemas relacionados a licenciamento ambiental e autorização de obras e atividades nesses territórios.

É somente a partir do final do século passado, mais precisamente a partir da década de 1990 que é observada uma clara evolução com relação à preocupação com as questões que envolvem as áreas de entorno as Unidades de Conservação mencionadas. A partir de então, as áreas de entorno e Zonas de Amortecimento passam a ser consideradas, quase que obrigatoriamente, nos Planos de Manejo das Unidades de Conservação, embora para Oliva e Magro (2004) muitos desses planos carecem de uma definição precisa sobre os limites geográficos das Zonas de Amortecimento.

Ao serem exigidas por força da Lei, as zonas de amortecimento alcançaram uma condição de destaque na política ambiental brasileira, abrindo possibilidades de gestão territorial inovadoras ainda pouco compreendidas. Contudo, sua aplicabilidade depende de um desenvolvimento mais aprimorado de seus pressupostos teóricos e metodológicos. (KINOUCHI, 2010, p. 209)

No caso das UCs utilizadas como estudo de caso, apenas em seus Planos de Manejo mais recentes²⁹ é observado que a preocupação com o entorno passa a existir de forma mais consistente, o que permite planejar ações que terão resultados mais dentro do esperado, tendo em vista a influência dessas áreas na dinâmica das UCs estudadas. Acerca

²⁹ O Plano de Manejo do PECJ mais recente foi publicado em 2015. Disponível em <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2017/02/Diagn%C3%B3stico-e-Planejamento.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2018.

O Plano de Manejo do PEMCJ também foi publicado em 2015. Disponível em <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2012/01/Diagn%C3%B3stico-e-Planejamento.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2018.

disso, vale destacar um trecho extraído do Plano de Manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão, onde a preocupação com a área de entorno ao parque é evidenciada:

De posse das informações geradas ao longo de todo o processo de elaboração do plano, a equipe técnica resgatou os aspectos e as características **mais importantes da UC e sua área de entorno**³⁰, elencou critérios e gerou mapas de subsídios para a discussão e definição do zoneamento. O material produzido foi apresentado em oficina específica para o tema e, nesta, os limites das zonas, seus objetivos e normas foram estabelecidos. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p.364)

A demora em reconhecer, ou pelo menos, levar em consideração as áreas adjacentes às Unidades de Conservação representa uma situação preocupante, já que muito dos problemas ocasionados no interior das Unidades de Conservação derivam da falta de percepção, estudos aprofundados e planejamento sobre como deve ocorrer a relação entre a Unidade de Conservação, sua área de entorno e Zona de Amortecimento, principalmente com relação aos hábitos culturais, organização social e atividades econômicas inerentes às comunidades que residem nessas áreas.

Apesar do avanço em considerar a realidade socioeconômica das áreas adjacentes das Unidades de Conservação com mais intensidade a partir de 1990, o traçado geográfico dessas áreas pouco alterou no decorrer do tempo. Foi somente na versão mais recente do *Roteiro Metodológico de Planejamento para Parques Nacionais. Reservas Biológicas e Estações Ecológicas* (IBAMA, 2002) que o delineamento espacial das ZAs passou a receber maior destaque e uma melhor adaptação. Isso ocorre quando se determina um novo conjunto de *critérios de inclusão, exclusão e ajustes de áreas*, voltado a orientar a sua identificação territorial e aproximar a proposta de amortecimento de um modelo que realmente se adapte a realidade específica existente na unidade de conservação.

As orientações técnicas governamentais sugerem que a identificação da zona de amortecimento de uma UC seja estabelecida tomando como referência um *buffer* de 10 km circundante à área protegida, sobre a qual se aplica em seguida um conjunto de critérios de inclusão, exclusão e ajustes de áreas, aproximando ou afastando esse traçado do perímetro da unidade (KINOUCI, 2010, p. 51)

De acordo com o IBAMA (2002) os *critérios de inclusão* podem incorporar de áreas próximas às Unidades de Conservação que não estão necessariamente localizados nos 10 km do entorno da UC, mas que possam apresentar (...) *uma associação direta com os atributos ecológicos da área protegida*. Nesse caso, podem ser consideradas as microbacias dos rios que fluem para o interior da UC e seus divisores de água, as áreas de recarga de aquíferos, os sítios de nidificação ou pousos de aves, as áreas úmidas com

³⁰ Grifo Nosso.

importância ecológica, as áreas naturais com potencial de conectividade, assim como os remanescentes próximos dentre outros.

Em função do risco ambiental que representam, podem também ser incluídos no zoneamento da área de entorno da Unidade de Conservação certos territórios tais como assentamentos rurais, projetos agropecuários, polos industriais, grandes projetos privados, áreas sujeitas a processos de erosão e escorregamento de massa, área em risco de expansão urbana, além da inclusão de outros locais que a princípio não oferecem riscos aparentes de influência, mas que também devem ser considerados tais como acidentes geográficos e geológicos notáveis assim como aspectos cênicos de destaque e sítios arqueológicos próximos.

Em sentido oposto, a áreas delimitada das Zonas de Amortecimento podem utilizar dos *critérios de exclusão* as quais são fundamentadas, segundo o IBAMA (2002), a exclusão de certas áreas embora estejam no raio de 10 km pré-estabelecidos possuem aspectos sociais e ambientais cujas características geográficas e sociais não são possíveis de serem integradas ao plano de gestão das Unidades de Conservação em questão, tais como áreas urbanas já estabelecidas ou com expansão definidas em seus respectivos Planos Diretores.

Segundo a Lei do SNUC (Lei nº 9985 de 2000) não existe um parâmetro específico para determinar o tamanho de zona de amortecimento de uma Unidade de Conservação, já que segundo a mesma lei, a responsabilidade de definição da área e os parâmetros de decisão são de total responsabilidade do órgão responsável pela UC.

Os limites da zona de amortecimento e dos corredores ecológicos e as respectivas normas de que trata o § 1º poderão ser definidas no ato de criação da unidade ou posteriormente. (LF 9.885 de 18 de julho de 2000, art. 25, § 2º).

Na falta de um critério mais claro de decisão, os criadores e gestores das Unidades de Conservação têm adotado como regra, a definição de área estabelecida pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, que utiliza o raio de 10 km para seus procedimentos de licenciamento ambiental. O próprio roteiro proposto pelo IBAMA (2002) defende desde o seu início a adoção do critério de raio de 10 km para a definição Zona de Amortecimento e como referência para posteriormente definir os critérios de inclusão, exclusão e ajustes, além do Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, tendo em vista a dinâmica de uso e ocupação específica da zona de amortecimento da unidade de conservação em questão.

No que diz respeito às Unidades de Conservação utilizadas como objetos de estudo dessa tese, foi observado uma forte correlação entre a área entorno e a prática da atividade turística em seu território. O Parque Estadual de Campos do Jordão, por exemplo,

abrange 1/3 do Município de Campos do Jordão, que por sua vez é o grande responsável pelo fluxo de turistas para essas UC, em especial no mês de julho, considerado o mês de alta temporada da Estância Turística, quando foi registrada a entrada de mais de 28 mil visitantes no Parque, enquanto que nos demais meses essa demanda não passa de 14 mil visitantes, segundo dados fornecidos pela administração do PECJ na ocasião da visita de campo realizada em 2018.

A análise do fluxo de visitantes ao PECJ ao longo dos meses do ano, aliado aos resultados das observações sobre o seu comportamento realizados no decorrer dos trabalhos de campo, demonstram que há uma forte evidência de que muitos dos que visitam o Parque estão por lá por conta de estarem em Campos do Jordão e usarem um dos seus dias no Município para aproveitar e conhecerem a UC. Isso significa também que grande parte dos visitantes do PECJ não vai a Campos do Jordão pelo Parque, mas pelos atrativos de Campos do Jordão num primeiro momento, considerando o Parque, nesse caso, apenas mais um atrativo do Município.

Essa situação fragiliza a proposta de preservação da Unidade de Conservação por meio do Parque, pois trás ao local um turista muitas vezes incapaz de valorizar a natureza como fonte de valor de uso, que demonstra preocupação apenas com as facilidades de visitação oferecidas pela UC, similar a preocupação que tem quando visita um shopping, aquário ou um zoológico. Além disso, a proximidade com o centro de Campos do Jordão (10 km) e facilidade de acesso por estrada asfaltada e em bom estado de conservação só estimula e amplia o fluxo de visitantes ao Parque, o que é mais um fator de desafio para proposta de visitação da Unidade de Conservação estudada atenda de fato aos objetivos estabelecidos por meio do SNUC para a UC em questão.

No caso do PE dos Mananciais de Campos do Jordão não há um estudo a respeito, pois a UC ainda está fechada para visitação desde sua criação, em 1991. Mas a julgar pela sua grande proximidade com o centro urbano de Campos do Jordão (5 km) e facilidade de acesso (estrada asfaltada em bom estado de conservação) é de esperar que essa UC tenha os mesmo desafios do PE Campos do Jordão, que poderão ser até maiores, tendo em vista de tratar de uma UC que estar tão próxima de um grande centro emissor de visitantes ávidos por conhecer qualquer novidade localizada no seu entorno. Por essa razão será fundamental seguir as recomendações previstas no seu Plano de Manejo desde o primeiro dia que o Parque for aberto para visitação.

Com relação aos objetos de estudo tratados aqui, tanto na Unidade de Conservação consolidada (PECJ) como potencial (PEMCJ) não há uma ação efetiva que envolva maior controle e fiscalização ambiental ao redor da área protegida, o que é preocupante, pois segundo Kinouchi (2010, p.112) (...) *a minimização dos possíveis impactos antrópicos desencadeados no interior do zoneamento é buscada com maior*

frequência a partir de iniciativas essencialmente baseadas na intensificação do controle e da fiscalização ambiental na vizinhança imediata das Unidades de Conservação.

Por outro lado, no decorrer dos trabalhos de campo, foi evidenciado ações de manejo sugerindo o desenvolvimento de articulações institucionais específicas, como por exemplo, acordos institucionais propostos para ocorrer entre as UCs estudadas com a Prefeitura Municipal Campos do Jordão por meio da Secretaria de Educação do Município.

Tomando como base as considerações aqui apresentadas, é fundamental que os Planos de Manejo, discussões em reuniões temáticas, decisões de áreas de zoneamento, permissões ou proibições de atividades econômicas assim como o estudo da prática da atividade turística das Unidades de Conservação levem em consideração as peculiaridades de sua área e comunidade de entorno, tendo em vista sua ligação com a Unidade de Conservação em si, uma vez que ignorá-las ou imaginar que a área de entorno tenha pouca participação com relação à dinâmica das Unidades de Conservação, inclusive com relação à prática da atividade turística, significará modelos de preservação muito aquém da real complexidade e abrangência dessa proposta e de sua efetiva conquista.

É justamente esse exercício que foi realizado no item a seguir e no próximo capítulo, onde é abordada a prática do turismo na UCs não apenas sob a perspectiva das UCs de forma isolada, mas integrada a análise da dinâmica da atividade turística do município de Campos do Jordão, área do entorno das Unidades de Conservação estudadas.

3.3 Relações entre a comunidade e a atividade turística em Unidades de Conservação.

O que é observado nas Unidades de Conservação estudadas, em especial no Parque Estadual de Campos do Jordão - PECJ, é que há um distanciamento físico e social entre a comunidade que vive no seu entorno, no caso a população de Campos do Jordão e sua Unidade de Conservação. Apesar de o PECJ representar 1/3 do território de Campos do Jordão e ser um dos atrativos mais visitados pelos turistas do município, que vive basicamente do turismo, não é evidenciado o sentimento de *pertencimento* do Parque com essa população, que embora recomende a visita ao parque aos visitantes, poucas ou nenhuma vez o visita por ano ou conhece sua ampla diversidade de fauna e flora existente, de acordo com o gestor do PECJ, Diego Lustre Gonçalves³¹ e de acordo com entrevistas informais realizadas com os monitores no decorrer da realização das trilhas existentes na Unidade de Conservação pesquisada.

A situação apresentada pode ser explicada por dois motivos principais, um deles consiste no que Kotler (2000) denomina de *Lei da Utilidade Marginal*, teoria que defende

³¹ Entrevista realizada em 14 jan.2018 na sede administrativa do PECJ.

que quando mais há um produto menos valor se dá a ele. O autor usa como exemplo para essa situação o preço de um quilo de sal em comparação a um quilo de ouro, onde o ouro tem o preço infinitamente superior ao sal, pois está disponível em uma proporção muito menor do que o sal.

O mesmo raciocínio pode ser utilizado em uma cidade litorânea, onde o visitante geralmente valoriza muito mais a praia daquele determinado município do que quem reside por lá, afinal, para o residente dessa cidade litorânea a praia sempre estará lá, todos os dias, enquanto que para o visitante ir aquela determinada praia pode ser uma oportunidade única. No caso da comunidade que reside em Campos do Jordão, objeto de nossa pesquisa, o PECJ sempre está disponível e seu acesso é fácil, o que contribui para a redução de seu *valor* para a comunidade, de acordo com a teoria do autor.

Outra razão para esse desinteresse consiste na falta de políticas públicas, seja por parte da Prefeitura de Campos do Jordão, Fundação Florestal (gestor do Parque) ou Governo do Estado de São Paulo, em estimular a comunidade de Campos do Jordão a aproximar do Parque. Nas visitas realizadas tanto no PECJ como no município de Campos do Jordão não foram observadas práticas que provoquem esse estímulo.

O que ocorre nesse sentido são apenas ações pontuais junto às escolas municipais de Campos do Jordão, para a promoção de visitas monitoradas ao Parque com o objetivo de se praticar a educação ambiental, mesmo assim, são visitas consideradas *obrigatórias* aos alunos, sem uma explicação mais precisa ou clara por parte da direção dessas escolas ou da própria gestão do Parque sobre o porquê ou benefícios que podem ocorrer ao praticar essa atividade, o que pode ser associada pelas crianças como algo que deve ser feito por obrigação. Esse fato leva esses alunos e seus pais a não entender de forma clara o que poderia ser *essência* da proposta, vinculada muito mais a valorização do Parque e da natureza existente no local frente à comunidade, o que representa assim a perda da oportunidade de integrar o Parque a cultura e história do município.

Por fim, a ideia de que o PECJ é uma área reservada apenas para turistas endinheirados pode gerar exclusão social para os residentes locais mais pobres, que veem o seu acesso ao Parque limitado por razões econômicas e compromete assim o apoio aos Parques e incitar tanto a comunidade como os visitantes, muitas vezes influenciados pela cultura local, a infringir as regras de conservação e dar pouco valor do patrimônio natural existente.

O estímulo à aproximação da comunidade com o PECJ poderá, a médio e longo prazo, contribuir para ampliar o conhecimento e estímulo do visitante de Campos do Jordão a conhecer o Parque como uma de suas principais atividades de visita no município, o que, por sua vez, amplia a arrecadação por meio de ingressos de visitantes e por consequência, melhora as condições financeiras para preservação do PECJ.

Nesse sentido, estimular a imagem favorável do PECJ frente à comunidade que vive no entorno do Parque contribuirá para o aumento de indicações dessas pessoas para que o visitante tenha interesse em conhecer o local. Dentro dessa lógica, o aumento da frequência de visita da comunidade jordanense ao Parque pode, mesmo que indiretamente, aumentar o índice de indicação para os turistas conhecerem o local, gerando assim um círculo virtuoso favorável à conservação e valorização do próprio Parque.

Infelizmente, a ideia de que comunidade e Unidades de Conservação localizadas em seu entorno devem-se manter distantes ainda persiste no Brasil, como por exemplo, a Instrução Normativa ICMBio nº 26, de 4/7/2012³², que estabelece diretrizes e regulamenta os procedimentos para a elaboração, implementação e monitoramento de termos de compromisso entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio e comunidades residentes em Unidades de Conservação, (...) *onde a sua presença não seja admitida ou esteja em desacordo com os instrumentos de gestão.*

Por outro lado, há um questionamento desse distanciamento entre UCs e comunidades locais dentro das próprias instituições públicas, já que o próprio Ministério Público Federal – MPF (2014) rebate o posicionamento do ICMBio ao defender que a Unidade de Conservação deve ter, além de suas características ambientais (meio físico: geomorfologia, hidrografia, pedologia, clima; meio biótico: biomas, vegetação, fauna e interações flora e fauna) muito bem identificadas e definidas, uma preocupação especial com os aspectos socioeconômicos, históricos e culturais (incluindo os arqueológicos), referentes às comunidades residentes no interior da Unidade ou em seu entorno. São essas características, segundo o MPF, que (...) *definem os atributos de criação da Unidade de Conservação e estabelecem os parâmetros para a gestão.*

Essa visão defendida pelo Ministério Público e a qual compartilho, seguem as convenções defendidas pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, as quais vale mencionar:

Os povos ou comunidades tradicionais são coletividades que possuem relação especial com seus territórios, sujeita à proteção, por ser indissociável das suas respectivas identidades (cf. art. 13 da Convenção nº 169 da OIT);
A remoção dessas coletividades de seus territórios tradicionais poderá ocorrer em casos de absoluta excepcionalidade e sendo garantido o seu retorno tão logo cesse a causa que o determinou (cf. art. 16 da Convenção nº 169 da OIT)³³;

Vale destacar que o SNUC prevê elaboração obrigatória do Plano de Manejo em até 5 (cinco) anos após a criação da Unidade de Conservação e revisões a cada 5 (cinco) anos. Segundo o mesmo SNUC, o processo de elaboração e revisão do PM deve ser

³² Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/legislacao/instrucoes-normativas.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

³³ Disponível em <http://www.ilo.org/brasil/lang-pt/index.htm>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

participativo, com envolvimento de todos os atores que relacionam de forma direta ou indireta com a Unidade de Conservação.

Para garantir a sua efetiva implantação, as Unidades de Conservação (UCs) devem dispor de um plano de manejo, documento técnico mediante o qual se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área de manejo dos recursos naturais. (FUNATURA, 1989, p. 13)

Segundo o Ministério Público Federal - MPF (2014) o (...) *Plano de Manejo da Unidade de Conservação configura-se como documento imprescindível para a definição do tratamento institucional sobre a questão da presença humana*. De acordo com o mesmo MPF, essa maior participação e envolvimento da comunidade local na gestão da Unidade de Conservação podem e devem ocorrer por meio do Conselho Gestor, cuja criação é determinada pelo SNUC. Na visão do Ministério Público Federal (2014) esse Conselho permite a participação da sociedade na gestão da Unidade de Conservação, pois são compostos por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, devendo ser preferencialmente paritários. Esse modelo proposto contribui para a transparência da gestão, já que um dos papéis centrais do Conselho Gestor é identificar os problemas e os conflitos, propor soluções de forma compartilhada, bem como identificar as potencialidades de manejo da Unidade de Conservação, em articulação com os atores sociais envolvidos.

A participação dos moradores deve ser uma realidade presente na rotina das Unidades de Conservação. Tal medida aproxima a comunidade da Unidade de Conservação e colabora para que as pessoas que vivem no entorno das UCs possam melhor entender que tais áreas não são objetos estranhos aos seus mundos. Entendo que essa aproximação entre comunidade local e UCs seja um caminho para que haja um maior apoio da opinião pública para a própria existência das Unidades de Conservação, o que, indiretamente, contribui para que as políticas públicas, que envolvem leis e alocação de recursos sejam efetivamente mais favoráveis às UCs, algo que garantiria a melhor manutenção, gestão e até mesmo ampliação da área territorial destinada como Unidade de Conservação.

Porém, o que observo é que a comunidade que vive no entorno da UC pouco participa do processo de decisão, embora seja convidada para participar das reuniões que envolvem decisões sobre a gestão e manejo das UCs. Isso ocorre, segundo a ex-gestora do PECJ, Camila Faria de Oliveira, por desinteresse, desmotivação, desconhecimento ou descontentamento com a existência da Unidade de Conservação presente em seu entorno.

Segundo a mesma ex-gestora e dos monitores locais, entrevistados no decorrer das visitas de Campo ao PECJ, a comunidade do entorno não participa da maior parte das reuniões, apesar de serem sempre convidadas e as reuniões serem previamente comunicadas via Diário Oficial da União e ocorrerem no município de Campos do Jordão, na câmara dos Vereadores, local de fácil acesso a toda população. Esse tipo de publicação não

traz resultados efetivos nem tão pouco estimula a participação dessa comunidade no processo, visto que apenas as pessoas diretamente interessadas em leis e decretos (normalmente associadas à gestão pública) costumam ler o Diário Oficial da União.

A análise da estrutura organizacional indica a existência de muita distância entre os centros de poder e decisão e a linha de atuação propriamente dita. Isto tem gerado dificuldades para os administradores das unidades, pois suas prioridades nem sempre são conhecidas ou relevadas pela instituição. O fluxo de informação é caótico e a participação dos técnicos na tomada de decisão não é prática política estabelecida ou mesmo procurada. (BRITO, 2000, p. 140)

A participação maior só ocorre, segundo a ex-gestora e o atual gestor (Diego Lustre Gonçalves), quando os assuntos tratados são considerados por esses membros como de grande relevância, como a discussão sobre as fragilidades e potencialidade acerca da inclusão do Parque Estadual de Campos de Jordão no programa de concessão de Parques para a administração da iniciativa privada ou aprovação da revisão do Plano de Manejo (ocorrida em 2015) ou ainda, quando se trata de propostas de redefinição de zoneamento da área do Parque.

O que os gestores entrevistados não costumam observar é que quando integrantes da comunidade decidem participar das reuniões, o que é raro, encontram no local uma estrutura de discussão praticamente pronta com assuntos ligados diretamente a rotina operacional do Parque, o que desestimula que haja comentários ou sugestões dos participantes no decorrer da reunião e por consequência, desmotiva os participantes a estarem presentes na maior parte desses encontros, tendo em vista a dificuldade em conseguir a efetiva participação nas decisões tomadas no decorrer das reuniões já que são ouvintes e não membros atuantes.

Essa situação só faz aumentar a distância entre a comunidade e a UC a qual reside e convive de forma muito próxima e reflete a própria política pública vigente, que separa o homem da natureza e interfere diretamente no comportamento dessas comunidades frente a essas áreas, considerando-os lugares onde não têm acesso ou interesse, pois acreditam tratar de um lugar que não lhe pertence ou cuja visita ou cujo entendimento mais amplo sobre real riqueza, biodiversidade e importância de preservação pouco lhe interessa.

A legislação e políticas públicas vigentes, aliado a falta de motivação para estimular a aproximação do homem com a natureza e por fim, a cultura local que se *conforma* com a situação em si, só amplia a ideia de uma natureza, que embora seja considerada pelos mesmos como algo *lindo* e *exuberante* de ver, não lhe interessa de interagir e conhecer.

Nesse sentido, Pádua (1987), ao analisar as práticas e os discursos sobre necessidade de conservação e valorização da natureza no Brasil, fala de uma dualidade *esquizofrênica*, uma vez que, paralelamente a toda a retórica que explora as riquezas e as belezas naturais do país desde o início da colonização portuguesa, assiste a uma destruição sistemática dessas mesmas riquezas e belezas. No caso da política de UCs e da proteção ambiental de maneira ampla, essa dualidade fica ainda mais transparente.

A situação relatada pouco estimula a comunidade do entorno das UCs estudadas e os visitantes do PECJ a integrar com esses espaços e principalmente, a se integrarem entre si, o que leva esses lugares a serem pouco conhecidos e valorizados tanto pelas pessoas que residem em seu entorno como os próprios turistas que afluem a esses locais. Há nesse caso, a perda da oportunidade de vivenciar a integração homem/natureza/homem. O que atualmente ocorre nas Unidades de Conservação, tomando como exemplo o PECJ, Unidade de Conservação com fluxo turístico consolidado, é de um visitante que visita a UC como um lugar artificial e estático, onde a presença de animais soltos, folhas que sujam os carros ou até mesmo insetos vira fonte de reclamação dos visitantes frente à administração desses espaços, segundo os gestores entrevistados. Tal comportamento pode ser atribuído a uma total falta de senso e valorização dos visitantes sobre a riqueza e importância, dinâmica do ecossistema e riqueza da diversidade de fauna e flora existentes nesses lugares.

Mas essa situação pode ser revertida. Segundo Terborgh e Schaik (2002), para que o visitante de um Parque se torne um aliado frente à conservação do local é necessário em muitos casos apenas (...) *um comprometimento mínimo com a função primária que essa área protegida tem de preservar a natureza*. A proposta de educação ambiental é um interessante caminho para que a situação atual de fato mude para uma melhor perspectiva em relação à valorização e preservação da natureza.

O posicionamento aqui defendido leva em consideração a possibilidade de obter efetivos benefícios à comunidade do entorno das UCs frente à prática da atividade turística nesses locais, caso fosse motivada sua maior participação na sua gestão, pois ninguém melhor que as pessoas dessa comunidade para conhecer, acompanhar, monitorar e valorizar a preservação de sua *própria casa*. Poderia haver assim um benefício mútuo entre a atividade turística e essa comunidade, onde o turista colaboraria para a valorização do lugar visitado, enquanto que a comunidade teria interesse em preservar o espaço a ser visitado e contemplado pelos visitantes.

Tirar ou pouco estimular a participação da comunidade do entorno do contexto das Unidades de Conservação representa a quebra de eventual círculo virtuoso que poderia ser formado entre visitante, visitado e local onde esse encontro ocorre. O distanciamento da população que vive no entorno das Unidades de Conservação inibe a obtenção dos

benefícios sociais e econômicos que a prática do turismo pode promover a elas. Além disso, o resultado final é muitas vezes de um sentimento de exclusão e resignação da comunidade frente ao lugar que antes era seu, mas que agora pertence a forasteiros.

O fechamento da natureza em Parques / Unidades de Conservação, acompanhado muitas vezes com a expulsão da população nativa, contradiz a participação social da comunidade nesses espaços e não estabelece uma relação harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente, o que resulta na aceleração da degeneração genética dessas comunidades, que longe do acesso ao seu lugar de origem, correm o risco de desintegrar por falta de opções de residência e ganhos econômicos provenientes desses lugares, como o turismo, por exemplo.

De acordo com Freitas (2008), a presença da comunidade, se reconhecida na constituição e gestão das Unidades de Conservação, pode (...) *aprimorar as condições de existência da própria unidade*, que poderá auxiliar na disseminação de experiências bem sucedidas de técnicas de manejo sustentável de recursos naturais nos territórios em questão, como a prática do turismo de base comunitária, o turismo pedagógico (vinculado à educação ambiental) e turismo em áreas naturais de uma forma que possa aumentar a chance de preservação da UC em questão, aliado ao envolvimento e ganho socioeconômico da comunidade que habita em seu entorno.

Ao inverter essa lógica e retirar por completo as comunidades habitantes no interior dessas áreas ou ainda, restringir suas atividades no local, priorizando o turismo como atividade econômica predominante em seu lugar, resulta em uma situação ainda mais prejudicial para aqueles que deveriam ser, em tese, os maiores beneficiados dessa prática, pois muitas vezes os ganhos socioeconômicos do turismo não serão para essa comunidade, mas para pessoas e empresas sediados em outros municípios, Estados ou até mesmo países.

Essa comunidade perderá, muitas vezes, a possibilidade de acesso ao local para os turistas, por não ter mais condições econômicas nem logísticas para contemplar aquele lugar que antes pertencia a sua história e cultura. Para o Ministério Público Federal (2014), o movimento que predomina na criação e a implantação da Unidade de Conservação é o da exclusão, na medida em que seus modos de vida são inviabilizados em favor de atividades consideradas mais apropriadas, como o turismo, que a partir desse modelo vigente, potencializa ainda mais a exclusão dessas comunidades de seu habitat de origem, agravando o processo de “desterritorialização” desses espaços, defendida por Vallejo (2002), por exemplo.

Segundo Moretti (2001), o atual modelo adotado para a implantação das Unidades de Conservação é, na verdade, uma *nova forma de privatização do patrimônio natural*, agora não mais da propriedade da terra, mas ao uso da terra e da paisagem

enquanto atrativo turístico, o que leva a pratica de um turismo que mais afasta e exclui a comunidade residente no entorno da UC do que a aproxima e a beneficia como deveria ser.

O modelo de Unidade de Conservação em vigência no Brasil, muitas vezes imposto pelo governo federal sem uma aproximação ou conhecimento da realidade local não permite que os habitantes locais se integrem com a Unidade em questão, já que os direitos tradicionais dessa sociedade local não são respeitados ou levados em consideração na determinação das regras de manejo e conservação. Nesses casos, a atividade turística só piora a situação e acentua esse distanciamento e exclusão.

De acordo com Diegues (1996), o problema das áreas naturais protegidas sem população residente, um dos grandes *neomitos* modernos a qual refere em sua obra, é agravado quando sua gestão é *operada* pelo próprio Estado, que legitima essa pratica sob a justificativa de tratar de algo que beneficia a *nação*. Ao invés disso, segundo o mesmo autor, apenas uma parte dela é beneficiada: a sua sociedade urbano-industrial. Esse fato acaba sendo visto pelos moradores do local como um verdadeiro furto de seu território que servia até então como fonte de sua subsistência, seu meio de trabalho, morada e vínculos sociais e familiares.

Atividades tradicionais como agricultura de subsistência, pesca e extrativismo passam a ser consideradas, nesses locais, como *prejudiciais à natureza* enquanto que a implantação de hotéis e facilidades turísticas para usuários de fora da área são largamente aceitas pelo governo em favor de um discurso de que essas melhorias são fundamentais para o desenvolvimento do turismo, que por sua vez certamente irá trazer benefícios sociais e econômicos, mas tendo em vista o modelo adotado, esses benefícios prometidos acabam sendo de fato para quem histórico e culturalmente não pertence àquele lugar.

Nesse caso, o forasteiro (empresas e pessoas vindas de outros locais) adquire prioridade sobre essa comunidade e passam a serem os maiores beneficiados economicamente e passam assim ditar as regras do local em virtude do próprio ganho econômico obtido por meio da mercantilização da natureza existente no local.

Enquanto isso, a comunidade que reside no entorno das UCs não usufrui das possibilidades provenientes da atividade turística ou são marginalizados por meio da impossibilidade de permanecerem no local, tendo em vista a alteração da estrutura econômica e social do local, ou ainda tem, na tentativa de permanecer no seu local de origem, que se sujeitar a ocupar funções de baixa remuneração ofertando produtos artesanais de baixa lucratividade, por exemplo.

Esses moradores, que antes do turismo aproveitavam dos recursos naturais do que tinha a disposição para viver dentro de um padrão de vida digno para a realidade vigente, passam a ser, a exemplo do que ocorre no Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Nacional do Iguaçu (este último considerado por leigos com um *exemplo de*

gestão de Unidade de Conservação, o que é no mínimo preocupante), excluída pela sociedade que se instala nesses locais por meio da atividade turística, onde seu trabalho é, a partir de então, subjulgado e cuja renda é na maioria das vezes insuficiente para ficar no local a partir dos novos parâmetros econômicos (terreno, imóvel, custo dos insumos) estabelecidos desde então.

O que defendo, ao invés disso, é que a comunidade que vive no entorno das UCs deva ser considerada pelas políticas públicas vigentes como o ator que mais possa se beneficiar da prática do turismo. Quando isso ocorrer, essa atividade poderá ser considerada de fato, nesses locais, uma prática capaz de contribuir para avanço na autonomia da comunidade e melhoria em suas condições materiais de vida.

Segundo Vallejo (1992) a corrente que defende uma maior participação e envolvimento das comunidades que vivem no entorno das UCs ganha força dentre os participantes das discussões dessas redes, existentes principalmente em páginas do *Facebook*, o que vai de encontro ao que se defende aqui, que é o direito das pessoas que vivem no entorno das UCs em participar das decisões acerca desses espaços, fazendo com que se reflita, pelo menos, sobre os benefícios e malefícios que essa possibilidade traria, no nosso caso em específico, sob a perspectiva da atividade turística nessas localidades.

A abordagem não deve ocorrer apenas com relação à UC em si, mas também com relação às necessidades e realidade das próprias pessoas que vivem no entorno das UCs e de que forma a prática do turismo nesses locais as afeta ou pode atendê-las, para que a situação de *não pertencimento* da comunidade que vive no seu entorno com relação ao PECJ, conforme observado e analisado aqui, possam ser evitados em Unidades de Conservação em estágio potencial para a prática do turismo, como o PEMCJ ou até mesmo revertidas, como no PECJ, por meio de políticas públicas que visem atingir tal fim.

3.4 Fragilidades e potencialidades da atividade turística em Unidades de Conservação classificadas como Parques

Segundo Diegues (1996), a criação de parques (...) *tem sido um dos principais elementos de estratégia para conservação da natureza, em particular nos países de Terceiro Mundo*. Na visão do autor o objetivo geral dessas áreas naturais protegidas é (...) *preservar espaços com atributos ecológicos importantes*. Por outro lado, muitos parques, segundo o próprio, foram estabelecidos não necessariamente em função de sua riqueza biológica, mas em função da sua riqueza estética, que vale muito mais dinheiro frente ao processo de mercantilização da natureza discutida no capítulo anterior. Essa situação nos leva a refletir o que de fato é importante cuidar na concepção da lei e dos governos vigentes, uma linda cachoeira ou uma cinzenta área de mangue?

Com exceção de alguns países, os parques são um fenômeno relativamente recente. A maior parte dos parques foi criada nas décadas de 1960, 1970 ou 1980. Muitos desses parques estabelecidos situam-se em países em desenvolvimento, sobrecarregados por pobreza e dívidas externas imensas. (TERBORGH, John; SCHAIK, 2002, p. 31)

Moretti (2001) também reflete a respeito dessa situação ao apontar que o uso de técnicas para traçar limites das Unidades de Conservação cria fronteiras abstratas, entre o que deve e pode ser preservado. Nesse caso, a idealização e comercialização de paisagens é um claro exemplo, por se tratar de algo essencialmente abstrato, já que parte de um conceito subjetivo, pois o que é bonito para uns não é bonito para outros.

Para o mesmo autor esses limites traçados não levam em consideração o mundo real dos habitantes, os quais muitas vezes produziram o lugar escolhido pelas suas características consideradas naturais, mas que são redefinidas por meio da técnica, estabelecidas por pessoas que não nasceram nem tão pouco cresceram nessas áreas, como locais importantes a serem demarcados para preservação.

Estabelece-se então uma relação pouco próxima entre a vida do lugar e o real, do cotidiano, das práticas de produção do lugar, reproduzindo o processo colonizador, agora em nome da conservação. A natureza nesse caso é artificializada e a prática do turismo só amplia esse distanciamento.

Horowitz e Bursztyn (2004) amenizam, por sua vez, a crítica a respeito dessa questão, pois para essas autoras é fato que as áreas demarcadas para serem parques utilizaram como princípio a questão estética - paisagística, mas que ao longo do tempo os parques cresceram também em relevância como espaços apropriados para contribuir no papel de conservação da biodiversidade existente.

Outros autores, como Terborgh e Schaik (2002) defendem que (...) *não deveria ser preciso justificar que os parques são um refúgio da natureza e que por isso as pessoas são excluídas*. Para eles, somente os visitantes, pessoal encarregado e eventuais prestadores de serviços em regime de concessão deveriam ter autorização de entrada e permanência no parque a fim de garantir a efetiva preservação da natureza existente nesses espaços. De acordo com esses mesmos autores, a defesa dessa ideia se aplica em qualquer país, independente da sua situação econômica presente ou da necessidade de terras para cultivo.

A natureza sobreviverá melhor no futuro como tem sobrevivido através dos milênios, na ausência de qualquer alteração ou intervenção artificial. O desenvolvimento sustentável implica, sem escapatória, a intervenção antrópica sobre a paisagem e a exploração de recursos naturais. (TERBORGH; SCHAIK, 2002, p. 28)

Ao contrário do que penso, na visão desses autores as pessoas de todos os tipos, sejam indígenas ou não, representam uma séria ameaça à biodiversidade existente em qualquer Parque. Para Terborgh e Schaik (2002), muitas pesquisas confirmam que os seres humanos e a natureza são incompatíveis, (...) *exceto onde os humanos praticam um estilo de vida pré-moderno de baixo impacto, em densidades que não sejam maiores que poucos indivíduos por quilometro quadrado*, o que quase nunca ocorrer. Ainda de acordo com esses autores, as pessoas que frequentam ou eventualmente residem em parques causam danos aos sistemas ecológicos através de limpeza da terra, caça, pesca, perseguição a predadores e comercialização de recursos naturais.

Pressuponho então que para esses autores até a prática do turismo não é bem vinda, ao considerar que essa atividade representa um tipo de manifestação que habitualmente envolve a mercantilização da natureza, a julgar, por exemplo, pelo que é observado no PECJ. Nesse sentido, qualquer tentativa de *desenvolvimento sustentável* nos Parques por meio de uma atividade em áreas naturais será uma utopia, já que a necessidade de obtenção de recursos para a sobrevivência do homem sempre irá superar a obrigatoriedade de conservação dessa mesma natureza.

Vale destacar que até 1933 não havia entre os especialistas um consenso sobre quais deveriam ser de fato os objetivos de um parque nacional. Para tentar resolver esse impasse foi organizado nesse mesmo ano um evento em Londres intitulado de *Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna*. Nessa convenção foram definidos os três princípios norteadores de um Parque Nacional que são seguidos até hoje: são áreas controladas pelo poder público; devem servir para a preservação da fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, onde a caça é proibida e são voltados à visitação pública.

A partir desse primeiro encontro ocorrido em 1933 foram organizados uma série de eventos e publicações oficiais para discutir, aprimorar e (tentar) unificar as ideias a respeito de áreas naturais protegidas. Na Tabela 5 são descritos, em ordem cronológica, os principais eventos assim como suas respectivas conclusões e recomendações que contribuíram para a modificação do conceito de Parques ao longo do século XX e cujos princípios até hoje influenciam as políticas públicas de gestão e manejo desses espaços, inclusive com relação à prática da atividade turística em UCs.

Eventos / Publicações	Conclusões e/ou Recomendações
1959 – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas	✓ Organiza a primeira Lista dos Parques Nacionais e Reservas Equivalentes
1960 – Criada a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN³⁴	✓ Estabelece a Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas – para promoção, monitoramento e orientação das áreas protegidas.
1962 – Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais – Seattle –Estados Unidos	✓ Estimula a criação dos parques nacionais marinhos, à educação ambiental, pesquisas planejadas, criação de unidade de proteção para cada espécie ameaçada e proibição de usinas hidrelétricas dentro dos parques.
1962 – 3º Congresso Mundial de Parques Nacionais – Bali – Indonésia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Indica que os Parques nacionais deveriam desempenhar papel fundamental no desenvolvimento de sua nação e na conservação; ✓ Ressalta a importância dos parques para funcionar como um instrumento para estimular a redução do consumo nos países industrializados e possibilidade de elevação da qualidade de vida da população pertencente aos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento; ✓ Recomenda que os responsáveis pelo planejamento e manejo das áreas protegidas investigassem e utilizassem as habilidades tradicionais das comunidades pertencentes as áreas protegidas; ✓ Recomenda ainda que fossem tomadas decisões de manejo em conjunto entre as sociedades que viviam nas áreas protegidas e as autoridades locais.
1969 – 10ª Assembleia- Geral da UICN – Nova Déli – Índia	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Orienta que o conceito de parques fosse aplicado somente nas seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> a) em áreas onde um ou mais ecossistemas não estejam alterados materialmente pela exploração e ocupação humana; b) onde a responsabilidade geral caiba ao Estado; c) onde a entrada de visitantes seja permitida.
1980 –Estratégia Mundial para a Conservação – Publicação UICN	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Enfatiza o conhecimento profundo e detalhado dos ecossistemas e das espécies com as quais as populações tradicionais estão habituadas a lidar em seu cotidiano e a aproveitam de forma sustentável; ✓ Recomenda que os sistemas tradicionais de manejo sejam incentivados (sem deixar claro se estão dentro ou fora das Unidades de Conservação).
1984 – Primeira Conferência sobre Parques Culturais – Parque Nacional de Mesa Grande – Colorado – Estados Unidos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reafirma a importância da valorização e reconhecimento dos modos de vida instalados dentro das Unidades de Conservação ✓ Recomenda envolver os residentes tradicionais na fase de planejamento e administração de parques e reservas ✓ Visa assegurar à população autóctone o acesso aos recursos naturais das áreas em que vivem ✓ Afirma que a diversidade biológica e cultural instalada deve ser igualmente protegida.

³⁴ Mais informações a respeito da UICN consultar: <http://www.iucn.org/es/>

1986 – Conferência UICN sobre Conservação e Desenvolvimento - Ottawa – Canadá	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Coloca de forma mais clara a relação entre populações tradicionais e Unidades de Conservação, recomendando: <ul style="list-style-type: none"> a) reconhecer a relação particular que a população local mantém com a natureza; b) assegurar aos povos tradicionais (indígenas, tribais, tradicionais) a participação no controle de uso dos recursos compartilhados; c) assegurar que os governos locais tenham atenção especial as necessidades dos povos tradicionais que tiveram seus territórios afetados pela criação de parques e reservas; d) assegurar consulta e acordo dos povos tradicionais no estabelecimento e manutenção de parques; e) não promover nem incentivar a alteração do modo de vida dos povos tradicionais.
1986 – 27ª Sessão de Trabalhos da Comissão de Parques Nacionais e Áreas Protegidas da UICN – Bariloche – Argentina	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Enfatiza o papel das áreas protegidas para a prática do desenvolvimento sustentável; ✓ Reconhece que a preservação das áreas protegidas necessita essencialmente da resolução da questão das populações humanas; ✓ Incentiva o aumento do número de pesquisas de ecologia humana; ✓ Promove a prática do desenvolvimento integrado das populações circunvizinhas ao parque, mediante a implantação de “zonas tampão”; ✓ Orienta sobre a necessidade de recrutamento de pessoal local para trabalhar na administração dos parques.
1986 – Publicado o documento <i>Nosso Futuro Comum</i>, pela ONU (Organização das Nações Unidas)	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Enfatiza que a conservação bem planejada dos ecossistemas contribui para a obtenção das metas principais de desenvolvimento sustentável; ✓ Propõe a abordagem de criar parques integrados as sociedades locais. ✓ Apresentada a ideia de “desenvolvimento sustentável”
1986 – Publicado o <i>Manual para Manejo de Áreas Protegidas nos Trópicos</i> pela UICN	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apresenta, de forma explícita a preocupação que deve existir com as populações nativas residentes dentro ou no entorno dos parques; ✓ Recomenda ações de como melhor incorporar as populações nativas nas Unidades de Conservação; ✓ Analisa a importância da existência das áreas de proteção para o bem-estar da população ✓ Propõe a implantação de <i>zonas tampão</i> como forma de proteger a unidade de conservação, permitindo a prática de pesca e pastagem temporária, por exemplo, apenas em áreas pré-definidas / autorizadas; ✓ Relata diversas experiências bem sucedidas onde é permitida que as comunidades que vivem no entorno das áreas protegidas, extraiam recursos naturais em períodos sazonais.
1988 – Publicado o documento <i>From strategy to Action</i> pela UICN	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Recomenda medidas para colocar em prática as propostas do documento <i>Nosso Futuro Comum</i>; ✓ Relaciona a necessidade de proteger ao mesmo tempo a diversidade biológica e cultural existente nos parques; ✓ Recomenda que seja dado o devido valor aos conhecimentos e experiências dos povos tradicionais; ✓ Propõe a elaboração de projetos de conservação que permitam beneficiar diretamente o conhecimento

	<p>acumulado pelas comunidades tradicionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Possui um capítulo específico (capítulo 06) sobre a questão das populações que vivem dentro das Unidades de Conservação; ✓ Adverte sobre a necessidade de realizar estudos sócios econômicos sobre as comunidades afetadas pela criação dos parques, o que garante melhor percepção das autoridades para com as comunidades tradicionais reduzindo a chance de sua desorganização sócio cultural; ✓ Recomenda a proibição de instalação de casas de não residentes dentro das Unidades de Conservação para evitar o aumento demográfico descontrolado dentro desses espaços; ✓ Recomenda a permissão da agricultura tradicional, porém em áreas bem definidas.
1991 – Publicado documento <i>Cuidar la Tierra</i> pela UICN/PNUMA e WWF	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Levanta questões das populações tradicionais e seus direitos históricos sobre os territórios que ocupam; ✓ Propõe uma <i>terceira</i> alternativa de ocupação das populações tradicionais em áreas protegidas – sua economia de subsistência poderia incorporar novas técnicas para seu aprimoramento sem abdicar de suas técnicas tradicionais, combinando assim o tradicional com o moderno.
1992 – IV Congresso Mundial de Parques – Caracas – Venezuela	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Constata que 86% dos Parques da América do Sul têm populações residentes; ✓ Recomenda maior respeito dos administradores de parques com a população residente nesses territórios ✓ Rejeita a estratégia habitual de reassentamento da população local para outras áreas. ✓ Constata que o maior problema dos parques é convencer as populações (sobretudo locais) acerca dos benefícios gerados pelas áreas protegidas.

Tabela 5 - Quadro síntese sobre a evolução da concepção de parque no mundo no decorrer do século XX.

Fonte: Diegues (1996), Bressan (1996)

É possível então afirmar que o conceito de Parques passou de recomendações pontuais, simplistas e generalistas para a proposta dos parques como Áreas de Proteção Ambiental (APAs), o que representa uma concepção muito mais ampla e que permitiu ao longo dos anos evoluírem da preocupação única exclusiva com a área natural dessas reservas por si só, para um patamar onde a população residente ou de entorno passa a ser considerada e entendida como um dos principais atores necessários para a própria conservação e manutenção dessas áreas.

A criação de um parque pelo poder público significa a produção de um território cujos objetivos estão voltados para a proteção de atributos naturais valorizados pela sociedade no presente e para as gerações futuras. (VALLEJO, 2002, p. 13).

Os documentos produzidos pela IUCN, *United Nations Environment Program-UNEP* e *World Wildlife Found - WWF* intitulados de *World Conservation Strategy: Living Resources Conservation for Sustainable Development* (Estratégia Mundial para a conservação: conservação de recursos vivos para o Desenvolvimento Sustentável), de 1980³⁵ e *Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living* (Cuidando da Terra: Estratégias para um Vida Sustentável), de 1991³⁶, serviram como importantes impulsionadores para a aceleração do processo de novos Parques no final da década de 1980 e início da década de 1990, pois trouxeram novas abordagens para uma base social e política muito mais ampla e moderna. Além disso, no decorrer das quatro últimas décadas houve um aumento do apoio ao modelo de Parque como forma de preservar os espaços naturais, cada vez mais raros em todo o mundo.

Essas publicações indicam alteração na leitura do modelo de conservação predominante até então, pois os referidos documentos apontam para ajustar o significado de Parques com os interesses da sociedade moderna, o que representa uma concepção mais ampla sobre os objetivos e funções dos Parques com destaque à preocupação em manter os processos ecológicos essenciais para que a natureza continue a prestar serviços vitais nesses lugares.

Há, portanto, uma migração do entendimento de Parques como um lugar destinado a conservação das espécies, onde proteção, exclusão e prevenção da degradação e esgotamento eram as palavras de ordem, para uma proposta mais ampla; a de uso sustentável da área protegida.

Em todos os tratados aqui descritos e na política atual de gestão das Unidades de Conservação promovida pelo ICMBio, há uma política que reforça e estimula a prática da visitação em Unidades de Conservação, em especial aquelas classificadas pelo SNUC como *Parques*, como forma de estímulo a melhoria das condições sociais e econômicas de sua população de entorno, assim como a conservação e valorização dessas áreas, aliado ao apoio para a existência e manutenção desses espaços frente à opinião pública nacional.

Por outro lado, como discutido anteriormente, a participação da comunidade que vive no entorno das UCs nesse processo geralmente é ignorada na prática, ou seja, a proposta de envolvimento da comunidade dificilmente será concretizada de fato, principalmente com relação à almejada melhoria das condições da população de entorno defendida pelo ICMBio.

Segundo Serrano (1997), (...) *apesar de todo processo de amadurecimento do SNUC, tais medidas ainda têm muita dificuldade em sair do papel e encontrar sua efetivação*

³⁵ IUCN, UNEP & WWF. **World Conservation Strategy: Living Resources Conservation for Sustainable Development**. Gland, Switzerland . IUCN, UNEP & WWF, 1980

³⁶ IUCN, UNEP & WWF. **Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living**. IUCN, UNEP & WWF, 1991.

prática. Dourojeanni (2002) reforça esse sentimento ao alertar para a dificuldade inicial em obter a confiança e apoio popular quando os Parques são instalados. Segundo o autor:

O processo de criação de parques é severamente dificultado pelo fato de que os parques propostos frequentemente têm mais opositores do que defensores. É apenas mais tarde, quando a unidade de conservação tem uma existência longa o suficiente para ter construído uma mística popular e uma clientela, que seus defensores começam a sobrepujar seus detratores. (DOUROJEANNI, 2002, p. 347)

A crescente criação e valorização dos parques em áreas naturais acompanham, em uma escala quase que inversamente proporcional, a escassez de áreas naturais dentro e próximos dos grandes centros urbanos. Nesse caso prevalece a *lei da utilidade marginal*, onde um bem, considerando a atual concepção mercantilista de natureza, é mais valioso para o mercado na medida em que mais rarefeito fica.

De acordo com Davenport e Rao (2002), (...) *as sociedades tendem a estabelecer sistemas de parques apenas depois de experienciar perdas dolorosas de espécies ou paisagens*. Por outro lado, embora haja quase um forte apoio para a criação de Parques por parte da opinião pública desses centros urbanos que são também grandes emissores de turistas, é a população residente nesses espaços e no seu entorno, que serão especialmente atingidos por essa decisão, os que mais demoram a apoiar sua criação, quando isso de fato efetivamente ocorre.

Para conseguir um efetivo equilíbrio entre os interesses dos envolvidos e interessados na criação e manutenção de um Parque há de pensar sempre no contexto social em questão, pois por melhor que sejam as intenções de criação do Parque e de seu respectivo Plano de Manejo, não haverá apoio popular caso a comunidade não seja atingida, de forma favorável ou não e por consequência, for incapaz de perceber sobre os possíveis benefícios que área protegida lhe trará de fato, pois caso contrário, quando um tipo particular de Unidade de Conservação demonstrar ser inapropriado para o contexto social ao qual está inserido, teremos um modelo de preservação que não acontecerá de fato. Nesse caso, suas ações nunca irão se concretizar se não puderem ser de fato conciliadas com o contexto social existente.

O problema é acentuado quando as áreas protegidas em questão estão distantes dos grandes centros urbanos. Nesse caso, o resultado é quase sempre de uma área negligenciada pelos governos, que seguem nesse caso o princípio de *longe dos olhos, longe da mente*. Por consequência, a área em questão é praticamente abandonada e sua derrota é inevitável na competição por recursos financeiros escassos, o que comprometerá sua própria preservação. Por isso, a questão da visibilidade e apoio popular é

imprescindível para uma política pública que valorize em suas previsões orçamentárias recursos consideráveis para a manutenção do espaço.

(...) uma recente análise sobre a efetividade dos parques por todo o mundo mostrou a correlação crítica entre o sucesso e a densidade de guardas, a demarcação de limites e a compensação de moradores locais pelos prejuízos causados pela vida selvagem. Por dedução, mesmo aumentos modestos no financiamento podem significativamente fortalecer muitos parques com deficiências de pessoal e de equipamento. (SCHAIK; TERBORGH; DAVEPORT; RAO, 2002, p. 505)

Por outro lado, o sucesso de um Parque frente à opinião pública certamente aumentará o desejo das pessoas em visitá-lo, o que pode mais uma vez comprometer sua preservação. Nesse sentido, encontrar um equilíbrio entre o número máximo de visitantes, obtido por meio de estudo de quantas pessoas efetivamente podem permanecer em um Parque por dia, somado a um trabalho constante de ações que os Parques constantemente vivos na memória da opinião pública trará, sempre resultados interessantes para a preservação das Unidades de Conservação onde os Parques estão instalados.

Entretanto, ao se analisarem o objeto de estudos tratados nesse trabalho observa-se que nem o PE de Campos do Jordão e nem o PE dos Mananciais de Campos do Jordão possuem estudos de capacidade de carga ou algo nesse sentido e nem tão pouco mostram ações efetivas para aumentar sua visibilidade frente à opinião pública, o que é preocupante, pois essa realidade contribui para que a prática do turismo não possa ser algo que, no final das contas, uma atividade capaz de trazer os benefícios esperados em lugares como as Unidades de Conservação.

Essa realidade, retratada por meio dos estudos de caso, representa uma grande perda de oportunidade em tornar as Unidades de Conservação locais capazes de possibilitar ganhos sociais, econômicos e ambientais, seja para a Unidade em si, no sentido de obter um interesse maior da opinião e política pública pela sua conservação, assim como para a própria comunidade de entorno, quando se envolve e é beneficiada com as possibilidades que a atividade turística pode fornecer.

De acordo com levantamento realizado pelo Instituto Semeia³⁷ com os gestores dos Parques brasileiros, em 2015, (...) *sessenta e oito por cento (68%) dos parques informaram não possuir estruturas básicas de apoio à visitação ou possuir estruturas que não atendem as necessidades básicas dos visitantes*. Segundo a mesma pesquisa, (...) *entre os parques nacionais respondentes, esse percentual chega a 84%*. Tal fato ocorre em decorrência, a partir da leitura do Plano de Manejo do PECJ e PEMCJ e entrevistas com seus gestores, da ausência de política pública para melhor aproveitar da mão de obra

³⁷ INSTITUTO SEMEIA. *Diagnóstico do uso público em parques brasileiros: a perspectiva dos gestores*, 2015. Disponível em <http://www.parquedoconduru.org/index.php/pesc-a-noticia/127-semeia-diagnostico-do-uso-publico-em-parques-brasileiros>. Acesso em 10 de abril de 2019.

proveniente da comunidade que vive no entorno das UCs, o que poderia ser uma saída para minimizar esse preocupante quadro.

A realidade constatada na pesquisa promovida pelo Instituto Semeia (2015) compromete o fluxo e impede os Parques de se destacarem no sentido de sensibilizar a classe política presente no seu entorno a propor leis que incentivem a criação de uma estrutura adequada para visitação nessas UCs, tanto aos visitantes como aos moradores do entorno, aliado a capacitação da mão de obra de quem eventualmente iria trabalhar nesses locais (preferencialmente a comunidade que vive no entorno) ou leis que incentivasse o financiamento, tanto de instituições tanto públicas como privadas, que poderiam contribuir para a própria conservação da Unidade de Conservação.

Segundo os gestores do PECJ e PEMCJ entrevistados, essas Unidades de Conservação não possuem verba orçamentária suficiente para manter um número de guardas para monitorar todo o contingente de visitantes, o que leva a um tipo de visitação que, sem o devido controle, pode comprometer a biota local por meio de práticas depredatórias dos turistas, apesar dos visitantes do PECJ declararem, no decorrer da pesquisa, gostarem e se identificarem com essa UC.

No decorrer das suas trilhas realizadas nos trabalhos de campo ocorridos. Foram observados alguns resíduos deixados pelos visitantes, algo certamente ocasionado pela fiscalização deficiente do Parque, aliada a baixa conscientização ambiental dos seus visitantes. Vale destacar ainda que quatro trilhas do PECJ são acessíveis à visitação sem nenhum tipo de monitoramento e controle.

Para uma ideia mais precisa do problema, no PECJ, há um déficit operacional anual de aproximadamente R\$ 600 mil por ano. Para a composição desse cálculo foram consideradas as receitas obtidas com a visitação (R\$ 900 mil) menos as despesas para a gestão do parque, que somam em torno de R\$ 1,5 milhões por anos, segundo a ex gestora do parque, cedidos em entrevista pessoal (não há dados oficiais disponíveis). Obviamente, o déficit do PECJ seria muito maior caso não houvesse a visitação, mas devemos lembrar também que muito do que é gasto para manter o PECJ proveem da própria visitação, como por exemplo: monitores ambientais, guardas extras, estrutura de água, energia e pronto atendimento terceirizado em caso de acidentes ocorridos com os visitantes.

O Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, nossos objetos de estudo, são atualmente administrados pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo, que tem uma administração centralizada e recebe verbas do Tesouro do Estado, por meio de convênios e dos recursos provenientes da venda de produtos florestais e ingressos nos parques.

A Secretaria do Meio Ambiente, por sua vez, é responsável pela gestão das demais Unidades de Conservação do Estado não administrados pela Fundação Florestal e

historicamente não tem recebido, segundo Brito (2000), sequer 0,5% do orçamento do Estado destinado a Secretaria do Meio Ambiente, que por sua vez já é limitado frente a outras demandas e prioridades do governo estadual, como segurança e transportes, por exemplo.

O suporte que existe atualmente para as unidades provenientes da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo ou Fundação Florestal ainda deixa a desejar e reduz sensivelmente os benefícios sociais e econômicos que poderiam ser obtidas de fato por meio da visitação às Unidades de Conservação aqui estudadas.

Os recursos, nesse caso, são importantes e fazem muita falta, mas a má gestão e a desarticulação institucional também podem comprometer a proposta de preservação da Unidade de Conservação assim como a própria prática da atividade turística, como uma proposta capaz de beneficiar a quem na mais interessa: os elementos da natureza e comunidade que vive no entorno das Unidades de Conservação.

4 Atividade Turística no Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão – estudo de caso em UCs consolidada e potencial.

São apresentadas neste item da tese, as informações relacionadas ao processo de formação do PECJ e PEMCJ, associação da prática do turismo aos seus meios físico e biótico, além da análise das fragilidades e potencialidades de cada um dos objetos de estudo por meio do método SWOT³⁸.

Essa abordagem serve como base para analisar os impactos provenientes da prática do turismo, levando em consideração quem é beneficiado de fato das políticas para o turismo nessas localidades, o que permite melhor observar as fragilidades e potencialidades em relação à prática da atividade turística tanto para a Unidade de Conservação com fluxo consolidada (PECJ) quanto para a UC ainda em estágio potencial (PEMCJ) de visitação.

Com relação aos estudos de caso escolhidos, a íntima relação existente entre o PECJ e PEMCJ não se evidencia apenas em suas siglas, mas em uma série de aspectos que vão desde a flora, fauna, clima e hidrografia, que se apresentam ora relacionados, ora similares, algo que ocorre até na sua administração e corpo de funcionários, que é a mesma entre as UCs pesquisadas. Por essa razão, os aspectos de clima, flora e fauna, administração e Conselho Gestor foram abordados de forma conjunta para as duas UCs, caso contrário, teríamos um trabalho com itens redundantes entre si.

Por outro lado, com relação à prática do turismo nas UCs estudadas, essa similaridade está bem longe de existir, o que permite inferências bem específicas entre as UCs nesse aspecto e se configura como estudos de caso ideais para o trabalho proposto, já que temos duas UCs classificadas como *Parque*, segundo o SNUC em estágios completamente diferentes com relação à prática do Turismo, onde uma delas apresenta um fluxo consolidado há muito tempo (PECJ) enquanto a outra ainda nem foi aberta para visitação (PEMCJ).

Além disso, a similaridade das condições ambientais e até mesmo a proximidade física entre elas (estão distantes apenas 5 km entre si), permite uma comparação clara entre o que é o turismo na UC consolidada e o que pode ser o turismo na UC potencial, sem que os aspectos de flora, fauna, clima, hidrografia, pluviosidade, relevo e até proximidade de mercado consumidor e comunidade residente no entorno pudessem interferir na comparação das fragilidades e potencialidades decorrentes da prática do turismo entre as UCs estudadas.

³⁸ O termo SWOT é uma sigla derivada do idioma inglês, e consiste na sigla das expressões de Forças (*Strengths*), Fragilidades (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*)

4.1 O processo de formação do Parque Estadual de Campos do Jordão

Com o objetivo inicial de preservar a área remanescente de Mata Atlântica do Estado de São Paulo, e em especial da região do Vale do Paraíba, foi criado em 1941, por meio do Decreto Estadual nº 11.908, o Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ), regionalmente conhecido como *Horto Florestal*. O primeiro parque criado no Estado de São Paulo possui atualmente um total de 8.341 hectares e abrange um terço de toda a área do município paulista de Campos do Jordão, que por sua vez está localizado na porção leste do Estado de São Paulo, com posição geográfica determinada pelas coordenadas 22º44'S e 45º30'W.

A denominação regional de *Horto* ocorre porque, na década de 1940, quando foi criado o parque, as áreas protegidas ou destinadas à conservação florestal eram raras e frequentemente se misturavam aos Hortos e fazendas particulares da região, muitas das quais possuíam grandes áreas de árvores reervadas para corte e abastecimento de madeira para atender ao onipresente setor moveleiro e imobiliário da época.

Grande parte da área que atualmente delimita PECJ provém de uma antiga fazenda conhecida na região como “Fazenda da Guarda”. A aquisição da área, pelo estado de São Paulo, em 1941, ocorreu segundo o decreto de criação do PECJ (Decreto-lei nº 11.908):

Artigo 1.º — Fica declarado de utilidade pública, para o fim de ser desapropriado, o imóvel denominado “Fazenda da Guarda”, localizado na comarca de São Bento do Sapucaí, município de Campos do Jordão, com a área de 1.193 alqueires paulistas e é confrontado da seguinte maneira: ao Norte com terras que dizem pertencer a Benedito O. Miranda; herdeiros do dr. Miguel de Godoy Sobrinho; herdeiros de d. Clara Lima; herdeiros de Sebastião Germano e José Severiano; ao Sul com terras que dizem pertencer a Daniel de Carvalho e herdeiros de Benjamim Bueno; a Leste com terras que dizem pertencer a herdeiros ou sucessores dos Drs. Plínio de Godoy e Miguel de Godoy Sobrinho; a Oeste com terras que dizem pertencer a herdeiros de Francisco Matarazzo e do dr. Holger Jensen Kok ou seus herdeiros, para o fim de constituir uma reserva florestal do Parque Estadual de Campos do Jordão. de acordo com o disposto no art. 1.º, § 1.º do decreto-lei n. 11.908, de 27 de março de 1941. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1941. *Lei nº 11.908*. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1941/decreto.lei-11908-27.03.1941.html>. Acesso em 06 de outubro de 2018).

Além da Fazenda da Guarda, o PECJ é composto por parte da Fazenda Retiro (aproximadamente 1.000 alqueires), e por terreno de 40 hectares obtidos por conta da desapropriação movida contra Manoel Rodrigues Ladeira Jordão, filho do Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão, proprietário original das terras onde está localizado o Município de Campos do Jordão e que leva esse nome justamente por associação a posse original das terras e influência econômica e social no local pelo Brigadeiro.

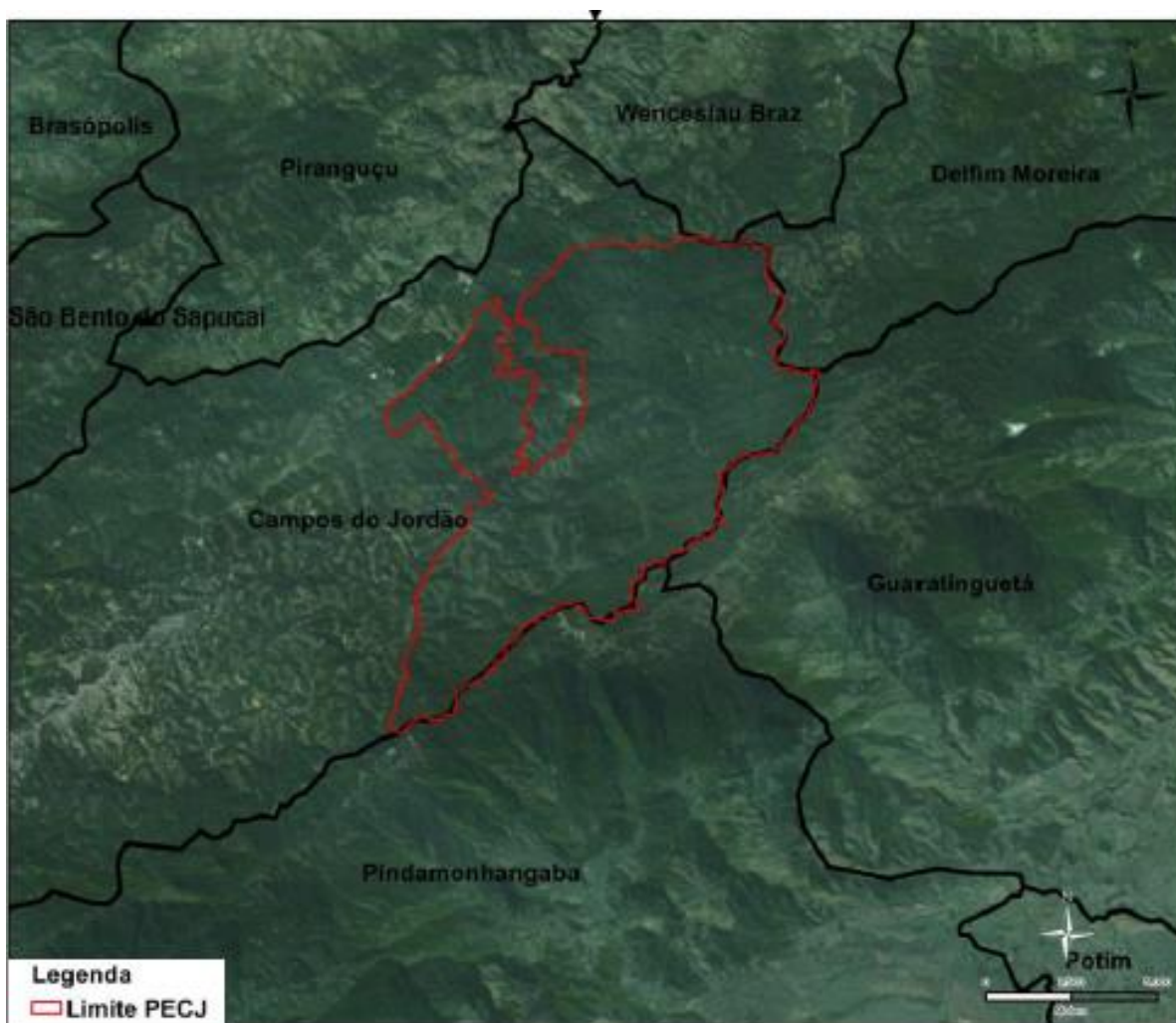


Figura 18 - Municípios e Área de Abrangência do PECJ.

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

A grande oferta de madeiras provenientes dos ecossistemas de Mata Atlântica (a qual o PECJ faz parte) com destaque para a *Araucaria angustifoli* estimulou o seu corte desenfreado para atender a necessidade da construção civil e em especial, fábricas de palitos de fósforo, o que levou a existência de uma grande quantidade de serrarias na região, desde as mais rudimentares até aquelas de maior escala, com registros dessa atividade já no final da década de 1920, segundo a Fundação Florestal (2019).

Tal fato provocou uma considerável redução das matas de araucária da região em pouco tempo, o que obrigou o SFP - Serviço Florestal Paulista a pensar num programa de restauração e reflorestamento da região, sempre com objetivos produtivos.

Foi nesse contexto que surgiu a ideia de criação do Parque Estadual de Campos do Jordão, o que demonstra que desde a sua origem, a UC estudada tem sua natureza voltada aos interesses mercantis e vista apenas como uma ferramenta necessária para

atender a indústria e mercado imobiliário, independente do que isso poderia representar ou custar à conservação da fauna e flora local para os próximos anos.



Figura 19- Sede da Fazenda da Guarda, 1920

Fonte: Disponível em <http://www.camposdejordaocultura.com.br>. Acesso em 06 de outubro de 2018.



Figura 20 - Tora de Araucária em processo de corte em uma das serrarias instaladas na região

Fonte: Disponível em <http://www.camposdejordaocultura.com.br>. Acesso em 06 de outubro de 2018.



Figura 21 - Toras de Araucária empilhadas para Fábrica de Fósforos

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

O Serviço Florestal (atual Instituto Florestal), primeiro administrador do parque³⁹ e vinculado ao Governo do Estado de São Paulo, distribuiu mudas gratuitamente aos moradores da região para que plantassem nas suas propriedades, além de promover pesquisas ligadas ao melhoramento genético para maior produtividade madeireira e resinífera. De acordo com Svevo e Nedopetalski (2007), a Araucária multiplicou em tamanha proporção pelo PECJ e Município de Campos do Jordão que passou a ser considerada a árvore símbolo da cidade de Campos do Jordão, uma espécie de marca registrada presente inclusive na bandeira e no brasão do Município.



Figura 22 - Bandeira e Brasão de Campos do Jordão (Representação da Araucárias ao centro)

Fonte: Disponível em <http://www.camposdojordao.sp.gov.br/>. Acesso em 06 de outubro de 2018.

Segundo o Plano de Manejo do PECJ, publicado em 2015, O Parque Estadual de Campos do Jordão tem papel relevante na história da conservação das áreas protegidas

³⁹ Entre 1941 e 2007, a administração do PECJ foi realizada pelo Instituto Florestal (antigo Serviço Florestal). A alteração ocorreu com a criação do Sistema Estadual de Florestas - SIEFLOR, em 2007, quando a Fundação Florestal – FF, passou a administrar os 32 Parques Estaduais de São Paulo, além de outras Unidades de Conservação do estado, incluindo o PECJ. Desde então, essa é a instituição responsável pela gestão deste parque.

por ter sido a primeira UC no Brasil, junto com o Parque Estadual da Cantareira, a ter seu plano de manejo elaborado, em 1975.

Apesar desse pioneirismo, há de lamentar que muito do que foi feito no PECJ ocorreu sem o devido planejamento, já que entre a data de criação do PECJ (1941) e a elaboração do primeiro Plano de Manejo (1975) se passaram expressivos 34 anos, o que gerou uma série de impactos ambientais que prejudicaram a conservação dos elementos naturais originais do parque e que permitiu o estabelecimento de uma proposta de visitação totalmente desvinculada a questões de educação ambiental ou, pelo menos, conscientização ambiental por parte dos visitantes, o que dificultou a exequibilidade da proposta de ações a respeito, apresentada pela primeira vez no Plano de Manejo de 1975.

Assim, no decorrer dos 34 anos de visitação sem um PM ou controle de visitantes foi estabelecida uma cultura de visitação degenerativa, descontrolada, desorientada e sem o mínimo de valorização por parte dos visitantes sobre os atributos de uso e de diversidade da fauna e flora presentes no Parque.

Vale ressaltar que a falta de um plano de visitação e até mesmo de manejo do PECJ, ocorrido de 1941 até a década de 1970 não foi uma exclusividade da UC estudada, mas um fato comum dentre as Áreas de Preservação Ambiental - APA brasileiras, já que nesse período não foram encontrados nenhum relato ou documento sobre algum plano de visitação em APAs que posteriormente seriam classificadas como Unidades de Conservação.

De acordo com Vallejo (2002), essa situação reflete o histórico distanciamento existente entre a questão ambiental brasileira e as políticas públicas, o que contribuiu para, segundo o autor (...) *o elevado grau de deteriorização dos ecossistemas do território nacional*. Essa situação só começa a mudar com a Constituição de 1988, que segundo Scardua e Bursztyn (2003), traz pela primeira vez a preocupação sobre a questão ambiental no país de forma explícita, por meio de (...) *dispositivos (arts. 225, 231 e 232 e arts. 196 a 204) que tratam da questão ambiental e da qualidade de vida*, segundo os mesmos autores. Apenas mais tarde, em 2000 por meio do SNUC, é que as Unidades de Conservação brasileiras são efetivamente obrigadas a elaborar um Plano de Manejo e por consequência, passam a contar com um plano de visitação nas categorias de UCs onde essa prática seja autorizada.

Além disso, o primeiro Plano de Manejo do PECJ (atualizado apenas em 2015, 40 anos depois do primeiro Plano!), apresentava, em sua primeira versão de 1975, erros considerados atualmente como primários de conservação e gestão ambiental, cujo impacto tornaram difíceis de serem revertidos ao PECJ. Um desses erros consistiu na doação gratuita, por parte do Serviço Florestal, de mudas de *Pinus* produzidas a partir de seu viveiro,

mesmo já havendo desde então, os primeiros indícios científicos dos danos ambientais causados pela proliferação e caráter invasor do gênero às matas nativas.

Segundo relatos do primeiro Plano de Manejo de 1975, o reflorestamento ocorreu a partir de 1957 e desde então foi realizado gradualmente a cada ano. A partir desse ano foram plantadas aproximadamente seis milhões de mudas em mais de 30 mil hectares de terra. Destas mudas plantadas, 70% são de espécies exóticas invasoras de *Pinus elliottii* e *Pinus taeda*, 20% da nativa *Araucária angustifolia* e 10% de uma coleção de coníferas variadas (provavelmente para fins mais experimentais do que produtivos) – *Pinus echinata*; *Pinus insularis*; *Pinus montezuma*; *Pinus pátula*; *Pinus pinaster*; *Podocarpus lambertii*; *Tarodium distichum*; *Cupressus spp*; *Cunninghamia lanceolata*, de acordo com o mais recente Plano de Manejo do PECJ, publicado em 2015.

Segundo esse mesmo documento, algumas dessas espécies, situadas em especial na área de uso público, não apresentam ameaças à vegetação nativa e constituem patrimônio histórico natural do PECJ. Já outras espécies, principalmente aquelas oriundas dos plantios de *P. elliottii* e *P. taeda*, devem apresentar um rigoroso programa de manejo e controle biológico da dispersão, devido ao seu caráter invasor e prejudicial às espécies nativas da região.



Figura 23 - Vegetação do PECJ com Pinus e Plantas Nativas

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Autor da foto: Pozati

Essas medidas, feitas sem planejamento ou estudos mais aprofundados sobre os prováveis impactos ambientais levou, segundo Svevo e Nedopetalski (2007), a uma sensível alteração no clima da região pelo fato do *pinus* ser uma espécie que absorve a

água dos lençóis freáticos e a expele no ar por evaporação, levando a uma atmosfera mais úmida em relação a situação anterior ao programa de reflorestamento.

Foi observado, desde então, uma elevação nas temperaturas médias da região um aumento na quantidade de precipitações segundo os mesmos autores. De acordo com os mesmos autores, há relatos de moradores mais antigos de Campos do Jordão que estranharam quando os termômetros chegaram à marca dos 22°C no verão e observaram chuvas mais constantes e abundantes na região de entorno do PECJ, em uma clara evidência de que as ações humanas, sem planejamento, ou estudo dos eventuais impactos e principalmente quando são voltadas apenas para atender aos anseios de quem detêm o capital, pode alterar sensivelmente o ecossistema de uma localidade, mesmo que essa localidade tenha como princípio ser uma UC.

Fica evidenciada então, no PECJ, uma clara evidência do processo de transformação da natureza, fonte de valor de uso, para uma natureza de valor de troca. É possível ainda afirmar que esse processo não encerrou no PECJ a partir da decadência das serrarias e fábricas de palitos de fósforo, mas alterou sua configuração ao longo do tempo e desde então passou a ocorrer em função da prática do turismo, atividade que como visto anteriormente, aumenta em todo o mundo e assume o papel principal na economia de muitos lugares, como em Campos do Jordão e onde a natureza se destaca como principal atrativo.

4.2 O processo de formação do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão

Criado por meio do Decreto Estadual nº 37.539, de 27 de setembro de 1993, o PEMCJ surgiu para atender a necessidade de preservar os mananciais que abastecem o Município de Campos do Jordão, que já representaram 70% de toda a água consumida pelo Município, mas que por conta do assoreamento observado no local antes da sua idealização da UC, responde atualmente por 30% do total consumido, segundo a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP –, empresa de saneamento responsável pelo abastecimento e esgotamento sanitário do Município de Campos do Jordão/SP.

O objetivo da criação PEMCJ é a proteção da cabeceira do Córrego do Coutinho e Ribeirão das Perdizes, que formam a represa do Salto. Os mananciais existentes na área do PEMCJ dão origem ainda ao Rio Sapucaí Açu, afluente do Rio Grande, que corta Campos do Jordão em direção ao nosso outro estudo de caso: Parque Estadual de Campos do Jordão. Assim o PEMCJ detém parte das duas principais bacias hidrográficas que fornecem águas para abastecimento público do município de Campos de Jordão, o que

demonstra a importância para a preservação desses mananciais para os jordanenses e o próprio PECJ.

O próprio surgimento do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão (PEMCJ) pode ser inserido neste contexto. Criado para proteger aquela que já foi a principal fonte de abastecimento público de água do município de Campos do Jordão, o PEMCJ, que tem na água um dos seus principais atributos, também cumpre papel de relevo à conservação ambiental da região, permitindo, por ex., a interconexão com o PECJ e as demais áreas protegidas região. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p.11)

O PEMCJ possui 502,96 hectares, limitados por um perímetro de aproximadamente 12 km, o que equivale a aproximadamente 159 vezes menor que o PECJ. O acesso ao PEMCJ ocorre apenas pela sua parte Norte, por meio da Estrada Municipal do Salto. A Unidade de Conservação estudada está distante 05 km do Centro de Campos do Jordão e a aproximadamente 05 km do PECJ.

Apesar de ser constituído em 1993, o Conselho Gestor do PEMCJ foi criado apenas em fevereiro de 2010 e com os mesmos membros do Conselho Gestor do PECJ. Aliás, toda a administração, inclusive o gestor é o mesmo entre essas UCs e até mesmo seus Planos de Manejo foram elaborados ao mesmo tempo pela mesma equipe. Esses fatos facilitaram a obtenção de informações e o acesso ao PEMCJ, mas na leitura do seu PM foi observado que muitas das informações existentes foram copiadas do Plano de Manejo do PECJ sem se ter desenvolvido um estudo específico no PEMCJ, o que permitiria uma análise da fauna e flora mais precisa da UC potencial, por exemplo.

De acordo com o Programa Biota/FAPESP⁴⁰, o PEMCJ está em uma região considerada prioritária para a conservação, o que justifica mais uma vez sua existência, tendo em vista os importantes maciços florestais localizados em todo seu entorno, especialmente aqueles encontrados a sudeste, sul e sudoeste das UCs que acompanham o relevo da Serra da Mantiqueira. Destaque ainda para a conectividade de sua flora e fauna com outras Unidades de Conservação localizadas próximas, como o próprio PECJ, além do fato se sobrepor com outras áreas protegidas, como a APA Municipal de Campos do Jordão, a APA Estadual de Campos do Jordão e a APA Federal da Serra da Mantiqueira, o qual o próprio PEMCJ encontra-se inserido.

⁴⁰ Programa de Pesquisas em Caracterização, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade do Estado de São Paulo

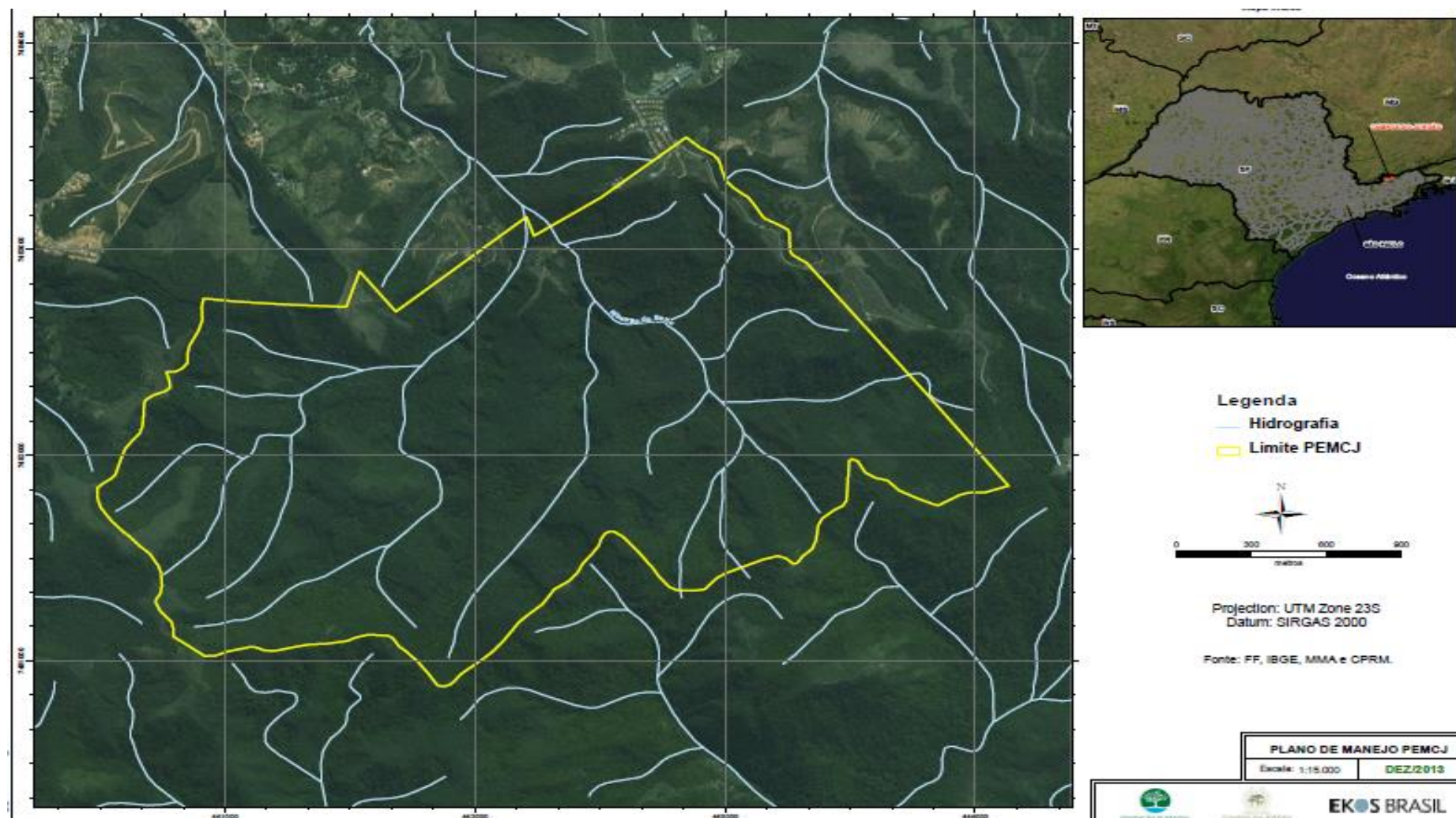


Figura 24 – Rede Hidrográfica - PEMCJ

Fonte - Fundação Florestal, 2015

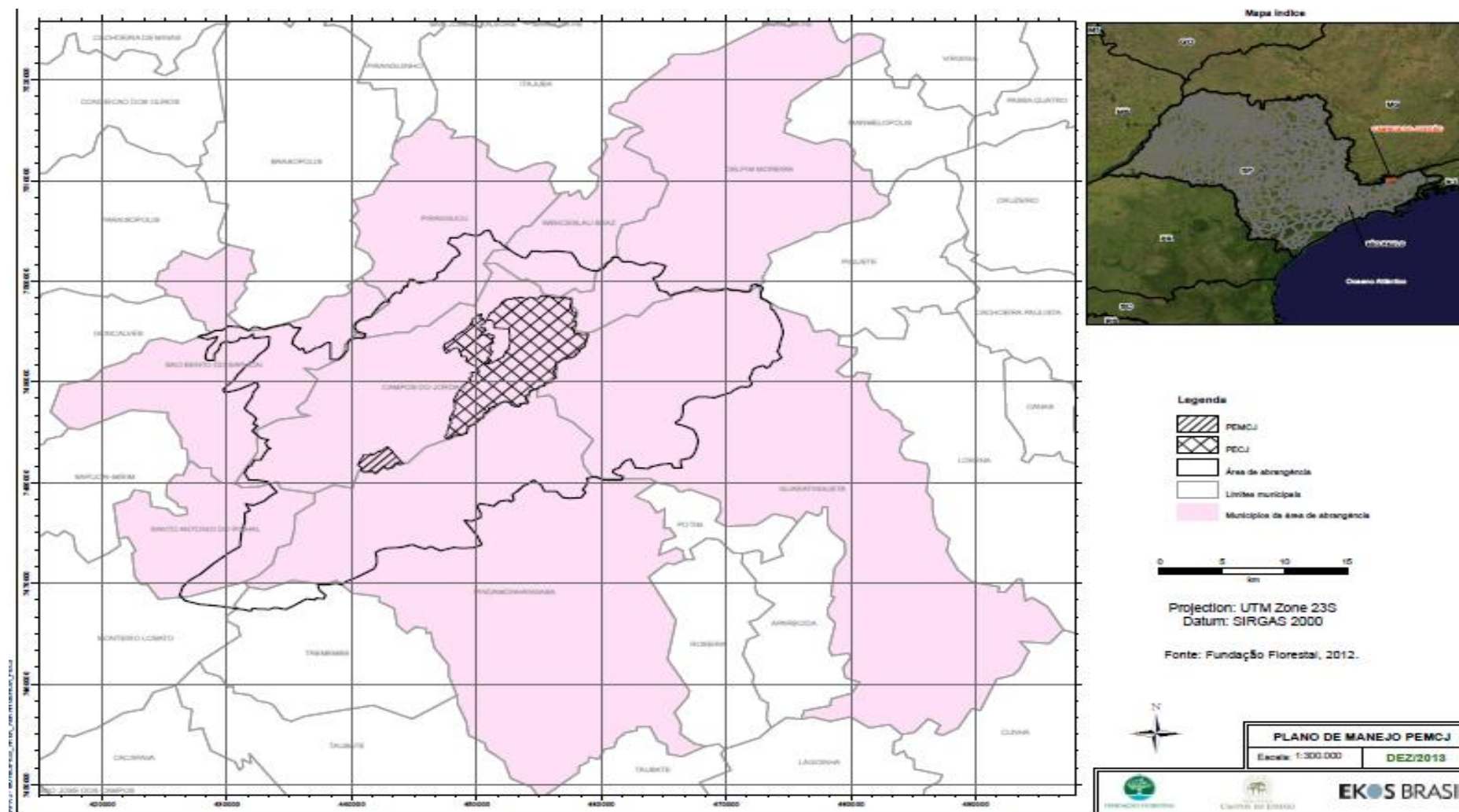


Figura 25 – Limites e Área de Abrangência – PEMCJ e PECJ

Fonte - Fundação Florestal, 2015

O Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, por sua vez, foi criado para fins conservacionistas num momento em que esses ideais estavam muito mais consolidados na sociedade em comparação ao momento em que foi criado o PECJ, em 1941, quando a UC surgiu sem ao menos possuir um Plano de Manejo, o que ocorreria apenas em 1975. Por consequência, as políticas públicas demonstraram ser muito diferentes dentre as UCs estudadas, o que incentiva a possibilidade de desenvolver no PEMCJ, desde sua criação, um processo de visitação muito mais vocacionado a proposta de educação ambiental e baseados no princípio de conscientização e envolvimento da população local sobre a importância de ter e valorizar uma área responsável, nesse caso, pela qualidade e disponibilidade da água em seu território.

Criado para proteger aquela que já foi a principal fonte de abastecimento público de água do município de Campos do Jordão, o PEMCJ, que tem na água um dos seus principais atributos, também cumpre papel de relevo à conservação ambiental da região, permitindo, por ex., a interconexão com o PECJ e as demais áreas protegidas região.

A proximidade entre a UC e a área urbana de Campos do Jordão, por sua vez, traz perspectivas e possibilidades interessantes do ponto de vista de lazer, educação ambiental e (eco) turismo para a cidade e região – reforçando a necessidade de melhor estruturação da UC, como, por ex., definir equipe própria para a gestão. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. xi)

Vale destacar que um dos principais objetivos deste trabalho é verificar se esses princípios estão de fato previstos e, nesse caso, se tendem a ser colocados em prática quando o PEMCJ for aberto para visitação. Nesse sentido, o melhor entendimento sobre o meio físico, biótico e antrópico do PECJ e PEMCJ permitirão ampliar o conhecimento sobre a aplicabilidade e viabilidade desses princípios, assim como as fragilidades e potencialidade da prática do turismo em UCs, sempre sob a perspectiva da prática do turismo seja em estágio consolidado (PECJ) ou potencial de visitação (PEMCJ). Tal análise permite oferecer subsídios para melhor se discutir a respeito do que é possível ou não com relação a essa prática nas Unidades de Conservação estudadas.

4.2.1 Caracterização do Meio Físico das UCs estudadas e sua relação com a prática do turismo

Segundo Setzer (1966), o clima atual do município de Campos do Jordão e por relação, do PECJ e PEMCJ (dado suas respectivas proximidades ao município de Campos do Jordão como visto anteriormente), pode ser considerado como *mesotérmico*, com verões brandos e sem estações secas. Pela classificação de Koeppen, o clima é *Cfb*, ou seja, clima subtropical de altitude, mesotérmico e úmido, sem estiagem, com temperaturas do mês mais quente inferior a 22°C. Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET⁴¹, a

⁴¹Disponível em <http://www.inmet.gov.br>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

temperatura média atual é de 13.6 °C e a pluviosidade média anual é de 1797 mm, onde janeiro é o mês mais chuvoso e julho o mês mais seco, conforme pode ser observado na Figura 26.

De acordo com o mesmo autor, os fatores climáticos de Campos do Jordão são determinados muito mais pela altitude elevada do terreno do que propriamente a sua latitude, o que justifica temperaturas médias tão diferentes do resto do Estado de São Paulo e Vale do Paraíba, região a qual está inserida.

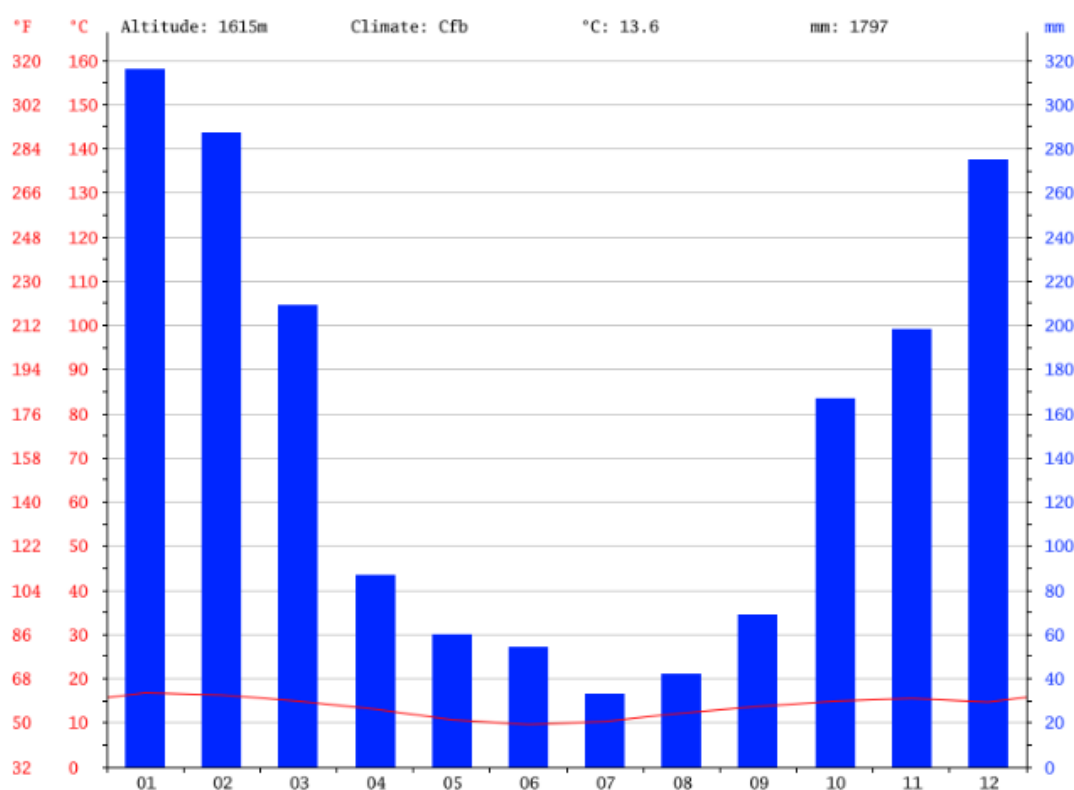


Figura 26 - Temperatura e Precipitação Média de Campos do Jordão - 2017

Fonte: Disponível em <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/sao-paulo/campos-do-jordao-32625/>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

Segundo Paulo Filho (2003), Campos do Jordão tem poucos dias sem sol, sendo que no verão não há mais de nove dias sem essa característica, que ainda é mais evidente em outras estações como no outono (seis dias sem sol), inverno (cinco dias) e menos na primavera, com treze dias sem sol em média, o que mesmo assim é baixo. Não há grandes amplitudes térmicas entre o verão mais quente e o inverno mais frio, pois ao longo do ano as temperaturas médias variam 7,2 °C.

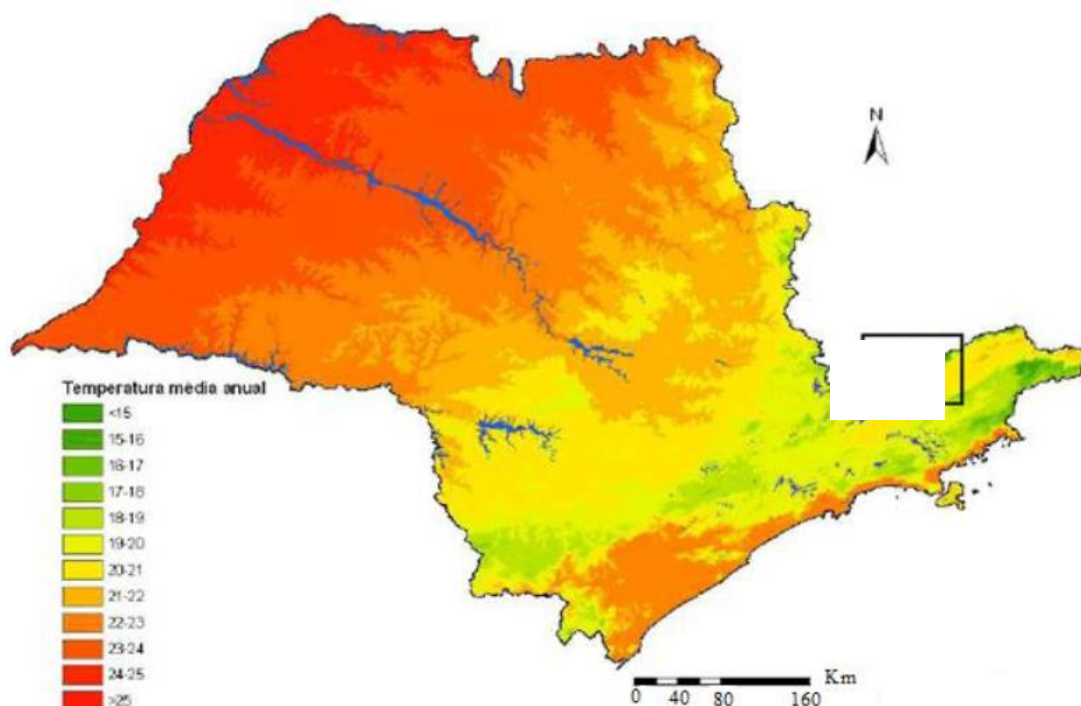


Figura 27 - Temperatura média anual no Estado de São Paulo – destaque região do Vale do Paraíba

Fonte: Disponível em <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/relevobr/conteudo/aplicacoes/temperatura.htm>. Acesso em 08 de outubro de 2018. Adaptado pelo autor.

Mas ao contrário da pequena variação existente dentre as temperaturas médias registradas ao longo do ano, os índices de precipitação são bastante irregulares ao longo dos meses, pois a média de chuvas do período do inverno (junho e julho) é por volta de 90% inferior à média registrada no verão (dezembro a fevereiro).

Essa irregularidade no regime pluviométrico é explicada, principalmente, pelo efeito orográfico, pois os Parques estão localizados na face interna da Serra da Mantiqueira e, por isso, sofrem pouca influência das chuvas provocadas pela Massa Tropical Atlântica, que perde a maior parte de sua umidade no litoral, na Serra do Mar e no Vale do Paraíba.

As chuvas do PECJ ocorrem com mais frequência no verão, principalmente em virtude das massas continentais, quando nuvens trazidas por ventos de Noroeste, Norte e Nordeste deságuam na região. No caso do PEMCJ, localizado na borda da Serra do Mar, é possível afirmar que as chuvas no Parque sejam um pouco mais volumosas do que as registradas pela estação do Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE e PE de Campos do Jordão.

De qualquer forma, não é possível apresentar um registro mais específico para as UCs estudadas, pois ainda não existem estações meteorológicas instaladas em seus interiores. Assim, a caracterização do clima local foi feita com base nas estações existentes no entorno do parque, como a do INMET de Campos do Jordão e a D2-001 do DAEE (Figura 28), por serem as de maior proximidade ao PEMCJ e PECJ.

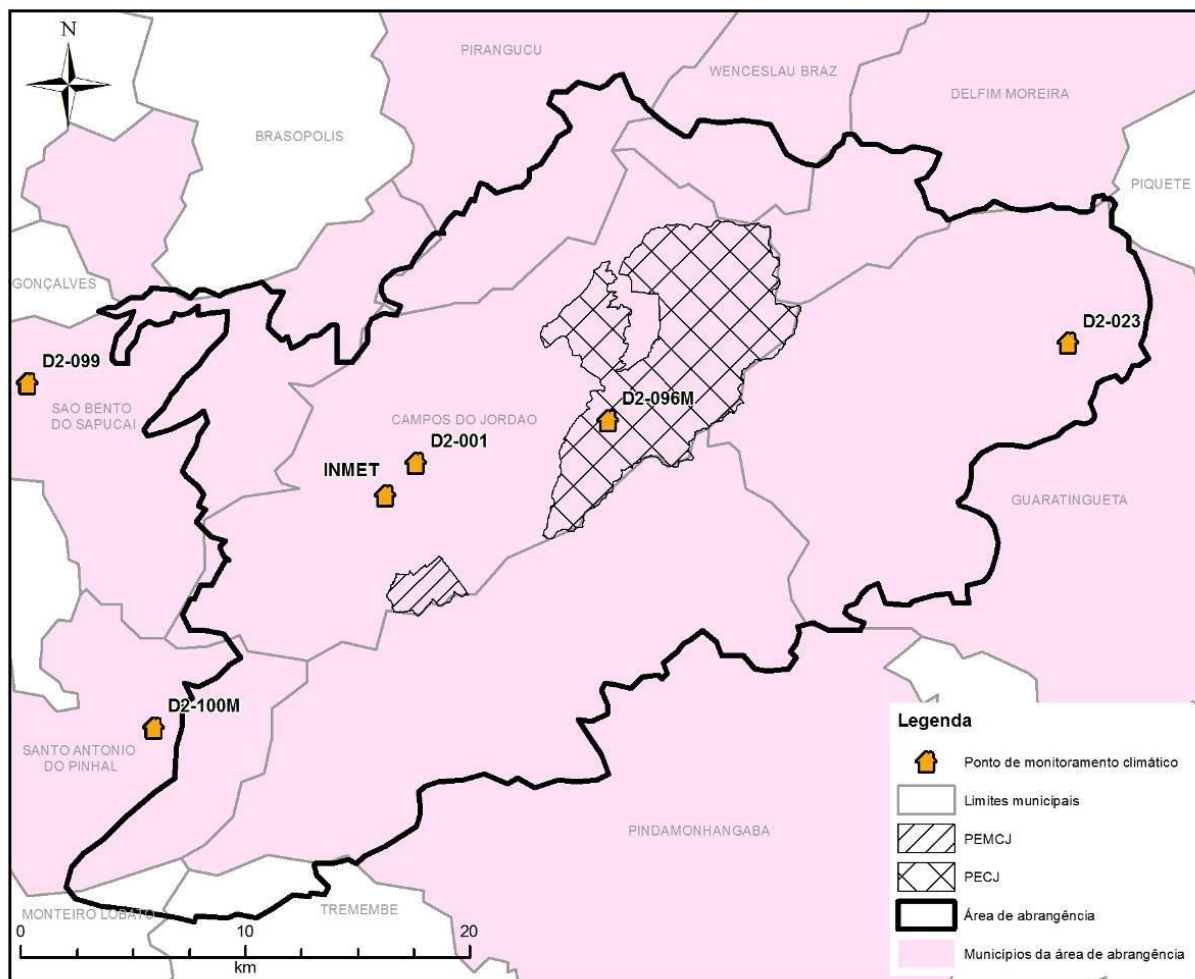


Figura 28 - Estações Metereológicas próximas aos PEMCJ e PECJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015

Mesmo irregular, o volume médio de chuva na região de Campos do Jordão, a qual os Parques estão inseridos, é superior a média do Estado de São Paulo (1465 mm em 2016), podendo atingir um volume superior a 3000 mm por ano, segundo dados do INMET. No ano de 2016, ainda segundo o INMET, a precipitação total registrada na Estação de Campos do Jordão foi de 1650 mm, conforme pode ser observado na Figura 29, o que representa um volume atípico de chuvas da região, conforme comentado no parágrafo anterior.

O mês com maior insolação é agosto, com 6,6 horas e com menor, janeiro, com 4,9 horas em média por dia. Segundo dados do INMET e ONG Climate-Data⁴², a umidade relativa do ar é elevada durante o ano inteiro, sendo que na estação quente e chuvosa, de

⁴² Disponível em <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/sao-paulo/campos-do-jordao-32625/>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

outono a março raramente atinge o mínimo de 70%, mas nos meses frios e secos (junho e julho) ultrapassa 20%. A média anual é de 90%.

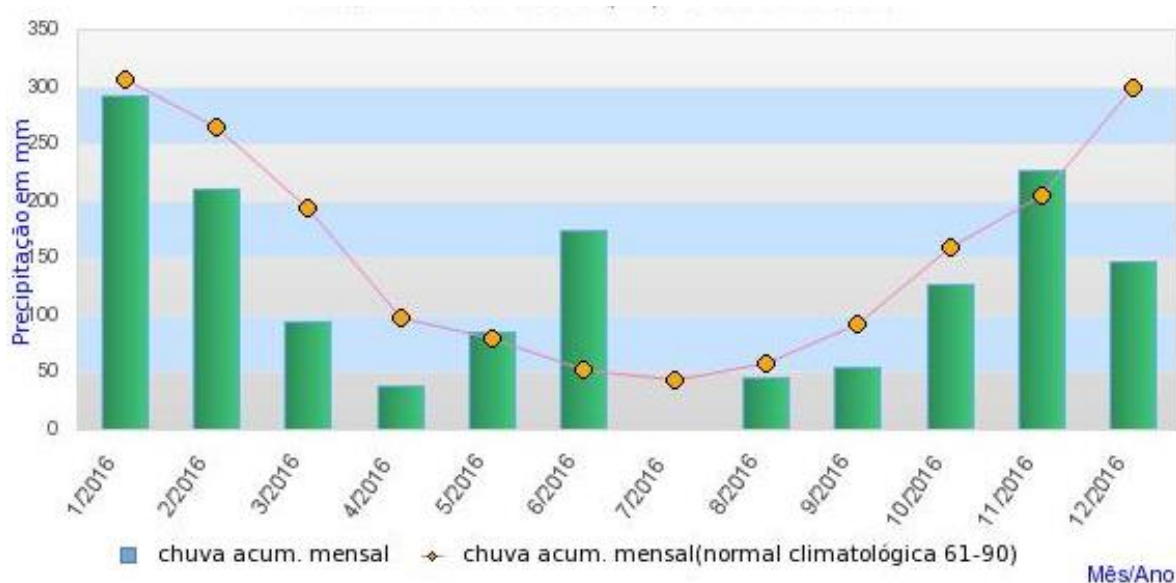


Figura 29 - Chuva Acumulada - Média Mensal 2016.

Fonte: Disponível em http://www.inmet.gov.br/sim/abre_graficos.php. Acesso em 11 de outubro de 2018.

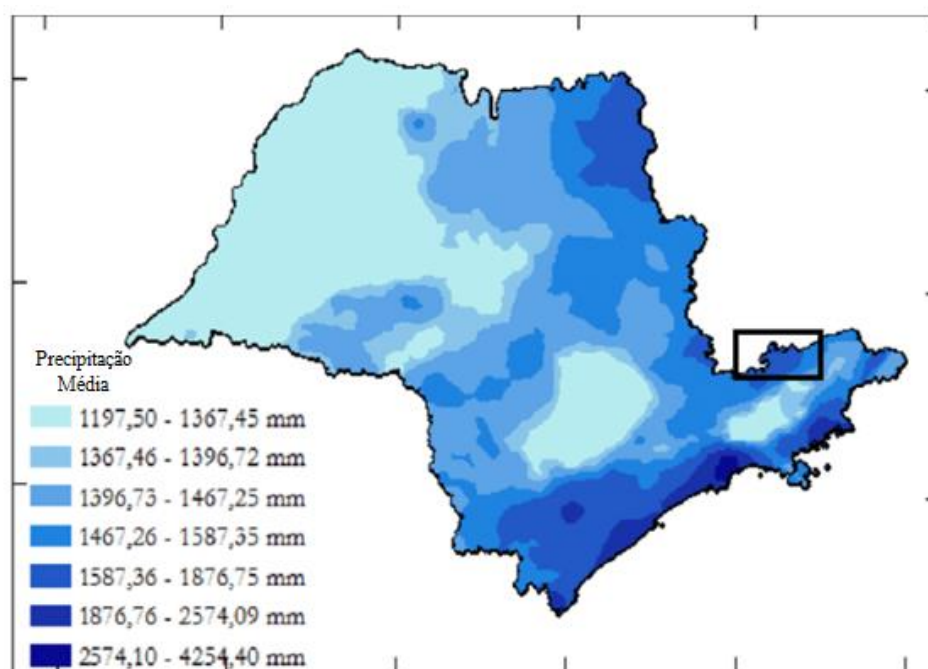


Figura 30 - Precipitação pluvial média anual no Estado de São Paulo – destaque região de Campos do Jordão

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Temperatura média (°C)	16.8	16.3	14.9	13.1	10.7	9.6	10.3	12.2	13.7	14.9	15.5	14.7
Temperatura mínima (°C)	12.4	11.8	10.2	7.4	4.6	3.4	3.7	5.7	8.1	9.8	11.3	9.9
Temperatura máxima (°C)	21.2	20.8	19.7	18.8	16.9	15.8	17	18.7	19.4	20.1	19.8	19.6
Temperatura média (°F)	62.2	61.3	58.8	55.6	51.3	49.3	50.5	54.0	56.7	58.8	59.9	58.5
Temperatura mínima (°F)	54.3	53.2	50.4	45.3	40.3	38.1	38.7	42.3	46.6	49.6	52.3	49.8
Temperatura máxima (°F)	70.2	69.4	67.5	65.8	62.4	60.4	62.6	65.7	66.9	68.2	67.6	67.3
Chuva (mm)	316	287	209	87	60	54	33	42	69	167	198	275

Tabela 6 – Dados Temperatura e Precipitação Média em Campos do Jordão – Distribuído por meses

Fonte: <https://pt.climate-data.org/americas-do-sul/brasil/sao-paulo/campos-do-jordao-32625/>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

De acordo com Paulo Filho (2003), a altitude elevada, o relevo acidentado, as chuvas e as temperaturas amenas e frias, com também a umidade relativa alta, contribuem para a presença constante do nevoeiro, que a população local chama de *ruço*. Durante o inverno, é comum a ocorrência de geadas no município de Campos do Jordão. Nessa época, a média da temperatura é de 3,4°C, conforme descrito na *Tabela 6 – Dados Temperatura e Precipitação Média em Campos do Jordão – Distribuído por meses*.

A compreensão sobre o clima de Campos do Jordão é fundamental para o entendimento do fluxo turístico ao município de entorno e UC estudada, já que nesse caso grande parte dos visitantes apresenta sua motivação relacionada aos fatores climáticos e pluviométricos da região.

A própria oferta turística, arquitetura das casas e hotéis, gastronomia e comércio de Campos do Jordão estão ligados diretamente ao clima frio. Esse fluxo se intensifica especialmente em julho, quando as temperaturas médias abaixo dos demais meses do ano, férias escolares e redução da quantidade de chuvas resultam em condições ideais para elevar o fluxo de visitantes em áreas descobertas e em lugares posicionados como mais apropriados para serem visitados em temperaturas médias mais baixas, como o que ocorre em Campos do Jordão, PECJ e que provavelmente irá ocorrer com o PEMCJ quando for aberto a visitação pública.

O município de Campos do Jordão apresentou temperatura mínima absoluta de -7,3°C, em 1º de junho de 1979. Historicamente, este foi o menor valor de temperatura registrado. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p.125).

É interessante observar que julho não é o único mês em que a média de temperatura de Campos do Jordão (média de 13,6º) fica abaixo da média do Estado de São

Paulo (média de 22º C)⁴³. Tal fato permite pensar em políticas públicas que possam incentivar um maior volume de visitas a Campos do Jordão em meses como maio, agosto e setembro, o que poderia representar uma melhor distribuição do fluxo de visitantes, diminuindo assim a possibilidade de superlotação do município de Campos do Jordão em julho, algo que sempre gera inflação, trânsito, violência, poluição (sonora e do ar), incapacidade do comércio em atender a toda demanda, gerando descontentamento por parte do visitante e em especial com relação à comunidade que vive em Campos do Jordão.

Aliado a isso, há em julho uma maior dificuldade em se controlar o fluxo de visitantes no PECJ, dado a sua grande extensão territorial somada ao reduzido número de pessoas disponíveis para fiscalizar as atitudes desses visitantes no PECJ.

Com relação ao PEMCJ, sua área territorial é 159 vezes menor que o PECJ, o que facilita sua fiscalização. Mas tendo em vista sua grande proximidade com o centro de Campos do Jordão (5 Km), facilidade de acesso e fluxo turístico tradicional do município, é de esperar um volume considerável de visitantes em julho, o que nos leva a mesma necessidade de ações de incentivo para melhor distribuição do fluxo e visitantes no decorrer do ano quando a UC for aberta para visitação pública.

Outra possibilidade consiste em criar ações promovidas tanto pelo poder público como iniciativa privada para que o visitante fosse estimulado a conhecer Campos do Jordão no verão, sob a perspectiva de que poderia ser possível conhecer uma *outra* Campos do Jordão, com propostas de gastronomia, comércio, passeios e paisagem completamente diferentes do que ele encontra no inverno, a partir de uma outra temperatura e precipitação média na região.

Mas essas medidas não iriam acabar de vez com a prejudicial sazonalidade típica do local, o que significa dizer que julho sempre será o mês mais visitado, independente do que seja feito. Entretanto, nesse caso, haveria uma melhor distribuição ao longo dos meses, o que permitiria o mês de julho com menor fluxo de turistas e demais meses do ano com um fluxo maior de turistas em relação ao volume registrado atualmente, permitindo assim melhor controle de visitantes e obtenção de benefícios econômicos para a comunidade local de Campos do Jordão, PECJ e PEMCJ no decorrer de todo o ano e não apenas em julho, quando tradicionalmente há maior frequência de visita ao Município e PECJ, em função do clima frio mais acentuado, conforme visto anteriormente.

Ainda com relação ao clima das UCs estudadas, faltam estações meteorológicas instaladas em suas áreas. Esse equipamento poderia ser instalado na área de uso intensivo (PECJ) ou extensivo (PEMCJ) para que fossem utilizadas como fonte de dados para eventuais pesquisas acadêmicas e escolares, práticas de educação ambiental junto aos

⁴³ Segundo dados do INMET – Instituto Nacional de Meteorologia. Disponível em <http://www.inmet.gov.br>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

visitantes e comunidade local e permitisse ainda fornecer dados mais precisos sobre o clima característico dessas UCs, algo que possibilitaria aumentar as chances de acertos de decisões tomadas nas Unidades de Conservação estudada a partir do seu comportamento climático.

O considerável volume de chuvas na região facilita, por sua vez, a obtenção de um balanço hídrico positivo no PECJ e PEMCJ, mesmo no trimestre mais seco (junho, julho e agosto). Além disso, segundo o INMET (2019), existe em Campos do Jordão uma baixa evapotranspiração potencial (ETP), devido às temperaturas do clima temperado, que não demandam muita quantidade de água para a atmosfera. Esse excedente hídrico permite o abastecimento de rios e lençóis freáticos e o aparecimento de nascente em toda a região estudada.

Esses indicadores permitem concluir que até o presente momento a prática do turismo não compromete o bem estar dos moradores de Campos do Jordão e nem aos visitantes, que encontram água disponível em todo o ano, até mesmo em julho, onde a combinação de alta demanda turística com baixa precipitação de chuvas poderia comprometer a oferta hídrica na região, a exemplo do que ocorre nas destinações turísticas localizadas no litoral paulista, por exemplo.

Balanço Hídrico Semanal: Campos do Jordão no período de 01/12/2014 até 20/12/2015								
Período (Semana)	Temperatura Média (°C)	Precipitação	Armazenamento	Evapotranspiração Real (mm)	Déficit Hídrico	Excedente Hídrico	Manejo do Solo	Desenvolvimento Vegetal
01/12/2014 a 07/12/2014	17,2	24,6	60	21	0	0	R	R
08/12/2014 a 14/12/2014	17,6	2,3	56	6	3	0	R	R
15/12/2014 a 21/12/2014	15,9	0,0	51	5	3	0	R	R
22/12/2014 a 28/12/2014	19,0	26,3	54	23	0	0	R	R
29/12/2014 a 04/01/2015	18,9	32,7	64	23	0	0	F	R
04/01/2015 a 10/01/2015	17,4	506,2	100	224	0	269	D	O
05/01/2015 a 11/01/2015	18,3	73,6	100	16	0	22	D	O
12/01/2015 a 18/01/2015	19,8	3,9	88	16	1	0	F	F
02/03/2015 a 08/03/2015	17,5	60,2	100	18	0	30	D	O
09/03/2015 a 15/03/2015	16,8	70,2	100	12	0	58	D	O
30/03/2015 a 05/04/2015	17,6	1,2	94	7	1	0	D	O
06/04/2015 a 12/04/2015	15,4	7,2	88	13	0	0	F	F
13/04/2015 a 19/04/2015	15,7	0,0	85	3	1	0	F	F
14/12/2015 a 20/12/2015	19,4	9,0	87	7	0	0	F	F

CIIAGRO ONLINE

Tabela 7 - Extrato do balanço hídrico de Campos do Jordão (01/12/2014 até 20/12/2015)

Fonte: CIIAGRO on Line. Disponível em

<http://www.ciiagro.sp.gov.br/ciiagroonline/listagens/bh/lbalancohidricolocal.asp>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

Por outro lado, problemas nesse sentido podem ocorrer em menos de 10 anos se considerarmos a redução da média de volume de chuvas nos últimos anos registrada no Estado de São Paulo e até mesmo em Campos do Jordão, conforme observado na Tabela 7. Vale lembrar que no Estado de São Paulo, a redução do volume de chuvas,

especialmente no período entre 2014 e 2016, comprometeu sensivelmente o nível dos reservatórios paulistas, em especial daqueles localizados próximos ao Vale do Paraíba, o qual o município de Campos do Jordão faz parte, em um episódio conhecido como *Crise Hídrica*.

Desde então o nível de água dos reservatórios ainda não foi recuperado por completo em relação aos níveis observados antes da crise e uma nova estiagem poderá levar a um novo colapso no sistema. A Figura 31 demonstra que o volume de chuva na região de 2017 foi menor em relação a média histórica, o mesmo ocorreu nos cinco anos anteriores, de acordo com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB.

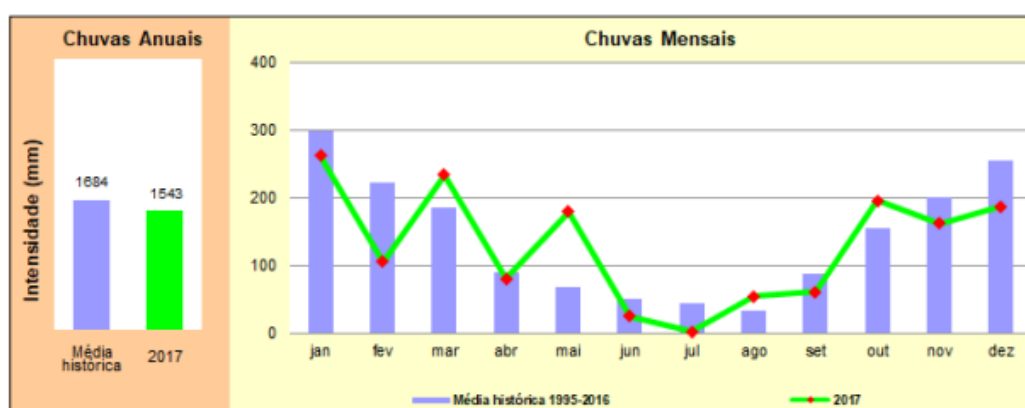


Figura 31 - Precipitação média 2017 x Média Histórica 1995-2016 - Região Mantiqueira
Fonte: CETESB, 2017.

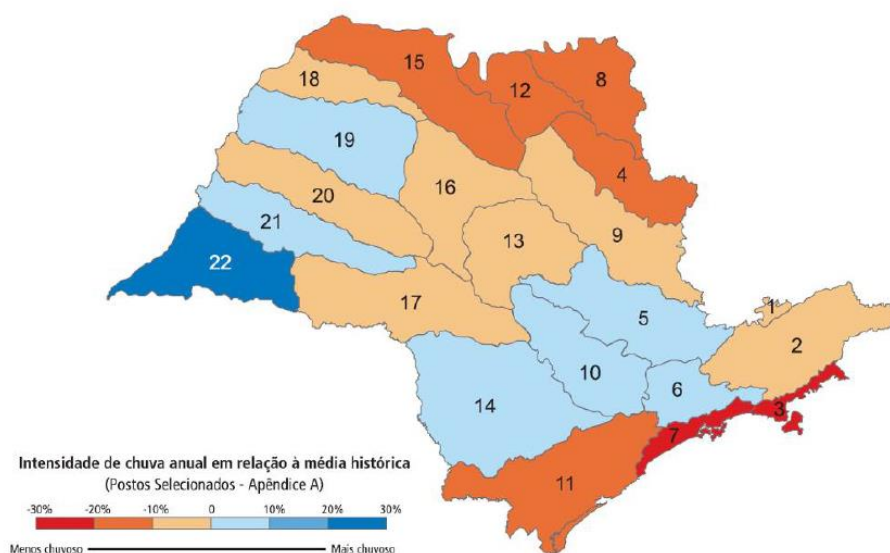


Figura 32 - Intensidade da chuva em relação à média histórica – Região Mantiqueira (1) e Região do Paraíba do Sul (2)
Fonte: CETESB, 2015.

Para que o problema de captação e fornecimento de água não ocorra em Campos do Jordão, serão necessários para os próximos anos investimentos em obras de infraestrutura para se permitir o aumento da captação e fornecimento de água para a

população e visitantes, pois de acordo com a Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (2007), a captação e fornecimento de água para a população de Campos do Jordão, obtidas por meio de três mananciais: o *Ribeirão do Salto*, o *Ribeirão das Perdizes* e o *Ribeirão do Fojo* possuem a capacidade de captação e fornecimento de água total de 244,0 l/s.

Esse volume será insuficiente para atender a demanda a partir de 2025, segundo a mesma Secretaria, que fez a estimativa projetando um aumento de demanda de uso da água em Campos do Jordão em 5% para o período compreendido entre 2007 e 2025. Esse aumento, caso se confirme, representará um volume 12,5% superior às capacidades de captação atualmente instaladas.

Com relação à capacidade de tratamento da água bruta, realizada atualmente na Estação de Tratamento de Água de Campos do Jordão - ETA, os atuais indicadores e projeções são mais reconfortantes, já que para a Secretaria Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, a ETA tem capacidade nominal para tratar 320 l/s, operando atualmente com vazões na faixa de 162 l/s a 204 l/s. Segundo a Secretaria, a necessidade máxima durante o período do estudo está estimada em 256,7 l/s em 2025 em período de alta temporada. Portanto, para os departamentos responsáveis pelo planejamento de águas e esgotos de Campos do Jordão do Jordão, a ETA existente é suficiente para atender a demanda atual e futura, mesmo em períodos de alta temporada.

Situação similar ocorre com relação à capacidade de reservação de Campos do Jordão, pois segundo a Secretaria Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, a necessidade teórica máxima de reservação em período de alta temporada (ver quadro abaixo) é da ordem de 7.400 m³ em 2025, enquanto os 23 reservatórios contam com um volume total de reservação ativo de 6.930 m³, ou seja, um déficit médio de 500 m³. Fato que não ocorrerá mais até 2025, segundo a mesma Secretaria, caso as obras planejadas pela Prefeitura Municipal de Campos do Jordão até 2025 para aumentar seu nível de reservação ocorrerem de fato.

Embora os organismos oficiais apontem que os índices de capacidade de tratamento de água e nível de reservação atuais estimados são suficientes e adequados para atender a demanda atual e futura, é importante considerar que as projeções feitas por meio do estudo desenvolvido pela Secretaria Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo levam em consideração apenas o aumento populacional projetado, sem prever uma eventual redução no índice pluviométrico anual da região nem tão pouco o aumento da demanda turística estimulada em função da melhoria e barateamento dos meios de transporte, aprimoramento dos meios de comunicação (conforme visto anteriormente neste trabalho), estímulo à procura por espaços de natureza preservada e aumento da oferta de meios de hospedagem na região.

Vale ressaltar ainda que a sensível redução do volume de chuvas nos PECJ e PEMCJ no período de inverno reduz a umidade da vegetação do local, o que aumenta o risco de incêndios florestais, o qual é potencializado ao imaginarmos um grande número de pessoas nesse período circulando nesses Parques sem a devida fiscalização ou conscientização sobre o risco de incêndios nem tão pouco como evitá-los ou proceder, caso eles efetivamente ocorram.



Figura 33 - Placa de Risco de Incêndio Florestal - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Autor da foto: Pozati

Os indicadores de temperatura e precipitação apresentados e avaliados levam os Parques Estaduais de Campos do Jordão (Horto) e dos Mananciais a possuírem grande potencial para uso turístico, por apresentarem condições de clima que estimulam um visitante, mesmo que com pouca familiaridade a visitar Unidades de Conservação, a frequentar mais o lugar, tendo o vista um clima ameno em grande parte do ano com um regime de chuvas historicamente previsível.

Além disso, a vegetação, descrita e analisada a seguir, é responsável, em grande parte, por amenizar a temperatura no período de verão no PECJ e PEMCJ e diminuir a velocidade dos ventos de inverno, o que torna a área com um clima agradável para uso público durante todo o ano. Nesse sentido, determinar um limite máximo de visitantes, principalmente em períodos de alta temporada será importante para evitar os incêndios e garantir que a oferta de água atenda de forma adequada os visitantes e em especial a comunidade local.

É importante salientar, porém, que o aquecimento e ápice do turismo nessa região se dá no inverno, levando a um aumento de consumo da água

justamente no período em que a disponibilidade hídrica é menor. Tal fato evidencia a necessidade de um olhar especial dos agentes públicos e da sociedade à questão (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015,p. 127).

Além de um eventual problema de fornecimento de água para a comunidade local e visitante, que será realidade a partir de 2025 se nada for feito até lá, segundo os Planos de Manejos do PECJ e PEMCJ, deve ser considerado, desde já, a questão de coleta e tratamento de esgoto, onde a Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Mantiqueira - UGRHI, a qual o PECJ, PEMCJ e Município de Campos do Jordão fazem parte (Figura 34), e apresenta uma dos menores níveis de total de esgoto coletado e o total de esgoto tratado em relação às outras unidades hidrográficas do Estado de São Paulo, conforme pode ser observado na Figura 35



Figura 34 - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos 01 - Mantiqueira

Fonte: Dados – Prefeitura Municipal de Campos do Jordão, 2013.

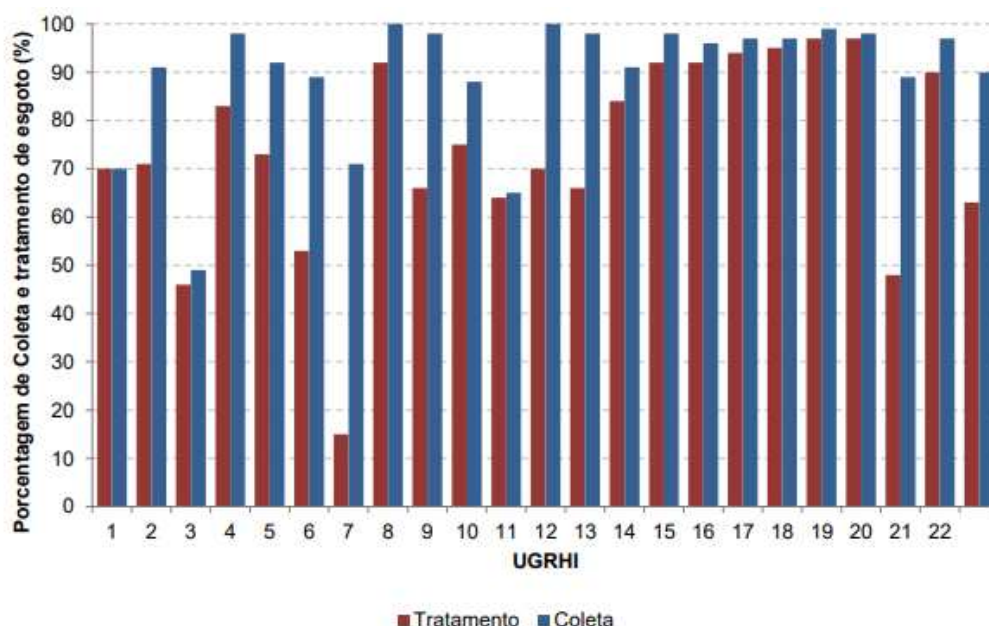


Figura 35 - Percentual de coleta e de tratamento de esgotos por UGRHI em 2015⁴⁴

Fonte: CETESB, 2016.

No caso específico do município de Campos do Jordão, a situação mais preocupante parece concentrar muito mais na capacidade de *coleta* do esgoto (70% do total) para tratamento, do que na capacidade de tratamento do esgoto, já que em 2014, a SABESP investiu R\$ 106 milhões na construção da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE, com capacidade para tratar, segundo a instituição, 213 litros por segundo. Esse investimento possibilitou que o Município de Campos do Jordão pudesse, desde então, tratar 100% do esgoto coletado, considerando a população fixa de 48.000 pessoas e à população flutuante, de 30.000 pessoas, segundo a própria SABESP.

Mas a essa capacidade de tratar a totalidade do esgoto coletado pelo município mostra ser insuficiente desde a inauguração da ETE – Campos do Jordão, tendo em vista o fato de que a população registrada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde 2014, já era 50.541 habitantes e principalmente em virtude de Campos do Jordão ter uma população flutuante no ano, estimada em 3,9 milhões de visitantes, de acordo com a Prefeitura de Campos do Jordão, o que significa aproximadamente 78 vezes a população do Município e representa valores muito superiores a capacidade de tratamento anunciada pela SABESP na inauguração da Estação de Tratamento do esgoto do Município.

Com relação ao PECJ, a consequência mais preocupante da defasagem existente entre os níveis reais e ideais de capacidade de coleta e tratamento de esgoto no Município de Campos do Jordão consiste na piora da qualidade das águas do Rio Sapucaí-

⁴⁴ Segundo o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - SigRH, O município de Campos do Jordão faz parte da UGRHI de número 1

Guaçu (atravessa Município de Campos do Jordão, conforme Figura 36 e PECJ, conforme Figura 37) e Rio da Prata, que junto com o primeiro compõem a rede de monitoramento na *UGRHI 01-Mantiqueira* estabelecida pela CETESB. No caso do PEMCJ não há interferência na sua qualidade hídrica, já que as águas desses rios passam pelo Parque dos Mananciais antes de chegar ao Município de Campos do Jordão, quando recebem o esgoto sem tratamento, para depois se encaminharem em direção ao PECJ.

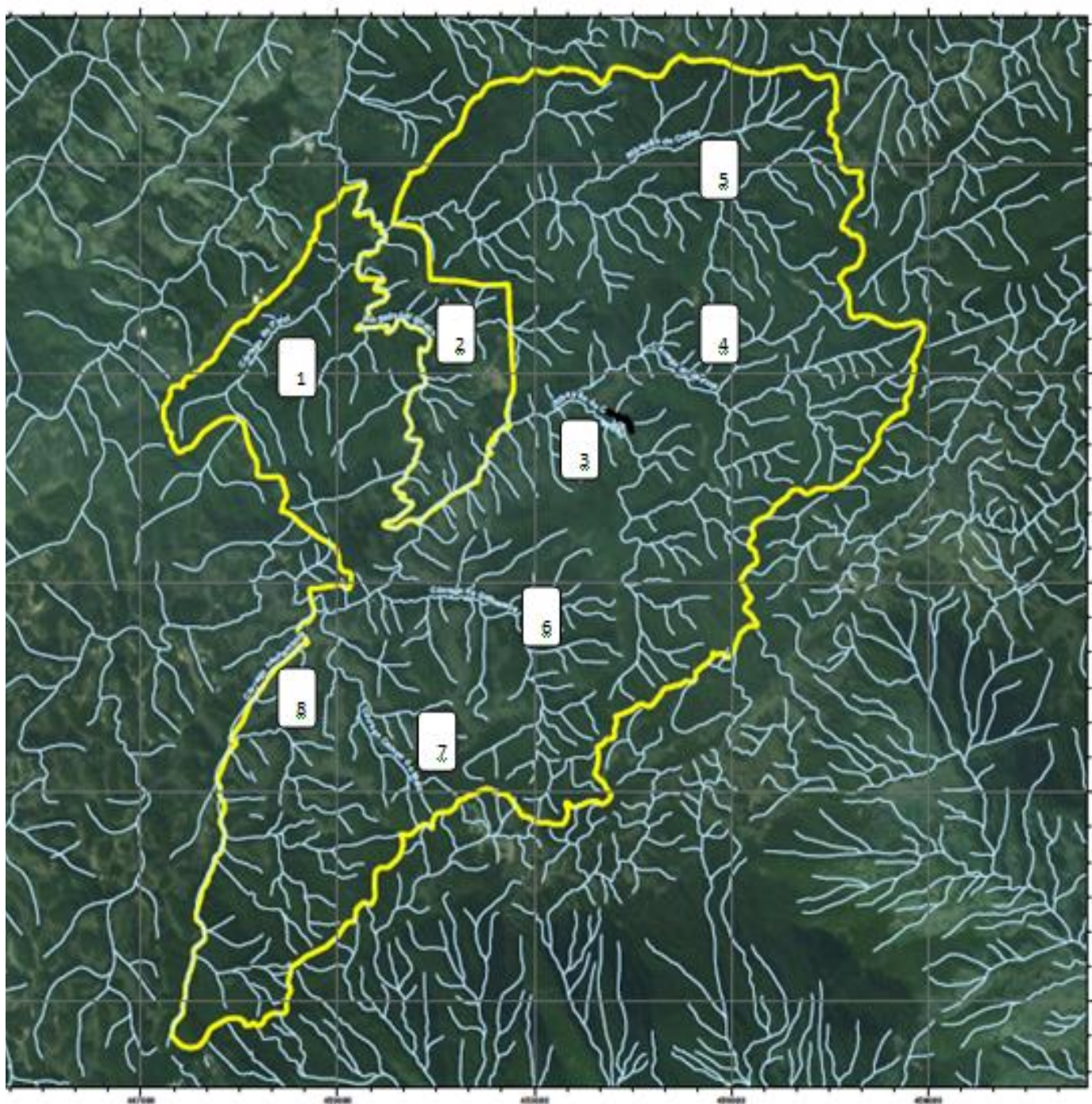
Segundo a Resolução CONAMA 357⁴⁵, as águas das UCs estudadas estão enquadradas na chamada *Classe Especiais*, por serem destinadas à preservação dos ambientes aquáticos em Unidades de Conservação de Proteção Integral, conforme estabelece a Lei nº 9.985, de 18 de junho de 2000. Nesse caso, segundo a *Lei do SNUC*, esse tipo de água não pode apresentar qualquer tipo de poluição, ou em outras palavras, que podem ser consumidas sem ônus à saúde sem qualquer tipo de tratamento anterior. Infelizmente, não é isso que evidencia na realidade do PECJ, em função do Rio Sapucaí-Guaçu vir de Campos do Jordão sem o devido tratamento de esgotamento sanitário. Já a água do PEMCJ atende de fato essa classificação pela sua localização anterior ao município de Campos do Jordão.



Figura 36 - Rede Hidrográfica de Campos do Jordão

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

⁴⁵ Resolução CONAMA 357, de 17 de março de 2005, que dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seus enquadramentos.



Legenda

1	Córrego do Paiol	5	Ribeirão do Coxim
2	Rio Sapucaí-Guaçu	6	Córrego da Galharda
3	Ribeirão do Cerquilo	7	Córrego Campo do Meio
4	Córrego do Serrote	8	Córrego Canhambora

Figura 37 - Rede Hidrográfica do PECJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015. Adaptado pelo autor

De acordo com a Portaria nº 2914 / 2011 do Ministério da Saúde⁴⁶, os padrões para definição se a água pode ser consumida sem tratamento são definidos considerando os níveis de bactérias heterotróficas, clostrídios sulfito-redutores, coliformes fecais e enterococos. No caso do PECJ, os níveis de qualidade de suas águas foram descritos e avaliados aqui com base nos resultados laboratoriais obtidos das amostras de água coletadas no PECJ em diferentes Pontos de Coleta - PCs pela Fundação Florestal, a fim de compor as informações do Plano de Manejo de PECJ de 2015 e classificar as águas da UC de acordo com os parâmetros que compõem o - Índice de Qualidade da Água - IQA⁴⁷ estabelecido para o Estado de São Paulo. O mesmo ocorreu com o PEMCJ.

Conforme Figura 38, o Rio Sapucaí-Guaçu, que passa pelo interior do PECJ vindo do Município de Campos do Jordão, apresenta o nível de IQA – *regular* desde 2009, quando atingiu sua pior classificação desde 2008. Apesar da melhoria em 2012, seu nível voltou a cair desde então.

UGRHI	CORPO HÍDRICO	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
I	Rio da Prata	56	56	58	50	46	53	48
	Rio Sapucaí-Guaçu	56	57	45	47	50	49	48
CATEGORIA		ÓTIMA		79 < IQA ≤ 100				
		BOA		51 < IQA ≤ 79				
		REGULAR		36 < IQA ≤ 51				
		RUIM		19 < IQA ≤ 36				
		PÉSSIMA		IQA ≤ 19				

Figura 38 - Classificação do Índice de Qualidade das Águas dos Rios da UGRHI 01-Mantiqueira - entre 2008 e 2014

Fonte: CETESB, 2014.

Vale destacar ainda que tanto o Rio da Prata como o Rio Sapucaí-Guaçu apresentam o seu IQA classificado como *regular* na maior parte dos meses do ano, sendo que o Rio da Prata apresenta uma piora significativa em dezembro.

⁴⁶ Define os procedimentos e as responsabilidades relativas ao controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

⁴⁷ O IQA é composto por nove parâmetros, com seus respectivos pesos, que foram fixados em função da sua importância para a conformação global da qualidade da água. Os nove parâmetros são Oxigênio Dissolvido (peso 0,17); Coliformes Termotolerantes (peso 0,15); Ph (peso 0,12); Demanda Bioquímica de Oxigênio (peso 0,10); Temperatura da Água (peso 0,10); Nitrogênio Total (peso 0,10); Fósforo Total (peso 0,10); Turbidez (peso 0,08), Resíduo Total (peso 0,08).

CORPO HÍDRICO	FEV	ABR	JUN	AGO	OUT	DEZ	IQA 2014
Rio da Prata	52	54	52	48	51	30	48
Rio Sapucaí-Guaçu	47	53	46	47	48		48
CATEGORIA	ÓTIMA			79 < IQA ≤ 100			
	BOA			51 < IQA ≤ 79			
	REGULAR			36 < IQA ≤ 51			
	RUIM			19 < IQA ≤ 36			
	PÉSSIMA			IQA ≤ 19			

Figura 39 - Classificação do Índice de Qualidade das Águas dos Rios da UGRHI 01-Mantiqueira - meses de 2014 (intervalo bimestral)

Fonte: CETESB, 2014.

A seguir são apresentados os valores de diversos pontos de coleta para cada um dos parâmetros pré-estabelecidos para o cálculo do IQA. A cada ponto de coleta foi associado, pela Fundação Florestal que produziu o quadro abaixo, uma sinalização análoga às cores dos semáforos (amarelo ou verde), determinada em função dos valores admitidos na legislação vigente. Nesse caso, a cor *amarela* representa valores diferentes dos níveis toleráveis pela legislação vigente, enquanto a cor verde representa valores dentro desses níveis.

PARÂMETRO	PC-19	PC-20	PC-21	PC-22	PC-23	PC-24	PC-25	PC-26	REF. LEGAL
Coliformes	>1,0	>1,0	>1,0	>1,0	>1,0	>1,0	>1,0	>1,0	AUSÊNCIA
DBO	< 2,0	< 2,0	< 2,0	< 2,0	< 2,0	< 2,0	< 2,0	< 2,0	≤ 3 mg/L
Fósforo Total	< 0,5	< 1,47	0,05	0,09	< 1,47	< 1,47	< 1,47	< 1,47	≤ 0,1 mg/L
Nitrogênio Total	5,3	< 1,0	< 1,0	< 1,0	< 1,0	< 1,0	< 1,0	< 1,0	≤ 2,18 mg/L
Oxigênio Dissolvido	8,6	8,48	8,38	8,33	8,06	8,14	8,09	8,27	≥ 06 mg/L
pH	7,49	7,0	6,93	6,88	6,96	6,52	6,65	6,67	6,0 ≤ 9,0
Sólidos Totais	26	22	48	53	23	15	20	23	≤ 500 mg/L
Temperatura	22,1	20,1	19,8	19,6	20,3	20,4	19,8	19,8	VARIÁVEL
Turbidez	< 1,0	1,3	6,9	7,9	1,2	< 1,0	< 1,0	< 1,0	≤ 40 UNT

Figura 40 - Resultados das análises das águas dos pontos de coleta no PECJ (21/01/2013) que compõem o cálculo do IQA.

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

Se considerarmos os parâmetros de IQA previstos para o Estado de São Paulo, será possível afirmar que na maior parte dos pontos de coleta de água utilizados para amostras, os valores obtidos pelo PECJ estão dentro dos limites tolerados pela legislação vigente (cor verde na figura acima), porém alguns pontos de coleta já apresentam valores fora dos limites tolerados e outros estão muito próximos de atingir os valores aceitáveis, situação que poderá agravar caso haja um aumento da demanda no Parque Estadual de Campos do Jordão e/ou ainda se existir um regime de chuvas menos abundante, como nos últimos anos, já que a redução do volume de água compromete a qualidade da própria água.

Caso isso ocorra, em poucos anos a água disponível no PECJ não poderá mais ser classificada como *potável* sem necessidade de tratamento, situação que contradiz ao que foi pré-estabelecido na Lei do SNUC para a Unidade de Conservação estudada e a qual prejudica os visitantes, que passariam a ter acesso à água do local apenas de forma comercializada por empresas privadas, o que evidencia mais um elemento da natureza mercantilizado na UC estudada, principalmente em decorrência do processo de visitação e incapacidade da gestão pública em cuidar adequadamente da água disponível no PECJ.

Para evitar essa situação, é imperativo, mais uma vez, ampliar a capacidade de coleta e tratamento de esgoto da região a qual o PECJ está localizado, monitorar e eliminar eventuais focos de tubulação ou instalações utilizadas para descarga de águas servidas ou esgotos próprios desses serviços sem qualquer tipo de tratamento, promover ações de educação ambiental para desestimular a poluição das águas por parte dos visitantes, do comércio instalado e funcionários, além da ampliação de instalações que favoreçam a oxigenação das águas e ao mesmo tempo facilitam o acesso dos visitantes à água do PECJ.

O Plano de Manejo do PE de Campos do Jordão, elaborado pela Fundação Florestal (2015) , responsável por sua vez pela gestão do parque, propõe uma série de ações para aprimorar a gestão e qualidade da água, ao qual considero pertinente e exequível com facilidade, tendo em vista o baixo investimento necessário e possibilidade de serem feitas em menos de 01 ano, com resultados já evidentes nesse mesmo intervalo de tempo.

Dentre as ações propostas por meio do Plano de Manejo de 2015, destacam-se o desenvolvimento da prática da educação ambiental junto à comunidade que vive no entorno da UC, para que a mesma se conscientize sobre a importância do melhor controle sobre consumo da água, assim como a energia e descarte adequado de resíduos (coleta seletiva e reciclagem) além de ações para a conscientização dos visitantes com relação a sua responsabilidade pelo aumento da demanda sazonal por água e carga de resíduos

sólidos e esgotos, especialmente no mês de julho, onde o volume de chuvas é menor, conforme descrito anteriormente.

Ainda com relação ao PECJ, será importante realizar o cadastro e posterior capacitação técnica permanente de moradores e representantes comunitários para melhoria do controle da qualidade das águas em pequenas captações rudimentares, além de criação de um programa social com ações junto às escolas públicas de ensino do município de Campos do Jordão, para conhecimento da micro e macrodrenagem urbana e rural, fortalecendo assim o engajamento político e social da população residente.

Nesse sentido, a abertura de visitação do PEMCJ poderá contribuir como um local ideal para a prática de estudos do meio onde os estudantes visitantes poderá entender a importância de preservar a área de mananciais assim como os riscos existentes no eventual assoreamento e poluição dessa área para sua própria qualidade de vida.

Com relação à infraestrutura e saneamento do PECJ, seria importante alterar de local os sanitários públicos para locais mais afastados da rede hidrográfica, além da implantação de sistema de coleta de esgoto em substituição ao sistema atual de fossa; A ampliação da atual rede de coleta de esgoto doméstico é requisito fundamental para atender a Resolução CONAMA 274 /2000 (Ministério do Meio Ambiente, 2000), que (...) *estabelece o dever de tratamento e/ou condicionamento de qualquer resíduo antes da sua disposição, atentando aos requisitos de proteção de meio ambiente*, além da atualização no planejamento pertinente ao lançamento de resíduos líquidos e sólidos produzidos dentro do PECJ.

Será importante ainda estabelecer um novo cronograma de coleta de amostras de água para reconfirmação dos resultados obtidos e apresentados no último Plano de Manejo do PECJ, de 2015, assim como a redução do intervalo atualmente existente para a análise ambiental dos recursos hídricos no município de Campos do Jordão, permitindo assim que eventuais ações corretivas sejam realizadas com mais agilidade e com possibilidade de melhorar a qualidade da água sem que um dano irreversível se estabeleça. Aliado a isso, deve-se ampliar os pontos de coleta, o que ajudará no melhor controle da qualidade da água do PECJ.

Com relação ao PEMCJ, as amostras de água obtidas para elaboração de seu Plano de Manejo demonstraram que a qualidade de suas águas é considerada *boa*, como esperado, tendo em vista a localização do curso de água que percorre seu território, que é anterior ao Município de Campos do Jordão, enquanto o PECJ é posterior e por isso sofre as consequências do sistema de tratamento de esgotamento deficiente conforme analisado anteriormente.

A Figura 41, extraída do Plano de Manejo do PEMCJ, resume a qualidade da água do local, a exemplo do que fora feito com o PECJ. No PEMCJ há uma qualidade de

água sensivelmente superior ao PECJ, o que estimula uma visitação pública que trate essa água como um dos principais atrativos da UC potencial e permite ainda promover roteiros que estimulem os visitantes a práticas em prol da conservação da água em Campos do Jordão, o que beneficiará a qualidade da água do próprio PECJ, cuja água que transpõe seu território vem e por isso depende da forma como ela é tratada no PEMCJ e Município de Campos do Jordão.

PARÂMETRO	PEMCJ	REF. LEGAL
Coliformes	>1,0	AUSÊNCIA
DBO	< 2,0	≤ 3 mg/L
Fósforo Total	< 1,47	≤ 0,1 mg/L
Nitrogênio Total	<1,0	≤ 2,18 mg/L
Oxigênio Dissolvido	9,32	≥ 06 mg/L
pH	6,55	6,0 ≤ 9,0
Sólidos Totais	Dissolvidos: 47; Em suspensão: 10.	≤ 500 mg/L
Temperatura	Entre 13°C e 14°C	VARIÁVEL
Turbidez	< 1,0	≤ 40 UNT

Figura 41 - Resultados das análises das águas dos pontos de coleta no PEMCJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

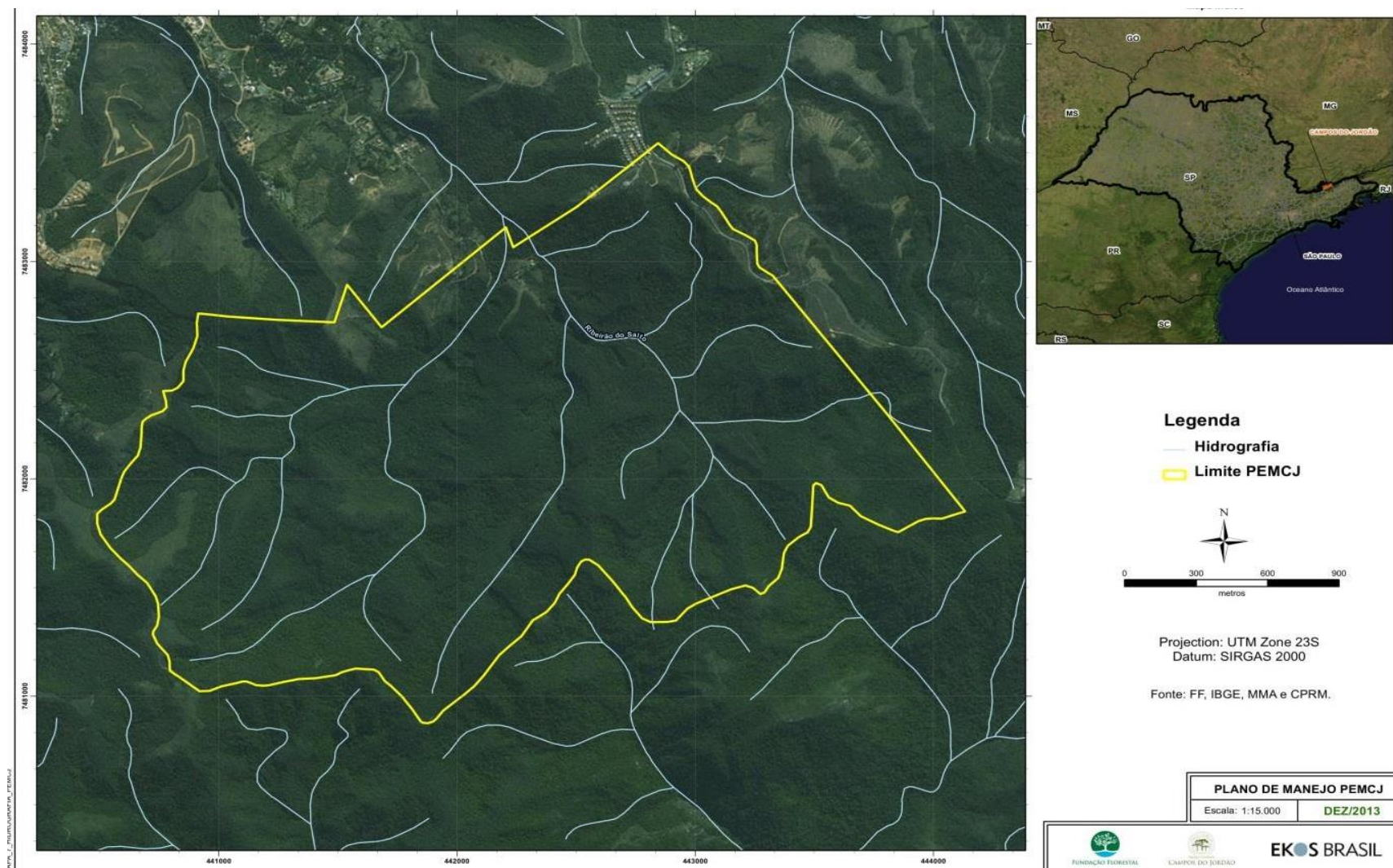


Figura 42 - Rede Hidrográfica do PEMCJ
Fonte: Fundação Florestal, 2015

Independente da qualidade das águas observadas nas UCs estudadas, é importante atualizar e unificar as informações acerca das características hidrográficas do município de Campos do Jordão, o que permitirá um diagnóstico mais preciso sobre a qualidade das suas águas e por consequência o planejamento de ações mais eficazes nesse sentido. Mas somente isso não será suficiente caso essas informações sejam de conhecimento de apenas poucos pesquisadores. Nesse sentido, o que se propõe é a criação de um centro de estudos e laboratório experimental tanto no PECJ no PEMCJ associados ao estudo de suas águas.

Nesse local, os pesquisadores terão uma base operacional para melhor desenvolver seus estudos e que pode servir ainda como um centro de disseminação de informações sobre esse assunto, com a promoção de palestras educativas e exposições (permanentes e temporárias) sobre esse assunto, as quais podem ser direcionadas tanto para os visitantes como para a comunidade local, em especial, os alunos das escolas existentes no município, por meio de visitas monitoras promovidas pelo próprio estabelecimento de ensino em parceria com a equipe gestora do parque.

Mas nenhuma dessas ações fará sentido ou terá efetivo resultado frente ao nível de qualidade das águas que percorrem tanto o PECJ como o PEMCJ se não houver um controle do número, acesso e movimentação dos visitantes, principalmente em julho, onde o fluxo é maior e o volume de chuvas menor, o que representa uma perigosa combinação que pode comprometer, principalmente, a já comprometida qualidade das águas do PECJ ou ainda, piorar a qualidade das águas de mananciais do PEMCJ, o que ainda é mais perigoso, tendo em vista se tratar de uma das principais fontes de abastecimento de toda a comunidade que vive no entorno das UCs.

A proposta aqui não está limitada a redução ou determinação do número de visitantes nas UCs estudadas, pois de nada adianta fazer isso se as atitudes e pré-conceitos desses visitantes se mantiverem. Mais do que a definição pontual e quase sempre imprecisa de um limite de quantas pessoas podem visitar as UCs por dia, é importante determinar sobre quais áreas poderão ser visitadas de forma guiada ou não (dentro das zonas autorizadas para visitação pública, segundo os respectivos Planos de Manejo das UCs estudadas), assim como o tipo de monitoramento que deverá ser feito sobre esses visitantes e quais atitudes esses visitantes poderão ser condicionados a fazer quando estiverem nessas UCs.

Ainda com relação à questão da água nas UCs estudadas (especialmente no PECJ) e Município de Campos do Jordão, há uma contradição entre o que é oferecido à comunidade que vive no seu entorno e o visitante do PECJ, que carecem de um melhor acesso ou possibilidade de usufruir da água disponível, quando comparado a abundante oferta de água em excelente estado disponibilizada às empresas privadas instaladas na

região, as quais apropriam facilmente desse bem público para poder produzir e oferecer lucrativos produtos comercializados, especialmente para grandes centros urbanos como São Paulo, São José dos Campos, Campinas e Rio de Janeiro, distantes há mais de 100 km de Campos do Jordão.

Esse é o caso de duas das empresas mais conhecidas de Campos do Jordão pelo público consumidor de grandes centros urbanos, como São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro e São José dos Campos: a Água Mineral Minalba (capital nacional – de propriedade do grupo cearense Edson Queiroz⁴⁸), que segundo a Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados – ABAD, é a segunda marca de água mais lembrada e consumida pelos brasileiros (13% do total de lembrança e 11% de compra), além da Cervejaria Baden-Baden (hoje de propriedade da Heineken Inc. - multinacional de origem holandesa), atualmente com 300 funcionários e que hoje está posicionada como umas maiores e mais conhecidas *microcervejarias* nacionais.

Essas empresas adotam frequentemente a ideia de qualidade da água da região de Campos do Jordão superior a outras regiões e aos seus próprios mercados consumidores, para valorização de seus produtos frente aos seus respectivos mercados, como se observa na Figura 43.



Figura 43 - Propaganda Água Minalba onde se faz associação a Campos do Jordão

Fonte: Disponível em <https://www.facebook.com/pg/mundoaguabertioga/posts/>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

Tanto a Minalba como a cervejaria Baden-Baden contam com programas de visitas guiados às suas fábricas em Campos do Jordão, além de ações comerciais

⁴⁸ Em setembro de 2018, o Grupo Edson Queiroz (divisão Minalba Brasil) anunciou a aquisição das marcas e produção de água da Nestlé Brasil, tornando-se a segunda maior empresa fabricante de água do Brasil, atrás apenas da Água Cristal, de propriedade da Coca-Cola Company.

vinculadas ao fato de estarem instaladas no município. A empresa de água Minalba, abre sua fábrica para visita no mês de julho (alta temporada) e disponibiliza um micro-ônibus aos interessados em conhecer sua produção, a partir do Bairro do Capivari, localizado no município de Campos do Jordão, as sextas-feiras e sábados, para visitar suas instalações de produção. Nesse *tour*, um dos funcionários da empresa Minalba guia os visitantes no decorrer da atividade e oferece gratuitamente um *kit* com produtos da marca ao final do evento.

Além dessa ação, a empresa oferece dois bicicletários em Campos do Jordão e conta com promotoras que circulam as ruas centrais no Município para captar fotos com os visitantes para serem disponibilizadas em suas redes sociais, onde são feitas menções a Campos do Jordão.



Figura 44 - Bicicletário oferecido pela Empresa Minalba em Campos do Jordão

Fonte: Disponível em <http://www.mundodomarketing.com.br>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

A microcervejaria Baden-Baden oferece, por sua vez, o *Baden Tour*⁴⁹, onde o visitante poderá conhecer, por meio de uma visita guiada, o processo de fabricação da cerveja, degustar três dos tipos de cerveja da marca (oferecidos na ocasião na forma de *chopp*) e eventualmente comprar as cervejas produzidas na loja de fábrica ou acessórios vinculados à marca, como tábuas de madeira, camisetas, aventais, adesivos dentre outros produtos.

As visitas são diárias, entre 10h e 17h em intervalos de uma hora e custam R\$ 30,00 por pessoa, sendo permitidas apenas para maiores de 18 anos por tratar de uma

⁴⁹. Disponível em <https://www.badenbaden.com.br/microcervejaria/badenbadentour/>. Acesso em 30 de março de 2018.

bebida alcoólica. Segundo a empresa, é necessário reservar com antecedência por telefone (ligação gratuita), na própria fábrica ou no site da empresa, e chegar com 15 minutos de antecedência, devido a grande procura pelos turistas, em especial no mês de julho.

A empresa conta ainda com um restaurante instalado no Bairro do Capivari, tradicionalmente frequentado apenas pelos visitantes de Campos do Jordão, já que os preços médios de seu comércio e restaurantes inibe o consumo pelos moradores do município, em uma clara demonstração de exclusão social provocada pela atividade turística no município.



Figura 45 - Fábrica Baden-Baden (parte externa), em Campos do Jordão

Fonte: Disponível em <http://www.viajandocomaman.com.br>. Acesso em 22 de outubro de 2018.



Figura 46 - Fábrica Baden-Baden (parte interna), em Campos do Jordão.

Fonte: Disponível em <https://www.badenbaden.com.br/microcervejaria/badenbadentour/> Acesso em 22 de outubro de 2018.

Em ambos os casos, a divulgação e prioridade das atividades ocorrem em função apenas dos visitantes do Município, sem qualquer associação aos moradores de Campos do Jordão, configurando-se assim em um atrativo turístico estabelecido a partir da

produção de seus produtos que utilizam a água da região como seu principal elemento⁵⁰ e evidencia a oferta de um produto turístico formado a partir da mercantilização da natureza, sem qualquer participação ou envolvimento da comunidade local.

O problema se agrava quando é observada a qualidade de água disponível em uma Unidade de Conservação pública, como o PECJ, que deveria por princípio manter esse elemento intacto justamente por ser uma UC, apresenta uma qualidade de água muito inferior àquela comercializada a um mercado consumidor que nem sequer reside no município, graças à incompetência ou interesse da gestão pública centrada apenas nos dividendos advindos da iniciativa privada.

A ampliação do acesso da água disponível no PECJ para a comunidade que vive no entorno e aos visitantes poderia ocorrer por meio da instalação de lugares adequados para o seu consumo como bicas ou bebedouros, os quais poderiam também contribuir para a melhor oxigenação da água, além de um balneário público, onde a água poderia ser aproveitada para banhos públicos e poderia ser instalado um espaço de palestras, eventos e mostras permanentes para estimular a conscientização sobre a importância da preservação e manejo da água encontrada no PECJ e Município de Campos do Jordão.

As próprias empresas beneficiadas dessa água (como Baden-Baden e Minalba, descritas anteriormente) poderiam, por meio da criação de lei municipal específica, serem obrigadas a construir esse espaço, amenizando assim seu atual livre acesso à água da região sem nenhuma contrapartida ou benefício voltado principalmente à comunidade local.

A visita pública ao PEMCJ por meio de uma proposta planejada e estruturada de educação ambiental, com o oferecimento de trilhas interpretativas, onde a água seria o principal tema a ser tratado, poderia configurar em uma ação capaz de despertar na comunidade que vive no entorno o interesse pela qualidade da água que consome, e estimularia assim um debate mais amplo aliado a uma maior pressão da opinião pública para que a água disponível em Campos do Jordão e PECJ, por meio do Rio Sapucaí - Mirim, fosse, pelo menos, tão boa quanto à água comercializada e propagada aos grandes mercados consumidores nacionais pelas empresas privadas instaladas em Campos do Jordão.

⁵⁰ Segundo a Revista Saúde, da Editora Abril, as cervejas são compostas em sua maioria por 95% de água, além do Lúpulo, Malte e Leveduras.

4.3 O Meio Biótico e sua relação com a prática do turismo no PE Campos do Jordão e PE dos Mananciais de Campos do Jordão.

O Parque Estadual de Campos do Jordão, tratado aqui como Unidade de Conservação de fluxo turístico consolidado, foi criado com o intuito de preservar os últimos remanescentes de Matas de Araucária, um tipo de árvore que melhor se adapta ao clima da região, mais frio em relação ao resto do Estado, conforme visto anteriormente, mas que hoje possuem apenas 3% de sua área original de cobertura, segundo dados da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo - SMASP. Segundo a mesma instituição, a *Araucária angustifolia*, tipo de árvore mais abundante do PECJ, está na lista oficial dentre as espécies da flora brasileira mais ameaçada de extinção.

A Floresta Ombrófila Mista ou Mata de Araucária, como é mais popularmente conhecida, possui grande número de diversidade de espécies. Além da própria *Araucária angustifolia* e do *Podocarpus lambertii* (também abundante na região), espécies importantes como imbuia, canela, pitanga, guamirim e o araticum também são fartamente encontrados nesse espaço. Há ainda, segundo a SMASP, uma grande riqueza de epífitas, como bromélias, musgos e líquens.

No caso do PEMCJ, que foi criado visando a proteção dos mananciais que abastecem Campos do Jordão e, portanto com uma finalidade distinta do PECJ, é observado um tipo de vegetação diferente do PECJ, caracterizada como Floresta Ombrófila Densa - FOD, que juntamente com a espécie *Pinus sp*, espécie invasora introduzida para fins de reflorestamento e pesquisas, compõem o mosaico de vegetação do Parque Mananciais.

O relevo acidentado da Serra da Mantiqueira, local ao quais os Parques estudados estão integrados, apresenta altitudes que variam de 1.030 a 2.007 metros, proporcionando assim o estabelecimento de duas fisionomias vegetais típicas: os Campos de Altitude e Matas Nebulares, tipos de coberturas vegetais encontradas apenas em áreas com altitudes superiores a 1.000 metros, mas em decorrência da política de incentivo e fomento do reflorestamento com espécies vegetais exóticas vigentes no período de sua criação, as Unidades de Conservação PECJ e PEMCJ tiveram uma grande área reflorestada com coníferas introduzidas.

No PECJ, 2000 hectares⁵¹ que estavam degradados, receberam plantio principalmente de coníferas do gênero *Pinus (elliotti e taeda)*, enquanto que no PEMCJ,

⁵¹ Segundo o Plano de Manejo do PECJ (2015), as coníferas do gênero *Pinus (elliotti e taeda)* inicialmente foram plantadas em 35% da área da UC. Atualmente, esse tipo de árvore permanece em 20% do PECJ, segundo o mesmo documento.

aproximadamente 40% de seu território, os que correspondem a 201 hectares, foram reflorestados com *Pinus SP*, segundo seu Plano de Manejo, publicado em 2015.

Essa espécie é caracterizada pelo seu alto poder invasor e competitivo em áreas abertas, como o que ocorre nos campos de altitude e áreas onde houve corte raso dos talhões de reflorestamento. Crescem rápido, em comparação a outras espécies vegetais e em especial a Araucária, são resistentes a incêndios e apresentam boa germinação após passagem do fogo, por isso sua presença compromete a maior diversidade de plantas e árvores que são “menos competitivas” em relação a essa espécie. Além disso, essas árvores não oferecem alimentos para a fauna local, que não se instala nos locais onde predomina os *Pinus* e reduz assim a atratividade e interesse de um turista vocacionado a conhecer e valorizar áreas naturais que detenham diferentes animais e plantas, como poderia ser o PECJ.

No PEMCJ a presença de *Pinus* ainda é muito marcante na paisagem do local, pois ainda não houve nenhuma ação mais efetiva de corte dessa espécie como no PECJ, embora seu Plano de Manejo, a exemplo da UC consolidada, tenha como uma de suas metas a redução dessa espécie no local, o que permitirá a recuperação da mata nativa.



Figura 47 - Talhão de *Pinus sp* situado no PEMCJ.

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

A prática incorreta de introduzir artificialmente o gênero *Pinus* no PECJ e PEMCJ foi revista pela Secretaria do Meio Ambiental e Fundação Florestal, (responsáveis pela

gestão do parque). Por conta disso, segundo o último Plano de Manejo do PEMCJ, de 2015, essa espécie deverá ser suprimida através de manejo florestal adequado, possibilitando assim a regeneração da vegetação primária do local.

Esse processo já está em curso no PECJ e o que é observado atualmente nessa UC é o predomínio de uma vegetação primária, somada a uma vegetação secundária em avançado estado de regeneração, tão evidente que hoje não é possível distinguir com facilidade a diferença entre esses estados de vegetação ao visitar o local, muito em função do fato do PECJ ser a muito tempo uma Unidade de Conservação, o que demonstra um dos benefícios em ter esse modelo para a preservação das áreas naturais remanescentes.

4.3.1 Fauna presente no PE Campos do Jordão e PE dos Mananciais de Campos do Jordão

Apesar da existência marcante da espécie invasora de *Pinus*, especialmente no PEMCJ, a fauna presente nas UCs estudadas é variada, pois dentro da composição identificada são encontradas no PECJ, por exemplo, várias espécies de mamíferos, como a onça suçuarana (de hábitos noturnos), o cateto, o macaco-prego, a capivara, o veado mateiro e o esquilo, além das espécies atualmente ameaçadas de extinção segundo lista do IBAMA, como o papagaio de peito roxo, onça parda e jaguatirica.

Encontramos ainda no PECJ o jacu, gralha, seriema, tico-tico e sabiá-laranjeira. Répteis como jararacas e quebra-quebra também são encontrados por lá, além de uma grande diversidade de espécies de rãs, sapos e pererecas. No total, estão catalogadas mais de 186 espécies de aves no PECJ, segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Dentre as espécies encontradas nas obras consultadas de Barbosa (2008) e Willis e Oniki (1981) destacam-se aves muito procuradas por caçadores como o trinca-ferro (*Saltator similis*), tiriva (*Pyrrhura frontalis*), maitaca (*Pionus maximiliani*), macuco (*Tinamus solitarius*), jacuguaçu (*Penelope obscura bronzina*), e capueira (*Odontophorus capueira*), além pintassilgo (*Sporagra magellanica*), o canário-da-terra (*Sicalis flaveola*), além do papagaio-do-peito-roxo (*Amazona vinacea*), esse último ameaçado de extinção.

Essa diversidade de espécies é dificilmente encontrada em outros lugares, e por isso são valorizadas pelo mercado de caça e atraem um tipo de visitante que podem caso não seja devidamente supervisionado, comprometer o equilíbrio, quantidade e diversidade de aves no local. Por isso, é fundamental que a gestão do PECJ delimite o acesso da visitação pública a locais onde a existência desses pássaros não seja comprometida e evitem o acesso ilegal desses caçadores dentro dos limites do parque.

Por outro lado, essas aves mais difíceis de serem encontradas poderiam estimular a prática do turismo de observação no PECJ, atividade que possui muitos adeptos

em países como Estados Unidos e Canadá, por exemplo, e que demonstra ser bem menos impactante ao ecossistema local quando comparada a atividade de caça, embora nesse caso ainda deva ter uma fiscalização para evitar que os *turistas observadores* provoquem mudanças nos hábitos das aves, como na sua alimentação, ao colocar alimentos estranhos ao meio na tentativa de chamar a atenção desses pássaros para melhor observá-los.

No caso do PEMCJ, há uma interessante diversidade de avifauna, porém com uma quantidade de espécies menor quando comparado ao PECJ. Isso ocorre em função do território menor do PE dos Mananciais e por conta da inexistência de estudos mais aprofundados sobre esse assunto, tendo em vista a data de criação mais recente dessa UC em comparação a outras Unidades de Conservação, como o próprio PECJ.

PEMCJ é uma unidade de conservação relativamente pequena (~500 ha) e foi criado recentemente (1993). Não existem referências específicas para a avifauna da região, mas a sua proximidade com a sede do município de Campos do Jordão (situado a cerca de 5 km) e do PECJ permitem que os dados secundários levantados para estes dois locais sejam também utilizados para caracterizar, ainda que de modo preliminar, o PEMCJ. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 203)

Ainda que secundários, os dados disponíveis no Plano de Manejo do PEMCJ permitem desde já algumas inferências sobre a avifauna local. Além disso, foram realizados, segundo o mesmo Plano de Manejo (2015), 35 horas de observações sistematizadas sobre o assunto, o que permitiu identificar, segundo o mesmo documento (...) *200 registros de indivíduos pertencentes a 55 espécies de aves, distribuídas em sete (07) ordens e 24 famílias*. Segundo o mesmo estudo *a família Tyrannidae foi a mais representativa, com nove (09) espécies registradas*. De todas as espécies registradas (...) *17 são consideradas endêmicas do bioma da Mata Atlântica e três (03) consideradas ameaçadas de extinção de acordo com as listas estadual, federal e global*.

A avaliação da avifauna do PEMCJ, mesmo que preliminar, demonstra desde já um grande potencial turístico para o turismo de observação, o que pode ser ampliado quando houver pesquisas mais amplas por meio de trabalhos científicos com técnicas investigativas mais apuradas, que tendem a identificar um número ainda maior de espécies de aves que habitam ou transitam esse local, o que certamente motivará o aumento da visitação por aqueles que procuram os locais que detêm espécies exóticas de pássaros para contemplar, observar e fotografar, a exemplo do que foi identificado e proposto para o PECJ.

Com relação aos animais de grande, médio e pequeno porte presentes no PECJ, o que foi observado, segundo o mais recente Plano de Manejo da UC, de 2015, é uma incerteza de quais animais são de fato encontrados ou podem ser considerados endêmicos na área do Parque, pois há diferenças de registros entre os dados provenientes de estudos

já publicados a respeito (dados secundários) e amostras coletadas nos últimos anos para subsidiar as informações disponibilizadas no próprio Plano de Manejo (dados primários).

Optou então por considerar nesse trabalho apenas aqueles animais efetivamente observados na coleta de amostragem para compor o Plano de Manejo do PECJ de 2015, quando foram identificados e catalogados, segundo o próprio documento: sessenta e três espécies de mamíferos no PECJ e em seu entorno. Entre as espécies de mamíferos cuja presença foi evidenciada no PECJ e em seu entorno estão dezesseis espécies consideradas atualmente sob algum grau de risco de extinção nos estados de Minas Gerais (onze espécies), São Paulo (quinze espécies), nacionalmente (quatro espécies) ou em nível global (duas espécies). Dentre as espécies ameaçadas há um predomínio de mamíferos de médio e grande porte, com destaque para quatro membros da família Felidae (*Leopardus pardalis*, *Leopardus tigrinus*, *Leopardus wiedii* e *Puma concolor*).

No caso do PEMCJ, foram identificados, segundo seu Plano de Manejo de 2015, dezesseis espécies da mastofauna que podem ser enquadradas atualmente sob algum grau de risco de extinção, nos estados de Minas Gerais (onze espécies) e/ou São Paulo (quinze espécies), Brasil (quatro espécies) e duas espécies pela IUCN.

Apesar de não haver um dado mais preciso sobre quais animais de fato são encontrados ou quais espécies podem ser consideradas endêmicas nas áreas do PECJ e, sobretudo no PEMCJ, há de considerar que as UCs estudadas possuem um número expressivo e diversificado de animais dos mais variados portes, muitos dos quais ameaçados de extinção quando comparados ao que existe no Estado de São Paulo, Minas Gerais, Brasil e até mesmo no mundo. Isso ocorre em função da diversidade de tipos de vegetação existentes nas UCs estudadas, o que favorece, em especial, a conservação de pequenos mamíferos. Por essa razão, a existência nessas UCs de áreas com alto grau de preservação como as Florestas Ombrófilas, Campos de Altitude e FOD é decisivo para a continuidade da fauna identificada nessas UCs.

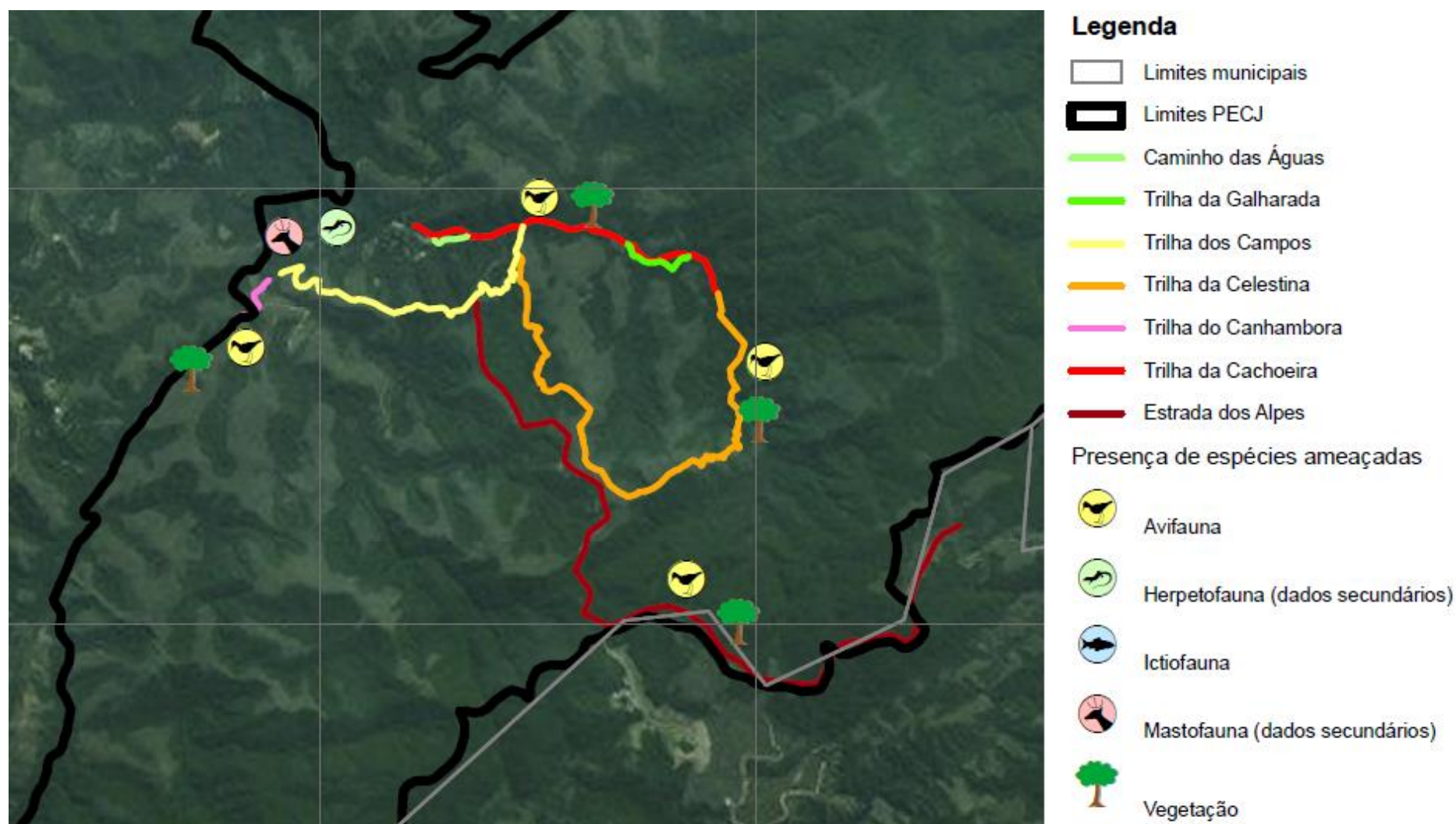


Figura 48 - Espécies Ameaçadas encontradas nas trilhas do PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

A prática do turismo, de forma planejada, direcionada e, portanto, controlada nesses locais, poderá colaborar para a valorização e por consequência, manutenção da fauna e flora local, por meio de ações, ainda inexistentes, que poderiam fazer do visitante um defensor ativo desses elementos, desde que esse visitante conheça e entenda a importância, diversidade e até mesmo raridade de elementos de flora e fauna que pode encontrar quando visita o PECJ ou quando visitará o PEMCJ.

Vale ressaltar ainda que os elementos da fauna e flora considerados como *espécies bandeiras*⁵² pelo Plano de Manejo dos Parques estudados, como a *Araucária angustifolia* – considerada hoje como símbolo do PECJ, e o Papagaio de Peito Roxo (*Amazona vinacea*), atualmente ameaçado de extinção, poderiam ser transformados em personagens vinculados à imagem dessas UCs, o que certamente favoreceria o posicionamento dos Parques frente aos seus visitantes, seja na percepção da importância da sobrevivência dessas espécies, práticas de educação ambiental frente aos estudantes do ensino fundamental e médio, conscientização dos visitantes sobre o patrimônio natural existente e até mesmo como elementos utilizados na comercialização de *souvenirs* produzidos a partir de materiais disponíveis no entorno por meio da comunidade que vive no entorno, obtendo assim uma fonte de renda alternativa para essa comunidade associada a uma imagem estabelecida a partir desses elementos típicos do flora e fauna do PECJ e PEMCJ.

O aumento do número de placas de informação no decorrer das trilhas pode melhorar a percepção e conhecimento do visitante com relação à flora e fauna encontrada no PECJ e deve ser algo imprescindível no planejamento e preparação das trilhas do PEMCJ, sem que para isso necessite de um alto investimento ou contratação e qualificação de pessoal. Essas novas placas, produzidas com material e *layout* contextualizados ao local, poderiam trazer informações de rápida leitura, mas que ao mesmo tempo sejam extremamente úteis ao visitante, com dados, por exemplo, como o nome a árvore que está sendo vista (com nome científico e popular), idade estimada e alguma curiosidade sobre o seus hábitos de vida.

Da mesma forma, poderiam ser colocadas placas com imagens, nomes (científico e popular) e hábitos alimentares dos animais presentes no PECJ e PEMCJ e que foram vistos ao no decorrer ou próximos às trilhas existentes.

⁵² As espécies bandeiras foram escolhidas em função da sua vulnerabilidade, atratividade, representatividade e, principalmente, pelo seu carisma junto ao público visitante e residente em Campos do Jordão/SP, de acordo com o Plano de Manejo do PECJ (2015)



Figura 49 - Exemplo de Sinalização Proposta para as trilhas do PECJ e PEMCJ

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Autor da foto: Pozati

Conforme abordado anteriormente, a tecnologia da informação atualmente disponível no mercado pode servir como importante aliado frente à conscientização e valorização dos visitantes com relação à flora e fauna local. Nesse sentido, pode ser oferecida ao visitante a possibilidade de baixar em seu celular faixas de áudio ou *podcasts* disponíveis no site oficial do PECJ e PEMCJ com curiosidades sobre a fauna e flora local, as quais poderiam ser ouvidas de seus *smartphones* enquanto percorre as trilhas, tornando sua experiência muito mais marcante e enriquecedora para seu conhecimento sobre o local visitado.

Vale destacar ainda que o PECJ conta espaços já construídos e disponíveis para os visitantes, como o Centro de Exposições e Espaço Araucária, mas que estão atualmente subaproveitados, o que os leva a uma baixa frequência ou até mesmo desconhecimento por parte dos visitantes, que em grande parte não são motivados a conhecer esses locais, pois não há atrativos nesses espaços suficientes para atraí-los.

O que é observado atualmente nesses locais são exposições estáticas, desatualizadas e sem nenhuma instalação e uso de recursos multimídia para interagir com os visitantes, como o que normalmente ocorre em exposições ou locais destacados em função do sucesso de público e crítica.



Figura 50 - Espaço Araucária - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Autor da foto: Pozati

Embora o acervo desses locais seja importante para a exposição de trabalhos de educação ambiental ou recebimento de excursões de estudantes para esse fim (Centro de Exposições) ou para expor informações sobre a Araucária, seu fruto, composição, aplicações e processo reprodutivo (Espaço Araucária), não há nada que *envolva* o visitante e faça da experiência de visita a esses espaços algo interessante ou que estimule esse visitante a divulgar sobre esses locais em suas redes sociais, por exemplo, recomendando a experiência para seus amigos e parentes.

Esses espaços poderiam ser utilizados para atraentes exposições itinerantes atualizadas pelo menos a cada três meses. Essas exposições seriam compostas, por exemplo, com mostras de fotos e vídeos produzidos pelos próprios visitantes e monitores quando percorrem as trilhas, além de curiosidades sobre a fauna e flora local, resultados de pesquisas produzidas ou até mesmo *workshops* (planejados e divulgados com antecedência) de biólogos, ambientalistas, ornitólogos, veterinários, historiadores ou geógrafos sobre algumas peculiaridades do PECJ ligadas a suas respectivas áreas.

Poderia ainda pensar em produzir um vídeo institucional, exibido a cada trinta minutos, em um desses locais que fosse capaz de estimular o visitante a conhecer o Parque por meio das visitas monitoradas com pessoas da localidade devidamente preparadas para tal fim, o que certamente iria ampliar o nível de conhecimento, entendimento e valorização do visitante com relação à Unidade de Conservação e otimizaria a ocupação do Centro de Exposições e Espaço Araucária.



Figura 51 - Centro de Exposições - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Autor da foto: Pozati

Infelizmente, o subaproveitamento de locais como o Centro de Exposições e Espaço Araucária não é uma exceção ao que pode ser entendido como oferta turística do Parque Estadual de Campos do Jordão, como é mais bem analisada no tópico a seguir, que aborda especificamente esse assunto.

4.4 Análise da Estrutura para Visitação do PE de Campos do Jordão e PE Mananciais de Campos do Jordão

Tendo em vista a grande diferença existente entre a oferta turística do PEMCJ, ainda fechado para visitação em virtude da inexistência de uma estrutura mínima para esse fim, e o PECJ, Unidade de Conservação com fluxo turístico consolidado há muito tempo e que por isso conta com uma oferta turística já estabelecida, optou-se nesse momento por uma separação na abordagem entre as UCs estudadas, o que nos leva, num primeiro momento, a uma ampla abordagem sobre a oferta atualmente presente no PECJ, para que em seguida seja feita a análise do que se pretende ou poderia ser realizado em relação a essa oferta turística para o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão.

Isso não significa traçar análises paralelas entre os estudos de caso e distanciá-las daqui para frente, mas perceber as semelhanças e peculiaridades entre as propostas mantendo assim o tom comparativo entre as UCs consolidadas e potenciais onipresente em todo o trabalho e que nos fornecem subsídios para atingirmos os objetivos inicialmente propostos para finalmente constatar a validade da hipótese proposta nesse estudo.

4.4.1 A Estrutura para visitação turística existente no PE Campos do Jordão

O atual Zoneamento do PECJ, formalizado por meio do seu Plano de Manejo de 2015, divide o território da UC em 07 macrozonas distintas, que foram definidos em função de sua biodiversidade, estado de conservação da vegetação do local, necessidade de recuperação a vegetação original, tendo em vista a existência de espécie exótica, pressão antrópica, limites geográficos identificáveis na paisagem (como rios), acessibilidade e situação fundiária, para que sejam, a partir disso, determinadas as possibilidades e formas de uso e de visitação pública sem prévia autorização.

Um dos principais resultados gerados pelo Plano de Manejo de uma UC é o seu zoneamento. Através da definição de setores ou zonas, o zoneamento estabelece normas e objetivos específicos para cada porção do território da UC, permitindo, assim, que ela cumpra a função para a qual foi criada e continue desempenhando papel de relevo à conservação ambiental. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p.364)

Para um primeiro momento foram definidas sete macrozonas dentro do PECJ: Intangível, Primitiva, Uso Extensivo, Uso Intensivo, Patrimônio Histórico Natural e Cultural, Recuperação e Uso Especial. Na Tabela 8 são descritos o tamanho e porcentagem de ocupação do território total do Parque para cada uma dessas áreas existentes.

Zona	Área (ha)	Porcentagem (%)
Intangível	1140,82	14,0
Primitiva	4259,34	52,4
Uso Extensivo	272,69	3,4
Patrimonial	24,15	0,3
Uso Intensivo	187,05	2,3
Uso Especial	24,15	0,3
Recuperação	2250,63	27,7
Total	8.130,31 ha	100,0

Tabela 8 - Zoneamento interno e áreas totais das zonas no PECJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015

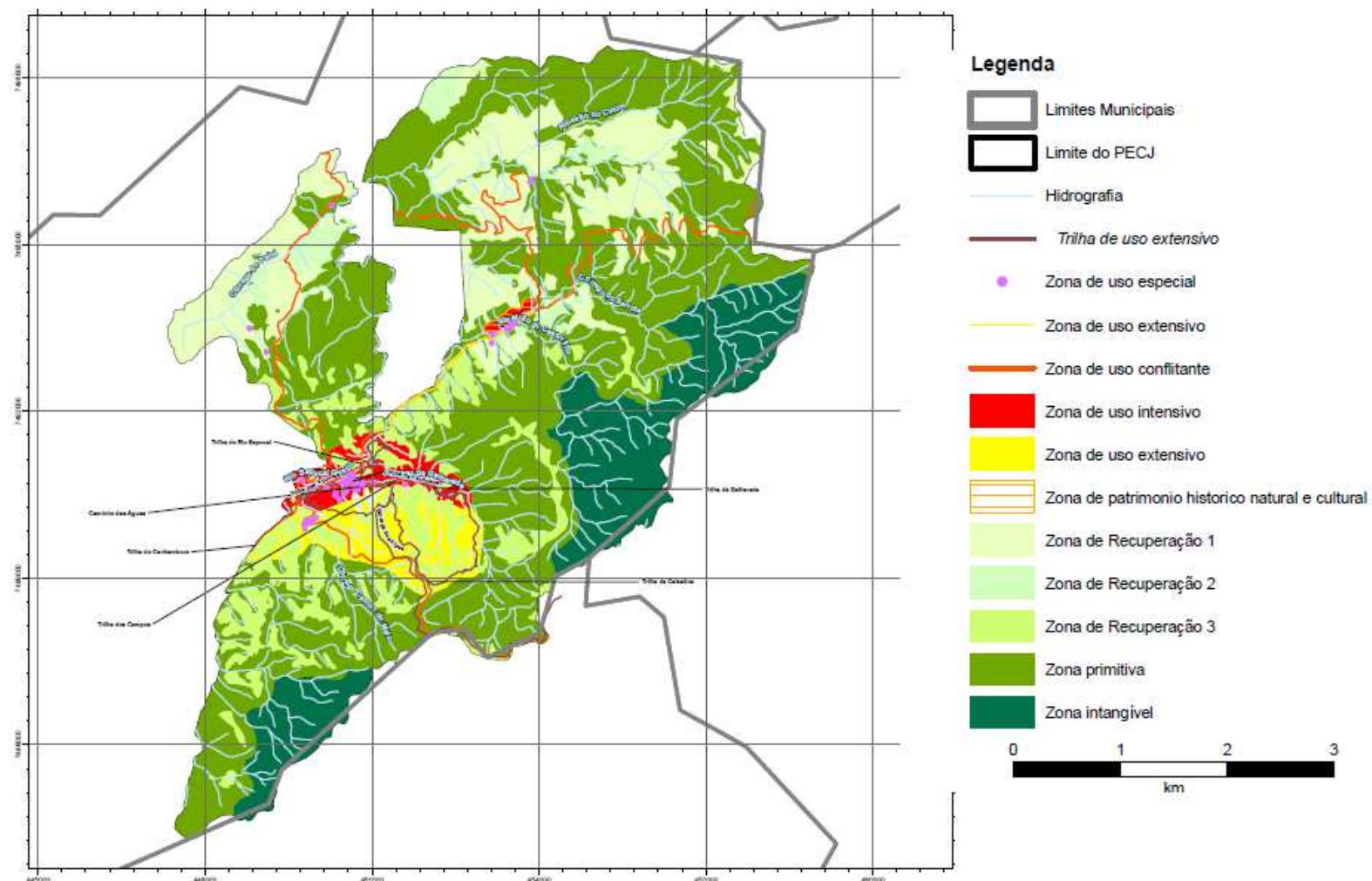


Figura 52 - Zoneamento Interno PECJ – Situação Atual
 Fonte – Fundação Florestal, 2015

O Plano de Manejo do PECJ, publicado em 2015, prevê a redistribuição dessas áreas tendo em vista a recuperação integral da área de 2250,63 ha (27,7%), o que irá ocorrer a partir da extinção da espécie invasora *pinus eliottii*. Após a consolidação desse processo, a previsão é que o território do PECJ passe a ser distribuído da seguinte forma:

Zona	Área (ha)	Porcentagem (%)
Intangível	2279,87	28,04
Primitiva	5098,08	62,70
Uso Extensivo	463,66	5,7
Patrimonial	24,15	0,3
Uso Intensivo	263,63	3,24
Uso Especial	24,15	0,3
Total	8.130,31 ha	100,0

Tabela 9 - Áreas totais das zonas no PECJ – após recuperação de área

Fonte: Fundação Florestal, 2015

Para cada uma das áreas definidas há uma possibilidade de uso e ocupação definida pelo próprio Plano de Manejo, conforme é observado abaixo:

Legenda	Descrição
Zona Intangível	É aquela onde a primitividade da natureza permanece a mais preservada possível, não tolera quaisquer alterações humanas, representando o mais alto grau de preservação. Funciona como matriz de repovoamento de outras zonas onde já são permitidas atividades humanas regulamentadas.
Zona Primitiva	Definida como aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Possui características de transição entre a Zona Intangível e a Zona de Uso Extensivo. O objetivo geral é a preservação do ambiente natural, de seus elementos e processos, permitindo e facilitando as atividades de pesquisa científica .
Zona de Uso Extensivo	Definida como aquela constituída, em sua maior parte, por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana para fins educativos e recreativos. Caracteriza-se como uma zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo. Seu objetivo geral é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, possibilitando atividades de pesquisa e de educação ambiental voltada à interpretação da natureza .
Zona de Uso Intensivo	Definida como aquela constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais próximo possível do natural, podendo abrigar: centro de visitantes, museus, dentre outras facilidades e serviços. Seu objetivo geral é promover e facilitar a recreação intensiva e a educação ambiental em harmonia com o ambiente
Zona de Uso Especial	Definida como aquela que contém as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços da UC, abrangendo habitações, oficinas e outros. Estas áreas serão escolhidas e controladas de forma a não conflituarem com o caráter natural e devem estar, sempre que possível, na periferia da UC. O objetivo geral desta zona é minimizar o impacto da implantação das estruturas ou os efeitos das obras no ambiente natural ou cultural do parque

Tabela 10 – Definição de uso e ocupação de cada macrozona do PECJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015

A **Zona de Uso Intensivo** foi estabelecida como a zona a qual a visitação pública é permitida para fins *recreacionais e de educação ambiental*. Nesse local, que corresponde a atualmente 2,3 % do total do território (187,05 ha) é onde estão concentrados atualmente todos os equipamentos, instalações e serviços direcionados para melhor receber os visitantes, a qual será descrita e analisada a seguir.

Ao comparar as informações descritas na Tabela 11, extraída do Plano de Manejo do PECJ de 2015, com o que foi constatado nas visitas *in loco* na UC estudada, foi evidenciado haver um grande distanciamento entre a teoria prevista nesse quadro e a prática constatada enquanto estive presente na UC, especialmente no que refere ao item relacionado às *normas e restrições*, pois muito do que está previsto nesse item não foi encontrado como forma de aviso em nenhuma placa informativa presente no PECJ. Não foi observada ainda, nenhuma fiscalização para garantir o seu cumprimento, é de conhecimento do visitante ou até mesmo dos próprios funcionários da UC estudada.

Esse distanciamento entre o que se teoriza no Plano de Manejo e o que é evidenciado na *prática*, fragiliza a proposta de visitação, tendo em vista o fato de tratar de uma Zona que embora preveja a autorização para visitação pública ressalta, por meio do mesmo documento, ser uma Zona com (...) *presença de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção*, do que diz respeito a sua fauna e com o nível de fragilidade *alta a média* com relação a sua vegetação, fauna, cursos d'água existentes e patrimônio histórico-cultural material e imaterial.

Dentre as normas e restrições previstas e não respeitadas de fato ou existentes em um número insuficiente para garantir a preservação dos elementos da natureza existentes na Zona de Uso Intensivo estão: a velocidade média muito acima da recomendada pelos veículos que circulam dentro da UC (inclusive dos funcionários); a falta de fiscalização e efetivo monitoramento das trilhas abertas para visitação, a falta de fiscalização suficiente para garantir o combate a caça, pesca, ocupação ilegal, extração vegetal, fogo, visitação irregular e outras atividades danosas; o número de placas de sinalização e estruturas informativas que permitam estabelecer a efetiva comunicação ao turista, a fim de lhe permitir um maior conhecimento, valorização e respeito com relação a fauna e flora visitada além como uma maior conscientização ambiental após visitar a UC; a falta de um estudo efetivo, ou pelo menos a previsão de algo voltado a um plano de risco e contingência de todas as trilhas; nenhuma previsão de construção de pousadas e estrutura de apoio a pesquisadores; inexistência de um programa de coleta seletiva de lixo ou estrutura de esgoto e melhoria das condições de saneamento existente, sem qualquer previsão de instalação de uma melhor estrutura nesse sentido.

Legenda	Descrição
Localização	Porção central do PECJ. Estende, a partir da guarita, como um buffer de 1km às margens da estrada Campos para Minas Gerais, até a altura da Trilha da Cachoeira, em aproximadamente 3,5 km de extensão ao longo do Rio Sapucaí. O Bosque Vermelho e o Retiro (área dos fornos) também pertencem a esta zona, acumulando a caracterização de Zona de Patrimônio (ver detalhes no mapa de Zoneamento).
Fragilidade	Alta a média.
Vegetação	Nas áreas próximas ao centro de convivência e restaurante existe uma coleção de espécies exóticas não invasoras, com destaque para os gêneros <i>Pinus sp</i> e <i>Ácer sp</i> . Há também fragmentos de Floresta Ombrófila Densa Alto Montana, Floresta Ombrófila Mista, Campos Naturais de Altitude e árvores nativas isoladas. Marcante vegetação ciliar dos córregos Sapucaí-Guaçu, Canhambora e Galharda.
Fauna	Presença de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção que possivelmente utilizam a área como corredor ecológico entre as zonas de uso extensiva e primitiva. Destaque para presença de espécies ameaçadas de avifauna, como a <i>Amazona vinacea</i> .
Patrimônio Histórico-Cultural Material e Imaterial	Presença de construções que fazem parte do processo histórico de ocupação regional e do parque, tal como a antiga Serraria e demais construções administrativas.
Drenagem	Presença de cursos d'água, como o Rio Sapucaí-Guaçu, o Córrego da Galharda, o Córrego do Canhambora e outros afluentes destes.
Uso consolidado	Área com grande parte da cobertura natural bem conservada, geralmente de alta declividade, cortada por estradas e trilhas de manejo e fiscalização, além de uso público em trilhas específicas (Canhambora e dos Campos).
Normas e Restrições	Não são permitidas espécies exóticas na recuperação/restauração ambiental; Não são permitidos o uso de buzinas e a emissão de sons acima do estabelecido pela legislação em vigor; Não são permitidos o acampamento e o uso de fogueiras; trânsito de veículos deverá ser devidamente sinalizado, com velocidade máxima de 40 km; Realizar fiscalização constante, visando combater caça, pesca, ocupação ilegal, extração vegetal, fogo, visitação irregular e outras atividades danosas; Implantar e manter sinalização, estruturas informativas e outras formas de comunicação ao turista. Os materiais utilizados para a sinalização e comunicação devem ter sua procedência comprovada (ex.: madeira certificada), serem ambientalmente adequados e não poluentes; Garantir a manutenção dos acessos e trilhas, de maneira que essas ofereçam boa trafegabilidade e segurança aos usuários, sempre em acordo com a legislação ambiental e especificidades da UC;

	<p>Realizar estudos voltados a um plano de risco e contingência de todas as trilhas;</p> <p>Definir e estabelecer, gradativamente, a capacidade de suporte das estruturas e espaços voltados aos usos que partem ou estão instalados nesta zona, com destaque para as trilhas abertas à visitação;</p> <p>Estudar a possibilidade de fechamento temporário da Trilha da Cachoeira para a adoção de medidas de restauração ecológica, segurança e pesquisa de nova espécie de ictiofauna não descrita pela ciência – fomentar possíveis parcerias com o Instituto de Pesca- APTA para pesquisa dessa espécie;</p> <p>Reformar, adequar e/ou manter as estruturas voltadas ao uso apontadas pelo Programa de Gestão Organizacional;</p> <p>Reformar, adequar e/ou criar pousadas e estrutura de apoio a pesquisadores na área do Retiro; Garantir a harmonia das construções e reformas com o ambiente;</p> <p>Os materiais para a construção/reforma de estruturas não devem fomentar a exploração dos recursos naturais da UC;</p> <p>Avaliar a implantação de estruturas educativas, como o “museu a céu aberto”;</p> <p>As atividades previstas devem levar o visitante a entender a filosofia, as práticas de conservação da natureza e do patrimônio histórico-cultural, e, os tipos de uso associados a este contexto. Atividades recreacionais como caminhada, banhos de cachoeira e ciclismo, podem servir neste sentido;</p> <p>Realizar coleta seletiva do lixo produzido no parque;</p> <p>Implantar estrutura de tratamento de esgoto gerado na UC e aprimorar medidas de saneamento básico, utilizando técnicas sustentáveis; Permitir a coleta de sementes vinculada a projetos de recuperação ambiental, mediante à concordância com a legislação vigente, à apresentação de um projeto de manejo e à aprovação pela gestão da UC;</p> <p>Realizar o monitoramento da área e o enriquecimento da flora e fauna;</p> <p>Adotar medidas para conter e corrigir os impactos causados pela presença humana (ex.: contenção de talude);</p>
--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Tabela 11 – Zona de Uso Intensivo do PECJ - Descrição

Fonte: Fundação Florestal, 2015

Além dessas fragilidades apontadas, há ainda: a total ausência de um programa com a perspectiva de levar o visitante a entender a filosofia, as práticas de conservação da natureza e do patrimônio histórico-cultural quando estiver visitando a UC pesquisada, o que poderia ocorrer por meio de atividades recreacionais como caminhada, banhos de cachoeira e ciclismo monitorados por profissionais capacitados, algo que alinharia essas atividades aos princípios de educação ambiental, por exemplo.

Na verdade, os poucos monitores são raramente acionados pelos visitantes que circulam por sua vez pela Zona de Uso Intensivo sem qualquer monitoramento que garanta sua segurança nas trilhas ou o seu respeito com relação à fauna e flora visitada nem tão pouco seu melhor entendimento sobre o que significa de fato visitar uma Unidade de Conservação e a importância de tê-la em nossa vida.

Na Zona de Uso Intensivo do PECJ, destinada a prática do turismo e atividades recreacionais, estão diversos equipamentos de apoio à visitação. Alguns desses equipamentos são gerenciados pela própria administração do Parque enquanto que outros são administrados e comercializados por permissionários, os quais detêm a concessão de exploração de produtos e serviços dentro do PECJ, por contratos estabelecidos com a gestão do Parque Estadual de Campos do Jordão.

ADMINISTRAÇÃO PECJ	ADMINISTRAÇÃO POR CONCESSÃO
Centro de Visitantes. Serraria - Desativada Três áreas para prática de <i>pic nic</i> . Capela. Parque infantil (<i>playground</i>) Centro de Monitores Hospedaria – Apenas pesquisadores Centro de Lazer – Desativado Churrasqueiras Viveiro de Plantas 04 Trilhas Espaço Araucária	Guarita de segurança Equipamentos de tirolesa e arvorismo Loja de souvenirs/artesanato. Loja para comercialização de práticas de tirolesa, arvorismo e aluguel de bicicletas Passeio de Trenzinho (30 minutos de duração). Restaurante. Cafeteria

Tabela 12 – Instalações, Equipamentos e Serviços disponíveis no PECJ.

Fonte: Fundação Florestal, 2015.



Loja de Souvenirs



Aluguel de Bicletas

Centro de Exposições
(Interno)

Espaço Araucária

Figura 53 - Instalações e equipamentos disponíveis aos visitantes - Zona de Uso Intensivo do PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Autor da foto: Pozati



Figura 54 - Instalações e equipamentos disponíveis aos visitantes - Zona de Uso Intensivo do PECJ (2)
Fonte: Trabalho de campo, 2018. Autor da foto: Pozati

Apesar da diversidade, muitos dos serviços e instalações de entretenimento são cobrados a parte, especialmente quando são gerenciados por permissionários (iniciativa privada), e que nesse caso não foi verificada nenhuma política de preços diferenciados para a comunidade que vive no entorno das UCs.

Os preços dos ingressos e serviços são cotados em função do poder aquisitivo da demanda que frequenta o parque, em sua maioria de alto poder aquisitivo, tendo em vista o perfil do turista que frequenta Campos do Jordão, o que leva essa comunidade a raramente ter condições financeiras para usufruir desses serviços e instalações, mesmo tratando de um espaço público.

Tal fato desestimula a comunidade que vive no entorno a frequentar o PECJ, por ser excluída do local por razões financeiras decorrentes da mercantilização da natureza pela iniciativa privada, mesmo considerando tratar de um local não foi idealizado para esse fim.

Serviço	Valor (R\$)	Administração
Trilhas	Gratuito	Pública/Gestão PECJ
Café	R\$ 4,00 – xícara	Privada/Concessão
Aluguel Bicicleta (Hora - Adultos)	R\$ 35,00 (1ª hora) e R\$ 20,00 (demais horas)	Privada/Concessão
Arborismo	R\$ 40,00	Privada/Concessão
Tirolesa (Trilha do Rio Sapucaí)	R\$ 60,00	Privada/Concessão
Passeio de Trenzinho	R\$ 15,00 (adulto) / R\$ 12,00 (mais 60 anos) e R\$ 10,00 (Crianças até 12 anos)	Privada/Concessão
Ingresso Parque	R\$ 15,00 ⁵³	Pública/Gestão PECJ
Almoço (Gasto Médio por pessoa/adulto)	R\$ 70,00	Privada/Concessão
Aluguel de Churrasqueira	R\$ 30,00 por quiosque	Pública/Gestão PECJ
Visita Centro de Visitantes	Gratuito	Pública/Gestão PECJ
Visita Espaço Araucária	Gratuito	Pública/Gestão PECJ
Playground	Gratuito	Pública/Gestão PECJ
Espaço para <i>pic nic</i>	Gratuito	Pública/Gestão PECJ

Tabela 13 – Composição dos preços dos serviços e equipamentos do PECJ

Fonte – Fábio Pozati, 2019

Essa questão se agrava quando é observada uma evidente diferença entre o estado de conservação e disponibilidade para uso pelos visitantes das instalações e equipamentos administrados pelo poder público em relação àqueles de responsabilidade da iniciativa privada. Enquanto há diversos equipamentos públicos em péssimo estado de conservação, os equipamentos mantidos pelos permissionários, que possuem uma boa situação financeira graças aos lucros decorrentes dos seus altos preços praticados (e

⁵³ Valor do ingresso: R\$15,00 por pessoa (estudante paga metade com apresentação da carteirinha). Automóvel, idosos e crianças de até 12 anos são isentos de pagamentos.

inviáveis para grande parte da comunidade local), conseguem manter seu patrimônio em bom estado de conservação e renovados, na medida em que surgem novos modelos disponíveis no mercado ou quando preço cobrado pelo o conserto do patrimônio atual é mais alto ou similar ao de aquisição de um novo equipamento.

EQUIPAMENTO/INSTALAÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA USO PÚBLICO
Centro de Visitantes/Exposições.	Bom	Disponível
Serraria	Péssimo	Indisponível/Desativado
Três áreas para prática de <i>pic nic</i> .	Bom	Disponível
Capela.	Bom	Disponível
Parque infantil (<i>playground</i>)	Bom	Disponível
Centro de Monitores	Péssimo	Indisponível
Hospedaria	Bom	Disponível apenas para pesquisadores
Centro de Lazer	Péssimo	Indisponível/Desativado
Churrasqueiras	Péssimo	Disponível
Viveiro de Plantas - Orquidário	Regular	Disponível
04 Trilhas	Bom	Disponível
Espaço Araucária	Bom	Indisponível/Desativado

Tabela 14 – Estado de Conservação: Instalações e Equipamentos disponíveis no PECJ e administrados pelo poder público⁵⁴.

Fonte: Fábio Pozati, 2019.

Por meio das entrevistas realizadas com os gestores e análise do Plano de Manejo do Parque, foi constatado que a gestão do PECJ tem ciência sobre o péssimo estado de conservação de alguns dos equipamentos administrados pelo poder público, como a Serraria, Centro de Monitores, Centro de Lazer e Churrasqueiras, mas sua reforma, substituição ou conserto não ocorre pela falta de recursos disponíveis para isso, somados a atual falta de interesse do gestor em investir nesse tipo de ação tendo em vista o processo de concessão do PECJ para a iniciativa privada estar em curso.

Vale ressaltar ainda que o precário estado de conservação desses equipamentos impede que muitos deles possam ser disponibilizados para uso público, tendo em vista a falta das condições mínimas de segurança oferecidas por essas instalações. Além disso, equipamentos considerados em *bom* estado de conservação, como Hospedaria, Centro de Visitantes, Capela e até as próprias Trilhas são subaproveitados por falta de conhecimento ou motivação para serem mais utilizados ou tem sua utilização limitada a pesquisadores, como é o caso da Hospedaria.

⁵⁴ A análise mais detalhada sobre o estado de conservação das instalações e equipamentos do PECJ realizada por meio do Plano de Manejo da UC está disponível nos Anexos do trabalho.

EQUIPAMENTO /INSTALAÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	DISPONIBILIDADE PARA USO PÚBLICO
Guarita de Segurança	Bom	Disponível
Área e Equipamentos de tirolesa e arvorismo	Excelente	Disponível desde que o uso seja pago
Loja de souvenirs	Bom	Disponível desde que o consumo seja pago
Loja para comercialização de práticas de tirolesa, arvorismo e aluguel de bicicletas	Bom	Disponível desde que o uso seja pago
Passeio de Trenzinho (30 minutos de duração).	Bom	Disponível desde que o uso seja pago
Restaurante	Excelente	Disponível desde que o uso seja pago
Cafeteria	Bom	Disponível desde que o uso seja pago

Tabela 15 – Estado de Conservação: Instalações e Equipamentos disponíveis no PECJ e administrados por concessão.

Fonte: Fábio Pozati, 2019.

Conforme comentado anteriormente, a situação dos equipamentos e instalações administrados pela iniciativa privada é bem diferente das instalações e equipamentos de responsabilidade de gestão pública. Todos os equipamentos e instalações de uso privado (e pagos) apresentam bom ou excelente estado de conservação e ainda estão dentre os equipamentos mais utilizados pelos visitantes do PECJ, segundo dados obtidos por meio do questionário aplicado com os mesmos.

4.4.2 As trilhas do PE Campos do Jordão

As trilhas estão dentre os atrativos turísticos mais frequentados pelos visitantes do Parque Estadual de Campos do Jordão. Cada uma delas apresenta níveis de dificuldade variados para sua execução e permitem ao visitante conhecer melhor a diversidade de flora e fauna existente no local. As trilhas que são analisadas nesse trabalho são aquelas efetivamente utilizadas pelos visitantes do parque, segundo os gestores da Unidade de Conservação.

Trilha	Extensão Total ⁵⁵	Nível de Dificuldade	Tempo Médio de Percurso
04 pontes	1.000 metros	Baixo	1 hora
Rio Sapucaí	2.600 metros	Alto	1h 30 minutos
Campos	3.000 metros	Médio	1h 30 minutos
Cachoeira	4.700 metros	Baixo	2 horas
Celestina	8.500 metros	Alto	4 horas

Tabela 16- Trilhas disponíveis no PECJ.

Fonte – Fundação Florestal, 2015.

⁵⁵ Considerando deslocamento de ida e volta

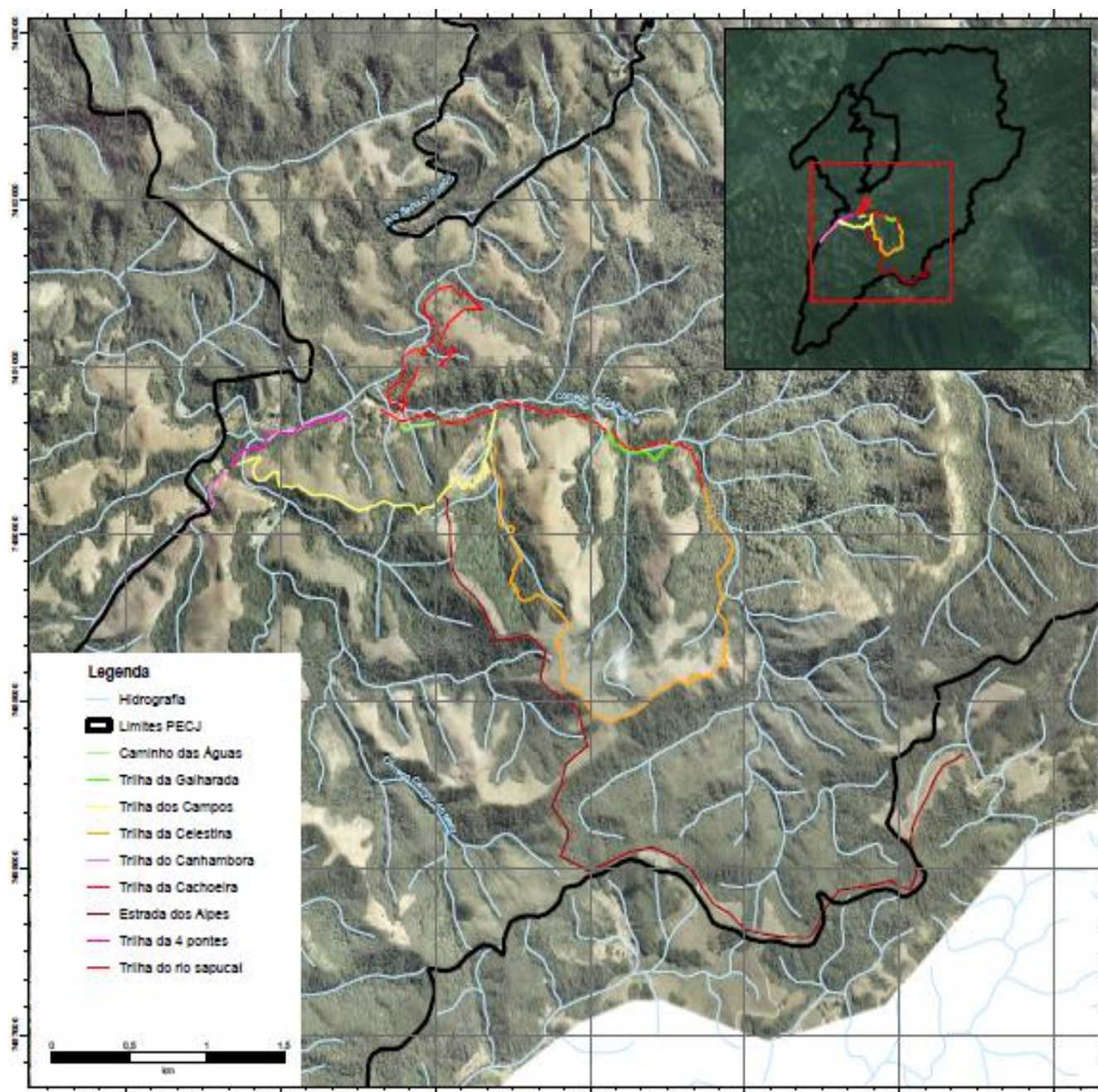


Figura 55 - Trilhas disponíveis no Parque Estadual de Campos do Jordão

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Trilha das 04 pontes (extensão de 1.000 metros): margeia e transpõe o Rio Sapucaí por quatro vezes, através de quatro pontes, sendo duas delas pênseis. Considerada pela administração do Parque como de baixo nível de dificuldade para sua execução e seu acesso é fácil e rápido a partir do Centro de Visitantes, por isso ela é considerada uma das trilhas mais utilizada e conhecida pelos visitantes do PECJ, depois da Trilha da Cachoeira.



Figura 56 - Trilha das 04 pontes - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor da foto: Pozati

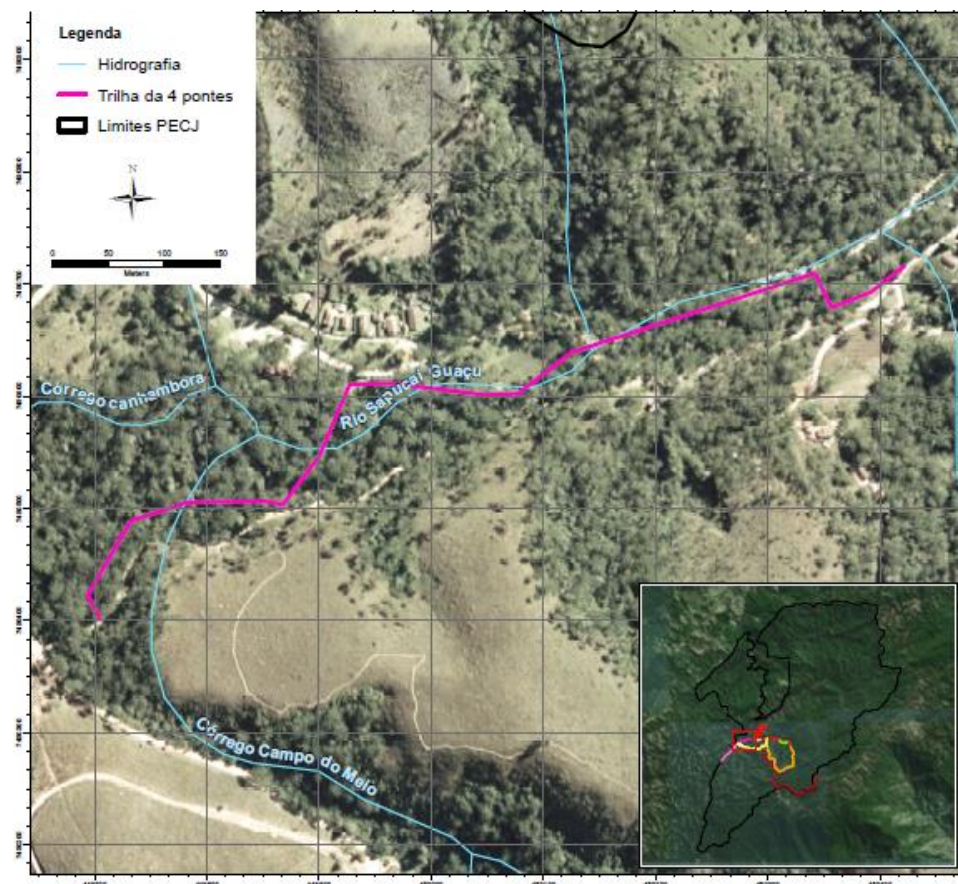


Figura 57 - Detalhamento da Trilha das 04 pontes - PECJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015

Trilha do Rio Sapucaí (extensão de 2.600 metros): trilha na qual o visitante encontra diversas araucárias centenárias, observa campos de altitude e as corredeiras do rio Sapucaí. Considerada pela administração do Parque como de nível médio de dificuldade para sua execução. A vegetação no decorrer da trilha está bem conservada, mas faltam mais placas de sinalização com informações sobre o percurso percorrido/faltante, flora existente e tipo de fauna que costuma estar presente na região.



Figura 58 - Trilha do Rio Sapucaí – PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2018. Autor das fotos: Pozati

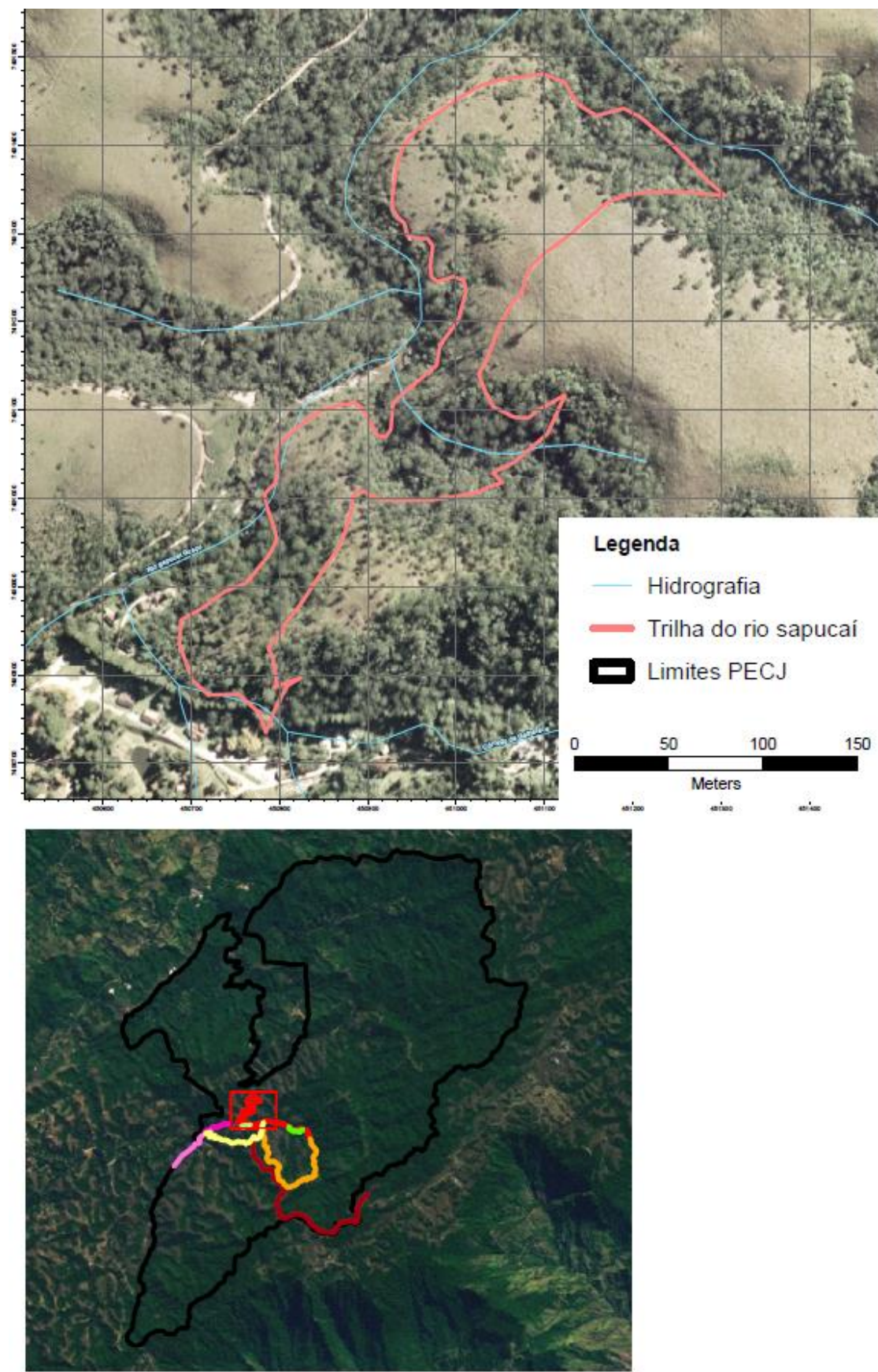


Figura 59 - Detalhamento da Trilha do Rio Sapucaí - PECJ
 Fonte: Fundação Florestal, 2015

Trilha dos Campos (extensão de 3.000 metros): trilha que atravessa áreas de Mata Atlântica preservada, campos de altitude e reflorestamento de coníferas. Considerada pela administração do Parque como de médio nível de dificuldade para sua execução dada a sua extensão, tempo de percurso e declividade.



Figura 60 – Placa informativa de acesso a Trilha dos Campos - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor da foto: Pozati



Figura 61 – Coníferas encontradas da Trilha dos Campos - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati

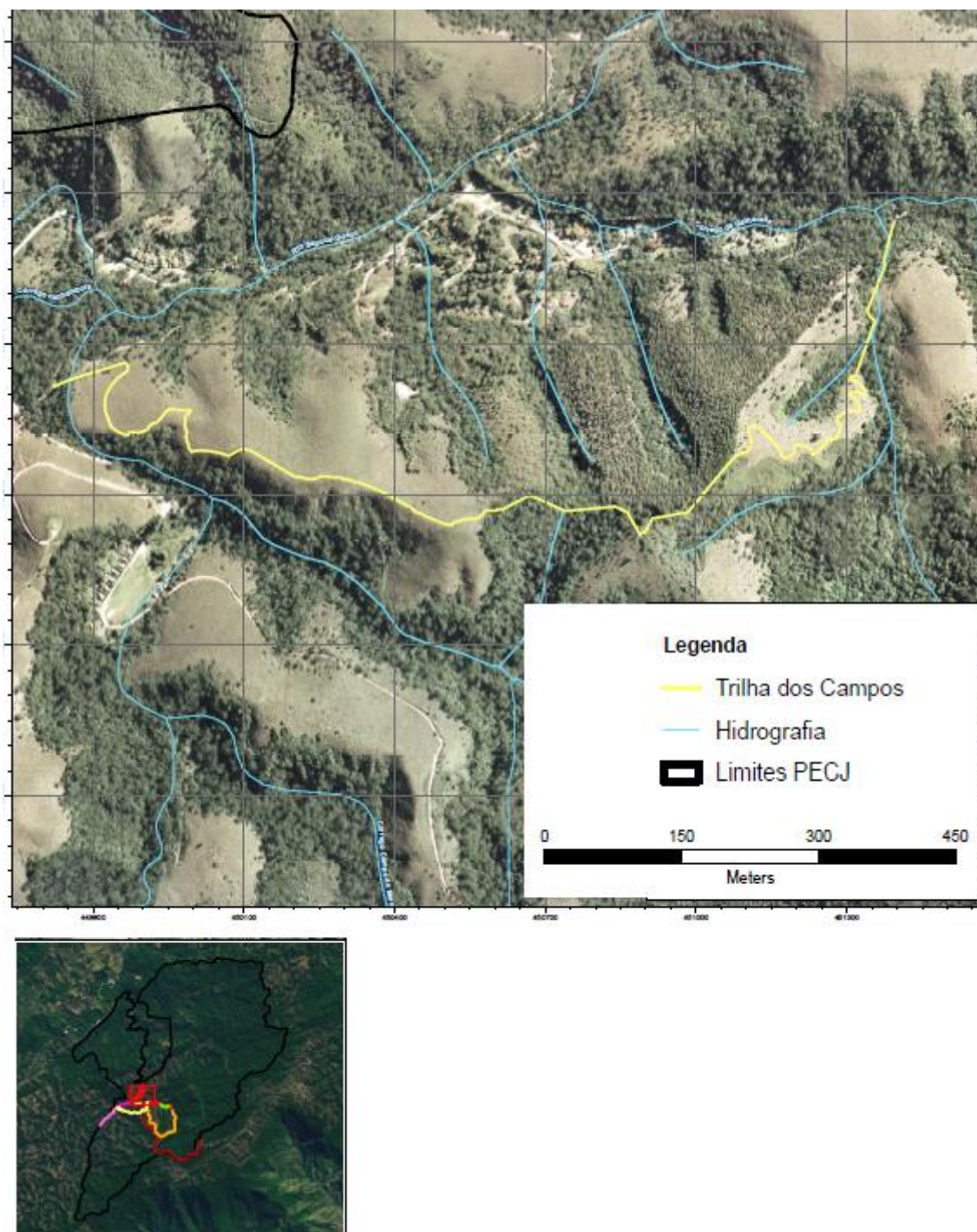


Figura 62 - Detalhamento da Trilha dos Campos - PECJ

Fonte: Plano de Manejo PECJ – 2015

Assim como a Trilha do Rio Sapucaí, a vegetação no decorrer dessa trilha está bem conservada, mas faltam mais placas de sinalização com informações sobre o percurso percorrido/faltante, flora existente e tipo de fauna que costuma estar presente na região, e preocupação em não deixar lixo (embora não tenha sido encontrados restos de material consumido em toda a trilha). Essas ações poderiam ampliar a segurança em

percorrer a trilha sem monitores aliado a uma experiência que traga mais informações a respeito da natureza existente.

Trilha da Cachoeira: (extensão de 4.600 metros): no decorrer de toda sua extensão, essa trilha margeia o Rio e termina na Cachoeira do Galharda. Considerada pela administração do Parque como de baixo nível de dificuldade. Tem o mesmo nome do seu principal atrativo, localizado no final do percurso e inicia no Centro de Visitantes. Dentre seus atrativos estão a vegetação, o afluente do Rio Sapucaí-Guaçu que margeia toda a trilha, a Estação Experimental de Salmonicultura, (administrada pelo Instituto da Pesca) e a própria cachoeira ao final da trilha.

Com vegetação em bom estado de conservação, carece, assim como as outras trilhas, de sinalização mais frequente e que pudesse oferecer aos visitantes mais informações sobre a flora e fauna local, com a descrição, por exemplo, do nome (popular e científico) das árvores existentes no decorrer da trilha.



Figura 63 – Trilha da Cachoeira - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati

Ao longo de toda a trilha há a presença de curso d'água em suas adjacências. O tempo de percurso estimado para percorrer a trilha é de 02 horas. Segundo a administração do Parque, é a trilha mais utilizada dentre os visitantes em virtude de sua facilidade de

acesso e nível de dificuldade para percorrê-la já que trata de uma trilha de mata aberta largo pouco declividade.

Com uma altitude aproximada de 1520m em relação ao nível do mar. O trecho de Floresta Ombrófila Mista (também conhecido como *mata-de-araucária* ou *pinheral*), está conservado nesta trilha segundo o Plano de Manejo do PECJ, publicado em 2015, que conta ainda com a presença de grandes árvores de diversas espécies. Contudo, segundo o mesmo documento, em um Campo de Altitude localizado em sua adjacência houve um incêndio que danificou alguns trechos de mata, principalmente nas proximidades da cachoeira.

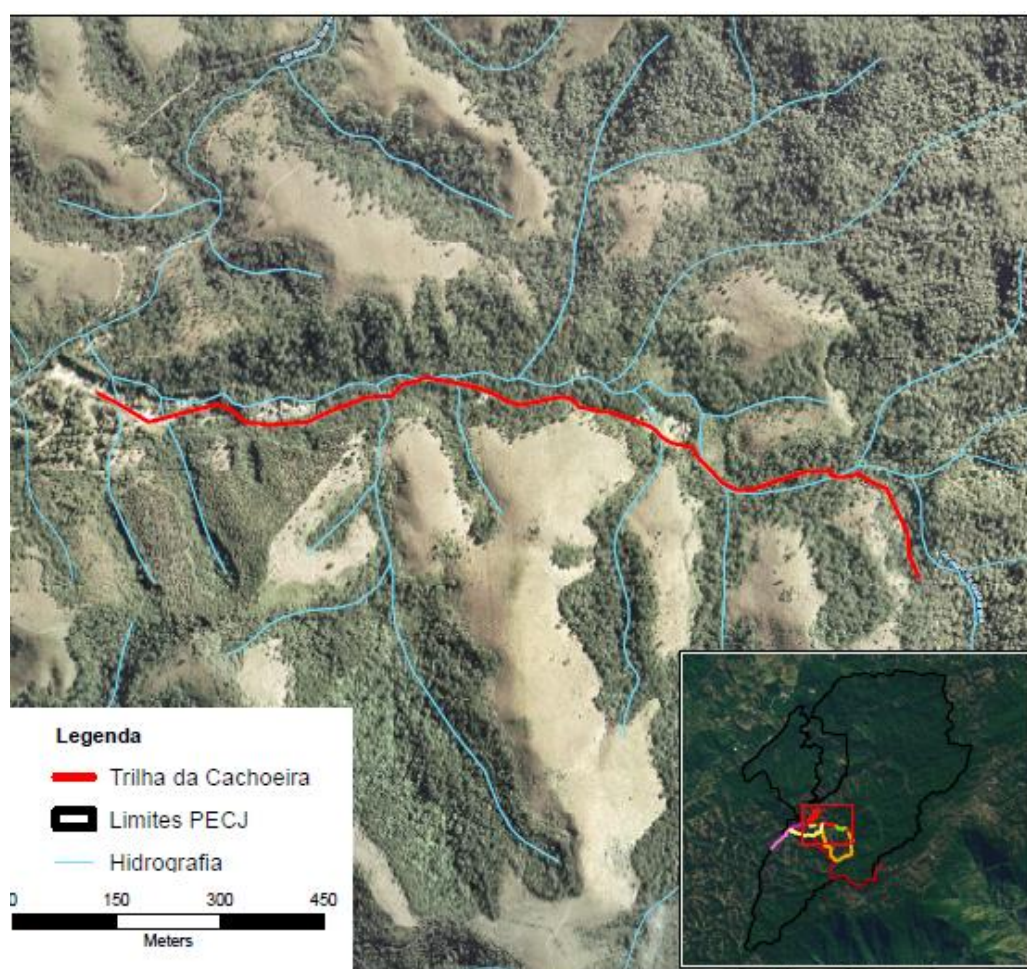


Figura 64 - Detalhamento da Trilha da Cachoeira- PECJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

Na trilha da Cachoeira é possível observar diversos visitantes trajados de forma inadequada para quem visita uma Unidade de Conservação e dispõe a fazer uma trilha em meio a uma área de natureza preservada. Nesse local foram observadas pessoas com salto alto, vestido ou camisas e calças inapropriadas para uma trilha, o que reforça a ideia de que muitos dos visitantes do PECJ tratam o local como mais um passeio dentre os

diversos atrativos de Campos do Jordão com a sensação de que estão num parque de diversões que se estivesse incrustado no meio urbano não faria a mínima diferença para esses visitantes.

Trilha da Celestina: (extensão de 8.500 metros): Apresenta relevo íngreme, tendo trechos que chegam a até 1.900m de altitude em relação ao nível do mar. É a trilha por onde é possível acessar o ponto mais alto do PECJ.

A Trilha da Celestina inicia no final da Trilha dos Campos e encontra ao final com a Trilha da Cachoeira. Seu trajeto leva a mirantes que permitem uma ampla visualização do Parque. O tempo de percurso é de aproximadamente 4 horas segundo percurso realizado *in loco*. Por ser íngreme e de mata mais fechada não costuma ser utilizada pelos turistas, o que favorece a conservação de sua vegetação, composta predominantemente por *Floresta Ombrófila Densa Altomontana* (Mata Atlântica) e importantes remanescentes de Campos de Altitudes.

Pelas observações obtidas na visita de campo, a Trilha Celestina pode ser considerada a de vegetação mais fechada e diversificada e ainda a melhor sinalizada, pois foram encontradas no decorrer da trilha diversas placas com informações sobre a vegetação existente, trajeto percorrido ou com alguma advertência sobre cuidados necessários para evitar acidente ou impactos ambientais, algo que poderia existir nas demais trilhas do PECJ.

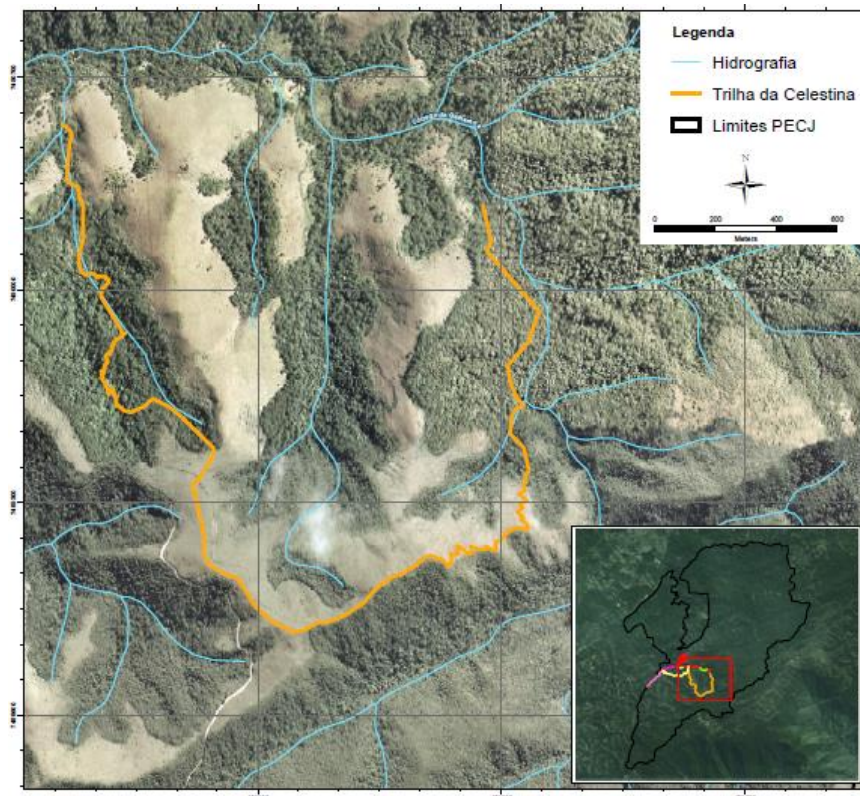


Figura 65 - Detalhamento da Trilha Celestina - PECJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015



Figura 66 - Placa de aviso no início da Trilha Celestina

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati

Nessa trilha é possível avistar com mais frequência animais silvestres como a onça suçuarana, principalmente à noite. Segundo a administração do Parque é obrigatório fazer a trilha acompanhado de um monitor do PECJ ou de um guia local (pago) tendo em vista a grande extensão, declividade e presença de animais que podem atacar o homem, como a onça, por exemplo, caso esse animais se sintam ameaçados.



Figura 67 - Placa informativas existentes na Trilha Celestina

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati



Figura 68 - Paisagem e Flora encontradas no decorrer da Trilha Celestina

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati

Além das trilhas e instalações descritas, há outros atrativos do Parque como o Lago das Carpas, Lago das Ninfas e tanques para a produção de trutas (truticultura).

De acordo com as observações *in loco*, é possível afirmar que Parque Estadual de Campos do Jordão possui uma estrutura de visitação turística contextualizada ao espaço e preparada para receber visitantes nas instalações administradas pela iniciativa privada, por empresas detentoras de permissão para comercializar produtos e serviços dentro do parque, mas que para serem acessadas necessitam serem pagas, o que exclui muitos dos moradores do entorno aos equipamentos e serviços melhor estruturados.

Por outro lado, um aspecto favorável é que as empresas que atuam dentro do Parque em serviços como restaurante, cafeteria, oferta de passeio de tirolesa, locação de bicicletas e loja de artesanato pertencem a moradores que vivem no entorno do PECJ, beneficiando assim a comunidade localizada no entorno da Unidade de Conservação (UC) analisada.

Mas a estrutura de visitação do PECJ apresenta deficiências que merecem atenção especial e soluções em curto prazo para evitar eventuais problemas. Uma delas consiste na falta de um plano de contingência para eventuais acidentes que possam ocorrer com os visitantes, pois não foram observados no local ambulatório, brigada efetiva de corpo de bombeiros, ambulâncias ou quaisquer pessoas ou funcionários preparados para agir imediatamente em situações de emergência.

Segundo observado em visitas de campo, o posto de saúde e atendimento mais próximo está disponível apenas no Município de Campos do Jordão, localizado a 10 km do Parque Estadual, algo que se torna mais preocupante quando, segundo Lima e Ziller (2002), foi observado nos últimos anos um aumento do número de praticantes de esportes de aventura que buscam as Unidades de Conservação para realização desta modalidade.

Além disso, foi observado nos estudos de campo que a instituição responsável pela administração do PECJ não apresentou qualquer tipo de plano para lidar com a prevenção dos acidentes e ações de socorro e atendimento ao usuário acidentado. Além dessa questão, os autores apresentam outras preocupações inquietantes a respeito:

Outro fato relevante que precisa ser discutido refere-se à responsabilização dos atores envolvidos em um provável acidente na utilização da área. Quais as normas e procedimentos para a prática de esporte de aventura dentro da Unidade de Conservação? Qual o papel da Instituição gestora, do guia, do visitante e da agência promotora da prática de esportes de aventura quando da ocorrência de acidentes? (LIMA e ZILLER, 2002, p. 853).

Outro ponto negativo do Parque Estadual de Campos do Jordão refere-se à falta de uma preocupação em fiscalizar o comportamento dos visitantes do Parque. Exceto em programas monitorados e previamente agendados de Educação Ambiental, que ocorrem em trilhas específicas e pré-determinadas pela própria administração do Parque nos dias de semana (segunda à sexta), não foi observado nenhuma atividade recreativa e de entretenimento com esse fim para o visitante que vai ao Parque por conta própria.

Muitas trilhas são percorridas pelos visitantes sem nenhum tipo de monitoramento, o que estimula degradação e até incêndios. Nesse caso, as trilhas são oferecidas de forma estática, sem a presença de guias, monitores ou guarda-parques, o que pode comprometer a conservação do local e levar o visitante a entrar em contato com uma natureza exuberante, mas sem a possibilidade de valorizar de fato a riqueza natural do lugar, o que poderá minimizar a sua opinião favorável frente à necessidade de conservação ou até mesmo incentivá-lo a atuar no sentido de comprometer a preservação e manutenção do espaço visitado.

A ausência de um programa de manejo de trilhas consiste em uma das principais carências verificadas no Parque. As trilhas fazem parte do material promocional do PECJ e estão disponíveis para uso de forma ininterrupta, durante todo o ano, o que compromete sua preservação. Falta ao Parque estimular a rotatividade ou fechamento temporário de suas trilhas de uso a fim de permitir a melhor preservação desses espaços, mesmo que seja em caráter preventivo, dado bom estado de conservação de todas as trilhas.

Recomenda-se ainda implantar nas trilhas, técnicas que permitam sua sustentabilidade sem a necessidade de intervenção humana frequente, como a inserção de

cursos d'água que impeça o assoreamento de suas rotas previamente definidas e preserva, ao mesmo tempo, sua vegetação sem interferir no caminho da trilha.

Além disso, falta ao PECJ um programa de trilhas interpretativas, que segundo Vasconcelos (2006), quando estão aliadas às práticas de educação ambiental e recreação em Unidades de Conservação com visitação pública, podem efetivamente aumentar a satisfação dos usuários e ao mesmo tempo possibilitar a maior compreensão e visualização dos recursos protegidos e dos impactos sobre eles pelos visitantes. Tais práticas ampliam a valorização do lugar por essas pessoas, servindo assim como um interessante instrumento para mudanças de comportamento (reorientação de hábitos, atitudes e valores).

Trilhas como meios de interpretação ambiental visam não somente a transmissão de conhecimentos, mas também propiciam atividades que revelam os significados e as características do ambiente por meio do uso de elementos originais. Nesse sentido, a interpretação de áreas naturais é uma estratégia educativa que integra o ser humano com a natureza, motivando-o a contribuir para a preservação das UCs (ROBIM e TABANEZ, 1993, p. 65).

A partir das visitas *in loco* realizadas no PECJ E entrevistas com ex-gestora e atual gestor da UC estudada, foi observado que esses visitantes, ao conhecer as trilhas disponíveis no Parque sem monitoria, não são motivados a valorizar a riqueza e diversidade da fauna e flora local, o que pode levá-lo a considerar o Parque um mero centro de diversão, sem nenhuma percepção de quanto significa para o equilíbrio ecológico da região a conservação dos elementos da natureza encontrados na UC estudada.

Para mudar essa situação, será necessário instalar um maior número de placas informativas no decorrer da trilha (a exemplo do que ocorrer na Trilha Celestina) ou oferta de recursos tecnológicos como *podcasts* ou aplicativos *baixados* pelos visitantes sobre as trilhas poderia aumentar o interesse, conhecimento e até mesmo respeito sobre a trilha em si.

Tais medidas poderiam aumentar o conhecimento e valorização dos visitantes sobre os elementos da natureza presentes no PECJ, sem que houvesse para isso a necessidade eminente de contratar mais pessoas e comprometer o já comprometido orçamento do PE de Campos do Jordão.

De acordo com Serrano (1997), os impactos consequentes da visitação em Unidades de Conservação tornam necessário, muitas vezes, um verdadeiro *sacrifício* desses espaços para a implantação de áreas para descanso, abertura de trilhas e acessos, o que implica pisoteamento, compactação e erosão dessas áreas.

Ainda há a necessidade de construção de infraestrutura para melhor atender o turista, que pode alterar a composição do solo e cursos d'água, por exemplo, além da deposição inadequada de lixo, que poderá interferir na alimentação, ambiente sonoro, visual

e olfativo da fauna, por barulho, excesso de cores e odores estranhos ao meio, além do risco dos incêndios.

Segundo a mesma autora, uma das estratégias mais úteis para minimizar esses impactos é a determinação da capacidade de carga das áreas abertas ao público, ainda que sua aplicação não seja simples, tanto do ponto de vista técnico como estrutural das UCs, conforme discutido anteriormente.

(...) a determinação da capacidade de carga não deve ser encarada como solução para os problemas do turismo em UCs. Ela precisa ser tomada como um instrumento de planejamento da unidade a que se aplica e, dessa forma, não se pode esquecer de que sua determinação estará sujeita a interferências políticas, econômicas e sociais (SERRANO, 1997, p. 112).

No decorrer das visitas *in loco* realizadas no PECJ, ficou evidente que os turistas ficam completamente à deriva dentro do Parque e podem deslocar no espaço livremente, sem qualquer supervisão, restrição ou orientação aparente. Segundo o gestor do PECJ e sua equipe de monitores ambientais, não há interesse nem tão pouco recursos para mudar essa situação que, quando aliada à falta de um controle claro sobre o limite de visitantes e falta de um plano formal para alternância de trilhas do PECJ ou plano de contingência para eventuais acidentes, conforme analisado aqui, pode potencializar danos ambientais decorrentes da visitação turística ao Parque e representar assim uma ameaça frente à própria proposta de conservação estabelecida para a UC em questão.

4.4.3 A estrutura para visitação prevista para o PE dos Mananciais de Campos do Jordão

Até o presente momento, nada relacionado ao que podemos considerar como *estrutura para visitação turística* está pronto no PEMCJ e é justamente na falta de uma estrutura física para receber visitantes e de pessoas disponíveis para atendê-los que consiste, segundo seu gestor, a principal razão pela qual o PEMCJ ainda estar fechado para visitação pública, levando, portanto, essa UC a ser considerada como ainda em estágio potencial para a prática do turismo.

Por essa razão, a análise da estrutura prevista para receber os visitantes do PEMCJ foi feita apenas com base da identificação das propostas e projetos de visitação existentes no Plano de Manejo da UC, além das informações obtidas junto ao Gestor do Parque e *visita in loco* ocorrida em março de 2019.

Mas, mesmo que realizada a partir de um contexto predominantemente teórico, as inferências apresentadas a seguir são válidas, já que a proposta de estudo está centrada na identificação da prática do turismo em uma UC em estágio potencial de visitação,

justamente o que ocorre nesse momento nessa Unidade de Conservação, escolhida aqui como um dos estudos de caso.

Um dos principais resultados provenientes da elaboração do Plano de Manejo das Unidades de Conservação consistiu na definição de seu zoneamento, pois por meio da definição de setores ou zonas é possível estabelecer normas e objetivos específicos para cada porção do território da UC, o que permite uma gestão muito mais eficiente no que diz respeito à conservação ambiental.

No caso do PEMCJ, foram definidos num primeiro momento, por meio do seu Plano de Manejo de 2015, cinco diferentes zonas com tamanho, funcionalidade e autorizações de uso e ocupação específicos. Uma dessas áreas é chamada de *Zona de Recuperação*, por concentrar grande parte da espécie invasora *Pinus Eliot* plantadas pelo homem, será suprimida da UC assim que os *pinus* forem retirados, conforme pode ser observado na Tabela 17.

Zona	Área (ha)	Porcentagem (%)
Primitiva	327,81	63,4
Uso extensivo	55,72	10,8
Uso conflitante	4,76	0,9
Uso especial	16,05	3,1
Recuperação	168,03	32,5
Total	573,38 ha	

Tabela 17 – Zoneamento Atual - PEMCJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

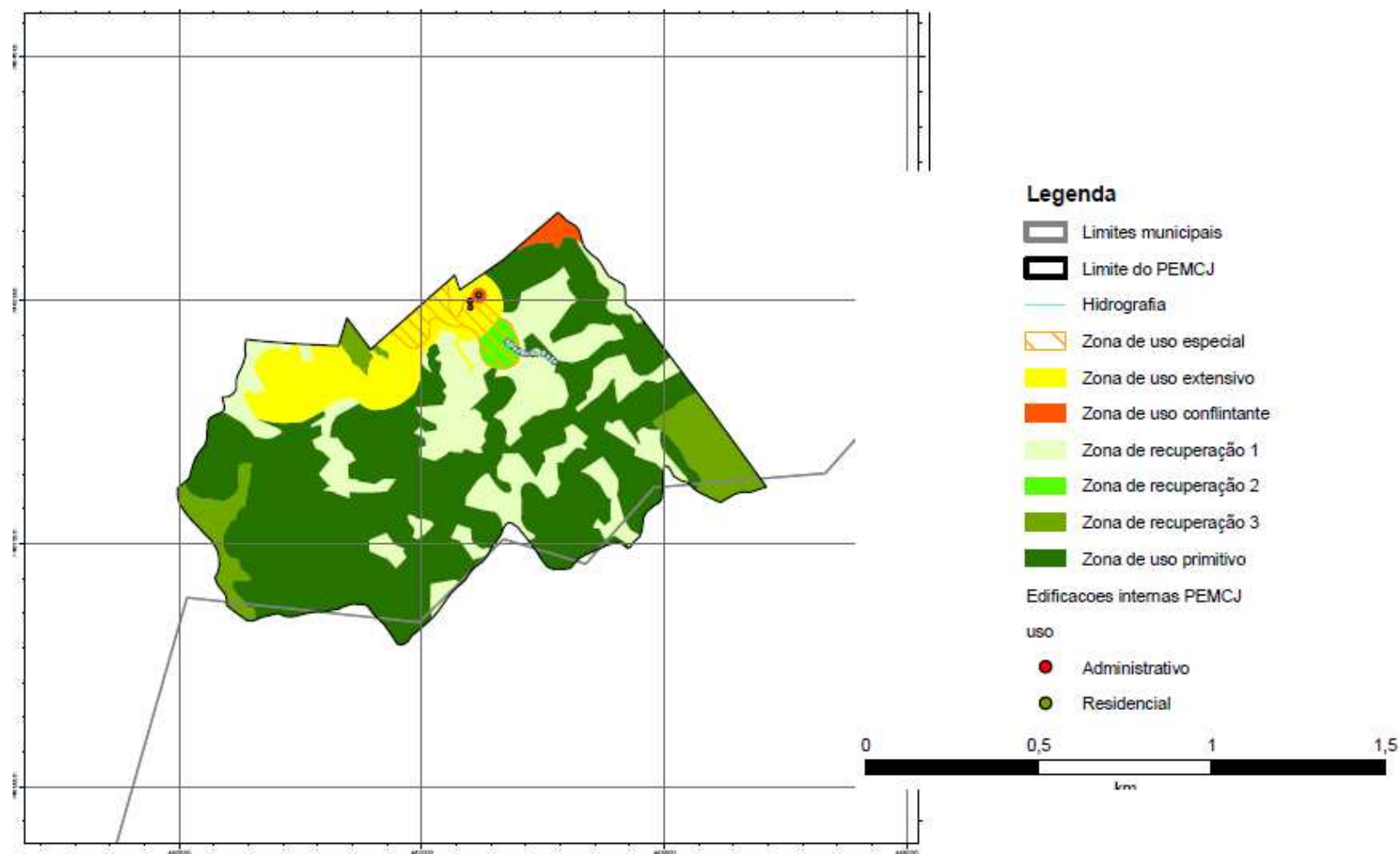


Figura 69 - Zoneamento PEMCJ – Cenário Atual
 Fonte: Fundação Florestal, 2015.

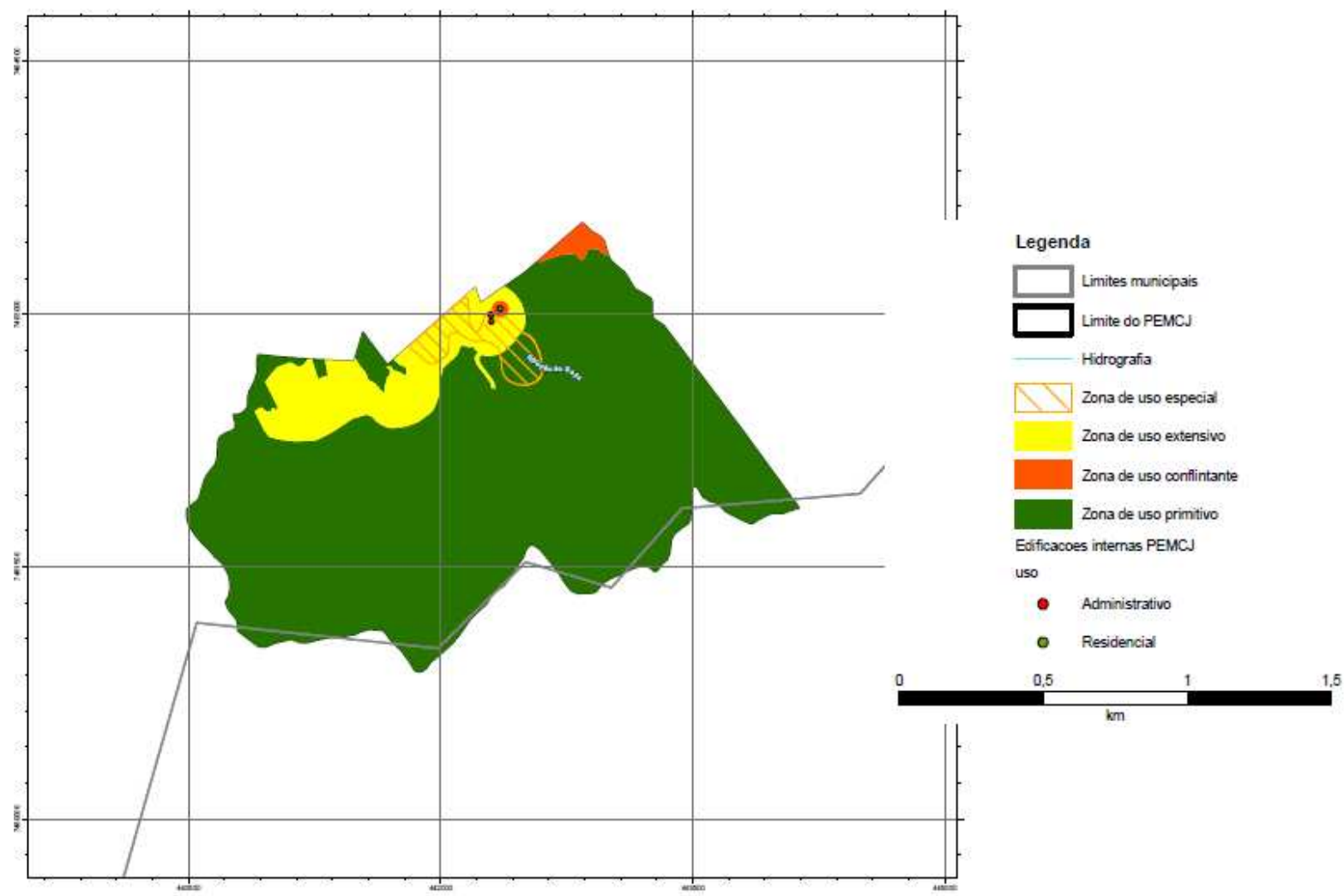


Figura 70 - Zoneamento PEMCJ – Cenário Futuro
 Fonte: Fundação Florestal, 2015.

A partir de então a Zona de Recuperação será incorporada à Zona Primitiva, estabelecendo-se assim quatro zonas distintas dentro do PEMCJ, conforme pode ser observado na Tabela 18, referente à distribuição das zonas antes e depois do corte de *pinus* na UC.

Zona	Área (ha)	Porcentagem (%)
Primitiva	456,17	88,3
Uso extensivo	55,72	10,8
Uso conflitante	4,76	0,9
Uso especial	16,05	3,1
Total	573,38 ha	

Tabela 18 – Zoneamento Previsto - PEMCJ - Após recuperação área de *Pinus*

Fonte – Fundação Florestal, 2015

A Zona de Uso Extensivo permanecerá com 55,72 ha de área total, mesmo após a retirada dos *pinus* invasores e supressão da Zona de Recuperação. Essa área corresponderá a 10,8% do PEMCJ e está destacada nas tabelas por tratar da única zona onde a visitação pública poderá ocorrer sem prévia autorização, de acordo com o Zoneamento definido no Plano de Manejo da UC.

É nessa área, portanto, onde ficará concentrada toda a estrutura disponível para os futuros visitantes do PEMCJ, compreendendo desde as instalações físicas previstas de serem instaladas para poder melhor receber os visitantes e pesquisadores, até a trilha interpretativa prevista na Tabela 19, extraída do Plano de Manejo do PEMCJ de 2015, que traz informações mais detalhadas sobre sua Zona de Uso Extensivo, as quais servirão de base para as considerações sobre a proposta de oferta turística do PEMCJ.

Legenda	Descrição
Zona de Uso Extensivo	É aquela constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana para fins educativos e recreativos. Zona de transição entre a Zona Primitiva e a Zona de Uso Intensivo.
Localização	Localizada na entrada do Parque e em aproximadamente um raio de 1 km, e nas áreas indicadas para abertura de novas trilhas, fazendo divisa inteiramente na porção sul com os bairros vizinhos.
Fragilidade	Alta
Flora	Floresta Ombrófila Densa Alto Montana, e Floresta Ombrófila Mista, pequenos trechos de Campos naturais de Altitude, Talhões de <i>Pinus.elliottii</i> .
Fauna	Provável ocorrência das espécies que utilizam a área como corredor ecológico entre os talhões de Pinus e áreas mais conservadas, tais como <i>Amazona vinacea</i> , <i>Anabacerthia amaurotis</i> , <i>Donacospiza albifrons</i> , <i>Drymophila genei</i> , <i>Embernagra platensis</i> , <i>Leptasthenura</i>

	<i>setaria</i> , <i>Phibalaria flavirostris</i> , cf. <i>Euryoryzomys russatus</i> , <i>Speothos venaticus</i> , <i>Leopardus wiedii</i> e outras que apresentam na lista de espécies.
Drenagem	É cortada por um pequeno ribeirão que flui em direção ao município de Campos do Jordão.
Uso Consolidado	Área com trechos de cobertura natural bem conservada, e outras mais alteradas, bem como talhões de <i>Pinus.elliottii</i> .
Uso Proposto	O objetivo do manejo é a manutenção de um ambiente natural com mínimo impacto humano, possibilitando oferecer acesso e facilidade públicos para recreação e pesquisa, educação ambiental monitorada e proporcionar formas primitivas de recreação; Assegurar a manutenção da biodiversidade, em especial das espécies ameaçadas ou em perigo de extinção, servindo como banco genético para a fauna e flora do Contínuo Ecológico da Serra da Mantiqueira.
Justificativa	Áreas importantes pois congregam todos os tipos de formação vegetal encontradas no PEMCJ, permitindo assim facilidade de acesso para pesquisa, recreação e educação ambiental monitorada.
Normas e Restrições	<p>Conservar as amostras das diferentes fito fisionomias vegetacionais do PEMCJ;</p> <p>As pesquisas científicas devem ser estimuladas, considerando tanto a potencialidade da área para o aprofundamento do conhecimento sobre o Parque, quanto o ainda elevado grau de desconhecimento sobre a sua biodiversidade, contudo, não poderão comprometer a integridade dos ecossistemas e de suas espécies integrantes;</p> <p>Instalação de sinalização e painéis educativos;</p> <p>Coleta de frutos e/ou sementes vinculada a projetos como subsídio a processos de restauração dos ecossistemas, e apenas de espécies não encontradas em outras zonas;</p> <p>Realização de pesquisas relacionadas ao monitoramento e enriquecimento da vegetação do PEMCJ;</p> <p>Intervenções para correção de impactos causados pela presença humana (ex.: contenção de talude);</p> <p>Nas áreas adjacentes às áreas que sofrerão supressão da vegetação exótica, deverão ser observadas técnicas de retirada de madeira de mínimo impacto e baixíssima intervenção nessas zonas, devendo ser aproveitados os acessos e estradas existentes.</p> <p>A abertura de clareiras e pátios de armazenamento não serão tolerados;</p> <p>A fiscalização deverá ser constante nesta zona visando combater a caça e pesca ilegais, ocupação ilegal, extração vegetal, fogo, visitação irregular e outras formas de degradação ambiental;</p> <p>É proibido o tráfego de veículos motorizados nesta zona exceto em ocasiões especiais, em casos de necessidade de proteção da Unidade ou visitas monitoradas;</p> <p>Não serão permitidas quaisquer instalações de infraestrutura, exceto aquelas utilizadas na fiscalização, monitoramento, pesquisa e Educação Ambiental;</p> <p>Manejo e controle de espécies exóticas invasoras de forma constante.</p>

Tabela 19 – Descrição Zona de Uso Extensivo- PEMCJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

A leitura mais atenta da Tabela 19 permite observar algumas contradições com relação à própria proposta de visitação da Zona de Uso Extensivo, em especial no item ligado às normas e restrições e mais especificamente a *restrição aos veículos motorizados* nessa zona. Tendo em vista o fato de que praticamente todos os visitantes chegarão à UC por veículos motorizados (carro particular, ônibus e moto) fica a dúvida de como será possível receber visitantes vindos por esses meios de transporte se os mesmos não podem circular ou permanecer nessa área.

Nesse caso, é interessante pensar num eventual bolsão de estacionamento para receber esses veículos, associados à oferta de algo que possa facilitar o deslocamento dos visitantes a partir desses bolsões, como rotas predefinidas para serem percorridas a pé ou veículos elétricos que não provocariam uma eventual poluição sonora ou ambiental.

Mas tendo em vista as restrições orçamentárias existentes para o Parque e por consequência a grande dificuldade para a instalação de todo esse aparato necessário para adaptar as normas definidas para a Zona de Uso Extensivo, é bem provável que essa restrição seja revista pelo Conselho Gestor ou simplesmente ignorada quando o Parque for aberto para visitação, o que é bem pior do que a primeira situação hipotética.

Outra norma passível de contestação é a restrição para a presença de quaisquer instalações de infraestrutura, *exceto aquelas utilizadas na fiscalização, monitoramento, pesquisa e Educação Ambiental*. Trata-se de uma norma que pode limitar as possibilidades recreacionais no Parque, mesmo aquelas relacionadas ao conhecimento e apreciação da natureza existente, pois sem nenhuma estrutura de visitação, como áreas de descanso ou até mesmo áreas para realização de eventos ligados a causa ambiental, a comunidade que vive no entorno do Parque e turistas tendem a não querer conhecer e assim melhor valorizar a UC existente, o que representa, em outras palavras, a perda da oportunidade de aproximar o homem da natureza por meio da sua contemplação em Unidades de Conservação.

Por outro lado, a escolha pela localização da Zona de Uso Extensivo na entrada do PEMCJ foi uma decisão acertada, já que o fluxo de visitantes ficará concentrado em uma das áreas marginais da UC sem que o visitante tenha que percorrer uma parte considerável do interior da Unidade de Conservação para usufruir da estrutura de visitação existente, algo que certamente colabora para a conservação da unidade sem que a prática do turismo represente um risco para esse fim.

Ainda com relação às *normas e restrições* descritas na Tabela 19, vale destacar ainda a proposta de *instalação de sinalização e painéis educativos*, o que corresponde em um interessante recurso para que o visitante tenha relevantes informações

sobre os elementos da natureza presentes sem que haja a necessidade de dispor de monitores acompanhantes para que isso ocorra.

A julgar pela demanda presente no PECJ e de Campos do Jordão, é bem provável que o visitante do PEMCJ tenha um nível de educação concentrado como *superior* ou de *pós graduação*, o que pressupõe um tipo e visitante que terá interesse pelos painéis educativos quando visitar o local, a exemplo do que se verifica no Parque Amantikir⁵⁶, conforme Figura 71.



Figura 71 - Painel Educativo existente no Parque Amantikir

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati

Essa sinalização e painéis educativos, caso fossem utilizados no PEMCJ, poderiam provocar um melhor conhecimento e reflexão do visitante sobre a importância para a conservação dos elementos associados à natureza na UC, favorecendo assim a prática do turismo sob a perspectiva de educação, conscientização e valorização pelo visitante sobre a natureza usualmente encontrada em uma Unidade de Conservação.

⁵⁶ Informações sobre o Parque Amantikir de Campos do Jordão/SP estão disponíveis em <http://www.parqueamantikir.com.br>

4.4.4 As propostas de visitação para o PE dos Mananciais de Campos do Jordão

Foi observado que o local apresenta vocação para duas propostas de visitação diferenciadas, porém complementares: as Trilhas Interpretativas e Práticas Orientadas Junto à Natureza.

(...) Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão ganha destaque, tendo em vista as potencialidades ambientais e de proteção dos patrimônios natural e cultural (como as matas de Araucária e os demais constituintes da paisagem da região). Anteriormente bastante explorado e marcado pelos reflorestamentos de *Pinus*, (FUNDAÇÃO FLORESTAL., 2015, p. 252)

As **Trilhas Interpretativas** do PEMCJ, ainda sem desenho definido, foram moldadas tendo como base a *água* como fonte de tema de todas as atividades previstas e em todas as suas vertentes possíveis de análise no PEMCJ, tais como: produção, conservação, armazenamento, consumo, impactos e importância da manutenção dos mananciais para a qualidade de vida da população de Campos do Jordão.

Segundo o Plano de Manejo do PEMCJ publicado pela Fundação Florestal (2015), a ideia é de que a trilha (ou trilhas) proposta(s) possa(m) ser realizada(s) tanto de forma autoguiada como conduzida por monitores ambientais, o que ampliaria suas possibilidades de utilização e não a tornaria dependente da disponibilidade de pessoal qualificado para que ocorresse.

Nesse caso, conforme observado anteriormente, será imprescindível disponibilizar sinalização adequada com painéis educativos onde o visitante poderia usufruir do Parque para fins recreacionais e ao mesmo tempo aprender sobre a importância da existência e conservação da água por meio dos mananciais existentes na localidade.

Para o projeto das **Práticas Orientadas Junto à Natureza**, a proposta descrita no Plano de Manejo do PEMCJ de 2015 estabelece que priorize (...) *ações que visem a integração entre a sociedade e natureza, com técnicas de mínimo impacto*. Dentre essas ações podem ser promovidas programações de eventos especiais, como caminhadas de pequenos grupos (máximo 10 integrantes) com acompanhamento de monitores ambientais que explicariam as características da fauna e flora local, exposições fotográficas com imagens dessa mesma fauna e flora ou ainda fóruns e encontros de especialistas sobre a importância e ações exemplares de conservação de mananciais, onde a visita aos mananciais do PEMCJ seria o mote para as discussões propostas.

Além disso, estão previstos a promoção de eventos comemorativos ao *Dia do Meio Ambiente*, aniversário da UC, *Dia da Árvore*, *Dia da Água* dentre outros, a fim de promover os objetivos da UC, ampliar parcerias e incrementar a comunicação. Outras ações ainda previstas consistiriam em breves palestras aos visitantes sobre os elementos

associados à natureza encontrados no PEMCJ ou até mesmo a exibição de documentários onde a *água* é o tema principal.

O ambiente do parque oferece uma ótima oportunidade para conhecer e aprofundar conceitos relativos à recursos hídricos e sua gestão, qualidade de vida, à interação entre os elementos da natureza, e ao consumo dos recursos naturais nos ambientes urbanos. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 373)

A ideia é que sejam promovidas atividades regulares de caráter educacional e recreativo, ligados à questão da água e do meio ambiente tanto para a comunidade que vive no entorno do Parque como demanda de turistas, que a partir dessas ações não mais visitarão o local como apenas mais um atrativo dentre outros tantos de Campos do Jordão, mas poderão sair do local conscientizados sobre o que significa de fato visitar uma Unidade de Conservação ou pelo menos, o que realmente significa visitar uma UC que visa proteger os mananciais de água responsáveis pelo abastecimento do município que vieram conhecer e se hospedar.

Além disso, estão previstas ações visando aproximar e promover um maior envolvimento da comunidade que vive no entorno em relação ao PEMCJ. Dentre essas ações estão a articulação junto ao poder público municipal de Campos de Jordão para regularização e ampliação da oferta de acesso de transporte público coletivo para a região do PEMCJ, quando este for aberto à visitação, sobretudo em finais de semana, feriados e períodos de férias escolares.

Somado a isso, propõe-se aprovação de Lei Municipal que permita a isenção parcial ou total das taxas de acesso ao PEMCJ para os residentes da região que compõe a Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação estudada, além do estabelecimento de um programa que incentive a participação de escolas e organizações não governamentais pertencentes ao município, o que permitirá um melhor conhecimento, presença e consequente *apropriação* do Parque pela comunidade residente no entorno da UC.

Uma das constatações feitas nas oficinas de Uso Público é o desconhecimento das populações locais sobre o PEMCJ. Foram elencadas, como razões principais, a irregularidade e escassez do transporte público e o fato de o Parque não estar aberto. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 365)

Segundo o Plano de Manejo do PEMCJ de 2015, está prevista ainda a instalação de uma estrutura de serviços de apoio à visitação, como lojas de souvenirs, restaurante e lanchonete, que serão aprovados desde que privilegiem a disponibilidade de sucos, lanches, pratos principais e sobremesas relacionados à culinária regional, assim como os souvenirs, que segundo o mesmo plano devem marcar a experiência vivenciada

no PEMCJ e obrigatoriamente fazerem alusão à água, considerado, como comentado anteriormente, o principal atrativo dessa UC.

Outras demandas necessárias para atender às propostas de visitação do PEMCJ previamente identificadas consistem, segundo seu Plano de Manejo de 2015, em adquirir equipamentos adequados para os programas, como rádios transmissores, veículos para os funcionários, roupas adequadas aos monitores além de material de exposição, como *data-show* e tela.

Deve ser necessário ainda instalar linha telefônica e instituir o acesso à internet, sistema de saneamento de água e esgoto, garantindo a coleta e o tratamento de 100% de esgoto, bem como o fornecimento de água dentro dos parâmetros exigidos pela legislação para abastecimento público, além da implantação de um sistema de coleta seletiva, destinando de forma adequada 100% dos resíduos sólidos coletados.

Vale destacar a necessidade do desmembramento as gestões das Unidades de Conservação PECJ e PEMCJ estudadas para tornar possível o cumprimento das medidas previstas, pois o que é observado atualmente é um completo abandono do Parque dos Mananciais de Campos do Jordão em função da prioridade de atendimento às demandas do *Horto*.

Como os equipamentos e a infraestrutura para a proteção da UC são os mesmos utilizados pelo Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ, o que parece funcionar na UC consolidada não se adéqua necessariamente ao PEMCJ, especialmente em relação à fiscalização, que mesmo sem visitantes se mostra insuficiente para garantir a conservação dos 500 ha do PEMCJ, fiscalizados atualmente por apenas um funcionário contratado pela Fundação Florestal, segundo o gestor da UC.

A proximidade entre a UC e a área urbana de Campos do Jordão, por sua vez, traz perspectivas e possibilidades interessantes do ponto de vista de lazer, educação ambiental e (eco)turismo para a cidade e região – reforçando a necessidade de melhor estruturação da UC, como, por ex., definir equipe própria para a gestão. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 11)

A estrutura existente no interior do PEMCJ deve ser substituída o mais breve, pois as que existem são antigas e o estado de conservação delas é precário, segundo seu Plano de Manejo e pelo que pude observar na visita *in loco*. Para ter uma ideia do atual estado de abandono, foi verificado que na entrada do parque há apenas uma porteira com um cadeado que pode ser facilmente rompido, sem qualquer estrutura de portaria ou segurança no local.

Em todas as propostas analisadas fica evidente a preocupação do gestor do Parque e Plano de Manejo da UC estudada para que o uso público do PEMCJ seja

promovido a partir da ideia de que o lucro obtido não ocorra por parâmetros financeiros, mas com base no retorno social e ambiental previsto, seja com relação a sociedade que vive no entorno do Parque, seja por meio da conscientização ambiental promovida aos visitantes, posição a qual defendo plenamente.



Figura 72 - Entrada principal do PEMCJ

Fonte: Fundação Florestal, 2015.

Mas para todas as ações previstas ocorram de fato, é imprescindível dotar a UC estudada de uma estrutura preparada para atender esses ideais, a começar pelo seu quadro de colaboradores. Segundo o Plano de Manejo do PEMCJ de 2015 será necessário contratar vinte e dois novos colaboradores para atender aos visitantes de forma adequada e dentro dos ideais propostos, ou pelo menos, realocar alguns dos atuais funcionários do PECJ para o PEMCJ, o que é um processo relativamente simples e rápido, tendo em vista o fato de que as duas UCs são administradas pela Fundação Florestal do Estado de São Paulo, que dispõe dos funcionários contratados sem que haja alguma cláusula que o obrigue a ficar alocado em uma ou outra Unidade de Conservação.

Número	Função	Nível de Formação
1	Gestor	Nível Universitário
1	Apoio Administrativo e Comunicação	Nível Universitário
1	Analista Ambiental	Nível Universitário
4	Monitor Ambiental	Ensino Médio Completo
4	Manutenção de Áreas Verdes	Ensino Médio Completo
4	Limpeza	Ensino Médio Completo
7	Guarda-parque/Serviço de Vigilância	Ensino Médio Completo

Tabela 20 – Número, função e formação necessários para formar a equipe do PEMCJ.

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Além da contratação, está previsto no Plano de Manejo da UC potencial, a capacitação inicial e periódica dos funcionários, em especial dos monitores ambientais que irão lidar diretamente com o visitante. Nesse caso, a preferência de contratação será por pessoas nascidas ou residentes em Campos do Jordão, permitindo assim que o lucro social almejada seja obtido de fato.

Essa capacitação poderia ocorrer por meio de parceria com as Organizações não Governamentais presentes na região, como a Outward Bound Brasil - OBB ou até mesmo por meio do Hotel Escola do Serviço Nacional do Comércio – SENAC, presente em Campos do Jordão.

Vale ressaltar, entretanto, que a realocação de funcionários entre os Parques e a execução das ações previstas para estruturar o PEMCJ para visitação só ocorrerá quando o programa de concessão do PECJ for concretizado, o que significa dizer que a implantação de um programa de visitação que atenda aos princípios de educação e conscientização ambiental para todos, previsto para o PE dos Mananciais de Campos do Jordão (onde se imagina o *lucro social e ambiental* para a população e visitantes), só será possível de ser concretizado quando a mercantilização da natureza for sacramentada no Parque Estadual Campos do Jordão por meio do seu programa de concessão.

O modelo de visitação que considero ideal para uma Unidade de Conservação classificada como *Parque* e a qual o próprio SNUC defende junto com diversos autores abordados aqui, necessitará se valer da institucionalização da mercantilização da natureza em outra Unidade de Conservação para ocorrer de fato, numa clara evidencia de fins que justificam os meios, uma ideia contestada em qualquer situação, especialmente quando tratar da gestão de áreas de preservação ambiental.

4.5 A Demanda Turística do PECJ

O modelo de parques instalados em Unidades de Conservação, como o Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ), constituem, segundo Kinker (2002), em uma das categorias de Unidades de Conservação mais conhecidas e frequentadas pelo público em geral, principalmente em decorrência da possibilidade de oferecer condições favoráveis que permitam ao turista e sua família a contemplação da natureza de forma recreativa e relativamente mais fácil em comparação a outros tipos de UCs.

Mas, de acordo com Serrano (1997), ainda não existem estatísticas confiáveis sobre o número de visitantes nem tão pouco sobre seu comportamento, impressões e conhecimento adquiridos por meio da prática do turismo no Brasil. Por outro lado, segundo a mesma autora, é observado de forma empírica, que seu crescimento tem sido superior aos investimentos em infraestrutura e pessoal por parte do poder público, que por sua vez é responsável por sua manutenção em grande parte das unidades de conservação brasileiras.

No PECJ, segundo o Sistema Ambiental Paulista (2018) há desde 2013 um crescimento constante no volume de visitantes. Embora tenha havido um pequeno decréscimo em 2017, esse comportamento ainda não pode ser considerado com uma inversão dessa tendência, já que será necessário observar mais dois anos de queda seguida para confirmar isso, algo que considero pouco provável, tendo em vista o aumento do interesse na visita por áreas de preservação ambiental.

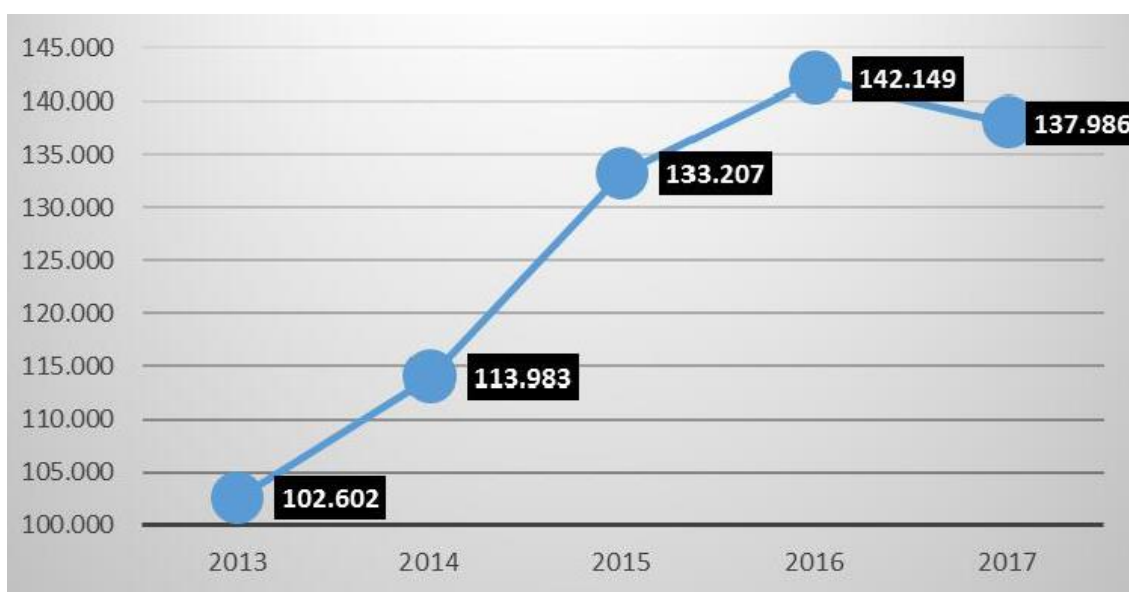


Figura 73 - Número de Visitantes do PECJ– 2013/2017

Fonte: Sistema Ambiental Paulista, 2018

Apesar do recente crescimento observado, o número de visitantes em UCs é muito baixo quando comparado a outros países, como os Estados Unidos e Costa Rica. Para ter uma melhor ideia, na pesquisa realizada pelo Instituto Semeia⁵⁷ foram entrevistados 443 gestores de Unidades de Conservação classificadas como Parques (federais, estaduais e municipais) do Brasil, foi verificado que 80% deles não têm receita gerada por visitação e 21% nem sequer recebem turistas, como é o caso do PE dos Mananciais de Campos do Jordão, aberto em 1991 e que ainda não apresenta estrutura para receber visitantes.

Para a diretora do Instituto Semeia, Ana Luisa da Riva⁵⁸, o resultado do estudo não surpreendeu os pesquisadores, já que para ela não há interesse do governo ou gestores em abrir os parques ou estimular a visitação, pois isso representa gastos maiores e um maior volume de trabalho, em virtude dos investimentos necessários para receber esse público e necessidade de contratação de pessoal para fiscalizá-lo e melhor orientá-lo.

A diretora afirma ainda que a maior parte desses locais não conta com estrutura adequada para receber os visitantes, especialmente quando o público é composto por famílias, que não tem o hábito de frequentar lugares inseridos em natureza preservada, como os ecoturistas.

Apesar do estudo acima descrito abranger um número considerável de gestores e Unidades de Conservação, vale destacar que a pesquisa aborda dados obtidos a partir da visão de seus gestores, que embora tenham o inegável conhecimento de quem vivencia a dinâmica de visitação e administração dos Parques, parte sempre de uma interpretação subjetiva.

O problema se agrava quando se observa que não há nenhuma pesquisa formalmente publicada que envolva o perfil da demanda nos Parques/Unidades de Conservação brasileiros. A realização de um levantamento nesse sentido, fomentado pelo governo federal por meio do Ministério do Meio Ambiente/ ICMBio, contribuirá sensivelmente para a melhor compreensão do público visitante e consequente aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação.

⁵⁷ Disponível em <http://www.semeia.org.br/publicacoes.php>. Acesso em 10 de abril de 2019.

⁵⁸ Entrevista disponível em <http://www.parquedoconduru.org/index.php/pesc-a-noticia/127-semeia-diagnostico-do-uso-publico-em-parques-brasileiros>. Acesso em 10 de abril de 2019.

4.6 Análise SWOT – PE de Campos do Jordão e PE dos Mananciais de Campos do Jordão

A Análise SWOT é uma ferramenta utilizada para fazer avaliação de cenários internos e externos de empresas, produtos e destinos, sendo usado em larga escala como base para gestão e planejamento estratégico de destinações turísticas, cuja dinâmica pode ser aplicada em qualquer tipo de situação, o que a permite ser transposta para ampliar o estudo e entendimento de Unidades de Conservação, como o que é feito aqui.

O termo SWOT é uma sigla derivada do idioma inglês, e consiste na sigla das expressões de Forças (*Strengths*), Fragilidades (*Weaknesses*), Oportunidades (*Opportunities*) e Ameaças (*Threats*). As forças e fraquezas podem também ser interpretadas, respectivamente, como pontos fortes e fracos, (fatores internos / controláveis), assim como as ameaças e oportunidades consistem em fatores externos / incontroláveis, mas perceptíveis e influenciadores frente a realidade e dinâmica territorial das UCs estudadas.

As análises SWOT do PE de Campos do Jordão e PE dos Mananciais de Campos do Jordão foram construídas com base nas observações obtidas a partir das visitas de campo realizadas no decorrer da elaboração da tese, entrevistas informais com os monitores, entrevistas formais com o gestor responsável pela administração das duas UCs utilizadas como estudo de caso e pesquisas formais realizadas com visitantes e moradores do Município de Campos do Jordão, aliado com a experiência pessoal corroborada pelo referencial teórico apresentado e discutido nesse trabalho.

Levou-se em consideração ainda, as informações, análises e propostas disponíveis dos Planos de Manejo dessas Unidades de Conservação, que por sua vez foram construídas através de oficinas participativas com representantes públicos (vereadores, moradores e comerciantes locais) e de instituições como da Fundação Florestal; Conselho do PECJ; Instituto Ekos Brasil; Instituto Chico Mendes - ICMBio, Universidade de São Paulo – USP; Universidade de Campinas – UNICAMP; Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR; Departamento de Águas e Esgotos de Campos do Jordão – DAEE; Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP; entre outras, as quais objetivaram o envolvimento do maior número possível de setores da sociedade civil que poderiam ser afetados pelas interpretações e consequentes decisões propostas por meio dos Planos de Manejo dessas UCs.

O resultado é um quadro de análise SWOT amplo e realista, capaz de oferecer subsídios para a formulação de propostas para as UCs estudadas de forma muito mais precisa e coerente, principalmente com relação aos aspectos que devem ser potencializados (oportunidades) e melhor trabalhados (pontos fortes) ou nos aspectos que

devem ser minimizados, evitados e corrigidos (pontos negativos e ameaças) em prol de um cenário que permita conseguir a conservação e valorização desses locais pela comunidade que vive no entorno dos Parques estudados e visitantes de forma não degradativa, e que possa propor, ao mesmo tempo, um caminho para que seu visitante valorize a natureza existente como uma fonte de valor de uso, e não mais como um produto passível de comércio, troca e perda dos princípios que regem sua existência como Unidade de Conservação.

FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ⊗ Sobrecarga de trabalho de funcionários; ⊗ Alta rotatividade de gestores do PECJ; ⊗ Recursos financeiros insuficientes para reforma e/ou adequação das estruturas e serviços; ⊗ Não há projetos do PECJ para a interação com o entorno; ⊗ Ausência de tratamento dos esgotos e sua devida destinação no interior do Parque; ⊗ Inexistência de estudo de demanda de visitação; ⊗ Inexistência de fomento institucional à comercialização de produtos regionais ⊗ Defasagem e precariedade da manutenção de seus equipamentos ⊗ A UC carece de uma melhor sistematização e monitoramento das pesquisas realizadas ⊗ Sistema de vigilância do Parque insuficiente e desatualizado ⊗ Atrativos, serviços, atividades e opções de lazer na UC – limitados e não focados na relação uso e conservação. ⊗ Inserção inexistente/insignificante da UC nas políticas de turismo em todas as esferas públicas; ⊗ Muitos funcionários estão com idade próxima de se aposentar ⊗ Sistema de comunicação da UC deficitário 	<ul style="list-style-type: none"> ⊗ Alto valor histórico, cultural e natural. ⊗ Existência de Conselho Consultivo ⊗ Acesso fácil à unidade; ⊗ Biodiversidade rica – Interesse de pesquisadores pela área ⊗ Várias estruturas físicas, serviços e opções de lazer na UC existentes ⊗ Alta receita gerada pela cobrança de ingressos; ⊗ Potencial de ampliação de atividades recreativas e culturais na sede ⊗ Inserção em um destino turístico consolidado; ⊗ Contexto natural (paisagem) e turístico (nomes Campos do Jordão e Horto Florestal) como marcas fortes; ⊗ Existência dos permissionários

Tabela 21 – Fragilidades e Potencialidades – Parque Estadual de Campos do Jordão

Fonte – Pozati, 2019.

Num primeiro momento, são apresentadas as análises das fragilidades e potencialidades do PECJ para posteriormente abordar os mesmos elementos relacionados ao PEMCJ. A seguir, é feita uma análise conjunta das oportunidades e ameaças dessas UCs por entender que a proximidade geográfica e influência do mesmo município de entorno induzem essas Unidades de Conservação a sofrerem as interferências externas dos

mesmos aspectos, evitando assim uma análise separada desses aspectos, o que resultaria em algo repetitivo e pouco produtivo.

Segundo a metodologia empregada na análise SWOT, as fragilidades são entendidas como elos fracos da Unidade de Conservação que podem e devem ser evitados ou anulados pelo gestor do Parque por meio de ações preventivas ou corretivas, já que são entendidos como pontos internos ou controláveis.

A seguir são descritos e analisados as principais potencialidades identificadas no PECJ, com enfoque nas suas possibilidades que podem influenciar ou são influenciadas pela prática do Turismo no Parque. Nesse sentido, a Tabela 21 sintetiza os aspectos considerados como fragilidades ou potencialidades do PECJ sob a perspectiva da análise SWOT, os quais serão analisados de forma detalhada a seguir.

4.6.1 Fragilidades do PE Campos do Jordão

A seguir são detalhadas as fragilidades identificadas no PECJ que podem comprometer a conservação da natureza existente do local ou ampliar a mercantilização da natureza, especialmente ao levar em consideração a prática do turismo na UC.

- ☹ **Sobrecarga de trabalho de funcionários:** o Parque Estadual de Campos do Jordão conta com um efetivo de treze funcionários oriundos do IF (Instituto Florestal, gestor anterior a Fundação Florestal) e mais doze funcionários terceirizados. Esses funcionários têm como rotina o monitoramento e manutenção diária do PECJ (diurno e noturno) por meio de rotas pré-estabelecidas; vigilância das estruturas; cobrança de ingressos na guarita de entrada; fiscalização do entorno da guarita e brigada contra incêndios. Do total de vinte e cinco funcionários efetivos ou terceirizados, apenas quatro funcionários são responsáveis pela manutenção das áreas verdes, sendo dois terceirizados e dois efetivos.

Segundo o Plano de Manejo do Parque de 2015, foi identificada a necessidade de mais quatro funcionários para atender a demanda de áreas verdes do PECJ, além de um número maior de funcionários para o seu monitoramento, tendo em vista a dimensão da UC e grande fluxo de visitantes, em especial no mês de julho, pois ao levar em consideração os 8.130 ha do parque o resultado será uma média de 325 ha por funcionário, o que obviamente está muito aquém do ideal para garantir de fato a conservação da unidade.

Somente em julho de 2014 foram registrados 15.737 visitantes no PECJ, o que resultou em uma média de 629 visitantes por funcionário para esse período, algo impossível de

controlar, garantir a preservação do local ou até mesmo a segurança dos próprios visitantes e do próprio Parque.

Além disso, muito dos funcionários diretamente contratados (via Instituto Federal) trabalham há mais de 15 anos no PECJ, o que representa, num primeiro momento, como algo que pode ser considerado positivo para a gestão do Parque, dada a grande experiência desses funcionários, mas é preocupante ao considerar que mais da metade desses mesmos funcionários estão com idade próxima de se aposentar, e a julgar pela morosidade do processo para substituí-los (por meio de concursos públicos promovidos pelo Estado) a lentidão na reposição destes profissionais causará sérios problemas para o funcionamento da UC.

A reposição qualificada destes funcionários merece, portanto, atenção especial, a fim de que o conhecimento adquirido durante anos pelos atuais funcionários possa ser repassado àqueles que devem ser eventualmente contratado e que a saída de funcionários por aposentadoria não ocorra antes da reposição por novos profissionais, o que agravaria ainda mais a defasagem de mão de obra existente.

- ⊗ **Alta rotatividade de gestores do PECJ**: Nos últimos 05 anos, o PECJ contou com 03 gestores diferentes. Nesse período responderam por esse cargo na UC estudada, o Sr. Mauro Castex (Administrador), a Sra. Claudia Camila Faria de Oliveira (Bióloga) e posteriormente o Sr. Diego Lustre Gonçalves (Geógrafo – atual gestor).

A mudança de gestão em pouco tempo, acentuada pela diferença de formação entre os gestores, compromete o planejamento e continuidade das políticas públicas, retardando ainda mais seus efeitos, que geralmente são de médio ou longo prazo.

Além disso, muitos dos funcionários podem ficar, num primeiro momento, desorientados por não saber a qual linha seguir ou quais ações devem ser de fato priorizadas. Para agravar a situação, é importante considerar o fato de que no decorrer desse período, em 2015, houve a publicação e implantação do novo Plano de Manejo, o que representa novas diretrizes na política e planejamento existente para o PECJ, onde a participação do Gestor é fundamental para tornar fato o que foi idealizado por meio do Plano de Manejo.

- ⊗ **Recursos financeiros insuficientes para reforma e/ou adequação das estruturas e serviços**; em virtude da política da Fundação Florestal, todos os recursos obtidos com os ingressos e concessão de serviços nos Parques são repassados a gestão central da Fundação Florestal - FF, que posteriormente redistribui esse montante sem considerar a necessidade específica de cada UC administrada pela mesma Fundação.

O resultado desse processo é que há verba suficiente apenas para o pagamento dos poucos funcionários e de despesas ordinárias, ou seja, não sobra dinheiro para novos investimentos de ampliação ou pelo menos substituição dos equipamentos existentes, levando ao sucateamento do pouco material existente para desempenho das funções administrativas, como veículos, máquinas, computadores e rádio transmissores e equipamentos direcionados a recreação dos visitantes ou melhor sinalização de trilhas e fauna e flora existentes.

⊗ **Sistema de vigilância do Parque insuficiente e desatualizado:** consiste em outro problema resultante da falta de verba suficiente para a gestão do Parque, o que é comprometido pelo pequeno número de funcionários contratados (próprios ou terceirizados) para executar essa função, conforme observado anteriormente.

⊗ **Defasagem e precariedade da manutenção de seus equipamentos:** aspecto a qual se manifesta em razão, mais uma vez, da ausência de verba suficiente para a gestão do Parque. De acordo com o levantamento de campo e entrevistas realizadas com funcionários e gestores, grande parte das estruturas existentes no Parque para uso público é antiga e o estado de conservação de alguns edifícios é precário, com algumas construções em péssimas condições.

Além disso, falta a muitas delas devem se adequar para permitir a acessibilidade de todos, em especial do público com alguma deficiência física. Na Tabela 22 são descritos os principais equipamentos destinados ao uso dos visitantes, com informações sobre sua função principal, estado de conservação, atual disponibilidade e horário de funcionamento:

Edificação	Uso Principal	Estado de Conservação	Horário de Funcionamento
Portaria	Proteção e Uso Público	Bom	24 horas, 7 dias por semana
Centro de lazer	Uso Público	Péssimo	Fechado
Casa da Floresta	Espaço Araucária	Bom	Indisponível
Serraria	Manutenção	Péssimo	Desativada
Centro de Visitantes e Exposições	Uso Público	Bom	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras ⁵⁹
Loja de souvenirs e artesanato	Uso Público	Bom	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-

⁵⁹ Em Julho e Janeiro (férias escolares) permanece aberto todos os dias

			feiras
Fraldário	Uso Público	Péssimo	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras
Café e Chocolates	Uso Público	Bom	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras
Restaurante	Uso Público	Excelente	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras
Loja de Plantas - Orquidário	Uso Público	Regular	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras.
Parque Infantil (<i>Playground</i>)	Uso Público	Bom	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras.
Três áreas para prática de <i>pic nic</i> .	Uso Público	Bom	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras.
04 Trilhas	Uso Público	Bom	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras.
Churrasqueiras	Uso Público	Péssimo	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras. – Necessário reservar
Capela	Uso Público	Bom	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras.
Área e Equipamentos de tirolesa e arvorismo	Uso Público	Excelente	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras.
Trenzinho	Uso Público	Bom	Diariamente, das 9h00 às 16h00, exceto às quartas-feiras.

Tabela 22 – Equipamentos e Serviços de uso público – Parque Estadual de Campos do Jordão
 Fonte – Pozati, 2019.

Em relação à situação apresentada na Tabela 22, ressalto que dos dezessete equipamentos analisados, um está em situação *regular* (5%), quatro estão em estado *péssimo* de conservação (23%) e os demais em estado *bom* (58%) ou *excelente* de conservação (14%). Com relação aos equipamentos classificados como em estado *bom* há de destacar que se eles não tiverem a devida manutenção poderão em pouco tempo entrarem na situação *regular* ou até mesmo *péssimo*.

Além disso, o estado *bom* não é garantia de satisfação a todo visitante, pois alguns visitantes podem não se contentar com a estrutura que para outros é considerada suficiente, o que é diferente do estado *excelente*, que tende a agradar a todos, independente da renda, idade, gênero o nível de escolaridade.

Vale destacar ainda que mais da metade dos equipamentos considerados *bons* são administrados atualmente por empresas privadas, que detém os direitos de concessão

dos serviços de venda de souvenirs, restaurante, café e artesanato, os quais estão relacionados basicamente aos elementos que representam a comercialização da natureza visitada, enquanto que elementos que poderiam potencializar a percepção do visitante sobre os elementos e características peculiares associadas a natureza que está em contato, como o Centro de Visitantes, Espaço Araucária e Centro de Exposições, embora sejam também considerados em bom estado de conservação, são atualmente subaproveitados com exposições permanentes raramente renovadas e de baixo interesse aos visitantes, com destaque (negativo) para a Serraria, importante elemento histórico-cultural do Parque atualmente desativada em virtude do seu péssimo estado de conservação e falta de verbas para que seja reformada e melhor aproveitada para uma eventual valorização história, flora e fauna e do PECJ.

⊗ **Não há projetos do PECJ para a interação com o entorno:** Para tentar mudar essa situação, poderiam ser promovidas ações que estimulassem a reaproximação entre a comunidade do entorno e o PECJ, como eventos em datas ou períodos comemorativos, atividades de educação ambiental nas férias de janeiro, Festa Junina, Dia da Árvore, Aniversário do Parque ou ainda a tradicional Festa do Pinhão do Município de Campos do Jordão no local, dentre outras possibilidades. Tais eventos ocorreriam nas edificações ociosas do Parque, onde a comunidade local tenderia a querer participar, visitar e valorizar mais a existência e natureza existente e conservada por meio do PECJ.

⊗ **Inserção inexistente/insignificante da UC nas políticas de turismo em todas as esferas públicas:** não há nenhuma ação registrada por parte da Secretaria de Turismo de Campos do Jordão nem tão pouco nas cidades do entorno, em divulgar a visita ao PECJ como algo relevante de fazer na região ou idealizar um roteiro integrado a outros atrativos, onde a contemplação e melhor entendimento da natureza seja a principal razão de visita (e não mais uma razão de visita como ocorre atualmente). No mesmo sentido, não há por parte do governo estadual ou federal nenhuma ação de estímulo a prática do turismo no PECJ ou tentativa de integrar a outros roteiros e rotas turísticas promovidas pelo Estado⁶⁰.

Como resultado, os visitantes de Campos do Jordão ou municípios do entorno são poucos motivados a conhecer o PECJ e muitas vezes voltam aos seus locais de origem

⁶⁰ Segundo o último Plano de Manejo do PECJ, publicado em 2015, foi identificado apenas uma menção ao PECJ, e assim mesmo de forma indireta, por meio do programa *Caminha São Paulo*, no qual uma das possibilidades é a *Rota Franciscana Frei Galvão*, a qual se divide em diversos trechos – também chamados de rotas – com nomes que fazem alusão a sentimentos e sensações humanas. O PECJ está localizado na *Rota Alegria*, que liga Guaratinguetá a São José dos Campos.

sem saber que existe uma Unidade de Conservação que ocupa 1/3 do território do município aberta para visitação em todos os dias no período de férias.

O que é evidenciado são apenas ações pontuais de profissionais (guias, empresários) para colocar a visita ao PECJ em seus roteiros criados estritamente para fins comerciais, sem planejamento, continuidade ou intenção de incrementar a conscientização ambiental por meio da prática do turismo no PECJ.

Faltam ainda ações gerenciadas pelas esferas públicas para que os profissionais que trabalham nos diversos segmentos ligados a atividade turística na região (guias de turismo, agentes receptivos, taxistas, motoristas de aplicativos, como *Uber* e *99 Táxis* por exemplo), garçons de restaurantes ou recepcionistas de hotéis, sejam estimulados a conhecer e assim indicar a visita ao PECJ.

- ⊗ **Ausência de tratamento dos esgotos e sua devida destinação no interior do Parque;** A UC estudada não conta com um sistema de coleta e tratamento de esgotos. De acordo com Plano de Manejo do PECJ, das 67 edificações identificadas em seu interior, apenas dez (14%) possuem fossa séptica, oito (12%) não possuem sanitários e quarenta e nove (73%) lançam os seus dejetos diretamente no Rio Sapucaí, sem tratamento algum.

Essa situação pode ser ainda pior ao imaginar um aumento da área destinada à permanência de visitantes para os próximos anos, aliado a um provável aumento de visitantes a cada ano por conta do aumento de procura por áreas de natureza conservada, somado a possibilidade de concessão do Parque por uma empresa privada, que em troca de lucro certamente desejará aumentar suas receitas por meio de ações de incentivo a um volume de visitação maior, independente da motivação ou hábitos desses novos *amantes da natureza*.

- ⊗ **Inexistência de estudo de demanda de visitação:** nas entrevistas realizadas, observou-se que os gestores do Parque desconhecem o perfil socioeconômico, motivação, tempo de permanência, procedência, índice de satisfação, fatores de influência ou de retorno de seus visitantes.

Nesse sentido, existe apenas uma proposta de identificação da demanda mencionada no Plano de Manejo do PECJ, mas sem uma definição mais clara de como será, qual a estrutura necessária, quem aplicará, quando ocorrerá e quais recursos serão disponibilizados para esse fim.

O conhecimento da demanda é fundamental para promover ações que façam o visitante melhor conhecer, valorizar e até mesmo interagir com a natureza visitada, tornando sua

experiência muito mais rica e que permite a esse visitante melhor compreender o que de fato significa visitar uma Unidade de Conservação.

⊗ **A UC carece de uma melhor sistematização e monitoramento das pesquisas**

realizadas: não há um plano efetivo para receber pesquisadores ou direcionar quais estudos são efetivamente necessários para a UC estudada. O que existe é uma atitude passiva por parte da Gestão do Parque, que apenas recebe da melhor forma possível (dentro da sua precária estrutura existente) os pesquisadores por meio da disponibilidade para eventuais entrevistas, acompanhamento por meio dos monitores nas trilhas existentes e alojamento (em instalações simples comparadas a um hotel ou pousadas localizadas em Campos do Jordão).

A julgar pelo acesso às informações e pesquisa obtidas no Parque Estadual de Campos do Jordão, é possível afirmar que sua gestão tem procurado facilitar e incentivar a realização de pesquisas.

Ocorre, porém, que tem havido uma predominância de pesquisas de gabinete em detrimento das aplicadas diretamente na Unidade de Conservação, e por essa razão nem todas as pesquisas têm de fato trazido alguma contribuição à gestão da UC e muito menos à prática do turismo, pois seu foco ocorre em direção aos interesses pessoais dos pesquisados. Falta, portanto, um melhor diálogo entre a gestão do Parque e o pesquisador para que os estudos propostos sejam úteis para ambos.

Por outro lado, foi observado que nem todos os trabalhos têm o mesmo apoio para sua realização, pois isso depende do julgamento dos gestores em considerar a proposta de pesquisa em questão algo relevante ou não, de acordo com seus interesses, anseios e interpretação pessoal, e, portanto subjetiva, com relação às premissas básicas do Plano de Manejo existente.

A falta de capacidade técnica do pessoal na UC disponível para receber os pesquisadores é outro problema que deve ser considerado, aliado a falta de interesse e por fim no número de funcionários da UC insuficiente para acompanhar as pesquisas, seja pela especificidade ou profundidade do assunto em si, seja pela existência e disponibilidade dos técnicos para fazê-lo.

Por fim, não há nenhuma ação prevista de estímulo à pesquisa nem tão pouco um direcionamento para que os diferentes estudos tenham pontos convergentes e possam *conversar* entre si, gerando assim resultados muito mais relevantes para a melhor gestão do PECJ. Um grupo de pesquisas formalmente constituído e atuante é o caminho mais indicado para que isso ocorra de fato.

Apesar dos problemas relatados com relação à sistematização, monitoramento e até mesmo utilidade das pesquisas realizadas, para Brito (2000) tem ocorrido algum avanço

nas pesquisas realizadas em Unidades de Conservação. De acordo com a autora, esse aumento do número de pesquisas tem permitido a melhoria do conhecimento dos ecossistemas naturais e auxiliado na formação dos funcionários das unidades, sejam estes técnicos ou operacionais.

Além disso, o aumento do número de pesquisas tem fortalecido o papel social das unidades, já que os benefícios das pesquisas (especialmente as aplicadas) são mais facilmente perceptíveis pela maioria da população.

Estas instituições, que necessitam de local para realizar seus experimentos, acabam oferecendo, por meio de seus pesquisadores, aqueles dados que os administradores dificilmente obteriam se dependessem da composição dos quadros ideais previstos para as unidades. (BRITO, 2000, p. 175)

Segundo a mesma autora, o apoio dos funcionários das UCs para a realização de pesquisas tem aumentado gradativamente, pois esses funcionários começaram a observar os benefícios provenientes dessas atividades.

As pesquisas podem ser, segundo Brito (2000) (...) *uma grande aliada à conservação das áreas*, quando contribui para seu planejamento e monitoramento e porque os pesquisadores podem suprir, em determinadas situações, a falta de mão de obra capacitada nas Unidades de Conservação, uma vez que seus estudos podem trazer soluções para uma melhor gestão desse tipo de UC e sua presença (muitos deles podem permanecer dias ou até meses no local) inibe a ação predatória de pessoas que aproveitam da ausência humana para por em prática costumes que podem depreciar a área, como caça e retirada indiscriminada de fauna e flora da área protegida, o que na verdade, a julgar pela falta de fiscalização local, poderia ser muito bem classificada em muitos casos como *área desprotegida*.

⊗ **Inexistência de fomento institucional à comercialização de produtos regionais nas lojas que existem na Unidade de Conservação:**

em nenhum dos produtos comercializados no PECJ existe a preocupação em oferecer algo que remeta as características dos seus elementos físico ou biótico, ou que estejam contextualizados ao que pode ser encontrado no PECJ ou na área de entorno.

Há de fato, em muitos produtos, uma clara referência aos elementos encontrados na natureza, como plantas e principalmente animais (em especial as aves), mas isso ocorre de uma forma genérica sem uma ligação direta ao PECJ.

Esse fato eleva o distanciamento entre o visitante e o visitado, que sai muitas vezes do local sem uma clara compreensão do que realmente visitou ou teve contato ou pior, que

leva na sua bagagem a lembrança de uma natureza apenas comercializada e estereotipizada por meio de souvenirs produzidos muitas vezes em outros locais ou até mesmo países, diminuindo assim os benefícios econômicos que essa prática poderia trazer para a região.

Nesse caso, o problema é agravado quando há falta de uma exigência formal, por meio de cláusula contratual de concessão (pelo menos na sua renovação), para que ocorra a oferta desse tipo de produto ou serviço pelas empresas que obtiveram a concessão para oferecer esse tipo de serviço no PECJ.



Figura 74 - Fachada Loja de Souvenirs - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2016. Autor das fotos: Pozati

Nas visitas de campo foram identificados produtores de lã, compotas, frutas vermelhas e flores desidratadas em propriedades vizinhas ao PECJ. Nesse caso, poderia haver ações promovidas pela gestão do PECJ em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, para que a produção de doces e roupas empregando mão de obra do entorno pudesse ser comercializadas no PECJ, estimulando assim o comércio de produtos locais, identificados com o parque e que pudesse servir de fonte de renda para a comunidade que vive no entorno do Parque.



Figura 75 – Produtos comercializados em Loja de Souvenirs - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati



Figura 76 – Diversidade de produtos comercializados na Loja de Souvenirs - PECJ

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati

☹ **Atrativos, serviços, atividades e opções de lazer na UC – limitados e não focados na relação uso e conservação:** tratada como questão central do trabalho, há no Parque

Estadual de Campos do Jordão um processo de visitação muito distante do propósito previsto na Lei do SNUC para Unidades de Conservação classificadas como *Parques* ou até mesmo do próprio conceito de Unidades de Conservação de uma forma geral.

O que foi observado no PECJ é o predomínio um visitante que frequenta o local com o mesmo propósito com que visita um parque de diversões, ou seja, que trata a diversidade e peculiaridade da fauna e flora do local como brinquedos que estão disponíveis para suas atividades de lazer e recreação, atores coadjuvantes de seus churrascos, *picnics*, passeios de trenzinho, prática de tirolesa, *trekking* e ciclismo ou como produtos comercializados e tangibilizados em souvenirs generalizados e sem identidade local.

As visitas de campo e entrevistas realizadas com os visitantes evidenciaram que o PECJ é para o seu visitante mais um local a ser visitado dentre as várias opções disponíveis na Estância Turística de Campos do Jordão, o que o impede de entender porque aquele local existe e qual a importância de sua existência para a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica no país. Muitos saem de lá sem saber nem mesmo o que é uma Unidade de Conservação, por que elas foram criadas e os benefícios decorrentes da sua existência.

A situação se agrava ao observar que não há nenhuma proposta concreta da equipe gestora responsável pelo Parque em mudar esse cenário, algo que poderia levar os visitantes a melhor entender *o que* de fato ele está vendo, sentindo, cheirando ou observando, *por que* determinado tipo de animal transita ou habita por aquela trilha que está percorrendo, *quais* são as diferenças existentes entre as árvores que vê e porque elas são diferentes e o que significa isso para a biodiversidade do Parque, dentre outras possibilidades existentes ao visitar e contemplar a natureza presente em uma Unidade de Conservação.

Não há roteiros pré-determinados para conhecer as trilhas nem uma efetiva programação de palestras formalizadas. O que existe são apenas locais e monitores passivamente a espera de *um ou dois turistas* eventualmente interessados em obter mais informações sobre o Parque, enquanto que a grande maioria ficará satisfeita em passar uma tarde aprazível sem saber do grande número de possibilidades de aprendizado e experiência vivencial que perdeu nesse mesmo período.

É verdade que existe uma tentativa por parte da Gestão do Parque em promover passeios monitorados nos finais de semana para que os visitantes tenham um melhor entendimento da natureza encontrada no Parque, mas esses programas carecem de

uma melhor divulgação, que fica muitas vezes refém do deficiente *site* oficial. Por conta disso, muitos visitantes ficam sabendo dessas atividades apenas quando estão no PECJ e embora tenham vontade de fazer o programa proposto, não tem tempo ou vestuário adequado porque não vieram ao PECJ com essa finalidade.

Para mudar essa situação devem ser estimuladas ações moldadas nos princípios de educação ambiental que estimulem o visitante a ampliar seu conhecimento e consequentemente valorização do espaço, a começar pela necessidade de implantação de sinalização adequada (com materiais não invasores e contextualizados a paisagem local); monitores efetivamente disponíveis com roteiros pré-programados e devidamente divulgados pelos meios de comunicação disponíveis (e não somente pelo site da Fundação Florestal) e por meio dos Hotéis e pousadas da região, que podem divulgar a programação prevista com antecedência por meios de suas redes sociais ou até mesmo por *Whatsapp*.

No Centro de Visitantes poderiam ser organizadas palestras ou exposições interativas por meio de áudio e imagem sobre a fauna, flora e processo de formação do Parque, algo que certamente iria estimular o entendimento e valorização da natureza visitada, a exemplo do que é encontrado em outros Parques Estaduais administrados pela própria Fundação Florestal, como o PE da Caverna do Diabo, em Eldorado/SP, onde no Centro de Visitantes é preenchido com uma série de informações dispostas de forma interativa para que o visitante tenha, ao final de sua permanência na UC em questão, plena consciência sobre o que teve contato no decorrer de sua permanência no Parque, conforme Figura 77.

Essas ações não irão apenas mudar a percepção do visitante sobre o local visitado, mas do próprio morador de Campos do Jordão e munícipes do entorno, os quais poderiam melhor compreender e valorizar a importância de ter o Parque Estadual de Campos do Jordão como *quintal de sua casa*, há no máximo a 10 minutos de distância de sua residência por meio de estrada asfaltada ou transporte público.

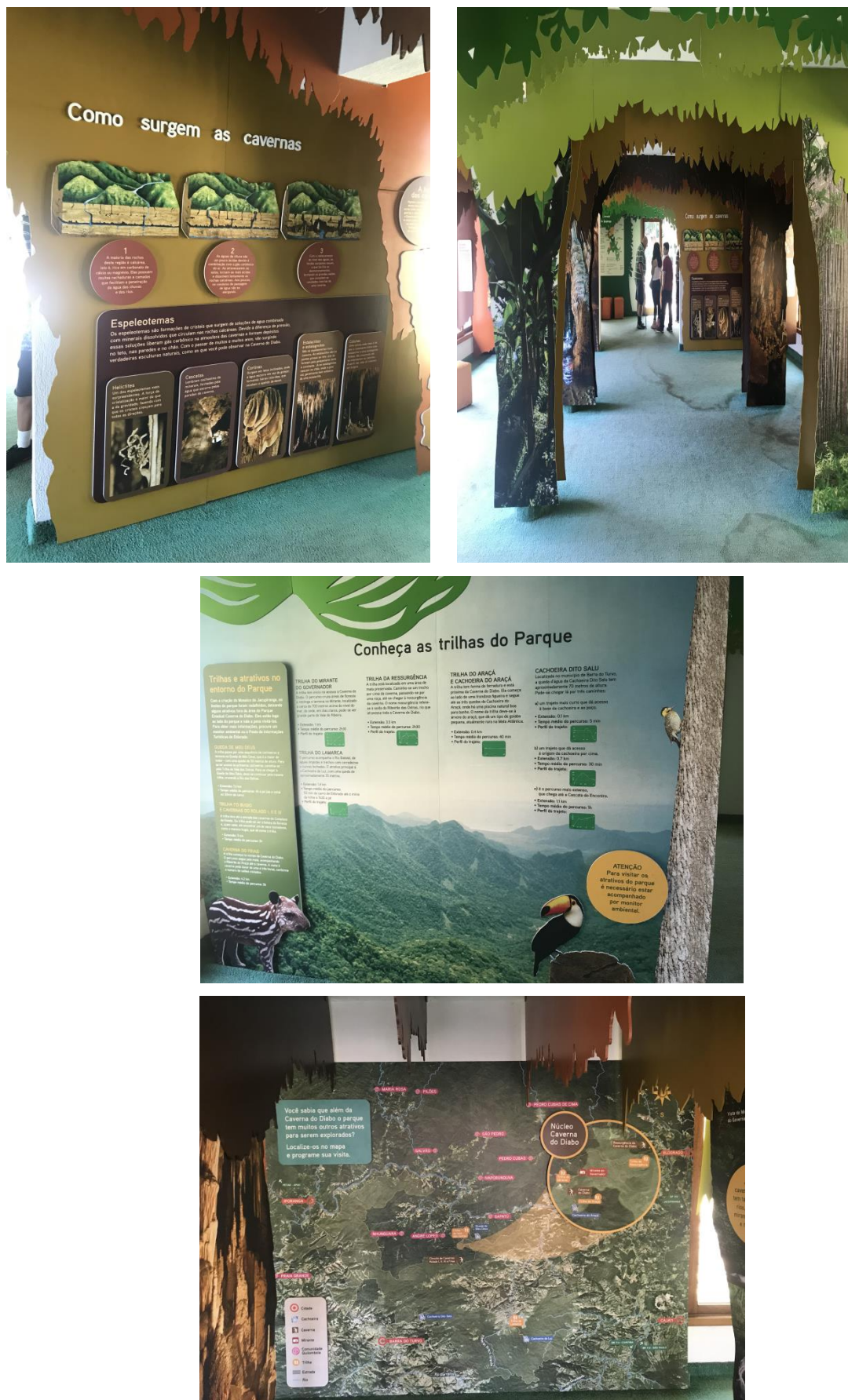


Figura 77 – Centro de Visitantes – Parque Estadual Caverna do Diabo

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati

Infelizmente, perde-se a oportunidade de melhor aproveitar da presença de um visitante com nível educacional superior a média nacional, como constatado nas entrevistas realizadas com seus gestores. Esse visitante, por ter nível educacional mais elevado tende a ter uma predisposição maior em aprender sobre o local que visita, e que pode procurar entender *por que* esse lugar existe e o que isso significa para sua vida, desde que obviamente seja estimulado para isso por aqueles que o recebem no local visitado.

- ☹ **Sistema de comunicação da UC deficitário:** Conforme analisado anteriormente, a equipe gestora do Parque Estadual de Campos do Jordão não consegue oferecer no seu *site* oficial, informações sobre o que se pode encontrar nessa UC, como a fauna e flora existente, esclarecimentos sobre os cuidados que devem existir ao se visitar a UC, ações executadas pelos gestores, depoimentos de visitantes, importância da Unidade de Conservação para o meio ambiente e sociedade, painel de fotos, espaço para esclarecimentos de dúvidas e sugestões, concursos culturais, divulgação de pesquisas desenvolvida, informações voltadas a educação ambiental, além de fóruns e enquetes sobre o PECJ. Poderia até se pensar em análises produzidas por geógrafos, por exemplo, sobre o entendimento de natureza e como ela deve ser observada no decorrer da visita.

Trata-se de um canal de comunicação que quando bem utilizado ajuda a minimizar a preocupante mercantilização da natureza discutido no primeiro capítulo, mas que atualmente não é utilizado em virtude da burocracia imposta pela administração da Fundação Florestal, instituição a qual demonstra preocupada, segundo os gestores do PECJ entrevistados, apenas *em não perder o controle sobre as informações existente acerca de suas Unidades de Conservação administradas*.

Como resultado há um *site* oficial pouco atraente com informações básicas (apenas algumas fotos, horário de funcionamento e contatos dos gestores) incapazes de motivar o turista mais interessado em conhecer Unidades de Conservação, repletas de possibilidades e experiências como o PECJ.

Vale lembrar que vivemos em um país cuja sociedade valoriza a liberdade de expressão, o que estimula um sistema de comunicação dinâmico e constantemente atualizado e ampliado. Por consequência, a omissão, morosidade e burocracia da instituição responsável pela Gestão do Parque resultam, de forma não intencional, no fato de que a maior parte do volume de informação sobre o PECJ seja dominado, gerenciado e atualizado pela iniciativa privada, que interessada apenas na lucratividade de suas operações comerciais amplia o degenerativo conceito de mercantilização da natureza e

estimula a prática de um turismo depredatório, que dificilmente trará um visitante que possa melhor entender a natureza como fonte de valor de uso, conforme discutido no primeiro capítulo.

O resultado são informações poucos esclarecedores, muitas vezes incorretas, tendenciosas (conforme o interesse das empresas patrocinadores do site) que causam uma expectativa de visita muito distante dos ideais de conservação previstos na Lei do SNUC para as áreas determinadas como Parques / Unidades de Conservação.

Felizmente, o plano de ações proposto por meio do novo Plano de Manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão, publicado em 2015, parece estar alinhado às fragilidades apontadas até aqui e se forem executados em sua maior parte, poderão resolver ou minimizar muitos dos problemas identificados e até conseguir, em médio prazo (03 a 05 anos), mudar a percepção, valorização e experiência do visitante (turista e comunidade) sobre o PECJ, alternando assim o atual cenário de mercantilização da natureza para uma possibilidade de valorização, contemplação, respeito, aprendizado e experiência do homem em contato com a natureza que teve a oportunidade de visitar e interagir.

Por outro lado, o programa de concessão proposto para o PECJ pode comprometer todas essas propostas, como visto mais adiante.

A seguir é apresentado um quadro resumo, extraído do próprio Plano de Manejo do PECJ (2015), apenas com a descrição das propostas a qual apoio e reforço sobre a necessidade de ser implantado o mais breve, para tentar reverter a atual e preocupante situação atual aqui apresentada e analisada.

As propostas que foram extraídas ou alteradas do quadro original presente no Plano de Manejo do PECJ, de 2015, são aquelas as quais não compactuo, por entender que não trarão as mudanças necessárias para resolver os problemas atuais provenientes da prática do turismo analisados no presente estudo ou que consideram como certos e definitivos conceitos atualmente questionáveis como *ecoturismo* e *práticas sustentáveis de uso conservacionista da paisagem*.

No mesmo sentido, algumas linhas de ações propostas no quadro abaixo foram introduzidas ou adaptadas em relação ao documento original, a fim de alinhar aos princípios defendidos e discutidos nesse trabalho sobre a prática do turismo nas Unidades de Conservação consolidadas e potenciais.

DIRETRIZES	LINHAS DE AÇÃO
INFRAESTRUTURA DE VISITAÇÃO E MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	<p>1. Implantar um programa de monitoramento e manutenção das infraestruturas e equipamentos facilitadores voltados a UC existente:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecer protocolo de avaliação das infraestruturas e equipamentos. ✓ Manutenção das vias de rolagem das estradas. ✓ Manutenção de equipamentos e imóveis disponíveis ao uso público, com ênfase na reestruturação do centro de visitantes e serraria, essa com foco no histórico da Unidade. ✓ Manutenção adequada de toda a estrutura dos banheiros. <p>2. Realizar estudos de mercado e projetos básicos e executivos (quando necessário) para o desenvolvimento de novos produtos, núcleos de visitação, infraestruturas e equipamentos facilitadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantação de núcleo de visitação do Bosque Vermelho (região do Retiro), ampliando a funcionalidade do lugar e oferecendo opções de hospedagem diferenciada, por meio da refuncionalização de parte das casas do Retiro. ✓ Realizar estudo para criação de novas áreas destinadas a estacionamento. ✓ Ampliar as oportunidades de lazer e interação para as pessoas com deficiência, incluindo banheiros adaptados, de fácil acesso e oportunidades de lazer e interação com o meio. ✓ Estudos para a identificação de atividades noturnas potenciais – visualização diferenciada da paisagem, observação do céu, entre outros. ✓ Estudos e formatação de produtos de observação de aves (<i>birdwatching</i>), seja como nova unidade de negócios, seja para a capacitação de monitores atuais e futuros para o desenvolvimento de atividades de estudo do meio e educação ambiental; ✓ Estudos e posterior regramento específico para utilização da Zona de Uso Intensivo, em espaços previamente definidos, para eventos sociais e culturais; ✓ Estudo para transformar a antiga trilha de Monteiro Lobato em uma trilha adaptada para deficientes físicos <p>3 - Realizar estudos para o desenvolvimento de marcas baseadas nas características marcantes e emblemáticas do PECJ:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Enfatizar a araucária e o pinhão; ✓ Fomentar imagens e práticas associadas ao turismo ecológico, agregando valor às atividades desenvolvidas no interior do PECJ, em especial nas áreas de Uso Intensivo, onde por vezes os usuários visitam a UC apenas para uma caminhada trivial e consumo de alimentos – uma espécie de lazer chique na alta temporada, sobretudo –, devem ser estudadas formas de inserir alguns preceitos de educação ambiental, com práticas que permitam entender e valorizar a natureza visitada. ✓ Elaborar um Plano de Marketing para o PECJ <p>4 - Implantar política de relacionamento com permissionários de serviços de uso público que preveja direitos e deveres:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolver programa de Responsabilidade social e ambiental; ✓ Desenvolver em parceria com os permissionários, Políticas de redução de impactos. São considerados nesse item a cadeia de insumos dos produtos comercializados (dar preferência para produtos: com certificado de origem; produzidos na região; orgânicos; que não empreguem mão de obra infantil ou em condições análogas à do escravo em sua produção etc.) ✓ Fomentar atividades de compostagem, inclusive como suporte para a Educação Ambiental.

	<p>5 - Desenvolver e assegurar a existência de meios de comunicação e divulgação do PECJ em acordo com as tecnologias disponíveis e tendências de <i>marketing</i> existentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ <i>Folder</i> com informações básicas do PECJ, ressaltando a importância da UC e a possibilidade de estabelecer uma relação diferenciada com a natureza; ✓ <i>Sítio na internet</i>, oferecendo as mais diversas informações sobre o parque, destacando, no caso específico da UC, as possibilidades de uso existentes, os horários das atividades, os valores cobrados, fotos, mapas e vídeos, etc. ✓ <i>Inserção da UC nas redes sociais</i>, permitindo não só a divulgação do parque e de suas atividades – como no caso do sítio de internet -, mas possibilitando outra forma de interação com a UC. ✓ Desenvolvimento de um aplicativo para o PECJ
MANEJO DE TRILHAS	<p>1 - Realização de estudos que delimitem as possibilidades e limites de uso das trilhas abertas e futuras:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar estudos de capacidade de suporte ✓ Desenvolvimento de estudos nas trilhas com base em duas frentes: a) análise dos aspectos da paisagem, de forma a verificar o potencial intrínseco de cada uma das trilhas, com base em critérios técnicos, e, b) análise das expectativas da demanda, para identificar os interesses de visitação pelas trilhas e ordenar estrategicamente a implantação de cada uma delas, ou mesmo de uma nova funcionalidade para uma trilha já existente. <p>2- Execução da manutenção de trilhas:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Estabelecer indicadores e criar rotina para manutenção e monitoramento das trilhas, contemplando a verificação das condições do leito, de encostas (montante e jusante), surgimento de voçorocas ou outros problemas decorrentes do manejo incorreto da água, da vegetação, de vandalismos e dos equipamentos facilitadores (escadas, deques, corrimãos, etc.)
GESTÃO DE PESSOAS	<p>1- Contratação de funcionários para a equipe permanente de uso público:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Manter e qualificar o número de monitores ambientais para orientação do público, atividades de educação ambiental e estudo do meio. ✓ Assegurar a existência de atendentes para informações básicas, orientações, apoio ao visitante, etc. ✓ Aumento do número de funcionários destinado à limpeza e à manutenção de áreas verdes; <p>2- Desenvolver uma estratégia para atualização de funcionários e demais colaboradores que atuam no uso público:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar cursos e/ou fomento a atividades de capacitação e atualização dos envolvidos com o Uso Público ✓ Estabelecer encontros internos e/ou externo periódicos para a avaliação do desenvolvimento das atividades de uso público

GESTÃO DA VISITAÇÃO	<p>1- Elaborar plano de gestão de riscos e contingências:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Prever sistemas ágeis e eficientes de comunicação, solicitação e atendimento às urgências, e, encaminhamento de eventuais vítimas de acidentes e incidentes para as autoridades médicas competentes. <p>2- Desenvolver pesquisas periódicas sobre perfil de usuário, preferências e satisfação em relação aos serviços prestados e oportunidades de aprendizado:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Realizar periodicamente pesquisas e censos, baseados em critérios e parâmetros estatísticos (para definição de representatividade das respostas) e qualitativos (para que o conteúdo dos questionamentos seja adequado aos objetivos pretendidos). Estas pesquisas deverão estar baseadas na delimitação de, no mínimo, três aspectos fundamentais: i) <i>Perfil da demanda</i>, incluindo aspectos de origem, renda, idade, escolaridade, condições financeiras, gênero (incluindo pesquisas sobre segmentos emergentes do mercado, como o chamado GLBT), preferências de viagem, gostos etc.; ii) <i>Motivações de viagem</i>, tentando identificar as razões que levaram o usuário a optar por incluir o PECJ em seu roteiro, bem como quais as atividades que eles pretendem desenvolver na UC; e, iii) <i>Satisfação em relação à experiência</i>, tanto pelos serviços e produtos consumidos quanto pela experimentação vivenciada. <p>3 - Estabelecer e implantar protocolos de monitoramento dos impactos do uso público.</p> <p>4 - Criar um grupo de estudos de oportunidades de uso público para o médio e longo prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Subsidiar o Conselho e a Gestão com informações sobre novos potenciais para uso público, tendo em vista as possibilidades futuras, a partir da revisão do Plano de Manejo.
ENVOLVIMENTO E ATENDIMENTO À COMUNIDADE LOCAL	<p>1 - Estabelecimento de regras e limites de uso para os equipamentos e espaços de lazer na Zona de Uso Intensivo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Ordenamento das atividades e pactuação sobre as possibilidades e limites de usos de determinadas áreas, com especial atenção às seguintes questões: i) horários de uso; ii) regras mínimas de comportamento, com atenção para a poluição sonora, e, iii) destinação adequada dos resíduos, incentivando a geração mínima e a responsabilização compartilhada pelo resíduo gerado; <p>2 - Realizar eventos no interior do Parque (comemoração dia da árvore, aniversário do Parque, entre outros), a fim de promover os objetivos da UC, ampliar parcerias e incrementar a comunicação.</p>

Tabela 23 – Diretrizes de Linhas de Ação – Parque Estadual de Campos do Jordão

Fonte – Fundação Florestal, 2015.

4.6.2 Potencialidades do PE Campos do Jordão

As potencialidades são consideradas como aspectos que possam favorecer a preservação da fauna e flora existente, aproximar a Unidade de Conservação da comunidade que vive no entorno da UC além de ampliar a percepção e valorização do visitante sobre a natureza existente no Parque, o apoio institucional e público à existência da UC e até promover o aumento de visitantes, desde que o número maior não comprometa os ideais de preservação do próprio local.

Por tratarem de aspectos internos ou controláveis pela administração da UC, devem ser identificados para poder a partir de então traçar estratégias que busquem sua conservação e melhor aproveitamento de suas potencialidades, para assim tentar promover a contemplação e valorização dos elementos da natureza e cultura presentes na UC, por meio da prática do turismo.

☹ **Alto valor histórico, cultural e natural**: O Parque Estadual de Campos do Jordão conta com uma elevada variedade e diferenciação de sua biodiversidade em relação a outras UCs. Conforme analisado anteriormente, são encontradas no PECJ várias espécies de mamíferos, como a onça suçuarana, o cateto, o macaco-prego, a capivara, o veado mateiro e o esquilo, além das espécies atualmente ameaçadas de extinção segundo lista do IBAMA, como o papagaio de peito roxo, onça preta e jaguatirica. Estão catalogados ainda como elementos da fauna encontrados no Parque o jacu, gralha, seriema, tico-tico e sabiá-laranjeira. No total, estão catalogadas mais de 186 espécies de aves, segundo a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Com relação à flora há de destacar a abundante presença da Araucária, rara de ser encontrada no Estado de São Paulo e no Brasil de uma forma geral, já que concentra preferencialmente em áreas de clima mais temperado. Além disso, o Parque abriga uma porção considerável de vegetação remanescente de Mata Atlântica.

O processo de formação do Parque está relacionado diretamente ao processo de formação do próprio município e representa um importante fragmento da história da economia paulista, por isso o local é passível de estudos e visitas de caráter cultural que podem estar associados a essa história ou à natureza existente, tendo em vista sua rica e rara biodiversidade (conforme descrito acima) e que colaboram para o aumento de sua atratividade e visibilidade e valor enquanto espaço público que visa a conservação de uma área natural.

A biodiversidade do parque, aliada a sua importância histórica e cultural, estimula o interesse de pesquisadores para desenvolver estudos na UC, embora, como foi observado na análise das fragilidades do próprio PECJ, isso ainda efetivamente não

ocorra com maior frequência em função da carência de espaços, equipamentos e pessoal adequado no PECJ para atender as necessidades desses pesquisadores.

Vale destacar ainda que no decorrer da elaboração do último Plano de Manejo do Parque, em 2015, foram encontrados edificações e resquícios de técnicas utilizadas antes mesmo da vinda dos portugueses no Brasil e que são considerados pelos pesquisadores responsáveis pelo estudo como acervo arqueológico. Esse acervo ainda foi pouco estudado e divulgado e pesquisas mais avançadas nesse sentido, associado à criação de um espaço para exposição do material coletado, poderiam ser configurados como importantes atrativos para o PECJ.

Será importante ainda capacitar os funcionários (em especial os monitores) com relação aos cuidados e explicações necessárias para que os visitantes conheçam o acervo arqueológico presente no Parque e que esses funcionários possam aprender técnicas para implantação sinalização adequada para melhor orientação aos visitantes sobre o significado do acervo e facilitar a localização do acervo existente pelos mesmos.

- ☺ **Existência de Conselho Consultivo:** segundo o Plano de Manejo do PECJ publicado em 2015, os Conselhos Consultivos do PECJ (e PEMCJ) foram criados em 2010 e desde então promovem reuniões regulares em pelo menos uma vez por semestre, exceto no segundo semestre de 2012, quando não houve reuniões em virtude das mudanças da gestão do PECJ.

A partir de 2014 foi apresentada, por meio de reunião em plenária, uma nova proposta de constituição do Conselho, tendo em vista a necessidade de resolução de problemas identificados desde sua criação como um maior número de representantes governamentais em relação ao número de representantes da Sociedade Civil; cadeiras disponibilizadas para sociedade civil ocupadas por funcionários do PECJ e reuniões com representantes do entorno eleitos em plenária sem a devida indicação formal. A partir da Resolução SMA nº 147 de 2017, o Conselho Consultivo do PECJ e por relação, do PEMCJ, passaram a ser constituídos da seguinte forma:

Instituições Governamentais	Instituições Não Governamentais
Fundação Florestal	OBB - Outward Bound Brasil
Polícia Militar Ambiental do Estado de SP	ACE - Associação Comercial e Empresarial de Campos do Jordão
Prefeitura Municipal de Campos do Jordão	AMATUR - Associação Mantiqueira de Ecoturismo e Turismo de Aventura
Prefeitura Municipal de Guaratinguetá	ASSTUR - Associação de Hotelaria e Gastronomia
APTA – Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios	AFAGA - Associação dos Amigos da Fazenda da Guarda
	AAG - Associação de Amigos do Gomerai
	IFSP - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo
	IB/UNICAMP - Instituto de Biologia da Universidade Estadual de Campinas

Tabela 24 – Composição do Conselho Consultivo – PECJ e PEMCJ – Desde 2017.

Fonte- Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 2017

Segundo a lei do SNUC, os Conselhos Consultivos representam um importante instrumento de articulação e participação comunitária para o equacionamento dos problemas da Unidade de Conservação. Esse modelo é atualmente bem aceito pela gestão pública e sociedade civil tendo em vista a capacidade desse organismo em propor soluções adequadas aos problemas enfrentados pelas UCs.

Isso ocorre principalmente em função do conhecimento existente pelos integrantes com relação à realidade da Unidade de Conservação, aliado a diversidade de opiniões e pontos de vista de um mesmo problema ou desafio, o que facilita encontrar a solução ideal. Esses benefícios são ampliados quando o Conselho promove reuniões capazes de trazer resultados objetivos e produzidos, com regularidade, como ocorre nas UCs estudadas.

⊗ **Acesso fácil à unidade:** O PECJ está localizado a 10 km do centro de Campos do Jordão por Estrada Municipal em bom estado de conservação, o que facilita seu acesso por diversos tipos de veículos como ônibus (excursão ou público municipal), bicicleta ou motos.

Apesar de carecer de uma melhor sinalização horizontal, como faixas pintadas no asfalto, por exemplo, não é comum encontrarmos registros de acidentes na *Estrada do Horto*, o que amplia a sensação de segurança dos transeuntes e estimula a vinda de visitantes para o PECJ.

Por outro lado, é importante considerar até que ponto esse acesso facilitado é interessante para uma Unidade de Conservação, principalmente com relação a ônibus de excursões, que costumam trazer um grande contingente de visitante ao mesmo tempo.

Então, para que essa *potencialidade* não seja transformada numa *fragilidade* frente ao propósito de conservação da natureza presente na UC, é fundamental que seja instalado algum tipo de estudo para medir os impactos provenientes de um grande número de visitantes da UC ao mesmo tempo, aliado a uma política de limitação do número de ônibus de excursão, vans e até mesmo veículo de passeio que podem adentrar o PECJ por dia, pois além do número de pessoas acima da capacidade de controle e fiscalização deve ser pensado ainda na poluição ambiental e sonora trazida por esses veículos a essa Unidade de Conservação.

- ⊗ **Diversidade de estruturas físicas e serviços e lazer** : apesar de ocupar uma porção menor que 3% de todo território da UC, a Zona de Uso Intensivo abriga uma diversas instalações e serviços que permitem aos visitantes exercer uma série de atividades enquanto permanece no Parque.

Nessa área são encontrados instalações para a prática de tirolesa, arvorismo e *mountain bike*, Centro de Visitantes, Espaço Araucária, *Playground*, Churrasqueira , áreas para a prática de *pic nics* e capela, além de cinco trilhas disponíveis para visitas monitoradas (01 trilha – Celestina) ou auto guiadas (04 trilhas) com diferentes níveis de dificuldade, desde o nível fácil ou baixo (04 pontes e Cachoeira), médio (Rio Sapucaí) até de alta dificuldade (Celestina).

Ressalta-se, porém, o estado de conservação ruim de muitas dessas instalações, conforme analisado anteriormente, em especial aqueles de domínio e acesso público.

- ⊗ **Alta receita gerada pela cobrança de ingressos**: em 2016, o Parque registrou a entrada de mais de 140 mil visitantes, o que permitiu uma arrecadação de R\$1.170.784,00 de acordo com o Governo do Estado de São Paulo (2017).

Esse montante representa uma receita importante para a melhor gestão do PECJ, mas que atualmente não pode ser usada integralmente tendo em vista a política da Fundação Florestal, entidade responsável pela administração dessa Unidade de Conservação e que centraliza todo recebimento e distribuição da receita obtida nas suas UCs administradas.

De qualquer forma, mesmo nesse sistema, há um repasse de um montante maior da Fundação Florestal para o PECJ em relação às outras UCs em função dos seus custos operacionais maiores, ocasionados principalmente pela sua grande dimensão territorial e necessidade de mais pessoal para monitorar o comportamento do grande número de visitantes, em especial nos meses de julho e janeiro (férias escolares).

- ⊖ **Potencial de ampliação de atividades recreativas e culturais na sede:** além da diversidade de opções de lazer e serviços existentes atualmente no PECJ (o que foi considerado aqui como uma das *potencialidades* da UC), há dentre as propostas do Plano de Manejo a ideia de ampliar a área de uso intensivo, onde qualquer pessoa pode visitar sem prévia autorização.

A proposta é que essa área seja ampliada de 2,3% do Parque (187,05 ha) para 3,24% (263,63 ha), o que possibilitaria diversificar ainda mais as atividades recreacionais propostas, por meio da implantação de áreas passíveis de roteiro de observação de aves e ciclismo, práticas consideradas pouco invasivas ou degenerativas e que poderiam estimular a prática do turismo de forma menos mercantilista e mais contemplativa, o que levaria os visitantes a melhor compreenderem e valorizarem o meio natural que estão visitando e interagindo.

- ⊖ **Contexto natural (paisagem) e turístico (nomes Campos do Jordão e Horto Florestal) como marcas fortes;** no decorrer dos trabalhos de campo, foi observado que há uma identidade muito forte da comunidade jordanense com o PECJ, ainda chamado pela maioria dos jordanenses como “Horto” a ponto de que todas as placas indicativas de acesso ao PECJ levam essa designação.

Essa identidade histórica - cultural estimula a valorização da UC por parte da população, que tende a melhor compreender e aceitar compartilhar de grande porção territorial de seu município com a UC, além de indicar a visitação do local aos turistas, embora sem grande conhecimento do que poderá ser feito por lá.

Outra força identificada está no fato do parque estar localizado dentro de um **destino turístico consolidado**, o que permite à UC aproveitar do grande número de visitantes na Estância Turística (entendida e analisada aqui como uma *oportunidade* porque está além do controle da administração do Parque) e possibilita ao Parque Estadual de Campos do Jordão se unir a um destino valorizado no mercado de turismo, em especial nos grandes centros emissores de turistas do Estado de São Paulo, como a capital paulista, Campinas, Ribeirão Preto e Jundiaí.

Ponto de partida com destino ao PECJ	Distância (Km)
Taubaté/SP	68,3
São José dos Campos/SP	91,6
São Paulo/SP	185
Ribeirão Preto/SP	418
Jundiaí/SP	237
Campinas/SP	241

Tabela 25 – Distâncias de municípios paulistas em relação ao PECJ.

Fonte – Google Maps, 2019.

Apesar da potencialidade identificada, falta consolidar essa identidade por meio de uma frequência maior da comunidade de Campos do Jordão ao local, o que não ocorre, pois muitos moradores consideram o local *caro* ou um lugar *de turistas* como foi identificado a partir das entrevistas realizadas com gestores e conversas informais com os moradores de Campos do Jordão no decorrer dos trabalhos de campos.

A mudança dessa percepção, aliado a uma maior presença da comunidade que vive no entorno da UC estudada poderia ampliar e até mesmo perpetuar essa identidade e o seu entendimento sobre a biodiversidade local (outra potencialidade identificada) oferecendo assim subsídios para que sua compreensão sobre a UC vá além da contemplação da paisagem e consumo de produtos e serviços consumidos a partir da mercantilização da natureza existente no PECJ.

☺ **Existência dos permissionários na UC:** as empresas que detêm a permissão de exploração de serviços dentro da UC, como o restaurante, loja de venda de souvenirs, cafeteria, passeio de trenzinho, aluguel de bicicletas e venda de atividades de tirolesa e arvorismo exercem práticas que colaboram indiretamente na conservação (através de orientação aos seus clientes sobre a importância de conservar e respeitar o local) e principalmente na divulgação da UC

Nesse último caso, a divulgação ocorre por meio do seu *site* e na sua própria página existente em redes sociais, como *Facebook* e *Instagram*, que por sua vez não dependem da autorização da Fundação Florestal para ocorrer.

Além disso, os comentários existentes no *site Trip Advisor* sobre essas atividades (na sua grande parte são positivos) estimulam a vinda de visitantes, aumentando assim a arrecadação da UC, embora para muitos desses visitantes, num primeiro momento, a natureza visitada seja um *meio* e não um *fim* para sua presença no Parque Estadual de Campos do Jordão.

A presença dos permissionários qualifica os serviços prestados e estrutura existente e colabora para o aumento da receita do Parque, seja por meio de um volume maior de

ingressos seja por meio do valor pago para terem direito a concessão pelos serviços prestados e produtos comercializados.

É possível afirmar ainda que essas empresas e/ou profissionais liberais favorecem a empregabilidade local, já que os proprietários e seus respectivos funcionários nasceram e residem em Campos do Jordão, conforme pode ser observado na visita de campo realizada em janeiro de 2017. Por outro lado, é importante lembrar, conforme visto anteriormente, que os serviços oferecidos pelos permissionários são cobrados, o que representa a evidência da prática de comercialização da natureza por meio da atividade turística no local. Para piorar a situação, a estrutura mais qualificada e melhor conservada do PECJ pertence justamente a esses permissionários, o que exclui ou inibe aquele que não detém o capital da possibilidade de usufruir e valorizar o PECJ da mesma forma de quem possui o capital, além de afugentar o morador que vive no entorno do Parque, contribuindo assim para a consolidação do estereótipo de que o PECJ possui atrativos disponíveis e acessíveis apenas para turistas endinheirados, como normalmente ocorre nos demais atrativos de Campos do Jordão.

4.6.3 Fragilidades do PE dos Mananciais de Campos do Jordão

A seguir, são analisadas as fragilidades do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão em relação à perspectiva da prática do turismo nesse local.

FRAGILIDADES	POTENCIALIDADES
<ul style="list-style-type: none"> ⊗ Ausência de um corpo de funcionários exclusivos para o PEMCJ ⊗ Gestão compartilhada com PECJ ⊗ Alta rotatividade de gestores na UC ⊗ Inexistência de rotina para efetivação de parcerias ⊗ Faltam projetos de interação com o entorno ⊗ Ausência de tratamento dos esgotos ⊗ Inexistência de equipamentos e serviços de suporte para a realização de pesquisas ⊗ Ausência geral de estrutura física adequada para visitantes ⊗ Existência de propriedade particular no interior da UC ⊗ Cercas e porteiros frágeis ⊗ Prática frequente de motociclismo no entorno do parque 	<p>Área de manancial Facilidade de acesso à UC Relevo de difícil acesso em algumas regiões do Parque Áreas com potencial para uso público sem grandes problemas ou conflitos socioambientais.</p>

Tabela 26 – Fragilidades e Potencialidades – Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão

Fonte –Pozati, 2019.

Vale destacar que os apontamentos acerca das fragilidades e também potencialidades (pontos fortes) do Parque dos Mananciais é resultado de um conjunto de observações e interpretações baseados nas informações e considerações a respeito disponíveis em seu Plano de Manejo, informações sobre o PEMCJ apresentadas e analisadas aqui até o presente momento, visita *in loco* ocorrida na UC e considerações do seu Gestor a respeito, obtidas por meio de entrevista formal com esse profissional.

O quadro acima descrito sintetiza as fragilidades e potencialidades do PEMCJ identificados a partir do método SWOT, para então analisar mais detalhadamente cada um desses itens, o que permitirá ampliar o entendimento sobre seus aspectos favoráveis ou não para a atividade turística em seu território.

- ⊗ **Ausência de um corpo de funcionários exclusivo para o PEMCJ:** atualmente, nenhum funcionário contratado pela Fundação Florestal ocupa integralmente as funções de fiscalização ou manutenção do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, pois grande parte de suas atribuições é preenchida pela atual demanda do Parque Estadual de Campos do Jordão.

Essa é talvez a principal razão para que o PEMCJ ainda esteja fechado para visitação pública, o que o impede nesse momento de atender a um dos seus requisitos básicos enquanto *Parque*, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Além disso, a falta de uma fiscalização mais efetiva do PEMCJ estimula que violações às leis ambientais no PEMCJ sejam praticadas pela fiscalização ou punição deficientes, o que certamente compromete o ideal de conservação da UC estudada.

- ⊗ **Gestão compartilhada com PECJ:** assim como ocorre com os funcionários, toda a administração do Parque dos Mananciais é compartilhada com o Parque Estadual (Horto) e como esse última UC demanda muito mais trabalho em relação ao Parque dos Mananciais, em função do seu tamanho e fluxo considerável de visitantes, o tempo destinado pelo Gestor para a administração do PEMCJ é ínfimo em relação ao dedicado ao PECJ.

Essa situação colabora para a manutenção do atual quadro de abandono da Unidade de Conservação potencial ou impede que haja um tempo ideal para tratar de questões específicas do Parque dos Mananciais, que embora ainda não esteja aberto para visitação, requer cuidados para sua manutenção, fiscalização e elaboração de projetos para a melhoria de sua estrutura. Além do gestor em si, o Conselho Gestor é o mesmo para as duas UCs, que significa na prática que a maior parte do tempo das reuniões do Conselho é dedicada às atuais questões demandas pelo PECJ, enquanto que o PEMCJ

aparentemente, segundo a visão do Conselho, não precisa ser tratado, afinal de contas se trata de uma Unidade de Conservação fechada, uma situação que mantém desde a sua criação, há quase trinta anos, sem que nada de efetivo tenha sido pesquisado, pensado ou criado especificamente para essa Unidade de Conservação por todo esse tempo, além do seu Plano de Manejo, publicado em 2015.

- ⊗ **Alta rotatividade de gestores na UC:** em função da gestão compartilhada entre as UCs, é um problema inerente para ambas, mas que ocasiona mais problemas atualmente para o *Horto* do que para o PEMCJ, pois como visto, essa UC está inoperante desde sua criação, o que na prática pouco interfere para sua dinâmica se quem está na sua administração é *gestor A* ou *gestor B*.

A mudança nesse caso pode até ser vista como positiva, já que a nova gestão tende a assumir com novas ideias, o que poderia representar a mudança da atual situação do Parque dos Mananciais conforme alertado anteriormente, por outro lado, por mais que o gestor demonstre vontade em mudar o cenário atual, sua autonomia é limitada, já que os recursos provêm da Fundação Florestal, assim como o seu tempo para dedicar ao PEMCJ, pois grande parte do seu tempo é ocupado com questões relacionadas ao PECJ.

- ⊗ **Inexistência de parcerias entre o PEMCJ e a Prefeitura de Campos do Jordão:** de acordo com o atual gestor da UC e Plano de Manejo do PEMCJ, a atual relação institucional existente com a prefeitura pode ser considerada boa e as necessidades, na medida que ocorrem, tem sido atendidas de uma forma geral pela Prefeitura. Por outro lado, o que se verifica é um vínculo operacional que existe apenas na medida em que os problemas ou necessidades aparecem, sem haver nenhuma parceria institucionalizada com o poder público e o que é pior, não existe constituído nem previsto a existência de qualquer tipo de normas ou instrumentos capazes de promover e facilitar futuras parcerias.

De acordo com o que foi observado na entrevista com o gestor do PEMCJ e no Plano de Manejo da UC, a Prefeitura Municipal de Campos do Jordão e gestão do Parque parecem entender que é necessário e benéfico para ambos que haja uma proximidade entre essas instituições, ou seja, apesar de inexistentes atualmente há uma possibilidade futura de estabelecer parcerias, o que permitiria investimentos municipais para a melhoria de estrutura de esgotamento do PEMCJ (uma das fragilidades analisadas aqui), visitas das Escolas Municipais ao Parque dos Mananciais alinhadas aos princípios de educação ambiental, auxílio da divulgação do local (pelo site oficial do município e placa de sinalização na área urbana de Campos do Jordão) ou na promoção

e realização de eventos no interior do Parque, como comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiental, aniversário do Parque e/ou do Município, sempre com o intuito de promover as ideias da UC e aproximar a comunidade que vive no entorno do Parque dos Mananciais de Campos do Jordão.

- ⊗ **Faltam projetos de interação com o entorno:** Os eventos e parcerias propostas acima poderiam minimizar ou até resolver por completo essa fragilidade identificada, já que a Prefeitura deve servir como instituição capaz de fomentar essa proximidade por meio de reunião ou proposta de projetos que envolvam todas essas partes.

A falta desses projetos resulta também na falta de perspectiva para que o entorno aproxime e possa melhor entender a importância da Unidade de Conservação, o que colaboraria para sua valorização frente a comunidade que vive nesse mesmo entorno, a exemplo do que ocorre com PECJ, onde há um sentimento de pertencimento enquanto que com relação ao PEMCJ o sentimento para a comunidade é de um local que não existe atualmente.

A maior interação com o entorno, obtida, por exemplo, por meio de campanhas e oficinas voltadas à comunidade com a proposta de conscientização sobre o que existe no Parque e qual sua importância para a preservação dos mananciais que abastecem o município, poderia estimular essa comunidade a conhecer o local ou recomendar de maneira formal (por meio de roteiros previamente estabelecidos e divulgados a partir dos hotéis e comércio local, sempre com vistas a proposta de conscientização ambiental por meio da visita) ou até mesmo de maneira informal, quando forem consultados pelos visitantes sobre possibilidades de atrativos de Campos do Jordão.

Quando esse sentimento de pertencimento, com relação ao Parque dos Mananciais for estabelecido de fato, haverá a possibilidade de se ampliar a fiscalização do PEMCJ por meio da própria comunidade que vive no entorno, mesmo que de forma informal, algo que poderia inibir práticas predatórias no entorno, como a atividade frequente de motociclismo no entorno do Parque, outra das fragilidades associadas ao Parque dos Mananciais.

A comunidade, quando enxerga a existência da UC vizinha a suas casas e comércios como algo importante para sua própria qualidade de vida, tende a valorizar o local e tornar a ser sua fiel guardiã.

- ⊗ **Ausência de tratamento dos esgotos e sua devida destinação no interior do Parque:** quando o local for aberto para visitação será fundamental que se invista em um sistema de esgotamento sanitário para se evitar qualquer risco de contaminação dos mananciais existentes, o que poderia representar um dano ambiental de consequência

provavelmente irreversível, além do aumento dos custos necessários para o tratamento da água fornecida à população de Campos do Jordão, algo que tenderia a ser repassado para a própria comunidade que vê no entorno.

É importante pensar que os investimentos necessários para o tratamento de esgoto do PEMCJ, por maior que possam parecer num primeiro momento, são ínfimos perto do risco e custos ambientais e financeiros da falta do sistema de esgotamento sanitário para o Parque dos Mananciais.

- ⊖ **Inexistência de equipamentos e serviços de suporte para a realização de pesquisas**: a falta de uma estrutura adequada para a realização de pesquisas no PEMCJ colabora para a manutenção da preocupante situação de ainda não existir qualquer tipo de levantamento ou pesquisa associada ao Parque dos Mananciais, além do que foi feito no seu Plano de Manejo, mesmo depois de mais de 20 anos de criação da UC.

Tendo em vista o fato de que muitos dos equipamentos e procedimentos necessários para a realização de pesquisas, como aquelas destinadas à identificação de flora e fauna, serem caros e frágeis, é de esperar que um pesquisador não tenha motivação ou se sinta seguro e amparado em realizar estudos mais aprofundados num local que parece pouco preocupado em lhe oferecer condições mínimas para que seu trabalho se desenvolva.

- ⊖ **Ausência geral de estrutura física adequada para visitantes**: a UC não apresenta atualmente qualquer pavimento ou estrutura de visitação, nem tão pouco, foram encontrados projetos específicos prevendo quais tipos de construção poderiam ser instalados.

Frise-se, também, que ainda que apresente um potencial interessante para um contato diferenciado com a natureza, o PEMCJ, desde o seu nascimento nunca chegou a apresentar uma estrutura e/ou um programa de visitação pública e educação ambiental. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 46).

No quadro a seguir (Tabela 27), extraído do Plano de Manejo do PEMCJ, estão descritas as ações necessárias para preparar a UC para o Uso Público e onde são evidenciados objetivos, indicadores de avaliação e práticas necessárias para a conscientização dos visitantes sobre a importância de preservar e valorizar a natureza visitada, o que reforça minha tese de que há uma nova perspectiva de visitação para o PEMCJ em relação ao que é observado no PECJ, Unidade de Conservação de fluxo turístico consolidado.

Por outro lado, não foi observado, no mesmo quadro, *quais, onde, quando e como* esses equipamentos, estrutura e programa de visitação serão efetivamente instalados no PEMCJ, o que torna a proposta ainda muito distante de se tornar realidade de fato. De qualquer forma, todas as propostas são exequíveis e viáveis, bastando para isso o efetivo interesse do poder público para que elas sejam concretizadas no PEMCJ.

Diretriz	Objetivos	Indicadores
Estudos e implantação de roteiros de visitação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implantar os roteiros sugeridos, com delimitação das trilhas e espaços associados ✓ Estabelecer limites espaciais e comportamentais para as <i>Práticas Orientadas Junto à Natureza</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Roteiros implantados; ✓ Trilhas implantadas; ✓ Regras definidas para as <i>Práticas Orientadas Junto à Natureza</i>
Implantação da visitação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Definir equipe de uso público; ✓ Aperfeiçoar a infraestrutura atual de UP – Uso Público; ✓ Estabelecer e consolidar o UP; ✓ Monitorar os impactos do uso público. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Total de funcionários contratados ou designados para o UP; ✓ Infraestrutura adaptada para as propostas de UP, conforme projeto a ser estabelecido; ✓ Quantidade de visitas/mês; ✓ Impactos do uso público e análise de sua variação sazonal no curto, médio e longo prazos, quantificados e qualificados.
Envolvimento e atendimento à Comunidade Local	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoiar as atividades de UP que podem ser desenvolvidas em parceria com a sociedade Jordanense; ✓ Ampliar as oportunidades de uso recreativo e eco turístico para a população residente no entorno da UC. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empreendimentos sociais públicos implantados e em funcionamento; ✓ Quantidade semestral de ações efetivas de atração da população local na perspectiva dos empreendimentos sociais.

Tabela 27 – Diretrizes, Objetivos e Indicadores de Visitação Pública – PEMCJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Segundo o gestor o PEMCJ, Diego Lustre Gonçalves, os projetos para instalação da estrutura de visitação só serão desenvolvidos quando for finalizado o processo de concessão do PECJ, o que permitirá obter recursos e capital humano necessário para finalmente se ter uma estrutura mínima de visitação que deve incluir:

- ✓ Local para exposição fotográfica ou pesquisas desenvolvidas;

- ✓ Sala para recepção de alunos e desenvolvimento de projetos de educação ambiental;
- ✓ Sala para recepção e encaminhamento de visitantes;
- ✓ Sala para monitores;
- ✓ Sala para guarda de equipamentos de recreação e esportes de aventura;
- ✓ *Playground* ou brinquedoteca com equipamentos educativos que remetam a flora, fauna e importância das águas;
- ✓ Sinalização interna;
- ✓ Demarcação e sinalização de trilhas interpretativas;
- ✓ Sanitários;
- ✓ Estrutura para lojas de souvenirs contextualizados a proposta do Parque, assim como sua flora e fauna;
- ✓ Estrutura para restaurante e lanchonete.

- ⊗ **Existência de propriedade particular no interior da UC:** No interior da UC, foi identificada a existência de uma propriedade privada. Essa situação fere um dos princípios do SNUC, que não permite qualquer tipo de moradia no interior dos Parques. Além disso, a propriedade pode ocasionar contaminação hídrica tendo em vista não existir qualquer sistema de esgotamento sanitário da UC e ainda necessitar de exigência para autorizar a entrada de particular no PEMCJ sem autorização prévia, apesar da UC estar atualmente fechada para visitação.

Uma das particularidades do PEMCJ é a ocupação humana em seu interior, que tudo indica ser uma residência de veranista. Esta ocupação possui influências visíveis na paisagem do parque, assim como nos fragmentos de florestas remanescentes. A principal delas foi a transformação e manutenção de ambientes florestais em áreas de usos humanos como casa e jardim (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 357).

Para solucionar o problema será necessário desapropriar o imóvel e retirá-lo, já que sua arquitetura não está em sintonia com a paisagem do PEMCJ. Outra possibilidade seria a de aproveitar de sua estrutura para transformá-lo em um dos equipamentos necessários e atualmente ausentes, mas necessários para a visitação pública da UC estudada.

- ⊗ **Cercas e porteiros frágeis:** segundo o Plano de Manejo do PEMCJ publicado em 2015 e na visita *in loco* à Unidade, ocorrida em março de 2019, foi constatado que a entrada principal do PEMCJ apresenta cercas e porteira frágeis, em péssimo estado de conservação, o que facilita sua transposição e uma eventual invasão ou depredação do local. Tais características dificultam ainda mais a já precária fiscalização do PEMCJ.

As estruturas existentes no interior do PEMCJ são antigas e o estado de conservação delas é precário. Na entrada do parque há uma porteira com um cadeado, sem qualquer estrutura de portaria. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 352).

Dentre todos os investimentos necessários, a construção ou reforma de uma portaria é prioritária, pois demonstrará à sociedade local, bem ou mal intencionada, que o local aparentemente está preservado, mesmo que uma leitura mais atenta aos documentos sobre a UC alerte que o PEMCJ careça de pessoal e estrutura que garantam de fato sua preservação.

4.6.4 Potencialidades do PE dos Mananciais de Campos do Jordão

- ⊗ **Área de manancial:** a própria criação da UC está vinculada aos mananciais que compõem parte de seu território e sua água presente consiste no principal atrativo do PEMCJ, seja para estudantes, visitantes vindos de outros municípios e comunidade que vive no seu entorno.

Inserido no Bioma Mata Atlântica, o PEMCJ, que já chegou a ser responsável por cerca de 70% do abastecimento municipal de Campos do Jordão (atualmente segundo a SABESP, responde por 30% graças ao assoreamento verificado na região). (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 36).

A sua vocação vinculada a água permite prever uma série de atividades que poderiam ser desenvolvidas dentro de seu território. A água de seus mananciais pode ser usada como inspiração para o aprendizado para futuros estudantes de escolas de ensino fundamental e médio ou visitantes e comunidade que vive no seu entorno, os quais, mesmo desvinculados a escolas, podem obter interessantes informações sobre o correto manejo da água ou ainda aprender sobre a importância de preservar a área de mananciais de água de um município, ameaçado normalmente em decorrência da especulação imobiliária incentivada pela expansão urbana, e que provoca seu assoreamento (como ocorria na área de mananciais antes da criação do Parque) ou por meio da poluição industrial desenfreada, que pode contaminar esse importante recurso hídrico para o Município.

- ⊗ **Facilidade de acesso à UC:** O Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão está localizado a cinco quilômetros do centro urbano de município que leva seu nome, por meio de estradas em bom estado de conservação. Comparada ao PECJ, o Parque dos Mananciais é até mais próximo ao centro urbano, o que estimula a vinda de visitantes e comunidade que vive no seu entorno. Conforme analisado anteriormente, a evolução do acesso e meios de transporte está dentre as principais razões para o aumento do fluxo turístico em todo o mundo.

Por outro lado, essa proximidade e facilidade de acesso envolve o risco da superlotação do PEMCJ, especialmente nos meses de férias escolares (julho e janeiro), aliado ao

vetor de pressão do seu entorno, que pelo fato de tratar de uma área com alto índice de urbanização, apresenta diversos tipos de uso e ocupação do solo, como as coníferas exóticas (pinus), chácaras de recreio, pesqueiros e áreas desmatadas para uso agropecuário e novos loteamentos, as quais representam ações antrópicas que necessitam ser constantemente monitoradas por ocasionar pressões que podem afetar a biodiversidade e ameaçar a integridade do PEMCJ.

- ☹ **Relevo de difícil acesso em algumas regiões do Parque**,: a Zona de Uso Extensivo, (prevista para ser a única aberta para visitação pública), está localizada em um área de fácil acesso a partir da portaria principal e próxima aos limites do Parque, num total de 10% do território, segundo o Plano de Manejo do PEMCJ e pelo que foi observado na visita *in loco*.

Esse fato, aliado ao relevo de difícil acesso ao interior da UC, permitirá um maior controle sobre o fluxo e comportamento dos visitantes e por consequência, num menor impacto ambiental proveniente da prática do turismo, impedindo assim a poluição e descaracterização da fauna e flora presente em função da presença dos visitantes em qualquer área do Parque, o que não desonera sua administração de sempre monitorar os visitantes para que os 10% visitados também mantenham suas características originais preservadas e contribua assim para a manutenção do equilíbrio ambiental no interior da UC.

Essa característica nos leva a identificar outra potencialidade relacionada à prática do Turismo da PEMCJ, e talvez uma das mais importantes com relação a uma eventual preocupação que a atividade turística poderia gerar na UC. Tendo em vista o relevo, porcentagem do território autorizada para uso público e proposta de visitação do PEMCJ, em grande parte alinhada aos princípios defendidos pelo SNUC para uma Unidades de Conservação classificada como *Parque*, é possível afirmar que a prática do uso público no **Parque Mananciais não apresentará grandes problemas ou conflitos socioambientais** decorrentes, nem se configura com a mesma proposta de mercantilização da natureza, como infelizmente é evidenciada atualmente no PECJ e que tende a ser ampliada a partir da sua concessão para a iniciativa privada. Isso demonstra uma proposta de prática do turismo do PEMCJ alinhada aos princípios de valorização da natureza como fonte de uso, o qual é amplamente defendido nesse trabalho.

4.6.5 As ameaças e oportunidades do PE Campos do Jordão e PE Mananciais dos Campos do Jordão sob a perspectiva da análise SWOT

Sob a perspectiva da análise SWOT, as *ameaças* são entendidas como fatores externos ou incontroláveis à gestão da Unidade de Conservação, mas que podem comprometer seu equilíbrio ou preservação e por isso devem ser identificadas e analisadas. Não há como eliminá-las por completo, mas ações de planejamento, políticas públicas adequadas podem tornar a ameaça controlável ou pouco comprometer as características originais das Unidades de Conservação estudadas.

FATORES EXTERNOS		AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
		<ul style="list-style-type: none">⊗ Desrespeito e/ou desconhecimento das leis de proteção ambiental;⊗ Falta de treinamento adequado para equipes terceirizadas;⊗ Instituições externas sem vínculos ou comprometimento com o Parque;⊗ Ausência de formalização na parceria existente com a Prefeitura de Campos do Jordão e o Parque;⊗ Baixo efetivo no contingente da Polícia Militar Ambiental de Campos do Jordão;⊗ Ilegalidade do porte de arma para os vigilantes terceirizados.⊗ Complexidade e morosidade da FF na contratação de serviços;⊗ Pouco interesse da comunidade local na visitação ao Parque;⊗ Entrada de animais domésticos nas UCs;⊗ Baixo retorno dos pesquisadores sobre dados científicos produzidos em relatórios⊗ Pesquisa não é vista como atividade rotineira prioritária no manejo das unidades;⊗ Uso e ocupação do solo conflitante no entorno do Parque: caça, pesca e coleta irregular⁶¹.	<ul style="list-style-type: none">☺ Proximidade a um grande polo turístico☺ O PECJ parte da identidade da cidade como Horto Florestal⁶²;☺ ICMS Ecológico para o município de Campos do Jordão;☺ Potencial para o estabelecimento de uma estrada-parque⁶³;☺ Parceiras com escoteiros, ONGs e empresários da região;☺ Interesse de desenvolvimento de pesquisa pelas instituições de ensino

Tabela 28 – Ameaças e Oportunidades – PECJ e PEMCJ

Fonte – Fábio Pozati, 2019

A partir desse contexto, são considerados a seguir as principais ameaças e oportunidades relacionadas ao Parque Estadual de Campos do Jordão e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão. Essa análise volta a ocorrer em conjunto por entender que a proximidade geográfica e possibilidade de forte influência do mesmo município de entorno (Campos do Jordão/SP) para ambos os Parques leva a entender que

⁶¹ Ameaça que não pode ser associada ao PEMCJ

⁶² Oportunidade que não pode ser associada ao PEMCJ

⁶³ Idem

as mesmas ameaças e oportunidades identificadas e analisadas para o PECJ, também são válidas para o PEMCJ.

4.6.6 As ameaças ao PE de Campos do Jordão e PE Mananciais de Campos do Jordão

- ⊗ **Desrespeito e/ou desconhecimento das leis de proteção ambiental;** na entrevista realizada com o atual Gestor dos Parques⁶⁴ e segundo os Planos de Manejo do PECJ e PEMCJ, elaborados em 2015, a razão para o desrespeito às leis ambientais por parte da comunidade que vive no entorno e eventualmente por visitantes do PECJ (UC em estado consolidado de visitação) ocorre principalmente em virtude do desconhecimento desses visitantes e moradores com relação às leis relacionadas à Unidade de Conservação.

Muitos desconhecem, por exemplo, que o abandono de animais na UC ou a retirada de elementos da flora do Parque (como retirada de sementes de araucária como *souvenir* ou para venda de pinhões) não é autorizado e é passível de punição (multa ou apreensão) por serem considerados crimes ambientais.

Para minimizar ou anular essa ameaça é necessário que haja um trabalho de conscientização, por meio de oficinas participativas com os moradores do entorno, assim como palestras, cartilhas ou sinalização disposta na área destinada à visitação pública para que esses moradores melhor entendam sobre as leis ambientais mais comuns e desrespeitadas, assim como eventuais punições previstas para cada delito e principalmente, sobre as consequências desses atos frente à preservação da flora e fauna local.

Esse trabalho de conscientização poderia ser estendido ainda para os canais de comunicação oficiais do parque, como *site* (já existente e que não possui atualmente nenhuma informação referente) assim como um eventual aplicativo para celular e página em redes sociais como *Facebook* e *Instagram*, quando esses canais forem oficialmente utilizados. Vídeos explicativos nessas redes e no *Youtube* produzidos pelos monitores do parque também poderiam ajudar na melhor conscientização e respeito às leis ambientais vigentes nas Unidades de Conservação estudadas.

- ⊗ **Instituições externas sem vínculos ou comprometimento com os Parques;** apesar do PECJ ocupar uma porção considerável do território do Município e PEMCJ representar uma UC potencial para uma série de atividades ligadas a questão da

⁶⁴ Diego Lustre Gonçalves – Geógrafo - Entrevista realizada no escritório administrativo do PECJ, em 14 de janeiro de 2019.

educação e conscientização ambiental, não foram detectadas parcerias concretas entre a prefeitura de Campos do Jordão e a gestão responsável pelo PECJ e PEMCJ.

Há na verdade um bom relacionamento político entre essas instituições, conforme afirmado pelo atual gestor da Unidade de Conservação e pelo Plano de Manejo do PECJ e PEMCJ publicados em 2015, mas não há um apoio efetivo nem tão pouco a **existência de parcerias formalizadas entre a Prefeitura de Campos do Jordão e os Parques**, o que representa por si só uma nova ameaça frente à ideia de obter o maior envolvimento e presença da comunidade de Campos do Jordão nas UCs estudadas.

O que há de concreto é apenas a existência do programa de visitas das Escolas Municipais de Campos do Jordão, dentro do conceito de Educação Ambiental do próprio PECJ, sem que a prefeitura colabore sistematicamente para a viabilidade da continuidade do programa, por meio, por exemplo, de material didático relacionado ao programa, capacitação de professores ou ainda lanches para os alunos no decorrer da atividade. O máximo que ocorre é a disponibilidade de um ônibus para os alunos irem até o PECJ.

No caso do PEMCJ, não foi identificada nenhuma proposta ou projeto por parte do gestor público de fazer algo similar ao que ocorre, ainda de forma deficiente, no PECJ, mesmo considerando tratar de uma UC com grande potencial para práticas de educação ambiental, especialmente aquelas relacionadas ao melhor conhecimento e conscientização sobre a preservação da água de mananciais.

Apesar da oportunidade de apoio financeiro para o PECJ e PEMCJ por parte da prefeitura em razão do ICMS Ecológico de Campos do Jordão e possibilidade do seu apoio para a melhor divulgação desses parques, somado a uma eventual valorização e conscientização por parte de ONGs localizadas no entorno, como a Outward Bound Society - OBB⁶⁵ e até mesmo pelos escoteiros (como é visto adiante), não há atualmente nenhum apoio efetivo ou parceria dessas ou de outras entidades em favor do PECJ nem tão pouco do PEMCJ de forma regular ou formal.

Isso representa a perda de uma interessante oportunidade para reverter a precária situação financeira do PECJ ou ainda colaborar para a montagem da estrutura de visitação necessária para permitir a abertura efetiva do PEMCJ ao público em geral, além de configurar como uma ameaça que pode até inviabilizar a tentativa de melhor conhecimento e motivação da comunidade em se aproximar dessas UCs.

⁶⁵ A Outward Bound Brasil faz parte de uma rede mundial de escolas de Aprendizagem Experiencial ao Ar Livre que busca motivar seus alunos a saírem de suas zonas de conforto e vivenciarem experiências inovadoras em ambientes inseridos em espaços de natureza preservada, como o PECJ.

- ⊖ **Baixo efetivo no contingente da Polícia Militar Ambiental de Campos do Jordão**; o atual número de policiais designados e especialmente treinados em Campos do Jordão para auxiliar na fiscalização dos mais de oito mil hectares do PECJ, somado aos quinhentos hectares do PEMCJ, está muito abaixo do ideal, o que representa uma ameaça em potencial para a prática de crimes ambientais nesses locais, como caça e pesca sem autorização ou controle.

Esse quadro é agravado ao observar que o PECJ e PEMCJ não são as únicas Áreas de Preservação Ambiental existentes em Campos do Jordão, o que diminui ainda mais a eficácia da fiscalização por parte da Polícia Ambiental local e onera os já sobrecarregados funcionários dos Parques pesquisados, os quais são na maior parte do tempo, os únicos responsáveis pela fiscalização e monitoramento desses locais.

- ⊖ **Ilegalidade do porte de arma para os vigilantes terceirizados**: os vigilantes terceirizados do PECJ e PEMCJ ainda estão muito distantes do conceito de guarda-parque encontrados em UCs de outras regiões ou países. Uma das razões para isso é que esses profissionais não possuem atualmente qualquer autorização para posse de arma de fogo, o que compromete ainda mais a eficácia da fiscalização e acima de tudo, apreensão de pessoas que desrespeitam as leis ambientais vigentes e que muitas vezes têm porte de arma, até mesmo legalizado e reconhecido pelo Estado.

Têm-se então uma situação inusitada e contraditória, onde aqueles que precisam garantir a lei não tem autorização para possuir armas de fogo, enquanto que os criminosos trafegam livremente com suas armas com direito de posse e uso garantidos pelo Estado.

- ⊖ **Complexidade e morosidade da FF na contratação de serviços**; a falta de um maior contingente de policiais ambientais, aliado a falta de autorização de porte de arma dos vigilantes terceirizados, somado ao baixo contingente desses vigilantes e funcionários diretamente contratados perante a extensão territorial das UCs pesquisadas, representa uma perigosa combinação de fatores que ameaçam a manutenção da flora e fauna existente no PECJ e PEMCJ.

Por outro lado, essa ameaça poderia ser minimizada caso houvesse uma maior agilidade e simplicidade da Fundação Florestal na contratação de novas pessoas, algo que não ocorre, conforme observado nas visitas de campo às Unidades onde as entrevistas com os gestores dos Parques foram concedidas.

O aprimoramento na dinâmica de contratação por parte da Fundação Florestal em relação ao processo⁶⁶ e consequente redução da atual morosidade é necessário também ao pessoal administrativo (como ocorre na contratação de monitores) de um profissional exclusivamente responsável pelo acompanhamento das pesquisas e outro ainda responsável por gerenciar o atendimento aos visitantes, o qual poderia ter a função de coordenar a programação de visitas monitoradas e aprimorar a capacidade de divulgação das ações e programação atual do PECJ e futura do PEMCJ para com seus visitantes.

A burocracia desse processo de contratação é considerada aqui como *ameaça*, pois a maior agilidade para contratação não depende diretamente do gestor do PECJ e porque a morosidade em contratar novos funcionários sobrecarrega os atuais e estimula o desligamento dos mesmos, algo que agravaria ainda mais o quadro. Além disso, a dificuldade encontrada para repor funcionários inibe o desligamento de pessoal incompetente, que demorará muito para ser substituído, caso seja desligado.

- ⊗ **Pouco interesse da comunidade do entorno em visitar o Parque;** na entrevista realizada com a comunidade de Campos do Jordão, foi observado que a maior parte dos entrevistados não tem interesse em visitar novamente o PECJ.

Esse fato ocorre muito em função da carência de programas promovidos pelos gestores do Parque que estimulem sua maior frequência (tratados até aqui como fragilidade), mas também em decorrência da própria cultura do jordanense, pois embora considere o *Horto* algo que pertence a sua identidade a sua história, considera o local atualmente como algo voltado apenas para turistas endinheirados, tendo em vista os altos preços praticados pelo restaurante, bar café e empresas promotoras de passeios e atividades recreativas do local.

Essa percepção é similar a que ocorre em cidades litorâneas onde a população local é excluída de sua praia por não ter mais poder aquisitivo para frequentá-la ou até mesmo manter um imóvel próximo a ela, dado a alta valorização obtida em virtude da especulação imobiliária.

O ingresso gratuito ao Parque para a comunidade que vive no entorno não parece ser suficiente para a mudança desse quadro. Nesse caso, é importante pensar em atividades de recreação mais acessíveis financeiramente para esse público, uma política de conscientização permanente aliado a uma estratégia mais eficiente de comunicação para alterar essa percepção de que o Parque é inacessível financeiramente para a

⁶⁶ Muitas vezes o processo seletivo promovido pela Fundação Florestal envolve várias etapas de seleção e provas complexas para vagas com baixa remuneração quando comparada a média do mercado para vagas similares em empresas privadas.

comunidade, assim como ocorre em diversos atrativos turísticos e restaurantes espalhados pelo município de Campos do Jordão.

Mas infelizmente, caso a proposta de concessão do PECJ seja confirmada, esse público ficará ainda mais distante desse local, a exemplo do que ocorre nos parques nacionais de Iguaçu e Tijuca. Esse comportamento *pós-concessão* tende a gerar maior pressão da comunidade para que o poder público reveja o tamanho da UC, pois ele será incapaz de enxergar a razão e benefícios em ter tanto território *improdutivo* em uma área que poderia ser muito mais visitada, caso tivesse no lugar mais atrativos e equipamentos de hospedagem, recreação e alimentação com valores mais acessíveis a todos.

- ⊗ **Baixo retorno dos pesquisadores sobre dados científicos produzidos em relatórios:** o prejuízo decorrente do baixo volume de produção de pesquisas no PECJ, tratado anteriormente como fragilidade, é ampliado pelo baixo retorno quanto aos resultados das pesquisas realizadas até então no Parque.

Esses fatos podem ser considerados consequência direta do baixo comprometimento dos pesquisadores com o local pesquisado, pois muitas vezes não se identificam emocionalmente com o PECJ (por falta de estrutura, equipamentos ou incentivo para a pesquisa) ou porque tem o hábito de não prestar contas ou dar retorno a quem não lhe paga diretamente.

Somado a isso, deve ser considerada a falta de uma cobrança formal e mais incisiva por parte da COTEC/IF para com as pesquisas aprovadas, muitas vezes em decorrência de outra ameaça detectada: a de que a **pesquisa não é vista como atividade rotineira prioritária no manejo das unidades.**

A situação do PEMCJ é ainda mais preocupante, pois no decorrer do levantamento das informações relacionadas a essa UC em estágio potencial para visitação não foi identificado nenhuma pesquisa associada ao local além do seu próprio Plano de Manejo, publicado em 2015, concomitante ao PECJ.

Todas essas razões impedem que importantes estudos e seus respectivos resultados cheguem nas mãos dos gestores dessas UCs, o que possibilitaria aprimorar o manejo desses Parques em diversos sentidos (flora, fauna, turismo, fiscalização etc.) e desestimula ainda o incentivo para novas pesquisas, pois a entidade responsável pela gestão não consegue obter os benefícios desse investimento de tempo e pessoal para que a pesquisa seja desenvolvida. Isso resulta em um perigoso círculo vicioso e maléfico para a gestão desses Parques, assim como a divulgação de suas possibilidades e desafios para a comunidade acadêmica.

Quebrar esse círculo que envolve fragilidades e ameaças vai depender de uma mudança de atitudes por parte da gestão do PECJ e PEMCJ, a começar pelo fornecimento de

melhores condições e equipamentos, (melhores alojamentos, salas para estudos, veículos, monitoria capacitada) e pela mudança de postura do COTEC/IF, que deve cobrar efetivamente os pesquisadores pelos resultados obtidos, aliado a um maior comprometimento dos próprios pesquisadores em retornar com os resultados obtidos, mesmo que preliminares e ainda não conclusivos.

- ⊗ **Entrada de animais domésticos na UC**; A presença de cães e gatos dentro de UC ocorre principalmente em virtude da proximidade do PECJ a chácaras, sítios e casas de veraneios e no caso PEMCJ em função da proximidade à área urbana de Campos do Jordão.

Esses animais estão presentes nos Parques estudados por escaparem voluntariamente desses locais (em especial nas casas de veraneio, onde ficam muito tempo sozinhos) ou o que é pior, por abandono de seus proprietários, que enxergam nessas UCs uma possibilidade de seus animais indesejados viverem livres e terem alguma chance de sobrevivência.

O problema é que sua presença no PECJ e PEMCJ impacta diretamente no equilíbrio ambiental da flora e fauna desses locais, principalmente em função do extermínio de vertebrados existentes no parque.

A presença desses animais também traz sérias implicações no que diz respeito à saúde das populações silvestres, já que esses animais costumam serem portadores e transmissores de doenças contagiosas, como a toxoplasmose e a raiva por exemplo.

Vale destacar ainda que a soltura de animais domésticos, principalmente cães, é histórica no PECJ, por muitas vezes eles foram recebidos e tratados lá em um canil que existiu na área da Unidade de Conservação e que hoje está desativado.

A presença irregular de gado, em especial no PECJ, representa outra ameaça, já que esse tipo de animal pode causar a descaracterização da vegetação nativa por pisoteio (brejos, sub-bosques de ambientes florestais, vegetação ciliar), além de lançar excrementos nos cursos d'água, comprometendo assim sua potabilidade. Outro impacto significativo, ligado à presença do gado, é a descaracterização do ambiente causada pela introdução de forrageiras exóticas, que são caracterizadas como espécies invasoras da flora local.

O planejamento de ações conjuntas entre a Prefeitura do Município de Campos do Jordão, ONGs que cuidam de animais abandonados e a gestão do PECJ e PEMCJ, com o objetivo de aprimorar o manejo dos animais domésticos (gato, cachorro e gado), associado ao aumento da fiscalização e divulgação de ações de combate a prática, embasada na Lei Federal de Crimes Ambientais nº 9605/98, (que considera crime a soltura de animais domésticos em Parques), divulgação nos meios de comunicação

sobre multas aplicadas aos infratores em decorrência dessas práticas ilícitas, aliado ao aprimoramento das ações de comunicação junto as comunidades para que denunciem essa prática e entendam que o PECJ não é um refúgio para animais abandonados nem tão pouco possui um canil (desativado há muito tempo), parecem ser as ações mais apropriadas para minimizar essa ameaça identificada

⊗ **Uso e ocupação do solo conflitante no entorno do Parque: caça, pesca e coleta**

irregulares: segundo o último Plano de Manejo do PECJ, publicado em 2015, e a partir dos relatos de funcionários, boletins de ocorrência registrados entre 2008 e 2012 e gestor responsável por esse Parque, essas atividades ilícitas constituem uma das principais ameaças a integridade do PECJ, tendo em vista a alta frequência de ocorrência e a dificuldade de eliminação do problema em função do contingente deficitário para a fiscalização de toda a área da Unidade de Conservação. Já no PEMCJ não foi observada esse tipo de irregularidade ou ameaça.

De acordo com os dados do Sistema Interno de Monitoramento- SIM do PECJ, a pesca predatória é um dos problemas ambientais mais recorrentes, totalizando 24,44% das ocorrências registradas entre outubro de 2008 e novembro de 2012. A caça ilegal constitui o segundo problema ambiental mais enfrentado pelo PECJ e ocorre normalmente por comida, entretenimento ou comércio. As espécies normalmente caçadas no PECJ são as endêmicas da região como lontras, veados, cotias e papagaios.

O aumento do contingente de funcionários responsáveis pela fiscalização e coibição desse tipo de prática, aumento do número de postos de fiscalização, associado à criação e disponibilização de meios de comunicação específicos para o programa, como o *Disque Denúncia*, preenchimento de formulários eletrônicos e sistemas de monitoramento por câmeras instaladas em pontos detectados como de maior frequência de ocorrências são ações que podem minimizar a intensidade desse tipo de ameaça.

Com relação ao PEMCJ, essas ações propostas também são válidas, mas nesse caso em caráter preventivo, pois embora não seja verificada atualmente, a futura abertura do PEMCJ ao público incentivará, mesmo que sem querer, esse tipo de prática ilícita, especialmente com relação a pesca, já que o PEMCJ possui uma importante área composta pelos mananciais de água.

Outro problema recorrente do PECJ (26,67% dos Boletins de Ocorrência entre 2008 e 2012, segundo o atual Plano de Manejo), consiste na coleta não autorizada de espécies de plantas e sementes, principalmente as sementes de *Araucaria angustifolia*, conhecidas popularmente por *pinhões*, que são frequentemente coletadas no interior da

UC por visitantes e, principalmente, pela população de Campos do Jordão para consumo e venda (para os turistas). A remoção destas sementes altera a dinâmica da regeneração natural desta espécie e prejudica a alimentação de animais silvestres, em especial roedores, macacos e pássaros, que se alimentam e dependem dessas sementes para sobreviver.

Ações de conscientização para que os visitantes não recolham e nem comprem pinhões (vendidos principalmente na estrada de acesso da UC), associado a inserção de placas com esclarecimentos a respeito podem ajudar para que essa ameaça seja minimizada.

- ⊗ **Falta de treinamento adequado para equipes terceirizadas**; nas visitas de campo realizadas foi observado que há um contingente de profissionais terceirizados trabalhando na fiscalização do comportamento dos visitantes do PECJ e monitoramento do PEMCJ.

Esses profissionais estão devidamente uniformizados e equipados com motos aparentemente em bom estado de conservação, especialmente no PECJ, o que aumenta a sensação de segurança e senso de que as atitudes dos visitantes que poderiam colocar sua própria segurança e em risco a conservação e equilíbrio ambiental estão sendo fiscalizadas e caso necessárias, serão coibidas.

Mas, ao entrevistar o gestor responsável por esses Parques e conversar informalmente com funcionários no local, ficou evidenciado existir uma defasagem de conhecimento, treinamento e preparação dos funcionários terceirizados em relação àqueles contratados e mantidos diretamente pela Fundação Florestal. Essa diferença ocorre especialmente no que diz respeito aos conhecimentos dos profissionais terceirizados em relação à dinâmica específica de uma Unidade de Conservação, pois muitos desses profissionais foram treinados, quando muito, a agir em uma situação convencional de desrespeito a uma regra, em um condomínio, evento ou comércio, principalmente em áreas urbanas, mas não possuem nenhum treinamento de como devem agir especificamente em uma Unidade de Conservação e em especial em Parques já ou que serão abertos a qualquer tipo de visitante.

Devem ser realizadas ações para promover e/ou incentivar a troca de experiências relacionadas à proteção e fiscalização ambiental entre os funcionários efetivos e terceirizados, por meio de palestras e cursos voltados à proteção e fiscalização de Unidades de Conservação caracterizadas como Parques.

Nessas palestras ou oficinas de capacitação devem ser inclusas as vivências dos funcionários mais antigos na capacitação dos terceirizados, que poderão assim ensinar práticas como combate ao incêndio e rápida identificação atos ambientais ilícitos e

predatórias (sangue nas trilhas, formação irregular de vegetação). É recomendado ainda treinamento sobre noções de hospitalidade e atendimento ao cliente, para poder assim aprimorar no trato com o visitante.

Caso haja impossibilidade de promover esse tipo de ação, em razão de funcionários temerosos em serem substituídos pelos novos profissionais contratados, será importante exigir, por meio de cláusulas contratuais definidas na contratação da empresa terceirizada, que seus profissionais tenham esse tipo de treinamento, considerando ainda a necessidade de conhecimento da legislação ambiental por parte desses profissionais quando forem contratados.

4.6.7 As oportunidades do PE Campos do Jordão e PE dos Mananciais de Campos do Jordão

As *oportunidades* apresentadas a seguir foram entendidas como fatores externos ou incontrolláveis à gestão das Unidades de Conservação pesquisadas e que por conta de sua dinâmica e nível de interferência na realidade das UCs estudadas são capazes de colaborar para sua preservação da fauna e flora local, e aproximar ainda o PECJ e PEMCJ a prática do turismo dentro da concepção proposta nesse trabalho, e por isso devem ser identificadas e analisadas, a fim de encontrarem estratégias que identifiquem como poderiam ser viabilizadas. Nesse sentido, as oportunidades identificadas foram:

- ☺ **ICMS Ecológico para o município de Campos do Jordão**; os municípios que apresentam restrição de ocupação e uso de parte de seus territórios em função da existência de Unidades de Conservação são compensados de acordo com a Lei Estadual nº 8.510/93 que trata do ICMS Ecológico, como é o caso da Estância Turística de Campos do Jordão, que abriga as duas Unidades de Conservação estudadas nesse trabalho: O Parque Estadual de Campos do Jordão (UC com visitação consolidada) e Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, ainda em fase embrionária de visitação.

No cálculo do ICMS Ecológico, ao contrário do ICM convencional, não é considerado apenas o tamanho da população e produção local de bens e serviços para determinar a proporção do valor de repasse de verbas aos municípios que possuem UCs em seus territórios, cuja existência impede que municípios, como Campos do Jordão, tenham uma população ou produção de bens e serviços mais significativa em função justamente da UCs existentes.

A mesma lei permite que o município aplique os recursos provenientes desse imposto em qualquer área, o que abre a oportunidade para que o Conselho Consultivo do PECJ

articule com a Prefeitura, a qual goza de bom relacionamento, para que grande parte desse recurso (ou até mesmo de sua totalidade) seja aplicada na área socioambiental. A aprovação de um projeto de lei municipal que vincule obrigatoriamente a receita anual proveniente do ICMS Ecológico em atividades conservacionistas poderia minimizar os problemas decorrentes da falta de recurso para essas UCs, conforme analisado anteriormente.

- ☺ **Potencial para o estabelecimento de uma estrada-parque;** as duas estradas municipais que cruzam o PECJ (estrada do Horto Florestal e Estrada da Rodovia Campos – Guará) apresentam forte potencial para instalação de estradas-parque, tendo em vista sua beleza cênica, qualidade do asfalto e vegetação abundante no decorrer de seu trajeto.

As estradas-parque propostas para o entorno do PECJ podem configurar como elementos integrados a zona de amortecimento e por essa razão seu manejo pode ser determinado pelas regras das Unidade de Conservação, que poderia assim melhor controlar o fluxo, acesso e informações aos transeuntes, que por meio da estrada poderiam melhor conhecer e valorizar a área protegida que está no entorno da estrada proposta. Além disso, há a possibilidade de instalar posto de informações turísticas e vendas de produtos regionais e *souvenirs* contextualizados ao Parque nas estradas de entorno do PECJ, o que geraria receita para a comunidade que vive no entorno da UC.

Vale destacar que em 29 de agosto de 2018 foi realizado um *workshop* com a intenção de demonstrar e motivar a criação da Estrada Parque Guaratinguetá- Campos do Jordão, que percorreria o entorno do Parque Estadual de Campos do Jordão (Figura 78). O evento foi promovido pela Associação de Bairro *Amigos do Gomerai* (bairro localizado em Guaratinguetá/SP, distante 20 Km do PECJ e a 30 Km do Centro de Guaratinguetá), Conselho do Parque Estadual de Campos do Jordão, Fundação Florestal do Estado de São Paulo e Serviço Nacional do Comércio- SENAC, que convidaram as comunidades envolvidas, sociedade civil organizada e representantes de órgãos governamentais dos municípios paulistas de Campos do Jordão/SP e Guaratinguetá. Além de representantes do Estado de São Paulo.

Esse projeto está alinhado a Lei Complementar Nº 01, De 18 de Abril de 1994, cujo Artigo 10, VII prevê *Recuperar e implantar a Estrada Cênica Guaratinguetá / Campos do Jordão, de forma a preservar a Área de Preservação Ambiental da Mantiqueira, e a desenvolver na região o setor de agricultura e de turismo ecológico, além de outras atividades compatíveis com os objetivos da APA.*

A proposta da Estrada-Parque Guaratinguetá - Campos do Jordão- está inserida e alinhada ainda ao Artigo 136 da Lei Complementar nº 223, de 09 de junho de 2006⁶⁷ (descrita no Plano Diretor do Município de Guaratinguetá/SP), que prevê o Projeto Eixo Turístico Campos do Jordão- Paraty e visa qualificar esse eixo que apresenta vocação turística, mas que sofre do processo de expansão urbana, o que por sua vez compromete a amplitude das áreas de preservação ambiental existentes no decorrer do seu trajeto.

WORKSHOP
Potencialidades da Estrada Parque
Guaratinguetá-Campos do Jordão

29 de Agosto de 2018, das 9 às 17h15
Centro Universitário Senac - Campos do Jordão
Avenida Frei Orestes Girardi, 3549 - Capivari

Venha contribuir para esta proposta
 Inscrições: pe.camposdojordao@fflorestal.sp.gov.br
 Ou pelo telefone (12) 3663-1977
 Informações complementares: www.gomeral.org.br

Apoio Institucional

Realização

Figura 78 – Cartaz do Workshop – *Potencialidades da Estrada-Parque Guaratinguetá -Campos do Jordão*

Fonte – Disponível em http://gomeral.org.br/?page_id=340. Acesso em 26 de julho de 2019.

⁶⁷ Lei Descrita no Plano Diretor do Município de Guaratinguetá/SP

A estrada- parque proposta faz parte, desde 2017, da rota oficial do Caminho da Fé⁶⁸. A Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo estima que a rota seja percorrida por aproximadamente 20 mil peregrinos por ano, por diversas formas de transporte (carro, cavalo, bicicleta) ou até mesmo a pé, como ocorre na rota de Santiago de Compostela, entre a Espanha e França.

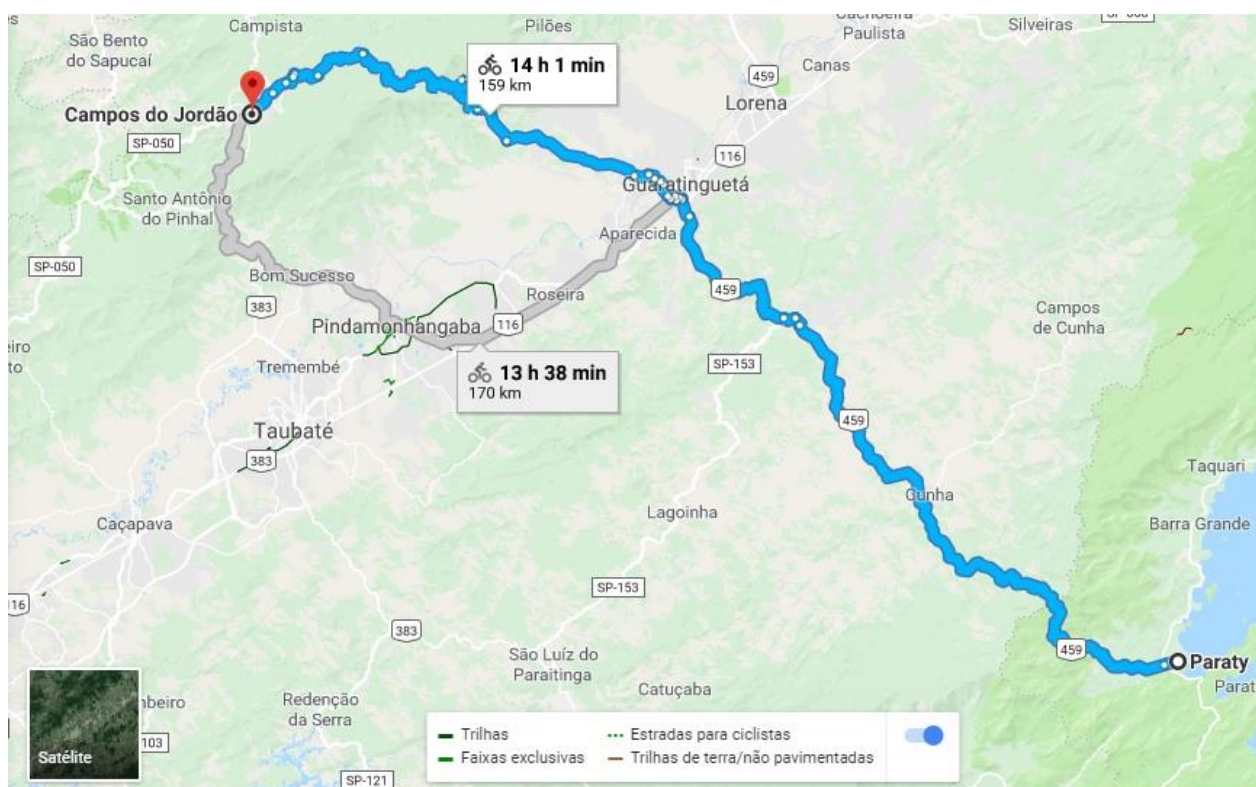


Figura 79 – Eixo Turístico Campos do Jordão – Paraty

Fonte – Disponível em http://gomerai.org.br/?page_id=340. Acesso em 04 de janeiro de 2019.

☺ **O PECJ faz parte da identidade da cidade como *Horto Florestal***; o fato do PECJ também ser conhecido como *Horto* (principalmente para os moradores mais antigos de Campos do Jordão) fica evidente até nas placas utilizadas para a comunicação na cidade, que fazem referência ao Horto e não ao PECJ. Conforme descrito no item relacionado ao processo de formação dessa UC, na área em que o PECJ foi definido havia a Fazenda da Guarda, onde também havia um Horto no local, que por sua vez viria a ser criado um bairro chamado de Horto Florestal e o qual fora posteriormente transformado para PECJ.

⁶⁸ O Caminho da Fé é uma rota inspirada no Caminho de Santiago de Compostela (Espanha/França), sinalizada por setas amarelas e composto por trechos de estradas de terra, asfalto, trilhas dentro de fazendas e trilhos de trem compondo um percurso de cerca de 600 km, incluindo municípios do estado de São Paulo e também do Estado de Minas Gerais. Atualmente há diversos caminhos até Aparecida/SP, com saídas partindo dos municípios de Cravinhos/SP, São Simão/SP, Santa Rosa do Viterbo/SP, São Carlos/SP, Descalvado/SP, Tambáú/SP e Águas da Prata/SP.

As observações obtidas no decorrer dos trabalhos de campo e conversas informais com a comunidade do entorno evidenciaram uma admiração pela comunidade em relação ao PECJ, mas ao mesmo tempo muitos desses jordanenses não frequentem o local por entenderem tratar de um lugar atualmente frequentado por *turistas com alto poder aquisitivo*, o que difere da sua atual situação financeira, segundo os mesmos moradores que vivem no entorno do PE de Campos do Jordão.

Alterar esse quadro e estimular a participação e envolvimento da comunidade que vive no entorno do PECJ, para que ela não se sinta mais excluída desse patrimônio público e volte a frequentá-lo, é entendido aqui como processo fundamental para que a importância de preservar essa UC seja algo incontestável frente a opinião pública e política local.



Figura 80 – Placa informativa de acesso ao PECJ - “Horto Florestal”

Fonte: Trabalho de campo, 2019. Autor das fotos: Pozati

☺ **Escoteiros, ONGs e demais instituições com projetos socioambientais com potencial para serem parceiras do PECJ;** Em Campos do Jordão há um grupo de escoteiros formado, cujas práticas zelam pela conservação da natureza, o que representa a possibilidade de apoio de uma instituição respeitada pela opinião pública em prol da existência e manutenção do PECJ e PEMCJ.

Outro exemplo de grupo que colabora nesse sentido é a OBB (*Outward Bound Society*), ONG presente em Campos do Jordão que trabalha com educação ao ar livre, imersão com a natureza e possui interesses convergentes com os princípios defendidos de

conservação, valorização e conservação da natureza pelos visitantes das UCs. Sua abrangência é internacional e uma das motivações para o estabelecimento de uma sede em Campos do Jordão foi justamente à existência do PECJ e outras Unidades de Conservação próximas, como o PEMCJ.

A Associação dos Guias de Turismo de Campos do Jordão - AGUIATUR é outra entidade que pode desenvolver projetos socioambientais e de visitação turística alinhada às práticas de turismo responsável e consciente, além dos empresários ligados a empreendimentos hoteleiros e outros tipos de serviços relacionados ao Turismo, que já manifestaram seu interesse em estabelecer parcerias com o PECJ e PEMCJ e que poderiam, desde que treinados e conscientizados por meios de oficinas promovidas pela gestão desses Parques, colaborar para melhor divulgá-los, direcionando seus clientes para que essas UCs sejam visitadas e valorizadas dentro dos princípios que permitam uma maior conscientização ambiental por parte dos visitantes, conforme tratado e defendido neste trabalho.

Outra iniciativa proposta consiste no fomento para parcerias com os empresários locais ligados diretamente ao mercado de turismo, para estabelecer um roteiro integrado (Parque e entorno) de visitação, dentro dos princípios de entendimento, imersão, consciência e valorização da natureza que devem estar presentes nas UCs estudadas.

- ☺ **Interesse pelo desenvolvimento de pesquisa por Instituições de Ensino:** A diversidade e peculiaridade da fauna e flora do PECJ e PEMCJ, aliado a um intenso fluxo turístico da primeira UC, em especial nos meses de férias escolares nacionais (julho e janeiro), podem estimular pesquisadores, amparados por suas respectivas instituições de ensino, a procurar tanto o PECJ como o PEMCJ para realização de parcerias que resultem em pesquisas acadêmicas, o que atende a um dos objetivos dessas UCs de serem locais disponíveis para o desenvolvimento de pesquisas que colaborem com seu manejo, bem como, a partir do conhecimento gerado, promover a aproximação da sociedade com o PECJ e PEMCJ.

(...) o Parque Estadual de Campos do Jordão (PECJ) configura-se como um importante local para o desenvolvimento de pesquisas, abrigando importantes remanescentes de formações florestais do domínio da Mata Atlântica, num mosaico de Floresta Ombrófila Mista (Mata de Araucárias), Campos de Altitude e Floresta Ombrófila Densa Alto-montana (Mata de Altitude). Inserido em um gradiente altitudinal de 1030 a 2007 metros (PM, 1975), o parque concentra grande diversidade faunística e florística, registrando diversos endemismos. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2015, p. 499)

Para que essa oportunidade seja devidamente aproveitada, será importante investir na melhoria das condições de recepção dos pesquisadores, desde a reforma dos

alojamentos existentes, disponibilidade de pessoal qualificado e preparado para recebê-lo até o estabelecimento de parcerias formais entre a Fundação Florestal (gestora do parque) e as Instituições de Ensino Superior - IES, o que poderá permitir que o PECJ seja definido, de forma planejada e amparado por políticas de incentivo a pesquisa, como um local que pode e deve receber regularmente pesquisadores científicos e não de forma aleatória, por meio de visitas pontuais, como o que é verificado atualmente.

No caso do PEMCJ, será necessário construir essa mesma estrutura para estimular pesquisas científicas em seu território. Apesar de não haver atualmente recursos para isso, a implementação dessa estrutura é algo que está previsto em seu Plano de Manejo e que por essa razão deve ocorrer, mesmo que a expectativa para isso seja no mínimo de médio prazo (05 anos).

Dado a diversidade e peculiaridade da fauna e flora local, em virtude principalmente da sua altitude elevada e diferenciada em relação a outras UCs nacionais, era de esperar um grande número de pesquisas elaboradas ou em fase de elaboração nessas UC, mas ainda há nesse caso, uma grande lacuna entre o que poderia ser e que é constatado de fato em relação ao volume e continuidade de pesquisas científicas no PECJ e PEMCJ.

Segundo o último Plano de Manejo do PECJ, a Comissão Técnica Científica - COTEC⁶⁹, instância criada e mantida pelo Instituto Florestal, foram registrados 2.146 projetos de pesquisa entre os anos de 2003 e 2011, sendo que 86% desses projetos são de instituições externas e desse total, apenas 5% são relacionados ao Parque Estadual de Campos do Jordão.

Os números apresentados podem ser, portanto, considerados baixos, pois nesse montante de pesquisas estão sendo consideradas apenas as Unidades de Conservação administradas pelo Sistema Estadual do Meio Ambiente de São Paulo e nas estações experimentais do mesmo Estado.

No caso do PEMCJ, a situação é ainda mais delicada, pois segundo seu Plano de Manejo, ainda não foi registrada nenhuma pesquisa científica idealizada especificamente para esse local, que carece de informações mais detalhadas sobre sua fauna e flora, as quais muitas vezes são identificadas por correlação com outras UCs próximas e com estudos específicos já elaborados.

⁶⁹ A COTEC- Comissão Técnica Científica é uma instância que normatiza as atividades de pesquisa realizadas nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo. Oferece documentação norteadora para as pesquisas previstas nesses locais, que por sua vez devem obrigatoriamente ter autorização dessa Comissão para ocorrer e que uma vez aprovados, devem emitir relatórios semestrais sobre o andamento dos estudos para que a COTEC possa controlar o andamento das pesquisas e possa, ao seu final, registrar, quantificar e divulgar os resultados obtidos no meio acadêmico, científico, técnico e popular, especialmente na região alvo da pesquisa. O presente trabalho encontra-se devidamente registrado nessa Comissão Técnico Científica, vinculada ao Instituto Florestal do Estado de São Paulo.

Ampliar o número de pesquisas através de uma melhor estrutura para os pesquisadores, oferecendo facilidade no acesso às informações já publicadas para evitar retrabalhos e perda de tempo, aliado a preparação de pessoal para receber pesquisadores, assim como a reforma, ampliação ou construção (no caso do PEMCJ) de meios de hospedagem, sala para reuniões e preparação de relatórios e disponibilidade de veículos e equipamentos para a realização das pesquisas de campos, além de acordos de parcerias de projetos de pesquisas entre a equipe gestora do PECJ e PEMCJ e Instituições de Ensino (em especial aquelas localizadas no Vale do Paraíba) significará a possibilidade de aproveitar de uma interessante oportunidade de aprimorar o manejo e gestão dessas UCs tão complexas em termos fundiários, bióticos, antrópicos e territoriais, mas que infelizmente ainda são pouco aproveitada tanto pelos gestores da UC como pelas Instituições de Ensino e pesquisa, conforme observado pelos números aqui apresentados.

- ☺ **Proximidade a um grande polo turístico:** Tanto o PECJ e PEMCJ estão localizados próximos da Estância Turística de Campos do Jordão, município localizado a 1628 metros em relação ao nível do mar, e por isso considerado o mais alto município brasileiro ao tomar como base a altitude da sede da Prefeitura Municipal. Sua elevada altitude explica o Clima Temperado Marítimo - Cfb, atípico para a latitude onde está localizado (22°44'20" S).

Por consequência, a temperatura média anual está em torno dos 14°C⁷⁰, chegando a cair para abaixo de zero no inverno, com sensação térmica que pode ser ainda menor, de acordo com Instituto Nacional de Meteorologia- INMET.

É justamente o frio com indicadores de temperatura abaixo da média da macrorregião do Vale do Paraíba (19,3°C)⁷¹ e do próprio Estado de São Paulo, que mais motiva a vinda de um grande número de visitantes para o município. Em 2017, por exemplo, foram registrados quatro milhões de visitantes de acordo com a Prefeitura de Campos do Jordão, ou seja, aproximadamente 78 vezes a população do Município, principalmente entre os meses de abril e agosto, considerados os meses mais frios do ano com destaque para julho, em média o mais frio do ano na região e que normalmente é caracterizado pelas férias escolares, o que aumenta ainda mais a demanda em Campos do Jordão.

⁷⁰ De acordo com dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET). Disponível em <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=tempo2/verProximosDias&code=3509700>. Acesso em 17 de julho de 2017.

⁷¹ Disponível em <https://pt.climate-data.org/location/6151/>. Acesso em 17 de julho de 2017.

O fato do Município de Campos do Jordão ter um volume de visitantes expressivo reflete no número de visitantes do PECJ, que apresenta destaque entre as UCs do Estado de São Paulo com maior volume de visitação. Segundo a Fundação Florestal, responsável pela gestão das UCs estaduais paulistas, o Parque recebeu em 2017 o total de 137.986 visitantes, com maior volume no mês de julho (28.543 visitantes) e janeiro (13.772 visitantes) e menor volume em novembro (5.448 visitantes).

O fato do município de Campos do Jordão ser classificado como uma Estância Turística pelo Estado de São Paulo representa a oportunidade de fluxo alto de turistas aliado a entrada de divisas para o Município acima de outros municípios que não são estâncias, graças aos recursos provenientes do Fundo de Melhoria das Estâncias, garantido pela Lei Estadual nº 7.862, de 1º de junho de 1992 que no seu 1º artigo prevê que a verba destinada pelo governo às estâncias turísticas *destina-se ao desenvolvimento de programas de urbanização, melhoria e preservação ambiental e melhoria de qualidade de desenvolvimento municipal das estâncias de qualquer natureza*, ou seja, o município de Campos do Jordão tem e deve prover condições para garantir sua preservação ambiental, especialmente quando ao tratar de suas Unidades de Conservação, as quais compõem mais de 1/3 de seu território.

Embora a área permitida para a visitação pública no Parque Estadual de Campos do Jordão não supere atualmente os 3% do total da área da UC e seu fluxo anual de aproximadamente 138 mil visitantes seja considerado baixo em comparação às UCs do Parque Nacional da Tijuca e Parque Nacional do Iguaçu (2,6 milhões e 1,89 milhões de visitantes anuais respectivamente segundo o ICMBio (2018)), será necessário desenvolver no PECJ um estudo de capacidade de carga ou, pelo menos, um efetivo programa de monitoramento, controle e direcionamento de visita ao PECJ, a fim de evitar a descaracterização e redução da fauna e flora local em função da prática descontrolada do turismo nesse local.

Será importante ainda pensar em cuidados similares ao PEMCJ, que embora ainda não esteja aberto à visitação pública, tem grande potencial para possuir um volume considerável de visitação, tendo em vista sua proximidade a Campos do Jordão (5 km) por estrada em bom estado de conservação.

Além disso, é recomendável que haja uma melhor distribuição do número de visitas ao longo do ano (e não apenas um grande fluxo nos meses de julho e janeiro), para se mudar a situação do PECJ e evitar o que certamente ocorrerá no PEMCJ se nada a respeito for feito.

Essa proposta pode ser concretizada por meio de eventos e estímulo à visita monitorada de cunho ambiental nos demais meses do ano, algo que permitiria que a visita a essas

UCs ampliasse de fato o conhecimento e valorização dos visitantes sobre a natureza presente no local, sem que isso tenha que significar necessariamente comercializar da natureza visitada nem tão pouco comprometer a fauna e flora local por meio de um processo de visitação sem controle e concentrada em apenas dois meses do ano.

A proposta defendida está muito distante do que atualmente é verificada em Foz do Iguaçu/PR e Tijuca, no Rio de Janeiro/RJ. Nesse caso, são Unidades de Conservação igualmente classificadas como *Parques* e que são citadas e analisadas aqui por serem administrados pelo modelo de concessão, a qual o PECJ irá adotar em breve e cujas oportunidades e ameaças desse modelo são avaliadas a seguir em um item específico, dado a amplitude e atualidade do assunto em questão.

4.6.8 Considerações sobre o programa de concessão do PECJ

O programa de concessão de Parques Estaduais do Estado de São Paulo está amparado no Decreto Estadual nº 61.371/2015 e Lei Estadual nº 16.260/2016, que regulamentam a parceria, concessão ou permissão de serviços públicos administrados pela iniciativa privada por até 30 anos, com obrigações pré-determinadas em contrato e cumprimento das exigências fiscalizadas por órgão público ou agência reguladora, também definidos por meio do contrato de concessão, que será firmado entre o Governo do Estado e Concessionária vencedora do Leilão público proposto, a partir do atendimento aos requisitos mínimos exigidos no processo em questão. No caso do PECJ esses requisitos serão melhores descritos e analisados a seguir.

Autoriza a Fazenda do Estado a conceder a exploração dos serviços ou o uso de áreas, ou parte de áreas, inerentes ao **ecoturismo** e à exploração comercial madeireira ou de subprodutos florestais, pelo **prazo de até 30 anos**⁷², dos próprios estaduais (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Lei Estadual nº 16.260/2016)

Segundo a lei, só poderá participar do programa a Unidade de Conservação que tiver o Plano de Manejo aprovado e com a previsão da exploração única e exclusiva, de áreas de uso público; com recursos integralmente aplicados na gestão e conservação das unidades integrantes do Sistema Estadual de Florestas – SIEFLOR e com oitivas definidas pelo Conselho Consultivo da UC em questão, além da Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo - SIGAP/SP e Conselho Estadual do Estado de São Paulo - CONSEMA, com prévia realização de

⁷² Grifo nosso

audiência pública, além da definição prévia de uma comissão de fiscalização para acompanhamento do contrato do edital.

O programa de concessão proposto ao PECJ está inserido em uma proposta que envolve a concessão de outras 24 Unidades de Conservação do Estado de São Paulo, distribuídas em diversas categorias (Parques Estaduais, Estação Experimental e Floresta Estadual) e administradas atualmente pela Fundação Florestal.

PARQUES ESTADUAIS (PE)	ESTAÇÃO EXPERIMENTAL (EE)
PE Campos do Jordão PE Cantareira PE Intervales PE Turístico do Alto Ribeira PE Caverna do Diabo PE Serra do Mar (Núcleo Santa Virgínia)	EE Assis EE Araraquara EE Itapeva EE Mogi- Guaçu EE Itirapina
PE Serra do Mar (Núcleo São Paulo) PE Jaraguá PE Carlos Botelho PE Morro do Diabo PE Ilha do Cardoso PE de Ilha Bela PE Alberto Lofgren PE Serra do Mar (Núcleo Caminhos do Mar)	FLORESTA ESTADUAL (FE)
	FE Águas de Santa Bárbara FE Angatuba FE Batatais FE Cajuru FE Pederneiras FE Pirajú

Tabela 29 – Unidades de Conservação do Estado de São Paulo participantes do Programa de Concessão

Fonte – Fundação Florestal, 2017

Apesar de fazerem parte de um mesmo programa e seguirem a mesma lei, cada proposta de concessão da UC do Estado de São Paulo descritas acima foi idealizado de forma específica, tendo em vista a localização, fluxo turístico, extensão e atratividade de cada local. A idealização da proposta foi baseada nas informações disponíveis no Plano de Manejo, estudos de viabilidade econômico-financeira realizados pela Fundação Florestal e foi aprovado por meio de consulta pública, coordenada pelo Conselho Gestor da Unidade de Conservação envolvida no processo.

No caso do PECJ, foi definido que a área de concessão será de 5,67% do seu território envolvendo integralmente a Zona de Uso Intensivo e parte da Zona de Uso Extensivo. A responsabilidade direta pela conservação e proteção do restante do território do PECJ continua sendo de responsabilidade da atual gestão, que por sua vez será responsável por vistoriar se a empresa privada está atendendo aos compromissos firmados no contrato de concessão.

Segundo a Fundação Florestal, o investimento necessário para as reformas da estrutura de visitação chegará a R\$ 9,5 milhões para os primeiros 24 meses de concessão e

deverá ser aplicada na ampliação da área de Alimentação, criação de novas lojas, instalação de um Centro de Aventuras (espaço para práticas de esportes de aventura como *rappel*, *bungee-jump* (inexistentes), *arborismo* e *tiroleza* (além das já existentes)), hospedaria, ampliação do estacionamento, controle de acesso e reformas de auditório, vias, trilhas, serraria, alojamento, escritório, dentre outros.

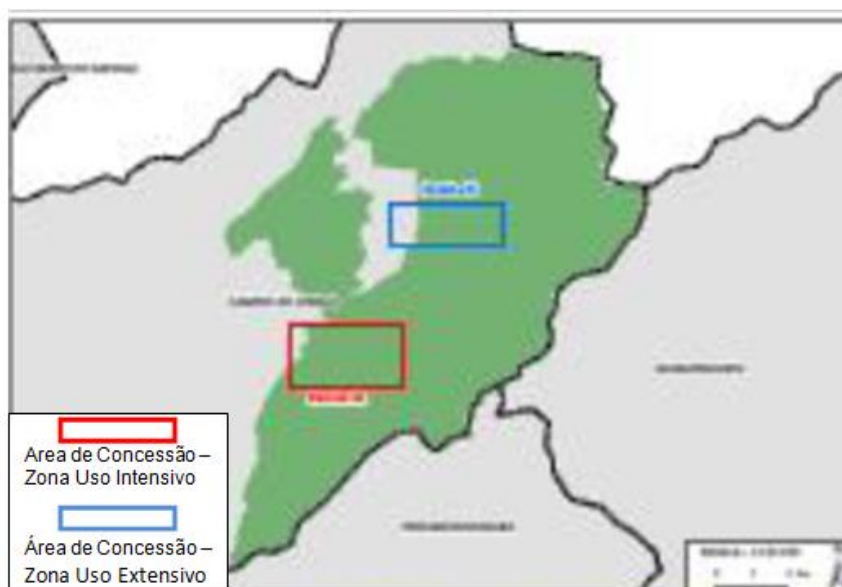


Figura 81 – Áreas de concessão – PECJ

Fonte - Fundação Florestal, 2017⁷³.

A proposta de concessão do PECJ exige ainda um teto para a cobrança de ingresso de R\$ 19,00 para adultos (somente após 18 meses e com investimentos realizados) e projeta uma visitação de 168 mil pessoas no primeiro ano de concessão e para até 470 mil visitantes, a partir do vigésimo ano de concessão.

Vale lembrar que em 2018 o PECJ registrou um fluxo anual de 118.300 visitantes, em 2017 um volume total de 137.986 visitantes e o recorde histórico obtido em 2016, com 142.149 visitantes registrados, segundo a Fundação Florestal, que é responsável pela administração do Parque e controle de venda de ingressos para acessar a UC.

⁷³ FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Parque Estadual de Campos do Jordão: proposta de concessão*. Disponível em <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/consema/2018/07/proposta-concessao-de-area-no-parque-estadual-do-campos-de-jordao.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

ENCARGOS DE GESTÃO	ENCARGOS DE VISITAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Vigilância e segurança patrimonial ✓ Gerenciamento de Resíduos ✓ Limpeza ✓ Manutenção de Áreas Verdes Prevenção ✓ Combate de Incêndio ✓ Gerenciamento de Riscos 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Serviços Turísticos ✓ Ordenamento Turístico ✓ Controle de Acesso Monitoramento Impactos da Visitação
ENCARGOS DE INFRAESTRUTURA	ENCARGOS DE CONHECIMENTO
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Equipamentos ✓ Edificações ✓ Pontes ✓ Vias de Acesso ✓ Água ✓ Drenagens Esgoto ✓ Fornecimento de Energia ✓ Trilhas 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisa Científica ✓ Pesquisa de Satisfação do Visitante e Comunidade ✓ Educação Ambiental

Tabela 30 – Encargos Previstos para concessionária PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2017.

Segundo o estudo coordenado pela Fundação Florestal e operacionalizado pelo Conselho Gestor do Parque, ficou definido como valor de outorga fixa (inicial) o montante de R\$ 518 mil mais uma outorga variável de 6,0% do faturamento bruto anual com redução prevista para 3,5% desse, caso a concessionária apresente bom desempenho segundo os indicadores pré-definidos por contrato (Tabela 31), e que serão monitorados e verificados pela atual gestão do Parque. O licitante vencedor será aquele que demonstrar ser capaz de atender aos requisitos de concessão previamente definidos (e descritos aqui) e apresentar a maior proposta de outorga fixa, a partir do lance inicial de R\$ 518 mil.

De acordo o atual Gestor do PECJ⁷⁴ e funcionários do PECJ⁷⁵ há uma expectativa positiva com relação ao programa de concessão proposto, já que esse programa poderia, segundo essas pessoas entrevistadas, trazer uma série de benefícios à gestão do Parque e melhoria na estrutura de visitação do local.

Na entrevista realizada, Diego destacou, por exemplo, os possíveis ganhos que serão obtidos na conservação do Parque, pois poderia haver um efetivo maior de pessoas, contratados pela concessionária, que poderia ampliar o controle de visitantes. Além disso, uma das premissas básicas para manter o direito de concessão é a capacidade da concessionária em conservar o local e melhorar sua estrutura de visitação, somada ao aprimoramento da estrutura para as pesquisas e práticas de educação ambiental, que

⁷⁴ Diego Lustre Gonçalves - Entrevista semiestruturada realizada em 14 de janeiro de 2019, no escritório do PECJ.

⁷⁵ Informação obtida por meio de conversas informais com os Monitores Ambientais, no decorrer do percurso das trilhas do PECJ.

carecem atualmente de edificações apropriadas, como laboratório e alojamentos para serem melhores desenvolvidas.

INDICADORES DE GESTÃO E OPERAÇÃO	INDICADORES DE VISITAÇÃO
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Efetividade na Proteção do patrimônio e usuários do parque ✓ Efetividade na gestão de resíduos e limpeza ✓ Efetividade na manutenção de áreas verdes ✓ Efetividade na prevenção e combate a incêndios ✓ Efetividade no gerenciamento de riscos e contingências ✓ Efetividade na elaboração e apresentação de reportes ✓ Excelência operacional (opcional) 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Disponibilidade de serviços e monitoria ✓ Excelência operacional ✓ Efetividade no registro de imagens de acesso ao parque ✓ Efetividade na cobrança de ingresso e cadastro ✓ Efetividade no sistema de monitoramento de impactos da visitação ✓ Efetividade no atendimento dos visitantes
INDICADORES DE INFRAESTRUTURA	INDICADORES DE CONHECIMENTO E SATISFAÇÃO DA COMUNIDADE
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Efetividade de prazo e qualidade ✓ Efetividade no fornecimento de água ✓ Efetividade nos sistemas de drenagem ✓ Efetividade no tratamento de esgoto ✓ Efetividade no fornecimento de energia ✓ Efetividade no sistema de trilhas 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Efetividade na pesquisa científica ✓ Efetividade na pesquisa de satisfação do visitante e comunidade ✓ Efetividade na realização de eventos e ações de educação ambiental ✓ Efetividade no atendimento de escolas
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Efetividade no encadeamento produtivo (opcional) ✓ Efetividade no atendimento da comunidade 	

Tabela 31 – Indicadores de análise de desempenho da concessionária - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2017.

Outra vantagem, segundo o Gestor, é que a concessão permitirá disponibilizar os atuais funcionários do Parque para outras demandas que atualmente não são atendidas por falta de pessoal, como a fiscalização mais ampla e constante da área do PECJ, que continuará sob a responsabilidade da gestão atual.

O que ocorre atualmente é que boa parte desses funcionários permanece por muito tempo em atividades ligadas ao turismo, como atendimento ao visitante e gerenciamento do estacionamento, cuja necessidade deixará de existir após a concessão. De acordo com Diego, a fiscalização mais efetiva da UC inibirá práticas predatórias, como a caça ilegal por exemplo.

Para os funcionários do PECJ consultados, a vinda da concessão permitirá melhorar a estrutura de atendimento do local e reforma de edificações em mau estado de conservação, algo que sempre foi pleiteado por eles junto a Fundação Florestal, mas que nunca foi atendido, sempre com a justificativa de não haver verbas disponíveis para isso.

Além disso, para os monitores ambientais efetivos haverá uma agilidade maior em ações de manutenção corretiva e preventiva, pois não dependerá mais da burocracia estatal e centralizada para ser realizada e ocorrerá de fato, tendo em vista os indicadores de desempenho previstos em contrato. Para esses mesmos monitores, há uma tendência de que a divulgação dos atrativos do Parque e das ações de educação ambiental seja aprimorada e mude o cenário atual, onde a morosidade impede que haja um número maior de interessados e públicos em geral, que só descobre que há atividades de educação ambiental previstas, especialmente em janeiro e julho (épocas de maior demanda), quando já estão no PECJ e não vem preparado (roupas, tempo disponível) para realizá-las, o que compromete sua adesão e melhor percepção sobre o valor de uso da natureza visitada.

Para a Secretaria de Parcerias e Inovação do Estado de São Paulo (Governo Geraldo Alckmin), o programa de concessão dos Parques Estaduais permitirá melhorar a oferta de serviços nas UCs concedidas à iniciativa privada, por meio de novas instalações aos usuários (restaurantes, meios de hospedagem e locais para práticas de esportes de aventura, por exemplo), algo que dificilmente conseguiriam ser oferecidas pelo governo do Estado, tendo em vista a *expertise* e investimento de recursos necessários para tal fim. Além disso, está estimada uma economia de gastos públicos estimada em R\$ 17 milhões, quando considerado o montante necessário para manutenção de alguns espaços públicos inseridos no programa de concessão⁷⁶.

(...) nas UCs brasileiras abertas ao uso público, nos últimos anos, vem sendo praticada uma nova modalidade de gestão: a gestão compartilhada entre iniciativa privada e o poder público, ou seja as chamadas parcerias público-privada. O discurso usado para justificar parcerias público-privada é a carência na oferta de recursos físicos e humanos por parte do Estado para uma gestão. Ou seja, as parcerias surgiram para suprir as necessidades administrativas das UCs, sem aumentar o ônus de sua manutenção para o Estado. (MIGLIORINI, 2018, p. 138)

No caso da concessão do PECJ, outra vantagem obtida é a possibilidade de se investir, a partir da assinatura do contrato, na construção de uma estrutura de visitação e alocação de pessoal necessário para viabilizar a abertura do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, que está fechado atualmente por não haver verba nem

⁷⁶ PE Alberto Lofgren (Horto Municipal de São Paulo/SP), PE Cantareira (São Paulo/SP), PECJ, Parque do Capivari (Teleférico do Morro do Elefante) e Museu Felícia Leirner-Auditório Claudio Santoro, localizados em Campos do Jordão/SP

tão pouco pessoal disponível para atender os eventuais visitantes dessa Unidade de Conservação, justamente porque todos os recursos disponibilizados pela Fundação Florestal para as UCs de Campos do Jordão ficam concentrados nas demandas atuais do PECJ.

Mas será que o programa de concessão de parques estaduais, ovacionados pela gestão pública paulista e maior parte da opinião pública trará os benefícios prometidos? E caso eles existam, quem serão de fato beneficiados pelo programa de concessão? Penso ser necessário dialogar mais a respeito desse processo em curso no *Horto* de Campos do Jordão.

Para colaborar nessa discussão foi utilizado como referência as fragilidades e potencialidades observadas atualmente em programas de concessão de Unidades de Conservação em andamento, como o Parque Nacional do Iguaçu, que recebe atualmente, segundo o ICMBio (2018), 1,89 milhões de visitantes onde uma das suas concessionárias pertencem aos mesmos empresários candidatos a também assumir a gestão do PECJ.

Guardada as devidas proporções com relação ao tamanho do território e número de visitantes por ano⁷⁷ entre essas UCs, há semelhanças entre o PECJ e PNI - Parque Nacional do Iguaçu que aproximam a realidade existente entre essas UCs e permitem comparações, especialmente quando consideramos as perspectivas do programa de concessão em UCs.

Ambas Unidades de Conservação estão próximas a destinos turísticos afamados (Campos do Jordão/SP e Foz do Iguaçu/PR) com atrativos de características similares dentro de cada uma dessas UCs, como diversidade de fauna e flora e presença de espécies de fauna raras e ameaçadas de extinção, associadas ao fato de tratarem de Unidades de Conservação formadas há muito tempo⁷⁸ com um processo de visitação já consolidado.

A gestão compartilhada do Parque Nacional do Iguaçu - PNI é considerada pela opinião pública, segundo Migliorini (2018), com um modelo exemplar, especialmente quando é observado o crescimento do número de visitantes obtido nos últimos 15 anos na UC, pois enquanto no ano 2000 o PNI recebia 767.193 mil visitantes, em 2018 o mesmo local registrou um total de 1,89 milhões de visitantes, segundo o ICMBio, um recorde em sua história.

⁷⁷ O PECJ possui uma área total de 8.341 hectares e em 2018 registrou 118.300 visitantes enquanto o Parque Nacional do Iguaçu possui uma área total de 185.262,5 hectares (22,2 vezes maior) e uma visitação média de 1,89 milhões de visitantes, o que corresponde a um volume de 12 vezes mais visitantes que o PECJ

⁷⁸ O PECJ foi constituído em 1941 e corresponde a primeira UC no Estado de São Paulo enquanto que o Parque Nacional de Iguaçu foi criado em 1939, sendo considerada a segunda UC a existir no Brasil.

Concessionária		Cataratas S/A – Edital 1
Tipo de Concessão		Operação, administração, manutenção, conservação, modelização e exploração econômica do centro de visitante, terminal de passageiros, transporte horizontal de visitantes e estacionamento de veículos.
Valor Estimado		R\$ 30 milhões
Tempo Concessão		15 anos + 05 anos (renovação)
Término Previsto		2020
Concessionária		Cataratas S/A – Edital 2
Tipo de Concessão		Espaços para alimentação, comercialização e serviços, edifícios mirantes, elevador panorâmico e trilha suspensa
Valor Estimado		R\$ 100 milhões + 5% do Faturamento Bruto obtido com venda dos serviços
Tempo Concessão		15 anos + 05 anos (renovação)
Término Previsto		2018
Concessionária		Helisul
Tipo de Concessão		Voos panorâmicos de Helicóptero sobre PNI
Valor Estimado		R\$ 8.850 milhões + 120 horas ano/voo (R\$ 864 mil reais/ano)
Tempo Concessão		10 anos + 05 anos (renovação)
Término Previsto		2018
Concessionária		Ilha do Sol Agência de Viagens (Macuco Ecoaventura + Macuco Safari)
Tipo de Concessão		Macuco Safari (passeio de barco próximo as cataratas), Macuco Ecoaventura (passeio por veículo elétrico em trilha próxima as Cataratas e Loja de Souvenir)
Valor Estimado		R\$ 11.200.000 + 8% do Faturamento
Tempo Concessão		10 anos
Término Previsto		2020
Concessionária		Hotel Belmont
Tipo de Concessão		Hospedagem dentro do Parque Nacional do Iguaçu
Valor Estimado		R\$ 75 milhões + R\$ 1.500.000 de aluguel/ano
Tempo Concessão		20 anos
Término Previsto		2026

Tabela 32 – Concessionárias presentes no Parque Nacional do Iguaçu

Fonte – MIGLIORINI (2018) - adaptado pelo autor

As concessionárias são responsáveis pela gestão de 0,03% do PNI (Tabela 32), onde estão localizadas as Cataratas e concentradas a oferta estrutura turística e fluxo de visitantes. A entrada de receita proveniente das concessionárias é um dos maiores benefícios obtidos pela gestão compartilhada no Parque Nacional do Iguaçu e permite ao Instituto Chico Mendes - ICMBio, responsável público pela gestão do resto do território dessa Unidade de Conservação, distribuir o dinheiro arrecadado pela concessão do PNI para outras UCs administradas por essa instituição no país e que necessitam de investimentos para sua manutenção e até na melhoria de sua própria estrutura de visitação.

Segundo estimativas de arrecadação descritas na tabela acima, desde 2000, quando o modelo de concessão foi implementada no PNI, foram depositados nos cofres do ICMBio mais de R\$ 550 milhões de reais provenientes da obtenção da licença de concessão e valores de aluguel e participação dos lucros variáveis de acordo com o contrato de concessão em vigor.

O programa de concessão existente no Parque Nacional do Iguaçu permitiu ainda, a exemplo da proposta de concessão do PECJ, que os funcionários públicos fossem realocados para atividades de manutenção e fiscalização da UC ao invés de ter que preocupar com o atendimento ao visitante, que passa a ser de responsabilidade das concessionárias.

Dentre outros benefícios merecem destaque a disponibilidade, por parte das concessionárias instaladas, de equipamentos caros para a fiscalização da UC, como barcos com motores de alta potência com pilotos e combustível disponíveis de forma intermitente (Macuco Safári) ou Helicópteros para monitoramento (Helisul), além da redução do número de atropelamentos de animais a partir da restrição de deslocamento de automóveis particulares dentro da UC⁷⁹, melhoria da estrutura de visitação com a reforma e construção de novos mirantes e passarelas (projetadas de forma a provocar a menor poluição visual possível) até a construção de novas lojas, elevadores e restaurantes, o que permitiu que o local pudesse ser visitado por qualquer tipo de público, com ou sem mobilidade autônoma, algo que não ocorre atualmente no PECJ.

Os contratos de concessão firmados entre as empresas vencedoras da licitação e o poder público (no caso do Parque Nacional do Iguaçu representado pelo ICMBio) representam um importante instrumento para que essas benfeitorias ocorram de fato.

Por conta dos contratos firmados e suas altas multas previstas em caso de não cumprimento, as concessionárias são obrigadas a seguir normas e critérios rígidos para a prática de suas atividades ofertadas e investir em aprimoramentos voltados à UC, como projeto de pesquisa sobre a fauna do parque, implantação da rede elétrica e de telefonia subterrânea e implantação de ciclo trilha, requisitos os quais devem ser atendidos pelo Hotel Belmont, um dos concessionários do PNI, como forma de compensar o número de pessoas hospedadas no estabelecimento localizado dentro do Parque no decorrer de um ano.

Os contratos firmados obrigam, por meio de relatórios de desempenho, que as concessionárias ofereçam serviço de qualidade aos visitantes, o que estimula a contratação de mão de obra qualificada, contratada formalmente segundo as leis trabalhistas vigentes e cuja remuneração obtida reflete de forma favorável na economia local.

⁷⁹ A Cataratas S/A disponibiliza ônibus com ar-condicionado a cada 05 minutos em toda área de visitantes

Essas ações e regras de contrato promoveram de fato a melhoria da estrutura, segurança e informação das trilhas e passeios que por sua vez, oferecem um maior contato do visitante com o ambiente natural que o cerca, o que por consequência facilita a esse mesmo sujeito promover seu melhor entendimento e valorização da natureza que está sendo visitada. No entanto, por trás de todo esse cenário de benfeitorias promovidas pelas concessionárias está o grande objetivo dessas empresas privadas: o lucro.

Seria inocente imaginar empresas investindo milhões de reais somente para garantir a conservação dessas Unidades sem haver uma contrapartida financeira para isso. A conservação da natureza pregada pelas concessionárias é na verdade um discurso conveniente e que pode até acontecer frente à opinião pública, a fim de impressioná-la e motivá-la a visitar o parque com mais frequência, se interessar em hospedar no hotel, fazer um dos tentadores passeios que estimulam o contato com a natureza ou, principalmente, apoiar a permanência dessa proposta no PNI e proliferação do modelo de concessão em Unidades de Conservação.

Mas o lucro que justifica todas essas ideias precifica a natureza e a torna uma verdadeira mercadoria de uma agência de viagens, acessível apenas aos poucos privilegiados economicamente que podem pagar a partir de R\$ 1.000,00 por dia para poder usufruir de uma hospedagem no Hotel Belmont, R\$ 357,00 por pessoa para percorrer uma trilha monitorada com veículo elétrico mais um passeio de barco de 35 minutos próximo às cataratas ou até R\$ 800,00 por um passeio (por pessoa) de Helicóptero pelo mesmo período em torno das Cataratas e Usina de Itaipu.

O alto preço cobrado pelos serviços prestados é justificado pelas concessionárias como a única forma de viabilizar os altos investimentos realizados na melhoria da UC, mas cujo modelo acaba por excluir grande parte dos visitantes das tais experiências que permitiriam um maior contato e entendimento e valorização da natureza como fonte de uso.

Há nesse caso, uma situação onde o espaço público passa a ser comercializado e é acessível apenas para poucos que detêm o capital necessário para esse acesso, enquanto isso a natureza é, mais uma vez, mercantilizada e os ideais de conservação pregados pelo SNUC para parques em UCs deixam de ser o fim para ser um meio de obtenção de lucro por empresas privadas. Assim é em Foz do Iguaçu, assim certamente será no Parque Estadual de Campos do Jordão quando for sacramentado seu programa de concessão.

A julgar pelo que ocorre no Parque Nacional do Iguaçu, será evidenciado nos próximos anos no PECJ a ampliação da mercantilização da natureza por meio da prática do turismo, principalmente em decorrência do programa de concessão proposto.

Embora traga melhoria à estrutura de visitação e por consequência, aumente o número de visitantes e arrecadação do PECJ, o programa de concessão proposto tende a afastar de vez a comunidade que vive no entorno dessa UC, que frequentará cada vez menos o seu *querido Horto* por encontrar um local cada vez mais precificado e mercantilizado com opções de preços de serviços e passeios interessantes, mas difíceis de serem comprados, principalmente pela parte da população de menor poder aquisitivo. Além disso, todas as propostas de maior contato com a natureza apresentadas daqui para frente no PECJ só serão obtidas caso sejam efetivamente compradas por um preço alto pelos abastados turistas que costumam visitar Campos do Jordão.

Para reverter ou minimizar os problemas decorrentes desse processo, deveriam ser tomadas medidas preventivas, estabelecidas desde a formatação da proposta de concessão, para que a comunidade que vive no entorno do Parque tivesse a oportunidade de fazer algumas das atividades que serão comercializadas pela empresa vencedora da licitação, como os passeios e novas trilhas que serão abertas e comercializadas.

Esse direito poderia ocorrer por pelo menos uma vez por mês (em dia de menor movimento, por exemplo), além de garantir que o acesso às trilhas já existentes e instalações atualmente presentes, como *playground*, centro de visitantes e Espaço Araucária fossem reformados pela concessionária, mas que continuassem a ser públicos, sem cobrança de ingressos. Nesse mesmo sentido, um dos indicadores de desempenho para a concessionária poderia ser a verificação de quanto o visitante aprendeu e levará de informações sobre a natureza do local visitado.

É importante ainda, para evitar o que ocorre no Parque Nacional do Iguaçu, determinar valores máximos de cobrança dos passeios previstos, permitindo assim que seja verificado o contato, conhecimento e valorização dos visitantes da UC à natureza existente, assim como previsto na proposta de parques em Unidades de Conservação pelo SNUC, a qual visa demonstrar a todos, independente da raça, cor, religião e principalmente renda, o quanto é importante ter e visitar uma Unidade de Conservação.

Como analisado anteriormente, uma das grandes expectativas com relação ao Programa de Concessão do PECJ está na possibilidade de redirecionar os gastos, investimentos e pessoal atualmente alocado no Parque Estadual de Campos do Jordão (UC consolidada) para o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão (UC potencial sob a perspectiva do turismo), que abrange uma área de pouco mais de 500 hectares localizada ainda mais próxima do centro comercial de Campos do Jordão (cerca de 5 km) em comparação ao PECJ.

Mas será que o processo de ocupação do território dessa nova UC, por meio da prática do turismo, também irá privilegiar os interesses mercantis voltados aos seus

visitantes, em detrimento dos ideais de conservação previstos originalmente no SNUC, a exemplo do que é observado atualmente no Parque Estadual de Campos do Jordão e que, como evidenciado, será acentuado após a concessão do PECJ para a iniciativa privada, ou será que teremos a partir da abertura para visitação desse novo Parque, uma nova perspectiva muito mais alinhada aos ideais do SNUC.

A partir dessa perspectiva é analisado a seguir, nas considerações finais, as possibilidades e fragilidades da prática do turismo no PECMJ comparadas ao que ocorre no PECJ, para verificar então a confirmação ou não da hipótese inicialmente defendida no estudo proposto.

Conclusão

O trabalho apresentado teve como proposta central analisar o processo de produção do território das Unidades de Conservação classificadas pelo SNUC como *Parques*, a partir da prática do turismo nesses locais, por meio da comparação entre as diferenças e semelhanças existentes dessa atividade entre UCs já consolidadas sob a perspectiva do turismo, como o PE de Campos do Jordão, com unidades ainda em fase inicial ou potencial para desenvolver o turismo, como o PE dos Mananciais de Campos do Jordão.

A partir da construção desse cenário, foi possível verificar se a tese de que o processo de produção do território desses Parques, por meio da prática do turismo, sempre privilegia os interesses mercantis voltados aos seus visitantes, em detrimento dos ideais de conservação previstos originalmente no SNUC para esses Parques, independente do estágio de desenvolvimento da atividade turística em seus territórios poderia ser de fato comprovada. A comprovação ou não dessa hipótese balizou as discussões aqui propostas para a elaboração da tese.

Após analisar as informações disponíveis sobre os objetos de estudo e tema em si, por meio de revisão bibliográfica acerca do assunto tratado, entrevistas com visitantes, comunidade que vive no entorno, gestão das UCs e análise cuidadosa de seus respectivos Planos de Manejo, verificamos que a implantação e consolidação dos Parques demonstram diferenças na forma de organização e de produção do território da conservação.

A produção do Parque Estadual de Campos do Jordão está associada às perspectivas de atrativo turístico, portanto, em cidades como Campos do Jordão, um lugar turístico, percebemos uma mudança na perspectiva de produção dos Parques, onde o Parque mais antigo e consolidado (Parque Estadual de Campos do Jordão) possui como fundamento a conservação da natureza e seu uso como estratégia de conservação, enquanto que no Parque dos Mananciais de Campos do Jordão, ainda em processo de implantação, o princípio que norteia é a de um modelo mais próximo aos ideais do SNUC, com a proposta de fazer o visitante entender a razão dos elementos de fauna e flora serem encontrados nessa UC e porquê devem ser mantidos dessa forma.

No processo atual do olhar sobre o Parque Estadual de Campos do Jordão e as ações dirigidas a eles, aparece como centralidade o fato de serem produzidos como complementos aos atrativos já estabelecidos no município, o que inibe seu visitante de perceber a valorizar a importância da existência da Unidade de Conservação por si só e entender o quão importante é ter o Parque Estadual de Campos do Jordão para a conservação dos elementos da natureza ali presentes, assim como o real significado e

complexidade desses elementos. Tal realidade transforma o *Horto* de Campos do Jordão em um produto turístico dentre tantos outros comercializados em Campos do Jordão por meio de uma agência de viagens, guia de turismo ou hotéis da região interessados apenas no seu próprio lucro.

No caso do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão prevalece um ideal mais próximo ao que é pregado pelo SNUC e alinhado por sua vez ao que se defendeu no decorrer de toda a tese, onde o que deve imperar na prática do turismo nesses locais é o entendimento e valorização da Unidade de Conservação como algo fundamental para preservar os elementos da natureza remanescente da região e que pode servir, por meio da prática do turismo, num importante instrumento para promover o melhor entendimento das pessoas sobre o real valor de uma Unidade de Conservação e sua necessidade de existência, especialmente no caso do nosso objeto de estudo, por se tratar de uma área voltada a preservação dos mananciais responsáveis pelo abastecimento hídrico do município de Campos do Jordão.

Com o intuito de atender a proposta do trabalho e verificar a validade da hipótese proposta, foram levantados no decorrer do estudo informações provenientes de diversos tipos de fontes e formas de obtenção de dados, dentre os quais destacam as diversas visitas aos Parques utilizados como estudos de caso, entrevistas com os gestores do PECJ e PEMCJ, leitura dos últimos Planos de Manejo do PECJ e PEMCJ, além de consulta a uma extensa bibliografia sobre o tema proposto.

Todo esse material permitiu a elaboração de análises e inferências com propriedade, experiência e conhecimento, estabelecidas a partir de um amplo embasamento teórico e fundamentado em observações *in loco* obtidas por meio das visitas de campo realizadas e diferentes tipos de levantamentos realizados junto a diferentes públicos com diferentes perspectivas sobre o mesmo tema.

O resultado de todo esse esforço é um trabalho amplo, atual e que procurou não ater a apenas um ponto de vista, mas levar em consideração as diferenças de opinião e interpretação que podem existir sobre o mesmo tema para então, dentro da perspectiva dialética defendida desde o primeiro parágrafo do primeiro capítulo, optar por uma linha de pensamento dentre as existentes, apresentadas e discutidas deixando de ser, a partir desse momento, um mero espectador do seu objeto de estudo para então poder posicionar sobre o que poderia ser feito para ajustar a situação observada ao que entende que seja o correto a ser feito nas Unidades de Conservação estudadas.

As considerações apresentadas nessa última parte do trabalho seguem justamente essa linha de pensamento, a exemplo do que é verificado no decorrer de todo o trabalho.

Com relação à forma de organização e de produção do território da conservação por meio da prática do turismo, o que defendo é que os elementos da natureza visitados nesses locais devem ser entendidos e valorizados como uma fonte de valor de uso, ideia a qual foi enfatizada e defendida em diversas ocasiões nas discussões propostas, desde o primeiro capítulo.

Mas, ao observar a realidade dessa ocupação nas UCs estudadas, em especial no PECJ, onde o fluxo turístico está consolidado, não foram identificadas ações presentes nem tão pouco planejadas nesse sentido. Ao invés disso, o que ocorre nessa UC é uma prática de visitação mercantilizada, onde esses elementos da natureza são tratados como um produto a ser comprado, evidenciando-se assim a prática de uma natureza tratada apenas como fonte de valor de troca.

A carência de políticas públicas nesse sentido se torna particularmente preocupante quando é comparada a realidade do PECJ com a proposta de conservação de um Parque defendida pelo SNUC, conforme abordado no segundo capítulo desse trabalho. No caso do Parque Estadual de Campos do Jordão, ficou evidente uma proposta de prática do turismo diferente do que se prega no SNUC, pois o que ocorre nessa UC é uma forma passiva e de pouco compreensão por parte do visitante em relação ao ambiente visitado, causada em especial pelo perfil predominante desse visitante, conforme verificado no estudo realizado junto a esse público.

Esse problema é potencializado pela falta de propostas planejadas e concretas por parte da gestão local para que esse público conheça mais detalhadamente as peculiaridades da fauna e flora desse Parque, algo que poderia levar esse visitante a entender, por exemplo, quais as razões que levam determinadas árvores ou espécies de animais a estarem presentes no local ou ainda saber (e se impressionar) sobre quantos anos tem a Araucária que está a sua frente (quando muito os visitantes do PECJ sabem que a sua frente está uma Araucária), quais os problemas ou impactos gerados pela existência um *Pinus Eliot* na flora e fauna local, o que são Campos de Atitude ou FOD, ou ainda saber que nas trilhas que estão percorrendo trafegam mamíferos ameaçados de extinção e com alto grau de vulnerabilidade no Estado de São Paulo, Minas Gerais ou até mesmo no país, como o Lobo Guará, Jaguaritica, Onça Parda, Gato do Mato Pequeno, Cachorro Vinagre e Gato Maracajá.

Ao invés disso, o que ficou evidenciado no PECJ foram apenas ações pontuais, isoladas, sem planejamento e com frequência irregular, ora promovidas pela administração do PECJ, por meio dos monitores contratados que percorrem as trilhas ou prestam informações no centro de visitação, ora pelas empresas concessionárias que comercializam passeios de *trenzinhos* ou equipamentos de recreação como bicicletas ou práticas de

tiroleza. Os programas de educação ambiental, por sua vez, são promovidos apenas quando ocorrem visitas programadas de escolas estaduais e municipais situadas no entorno das UCs estudadas.

Para mudar a situação, os visitantes poderiam ser estimulados a conhecer a flora e fauna do PECJ por ações planejadas de passeios temáticos próximos aos ideais de educação ambiental praticada com os estudantes. Essa nova proposta conseguiria promover uma maior imersão do visitante ao ambiente visitado.

Poderiam ser organizados, por exemplo, *safáris* fotográficos ou *tours* nas trilhas onde seriam identificados os variados sons dos pássaros presentes nessas UCs. Na primeira proposta, as fotos tiradas pelos presentes e consideradas como as mais bonitas por uma rápida votação pelos mesmos (por redes sociais das páginas oficialmente gerenciadas pela administração da UC por exemplo) seriam premiadas com uma lembrança simbólica do parque, como um chaveiro ou um imã obtido junto a uma futura parceria do administrador do Parque com a empresa de lembranças local, em troca da divulgação de seu trabalho e produtos. Poderiam ser propostas ainda, visitas monitoradas com a intenção de destacar curiosidades e diferenciais da flora e fauna local ou em horários diferenciados, ocorridos quando as aves estão acordando, por exemplo.

O atual modelo de monitoria oferecido no PECJ deve ser revisado, pois o que se observa atualmente é uma monitoria pouco animadora e envolvente, onde muitas vezes o monitor tem conhecimento técnico sobre a flora e fauna local, mas só compartilha de suas interessantes informações quando é questionado pelos presentes, e assim mesmo com respostas muitas vezes ríspidas que desestimulam novas perguntas, até mesmo por parte do visitante mais curioso ou animado, conforme pôde ser observado nas visitas *In loco* realizadas.

Para que essa mudança ocorra de fato, será importante desenvolver um programa de treinamento voltado aos monitores sobre noções básicas de atendimento e hospitalidade ao visitante, aliado a um programa de incentivo, com premiações mensais aos monitores mais elogiados pelos visitantes com folgas extras, por exemplo, para que sejam mais pró-ativos com relação às informações prestadas, mais cordiais e prestativos com relação aos visitantes ou até mesmo que possam ser preparados para promoverem visitas monitoradas mais animadas, ressaltando aos visitantes detalhes sobre a peculiaridades da flora e fauna local no decorrer do monitoramento, fazendo assim com que esse visitante tenha uma experiência rica e gratificante da trilha monitorada realizada, o que irá fazer com que ele valorize a experiência obtida e faça comentários favoráveis nas suas redes sociais ou depoimentos com amigos e parente após a visita uma dessas UCs, algo que certamente

irá estimular outros a procurar pela mesma experiência de interação e melhor conhecimento sobre o PECJ.

Além dessa e das outras fragilidades apresentadas e discutidas ao longo do trabalho, a atual política (inadequada) de visitação do PECJ tem levado ao distanciamento entre a comunidade que vive no entorno da UC e a Unidade de Conservação em si. Essa realidade é preocupante, pois o que foi observado é que a comunidade que reside em Campos do Jordão tem pouco interesse em retornar ou frequentar o PECJ, por considerá-lo uma UC que oferece uma proposta de visitação que vai além do seu poder aquisitivo e que por conta disso está resumido atualmente, segundo essa comunidade, a algo que interessa e é possível de ser aproveitado apenas pelos turistas munidos de uma melhor renda.

Embora essa mesma comunidade considere o Parque Estadual de Campos do Jordão como algo importante para o município e que por isso deve ser mantido e preservado, foi identificado no decorrer do trabalho a existência de uma política e ações preocupadas com esse distanciamento e posicionamento da comunidade frente ao *Horto*, mas que carecem de uma maior continuidade e melhor divulgação.

Nesse caso, poderiam ser promovidos eventos ligados a datas especiais promovidos no próprio PECJ, como o Dia da Árvore, Aniversário do Município, Dia Mundial do Meio Ambiente, Aniversário do Horto, dentre outros, onde a comunidade do entorno da UC estudada seria o público-alvo. Além disso, folhetos com o tema *Venha para o Horto* poderiam ser distribuídos no comércio frequentado por essa comunidade, aliado a utilização mais efetiva dos canais de comunicação eletrônicos disponíveis, como *site*, *Facebook* e *Instagram*, onde esses eventos e elementos e curiosidade da fauna e flora encontrados no PECJ poderiam ser divulgados para a comunidade, como forma de estimulá-la a voltar a frequentar o PECJ e considerá-lo de fato como algo pertencente a sua própria história, cultura e identidade.

O que defendo então, ao contrário do que foi observado no PECJ, é a definição de políticas que estimulem a maior imersão e compreensão dos visitantes com relação ao PECJ e que vá além das tradicionais práticas de educação ambiental voltados apenas a estudantes do ensino fundamental e médio. Essa nova realidade, obtida por meios das ações aqui propostas, poderia diminuir a atual sensação de visitar o PECJ como um parque de diversões ou zoológico, ou seja, sem a menor interação ou experiência sensorial entre o visitante e visitado.

Quando isso ocorrer de fato, será possível identificar que o maior beneficiado pelas políticas para a prática do turismo nessas Áreas de Preservação Ambiental é a própria Unidade de Conservação em si, se alinhando assim aos ideais defendidos pelo SNUC aos quais compartilho.

Nesse novo patamar, os elementos da natureza encontrados no PECJ passariam a ser de fato valorizados, respeitados e compreendidos pelos seus visitantes independentemente de sua renda, situação muito diferente do que foi observado, onde as políticas vigentes da UC para o turismo beneficiam e são voltados de forma prioritária a um visitante com alto poder aquisitivo, interessado apenas na compra dos produtos e serviços comercializados na UC estudada em troca de algumas horas aprazíveis e sem a necessidade de aprender ou melhor entender nada de novo, em mais um dia de sua estadia em Campos do Jordão.

No caso do PE dos Mananciais de Campos do Jordão, foi constatado, a partir das informações obtidas e analisadas de seu Plano de Manejo, observações no decorrer das visitas *in loco* no Parque e entrevista com o Gestor da UC, que a sua política voltada à prática do turismo é diferente da que é encontrada no PE de Campos do Jordão, pois no caso da UC de fluxo turístico potencial utilizada como estudo de caso, foi evidenciado que as políticas previstas estão, desde sua concepção, centradas na ideia de que seu processo de ocupação por meio da prática do turismo deve levar seu visitante a melhor entender e valorizar o significado de uma Unidade de Conservação, qual a importância da existência da UC para a sua qualidade de vida e da comunidade que reside em seu entorno, além de tentar fazer esse mesmo visitante entender razão dos elementos de fauna e flora serem encontrados nessa UC e porquê devem ser mantidos dessa forma.

Apesar da semelhança existente em diversos aspectos entre as UCs estudadas, como mesma administração, demanda potencial, proximidade geográfica, características de fauna, flora e clima, além de ameaças, oportunidades, fragilidades e potencialidades em comum (o que permitiu em muitos momentos do trabalho elaborar uma análise conjunta desse aspecto), foram observados no decorrer do trabalho diferenças significativas entre as propostas de visitação das UCs estudadas.

No caso do PEMCJ, mesmo que haja ações previstas no seu Plano de Manejo de viabilidade questionável, tais como *restrição aos veículos motorizados e restrição para a presença de quaisquer instalações de infraestrutura, exceto aquelas utilizadas na fiscalização, monitoramento, pesquisa e Educação Ambiental* na Zona de Uso Extensivo (definida no zoneamento do Parque como a única zona autorizada para visitação pública) conforme descrito e analisado no quarto capítulo do trabalho, é fato de que as políticas e ações propostas para o PEMCJ no tocante a prática do turismo estão muito mais alinhadas ao propósito defendido no SNUC em comparação ao que é encontrado no PECJ.

Caso a proposta de visitação no PEMCJ seja executada conforme o previsto, haverá a maior participação, envolvimento e pertencimento da comunidade que vive no entorno da UC, aliado a um melhor entendimento e valorização dos visitantes com relação

às características dos elementos da natureza encontrados no PE dos Mananciais de Campos do Jordão, tais como seus próprios mananciais, por exemplo, estabelecendo-se assim uma proposta de visitação tal qual defendida aqui. Têm-se então uma nova perspectiva de prática do turismo a partir da UC de fluxo potencial utilizada como estudo de caso.

As diferenças das políticas para a prática do turismo entre as UCs estudadas são justificadas em grande parte pelo momento em que cada UC se encontra e forma como a ocupação do território das UCs pelo turismo ocorreu ou pode ocorrer, pois enquanto o PECJ apresenta um fluxo consolidado há muito tempo, promovido sem um planejamento efetivo e firmado em um contexto de preservação ambiental ainda repleto de incertezas, dados imprecisos e pouco apoio governamental e institucional a respeito, o PEMCJ, por sua vez, nunca foi aberto à visitação, o que permite que haja um direcionamento planejado de sua demanda e proposta de visitação estabelecida e alinhada, desde seu início, às propostas previstas em seu Plano de Manejo, o que é muito mais fácil de ser viabilizado.

Além disso, a proposta de visitação de PEMCJ foi definida a partir de um contexto de Áreas de Preservação Ambiental muito mais amadurecido por estudos, encontros internacionais, discussões e leis (como o SNUC e de crimes ambientais, por exemplo, conforme descrito e analisado no segundo capítulo) além da opinião pública e governos muito mais preocupados e atentos a essa questão, o que facilitou sensivelmente o estabelecimento de uma proposta muito mais próxima ao que acredito ser o modelo ideal de visitação para Unidades de Conservação classificadas pelo SNUC como *Parques*.

Vale destacar ainda, nesse caso de forma positiva, a importância do zoneamento para as Unidades de Conservação estudadas, o que permite restringir e melhor controlar a área onde a visitação pública ocorre nas UCs, contribuindo assim para atender aos ideais de conservação previstos no SNUC. Mesmo no PECJ, onde foram identificadas diversas fragilidades e ameaças decorrentes do turismo, não foram observados impactos ambientais significativos em função dessa prática na Unidade de Conservação estudada, o que pode ser explicado em grande parte pelo fato de que apenas 3,24% (263,63 ha) do seu território poderá ser visitado sem prévia autorização, mesmo após a recuperação da área onde está concentrada a maior quantidade de árvores da espécie invasora *Pinus*.

Por outro lado, o atendimento às propostas presentes no Plano de Manejo do PEMCJ, ideais defendidos pela administração responsável para a prática do turismo no PE dos Mananciais e investimentos necessários para que isso ocorra, só acontecerá quando o programa de concessão do PECJ for concretizado, o que significa dizer que a implantação de um programa de visitação que atenda aos princípios de educação e conscientização ambiental para todos, previsto para o PE dos Mananciais de Campos do Jordão (onde

imagina o *lucro social e ambiental* para a população e visitantes), só será possível de ser concretizado quando a mercantilização da natureza for sacramentada no Parque Estadual Campos do Jordão por meio do seu programa de concessão, ou seja, o modelo de visitação que considero ideal para uma Unidade de Conservação classificada como *Parque* e a qual o próprio SNUC defende junto com diversos autores abordados aqui, necessitará se valer da institucionalização da mercantilização da natureza em outra Unidade de Conservação para ocorrer de fato, numa clara evidencia de fins que justificam os meios, uma ideia contestada em qualquer situação, especialmente quando se trata da gestão de áreas de preservação ambiental e a qual não precisa necessariamente envolver o sacrifício de uma parte para salvar a outra parte.

É como se o PECJ, por mais que tenha o fluxo consolidado e as fragilidades decorrentes desse fato, fosse um caso sem solução. As propostas apresentadas aqui mostram que um caminho alternativo é possível e que se pode atender aos ideais defendidos nesse trabalho, tanto no PEMCJ como no PECJ.

O trabalho apresentado foi construído de forma ininterrupta por quatro anos, o que permitiu ter tempo hábil para a construção de um estudo que atendeu aos objetivos inicialmente propostos e permitiu responder com propriedade à tese de que o processo de produção do território do Parque Estadual de Campos do Jordão - PECJ por meio da prática do turismo prioriza os interesses de seus visitantes, mas ao contrário do que inicialmente se tinha como hipótese, onde se imaginava que mesma prioridade fosse encontrada em qualquer Unidade de Conservação, independentemente da época de sua criação ou situação de fluxo turístico estar consolidado ou potencial, foi verificado no Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão, UC de fluxo turístico ainda em fase potencial, que há uma proposta de produção do território por meio da prática do turismo sensivelmente diferente da encontrada no Parque Estadual de Campos do Jordão, UC de fluxo turístico consolidado.

No caso do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão - PEMCJ, a ideia é de se valer de sua atratividade turística e proximidade ao município turístico de Campos do Jordão para promover, frente ao seu visitante, práticas que permitam o melhor entendimento sobre seus elementos da natureza presentes e entender assim a existência da UC como algo essencial para a conservação dos mananciais que abastecem o próprio município.

A principal razão para essa diferença em relação ao PECJ é o estágio em que se encontra o fluxo turístico no PEMCJ, o que permite ações nesse sentido muito melhor planejadas, exequíveis e passíveis de efetivo controle desde o início, aliado ao momento em que o Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão foi constituído (somente na

década de 1990) e demonstra por conta disso ter uma proposta de visitação muito mais alinhada aos propósitos de conservação da natureza atuais e melhor contextualizados ao que se prega no SNUC, criado em menos de uma década depois e aos quais entendo como adequado para uma Unidade de Conservação classificado pelo próprio SNUC como *Parque*. Dentre esses propósitos destaca-se a clara intenção de levar o visitante a melhor conhecer e respeitar os elementos da natureza encontrados nesse tipo de UC com o objetivo de fazê-lo terminar sua estadia na Unidade de Conservação com a clara percepção de que a natureza deve ser entendida como uma fonte de uso e não como fonte de troca, tal qual infelizmente é constatado atualmente em Unidades de Conservação de fluxo consolidado, como o Parque Estadual de Campos do Jordão.

No decorrer de todo o trabalho houve o cuidado de investigar a veracidade e fonte de todos os fatos e informações apresentadas, seja por meio do autor, seja por meio do seu orientador, que não mediu esforços em realizar a leitura atenta e minuciosa de cada detalhe de cada nova versão enviada para sua revisão. Esse processo permitiu lapidar o trabalho em cada uma dessas oportunidades e chegar ao resultado aqui apresentado: uma abordagem comparativa da prática do turismo entre UCs similares em sua proposta como Parques, localizadas próximas entre si e com atributos associados aos seus meios antrópicos e bióticos muito parecidos, mas que se apresentam muito distintas em relação ao seu fluxo de visitantes.

Essa situação de similaridade e ao mesmo tempo, distanciamento entre as UCs escolhidas como objeto de estudo, foi fundamental para estabelecer a abordagem comparativa entre o passado, presente e futuro da prática do turismo em Unidades de Conservação e permitiu assim trazer novas informações e interpretações acerca da prática do turismo nessas Áreas de Preservação Ambiental.

Isso não significa dizer que a necessidade de dialogar sobre esse tema tenha se esgotado a partir da conclusão do trabalho, pois o que ocorre é justamente o contrário. Com a finalização da tese evidencia-se a necessidade de promover novas discussões acerca desse amplo tema por meio de novos estudos em outros objetos de estudo.

A diferença é que a partir de agora há um caminho estabelecido, a partir dos estudos, pesquisas, análises e considerações desenvolvidas ao longo dessa tese, para conhecer as causas, consequências, fragilidades e potencialidades da prática do turismo nas demais Unidades de Conservação com fluxo consolidado ou potencial.

Bibliografia

ABAD. *Pesquisa revela quais são as marcas de água mais consumidas no Brasil*. Disponível em <https://distribuicao.newtrade.com.br/industria/pesquisa-revela-quais-sao-as-marcas-de-agua-mais-consumidas-no-brasil/>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACERENZA, Miguel Angel. *Administración del turismo*. Conceptualización y Organización. Cidade do México: Trillas, 1991.

AGUIAR, Paulo César; MOREAU, Ana Maria Souza dos Santos; FONTES, Ednice de Oliveira. Áreas naturais protegidas: um breve histórico do surgimento dos parques nacionais e das reservas extrativistas. *Revista Geográfica da América Central*, nº 50, 1º semestre 2013, p. 195-213.

AGÊNCIA BRASIL. *Queda da taxa de juros SELIC*. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia>. Acesso 04 de Julho de 2018

ANDRADE, José Vicente. *Turismo: Fundamentos e dimensões*. São Paulo: Ática, 8º Edição, 2000.

ANTONIAZZI, Ligia. *Trilhas do Horto Florestal de Campos do Jordão são imperdíveis para quem adora natureza*. Disponível em <https://vamosfugir.net.br/2016/05/01/trilhas-do-horto-florestal-de-campos-do-jordao/>. Acesso em 03 de janeiro de 2018.

AOKI, Hidgyo; ZANATTO, Antonio Carlos S.; MAX, José Carlos M. Planos de Manejo das unidades de conservação da divisão de florestas e estações experimentais do Instituto Florestal de São Paulo. In: *III Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, Anais*, Fortaleza: Fundação Boticário de Proteção a Natureza: Rede do Nacional Pró-Unidades de Conservação: Associação Caatinga, 2002.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Decreto Estadual nº 11.908 de 27/03/1941*. Disponível em <http://www.al.sp.gov.br/norma/?id=69167>. Acesso em 19 de abril de 2016.

_____. *Lei Estadual nº 8.510/93*. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/norma/14089>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

_____. *Decreto Estadual nº 61.371/2015*. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2015/decreto-61371-21.07.2015.html>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

_____. *Lei Estadual nº 16.260/2016*. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16260-29.06.2016.html>. Acesso em 17 de janeiro de 2019

_____. *Lei Estadual nº 7.862, de 1º de junho de 1992*. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1992/lei-7862-01.06.1992.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

_____. *Decreto Estadual nº 37.539*, de 27 de setembro de 1993. <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-37539-27.09.1993.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

ASSOCIAÇÃO AMIGOS DO BAIRRO DO GOMERAL. *Projeto estrada parque/cênica Guaratinguetá - Campos do Jordão*. Disponível em http://gomerall.org.br/?page_id=340. Acesso em 27 de julho de 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Evolução da Taxa Básica de Juros – SELIC*. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pt-br/#/n/SELICTAXA>. Acesso em 04 de julho de 2018.

BARBOSA, A. F.; ALMEIDA, A. F. *Levantamento quantitativo da avifauna em uma mata de Araucaria e Podocarpus, no Parque Estadual de Campos do Jordão*, SP. São Paulo, IF Sér. Reg., n. 33, p. 13-37. 2008.

BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 1999.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. São Paulo: SENAC, 1998.

BLUMRODT, Jens; PALMER, Adrian. Webpage Design and Quality of Seaside Tourism Destinations: A Question of Collaboration. *International Business Research*, No. 9, Vol. 6, p. 1 a 13. Agosto de 2013.

BORGES, Fábio. O papel do Brasil na integração Sul-americana nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010): um balanço comparativo. *Revista Geopolíticas*, 2011, vol. 2, núm. 2, 209-231.

BRANDON, Katrina. Colocando os parques certos nos lugares corretos. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

BRASIL, Casa Civil. *Lei Federal de Crimes Ambientais nº 9605/98*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

_____. *Lei nº 7735*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm. Acesso em 18 de junho de 2019.

BRESSAN, Delmar. *Gestão racional da natureza*. São Paulo: Hucitec, 1996

BRITO, Maria Cecília Wey. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2000.

BROWN B., CHALMERS, M. Turismo e tecnologia móvel. In: KUUTTI K., KARSTEN EH, DOURISH P., SCHMIDT K. *ECSCW 2003*. Springer, Dordrecht, 2003.

BRUHNS, Heloisa Turini. *A busca pela natureza: turismo e aventura*. Barueri-SP: Manole, 2009.

CAMPOS, Luiz Henrique. *Trilha Parque Estadual Campos do Jordão - Horto Florestal*. Disponível em <https://www.mochileiros.com/topic/59527-trilha-parque-estadual-campos-do-jord%C3%A3o-horto-florestal-1-dia-de-trilhas-feriad%C3%A3o/>. Acesso em 03 de janeiro de 2018.

CANIZIO, Marcia Jabor. *O Brasil e a Questão Ambiental: um estudo de política externa brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 1991.

CARVALHO, J. R. P. de; ASSAD, E. D. *Análise espacial da precipitação pluviométrica no Estado de São Paulo: comparação de métodos de interpolação*. Engenharia Agrícola, Jaboticabal, v.25, n.2, p.377-384, 2005.

CASA CIVIL. *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em 09 de abril de 2019.

_____. *Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em 09 de maio de 2019.

CEDEÑO, Karina. *Número de turistas internacionais cresceu 3,9% em 2016*. Disponível em http://www.panrotas.com.br/noticia-turismo/mercado/2017/01/numero-de-turistas-internacionais-cresceu-39-em-2016_143524.html. Acesso em 18 julho de 2017.

CERVANTES, A. et al. Diretrizes para os programas de uso público do Instituto Florestal de São Paulo. In: CONGRESSO NACIONAL SOBRE ESSÊNCIAS NATIVAS. 2., 1992, São Paulo. *Revista do Instituto Florestal*. São Paulo: Instituto Florestal, 1992, v. 4.

CERVEJARIA BADEN BADEN. *Baden Tour*. Disponível em <https://www.badenbaden.com.br/microcervejaria/badenbadentour/>. Acesso em 30 de março de 2018.

CERVO, Amado Luiz. Relações internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: 2002, vol. 45, n.1, p. 5-35.

CETIC. *Apresentação dos principais resultados TIC Domicílios 2015*. Disponível em <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/indicadores>. Acesso em 21 de julho de 2017.

CENTRO INTEGRADO DE INFORMAÇÕES AGROMETEREOLÓGICAS. *Balanço Hídrico de Campos do Jordão*. Disponível em <http://www.ciiagro.sp.gov.br/ciiagroonline/listagens/bh/lbalancohidricolocal.asp>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

CIIAGRO. *Extrato do balanço hídrico de Campos do Jordão*. Disponível em <http://www.ciiagro.sp.gov.br/ciiagroonline/listagens/bh/lbalancohidricolocal.asp>. Acesso em 15 de outubro de 2018.

CIFUENTES, Miguel. *Capacidad de carga turística en áreas protegidas*. Fauna, Flora y Areas Silvestres, 1993.

CIFUENTES Miguel et al. *Capacidad de carga turística de las áreas de uso público del Monumento Nacional Guayabo*, Costa Rica, Turrialba, CC.R.: WWF:CATIE, 1999.

COHEN. Erik. *Who is a tourist?: A conceptual classification*. The Sociological Review., nº 4, vol 22, p. 527—555, Nov 1974.

CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO. *Resolução nº 312*. Disponível em http://www.denatran.gov.br/download/Resolucoes/RESOLUCAO_CONTRAN_312_09.pdf. Acesso em 08 de abril de 2019.

COSI, Bruno. *Trilha Canhambora - Campos do Jordão*. Disponível em <https://pt.wikiloc.com/trilhas-enduro/trilha-canhambora-campos-do-jordao-8622506>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

CUNHA, Luis Henrique; COELHO, Maria Cecília. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, Sandra Baptista; GUERRA, Antônio José Teixeira (Orgs.). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CLIMATE-DATA. *Clima em Campos do Jordão*. Disponível em <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/sao-paulo/campos-do-jordao-32625/>. Acesso em 08 de outubro de 2018

DALL' AGLIO-HOLVORCEM, Christiane. G. *Conservação da biodiversidade e unidade de conservação: revisão de conceitos e uma avaliação da situação no Estado de São Paulo*. Campinas: UNICAMP, 2000. (Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação)).

DAVENPORT, Lisa; RAO, Madhu. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

DAVENPORT, Lisa; BROCKELMAN, Warren Y; WRIGHT, Patricia; RUF, Karl, DEL VALLE, Fernando B. Rubio. Ferramentas de ecoturismo para parques. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

DELGADO, Maurício. Análise da metodologia criada por Miguel Cifuentes referente à Capacidade de Carga Turística. *Revista Turismo em Análise*, v. 18, n. 1, p. 73-93, maio 2007.

DEPARTAMENTO AUSTRALIANO DE TURISMO. *Definição de Turismo*. Disponível em <http://www.tourism.australia.com>, Acesso em 28 de julho de 2017

DIEGUES, Antônio Carlos S. As áreas naturais protegidas, o turismo e populações tradicionais. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini. *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

_____. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Populações tradicionais em Unidades de Conservação: o mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: NUPAUB/CEMAR/USP, 1993.

DORST, Jean. *Antes que uma natureza morra: por uma ecologia política*: tradução Rita Buongiorno. São Paulo, Ed. USP, 1973.

DOUROJEANNI, Marc J. Vontade política para estabelecer e manejar parques. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

EMBRAPA. Temperatura no Estado de São Paulo. Disponível em <https://www.cnpm.embrapa.br/projetos/relevobr/conteudo/aplicacoes/temperatura.htm>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

EDITORA ABRIL. *Os 4 ingredientes básicos da cerveja e os principais tipos*. Disponível em <https://saude.abril.com.br/alimentacao/conheca-os-quatro-ingredientes-basicos-da-cerveja/>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

ESTEVES, Caio. *Evolução da criação dos Parques Nacionais no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRRJ, 2006.

FACEBOOK. *Horto Florestal de Campos do Jordão*. Disponível em <https://www.facebook.com/pages/Horto-Florestal-Campos-do-Jord%C3%A3o/1762104497430393>. Acesso em 08 de abril de 2019

_____. *Propaganda Água Minalba*. Disponível em <https://www.facebook.com/pg/mundoaguabertioga/posts/>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

FGV. *27ª Pesquisa Anual de Uso da TI*. Disponível em <http://eaesp.fgvsp.br/sites/eaesp.fgvsp.br/files/pesti2016gvciappt.pdf>. Acesso em 25 de julho de 2017.

FREITAS, Isis F. *Unidades de Conservação no Brasil: O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas e a viabilização da zona de amortecimento*. Campinas: Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – UNICAMP, 2008. 120p. Dissertação (Mestrado).

FRIAS, D. M., RODRIGUEZ, M. A., & CASTANEDA, J. A. Internet vs. travel agencies on pre-visit destination image formation: an information processing view. *Tourism Management*, Volume 29, paginas 163-179, 2008.

FONSECA, Igor Ferraz. Retórica da boa governança: as agendas 21 locais no Brasil. In: IPEA. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016.

FUNATURA. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*. Brasília: FUNATURA, 1989.

FUSTER, Luis Fernandez. *Introducción a la teoría y técnica del turismo*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa BIOTA-FAPESP. Disponível em <http://www.fapesp.br/biota/>. Acesso em 26 de fevereiro

FUNDAÇÃO FLORESTAL. *Plano de Manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão*. São Paulo: Fundação Florestal, 2015. Disponível em <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2017/02/Diagn%C3%B3stico-e-Planejamento.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2018.

_____. *Parque Campos do Jordão monta acervo sobre história da região*. Disponível em <https://fflorestal.sp.gov.br/parque-campos-do-jordao-monta-acervo-sobre-historia-da-regiao/>. Acesso em 15 de abril de 2019.

_____. *Plano de Manejo do Parque Estadual dos Mananciais de Campos do Jordão*. São Paulo: Fundação Florestal, 2015. Disponível em <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal/2012/01/Diagn%C3%B3stico-e-Planejamento.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2018.

_____. *Parque Estadual de Campos do Jordão: proposta de concessão*. Disponível em <http://arquivo.ambiente.sp.gov.br/consema/2018/07/proposta-concessao-de-area-no-parque-estadual-do-campos-de-jordao.pdf>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

GONÇALVES, Diego. *Informações sobre o PECJ e PEMCJ*. 14 jan.2018. Entrevista concedida a Fábio Pozati.

GOOGLE MAPS. *Distância de municípios paulistas ao Parque Estadual de Campos do Jordão*. Disponível em <https://www.google.com/search?q=distancia+jundia%C3%AD+ao+parque+estadual+de+campos+do+jord%C3%A3o&oq=distancia+jundia%C3%AD+ao+parque+estadual+de+campos+do+jord%C3%A3o&aqs=chrome..69i57.613988j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em 26 de julho de 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Campos do Jordão ganha sistema de esgotamento sanitário com tecnologia de ponta*. Disponível em <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/campos-do-jordao-ganha-sistema-de-egotamento-sanitario-com-tecnologia-de-ponta/>. Acesso em 15 de outubro de 2018

_____. *Lei nº 11.908*. Disponível em <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1941/decreto.lei-11908-27.03.1941.html>. Acesso em 06 de outubro de 2018

_____. *Anexo III: informações sobre o Parque Estadual de Campos do Jordão*. Disponível em file:///C:/Users/FABIO/Downloads/Anexo%20III%20-%20Descritivo%20Parque%20Estadual%20de%20Campos%20do%20Jord%C3%A3o%20(6).pdf. Acesso em 26 de julho de 2019.

G1 PR. *Parque Nacional do Iguaçu fecha 2018 com recorde de 1,8 milhão de visitantes*. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2018/12/31/parque-nacional-do-iguacu-fecha-2018-com-recorde-de-18-milhao-de-visitantes.ghtml>. Acesso em 27 de julho de 2019.

HOGAN, Daniel Joseph (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

HOROWITZ, Christiane, BURSZTYN, Maria Augusta Almeida. Unidades de Conservação e o paradigma da sustentabilidade: o exemplo do Parque Nacional de Brasília. In: *IV Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação*, Curitiba, Anais, Curitiba: Fundação Boticário de Proteção à Natureza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004.

HUNZIKER, Walter; KRAPP, Kurt. *Tratado de uma teoria geral do turismo*. Zurique: Polygraphischer Verlag AG, 1942

IBAMA. *Roteiro Metodológico de Planejamento: Parque Nacional, Reserva Biológica e Estação Ecológica*. Edições IBAMA, Brasília, DF, 2002.

_____. *História do IBAMA*. Disponível em <http://www.ibama.gov.br/institucional/sobre-o-ibama/sobre-o-ibama-historico>. Acesso em 09 de abril de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo 2010*. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 15 de março de 2017.

_____. *Comportamento PIB e PIB per capita brasileiro: Período 2000-2017*. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br>. Acesso em 09 de outubro de 2017.

_____. *Dados sobre Campos do Jordão-SP*: 2016. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/campos-do-jordao/panorama>. Acesso em 02 de abril de 2019.

ICMBio. *Visitação em Parques Nacionais bate novo recorde em 2018*. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/10216-visitacao-em-parques-nacionais-bate-novo-recorde-em-2018>. Acesso em 27 de julho de 2019.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS – IHU, IHU On-line. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2008/12/29/a-politica-ambiental-e-energetica-do-governo-lula/>. Acesso em 10 de novembro de 2017.

INSTITUTO SEMEIA. *Diagnóstico do Uso Público em Parques Brasileiros: A Perspectiva Dos Gestores*: Pesquisa 2015. Disponível em <http://www.semeia.org.br/publicacoes.php>. Acesso em 10 de abril de 2019.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. O que o governo Dilma fez (e não fez) pelas Unidades de Conservação? Disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/o-que-o-governo-dilma-fez-e-nao-fez-pelas-unidades-de-conservacao>. Acesso em 12 de dezembro de 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA. *Dados climáticos de Campos do Jordão*. Disponível em <http://www.inmet.gov.br/portal/index.php?r=tempo2/verProximosDias&code=3509700>. Acesso em 08 de outubro de 2018.

ITO, Claudemira Azevedo. Evolução histórica do turismo e suas motivações. *Revista Tópos*, V. 2, N° 1, p. 123-141, 2008.

IUCN. *Relatório preparatório para o 5º Congresso Mundial de Parques*. Disponível em: <http://www.iucn.org/themes/wcpa/wpc2003/english/news/daybyday/w17.htm#finales>. Acesso em 02 de outubro de 2017.

IUCN, UNEP & WWF. *World Conservation Strategy: Living Resources Conservation for Sustainable Development*. Gland, Switzerland . IUCN, UNEP & WWF, 1980

_____. *Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living*. IUCN, UNEP & WWF, 1991.

JACKSON, W. Turrentine. The creation of Yellowstone National Park. *The Mississippi Valley Historical Review*, no. 2, vol. 29, p. 187-206. Setembro de 1942. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1896270>. Acesso em 10 de junho de 2019.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Paulistano gasta R\$ 13 para almoçar fora. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi0302200625.htm>. Acesso em 03 de abril de 2019.

KAGEYAMA, Paulo Y.; SANTOS, João Dagoberto dos. *Aspectos da política ambiental nos governos Lula*. Revista Faac, Bauru, v. 1, n. 2, p. 179-192, out. 2011/mar. 2012.

KAPLANIDOU, K., & VOGT, C.. A structural analysis of destination travel intentions as a function of web site features. *Journal of Travel Research*, Vol. 45, páginas 204-216. Novembro de 2016.

KINOUCI, Marcelo Rodrigues. *Da proximidade á vizinhança: desenho e gestão das zonas de amortecimento em Unidades de Conservação*. Campinas: UNICAMP, 2010. Doutorado (Tese).

KINKER, Sonia. *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. Campinas: Papirus, 2002.

KONDER, Leandro. *O marxismo na batalha das ideias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

KOTLER, Philip. *Administração de marketing*. São Paulo: Prentice Hall, 2000.

LAMOUNIER, Bolivar. *Da independência a Lula: dois séculos de política brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LEPP, Andrew; GIBSON, Heather; LANE, Charles. Image and perceived risk: A study of Uganda and its official tourism website. *Tourism Management*. Volume 32, Edição 3, páginas 675-684, junho de 2011.

LIMA, Gumercindo Souza. O papel da unidade de conservação na orientação, fiscalização e segurança do visitante e voluntário. In: III CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, *Anais*, Fortaleza: Fundação Boticário de Proteção a Natureza: Rede do Nacional Pró-Unidades de Conservação: Associação Caatinga, 2002.

LIMA, Gumercindo Souza; ZILLER, Silvia Renate. Proteção em unidades de conservação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 3., 2002. *Anais*, Fortaleza: Fundação Boticário de Proteção a Natureza, 2002.

LIMA, José M. B. 2099, *a fantástica realidade*. São Paulo: Editora 24 horas, 2011.

LIN, Yu-Shan; HUANG, Jun-Ying Internet blogs as a tourism marketing medium: A case study. *Journal of Business Research*, Vol. 59, p. 1201–1205 59, 2006.

LISBOA, Marijane Vieira. Balanço da política ambiental do governo Lula: grandes e duradouros impactos. In: MARILENE, Paula. *Nunca antes nesse país: um balanço das políticas do governo Lula*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll, 2011.

LOBO, Heros Augusto Santos; PERINOTTO, José Alexandre de Jesus; BOGGIANI, Paulo César. Capacidade de carga turística em cavernas: estado-da-arte e novas perspectivas. *Revista Espeleo-Tema*. v. 20, n. 1/2, p. 37-47, dezembro 2009.

LOBO, Heros Augusto Santos et. al. Projection of tourist scenarios onto fragility maps: Framework for determination of provisional tourist carrying capacity in a Brazilian show cave. *Tourism Management*. n. 35, p. 234-243, julho 2012.

LOSEKANN, Cristiana. *Participação da sociedade civil na política ambiental do governo Lula*. Revista Ambiente e Sociedade. Vol.15. Nº 1. São Paulo Jan./Apr. 2012, p. 179-200.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes; SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

LUTZEMBERGUER, José. *Fim do Futuro?* Manifesto ecológico brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1986.

MATOS, Silvia. *Situação da crise no Brasil*. Disponível em <http://economia.ig.com.br/2016-11-01/crise.html>. Acesso em 04 de Maio de 2017.

MÁXIMO, Luciano. *Governo de SP anuncia concessão de 05 parques à iniciativa privada*. Disponível em <https://www.valor.com.br/brasil/4918518/governo-de-sp-anuncia-concessao-de-5-parques-iniciativa-privada>. Acesso em 17 de janeiro de 2019.

MEDEIROS, Rodrigo. A política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, *Anais*, Curitiba: Fundação Boticário de Proteção a Natureza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004.

MERCADANTE, Aloízio. *O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

MIGLIORINI, Sonia Mar dos Santos. Parceria Público/Privada na Gestão de Unidades de Conservação: conflitos e desafios no caso do Parque Nacional do Iguaçu. In: MORETTI, Edvaldo César; RIBEIRO, Mara Aline (org). *Olhares Geográficos Sobre Paisagem e Natureza*. Tupã: ANAP, 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2914 / 2011. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html. Acesso em 09 de maio de 2018.

_____. Portaria nº 2914 / 2011. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2914_12_12_2011.html. Acesso em 16 de outubro de 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Plano Plurianual 2004-2007*: orientação estratégica de governo um Brasil para todos: crescimento sustentável, emprego e inclusão social. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/reuniao/dir356/PPA20042007.pdf>. Acesso em 03 de julho de 2018.

_____. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*: SNUC: lei No. 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de Agosto de 2003. 3ª ed. Aum. Brasília:MMA/SBF, 2003.

_____. *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas*: PNAP. MMA. Brasília. DF. 2006a.

_____. *Resolução CONAMA 357/2015*. Disponível em <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=459>. Acesso em 16 de outubro de 2018.

_____. RESOLUÇÃO CONAMA nº 274. Disponível em <http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=272>. Acesso em 04 de maio de 2019.

_____. *Instrução Normativa ICMBio nº 26, de 4/7/2012*. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/legislacao/instrucoes-normativas.html>. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. *Plano Nacional de Turismo 2013-2016*. Disponível em <http://www.turismo.gov.br>. Acesso em 07 de Maio de 2017.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Evolução do segmento de turismo*. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/sondagens-conjunturais/pesquisa-anual-de-conjuntura-econ%C3%B4mica-do-turismo/item/download/547d3a5e261ecf42482673e6017ded9c40b.html>> Acesso em: 04/07/2018.

_____. *Anuário estatístico 2019: ano base 2018*. Disponível em file:///C:/Users/FABIO/Downloads/Anuario_Estatistico_de_Turismo_2019_-_Ano_base_2018_Divulgacao_Internet.pdf. Acesso em 24 de julho de 2019.

_____. *Segmentação do turismo e o mercado*. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Boletim de desempenho econômico do turismo*. Disponível em http://www.turismo.gov.br/images/pdf/boletim_desempenho_eco_tur_ano_xiv_53_jan17.pdf. Acesso em 05 de julho de 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Câmara de Coordenação e Revisão, *Territórios de povos e comunidades tradicionais e as Unidades de Conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais*. Brasília: MPF, 2014.

MOLINA E., Sergio. *Turismo e ecologia*. Bauru: EDUSC, 2001.

MOREIRA, Ruy. *O que é geografia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. *Para onde vai o pensamento geográfico?* São Paulo: Contexto, 2006.

MORETTI, Edvaldo César; CHAVEZ, Eduardo Salinas; RIBEIRO, Angelo F. do Nascimento. El Ecoturismo en áreas kársticas tropicales: Parque Nacional Sierra da Bodoquena, Mato Grosso Do Sul, Brasil y Parque Nacional Viñales, Pinar Del Rio, Cuba. Murcia, *Gran Tour: Revista de Investigaciones Turísticas*, nº 13 Janeiro-Junho de 2016, p.82-104

MORETTI, E. C.; BANDUCCI JUNIOR, Alvaro. *Qual Paraíso?* Turismo e ambiente em Bonito e no Pantanal. 1. ed. Campo Grande - São Paulo: Editora da UFMS e Editora Chronos, 2001. v. 01. 205p.

MOSCOVICI, S. *Hommes domestiques, homes sauvages*. Paris: Unión Générale d'Éditions, 1974.

MOTA, Keila Cristina Nicolau. *Marketing turístico: promovendo uma atividade sazonal*. São Paulo: Atlas, 2001.

MOURA, Adriana Maria Magalhães. Trajetória da política ambiental no Brasil. In: IPEA. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016.

MOURA, Alexandrina Sobreira; BEZERRA, Maria do Carmo. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: IPEA. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016.

MUNDO DO MARKETING. *Bicicletário Empresa Minalba em Campos do Jordão*. Disponível em <http://www.mundodomarketing.com.br>. Acesso em 22 de outubro de 2018.

OLIVA, Adriana; MAGRO, Teresa Cristina. A evolução do planejamento do entorno das Unidades de Conservação de proteção integral. In: IV CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, Curitiba, *Anais*, Curitiba: Fundação Boticário de Proteção a Natureza: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação, 2004.

OLIVEIRA, Claudia Camila Faria. *Informações sobre o PECJ*. 25 jan. 2017. Entrevista concedida a Fábio Pozati.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *Introdução ao turismo*. Trad. Dolores Martin Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. *Tourism Highlights*. Disponível em http://www.dadosfatos.turismo.gov.br/images/pdf/estatisticas_indicadores/UNTWO_Tourism_Highlights_2016_Edition.pdf. Acesso em 18 de julho de 2017.

_____. *Dados do Turismo Mundial*. Disponível em <http://www.unwto.org>. Acesso em 02 de maio de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO. *Convenção nº 169 da OIT*. Disponível em <http://www.ilo.org/brasil/lang-pt/index.htm>. Acesso em 23 de janeiro de 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURAL. *Patrimônio Natural*. Disponível em <https://en.unesco.org>. Acesso em 03 de maio de 2016.

PADUA, José A. *Natureza e projeto nacional: As origens da ecologia política no Brasil*. In: *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço & Tempo/luperj, 1987

PAES, Maria Tereza Duarte; OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Orgs.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D.; BRUHNS, Heloisa Turini; SERRANO, Celia (Orgs.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas: Papirus, 2007.

PALOMO, Manuel Figueirola. *Elementos para el estudio de la economia de le empresa turistica*. Espanha, Sintesis, 1991.

PAULO FILHO, Pedro. *Campos do Jordão: onde sempre é estação*. São Paulo: Noovha América, 2003.

_____. *História de Campos do Jordão*. São Paulo: Editora Santuário, 1986.

PENNA, Lincoln de Abreu. *A presidência Lula: passos e tropeços*. Rio de Janeiro: Imprimatur, 2006.

PLAZA, Beatriz. Google Analytics for measuring website performance. *Tourism Management*. Volume 32, Edição 3., páginas 477-481, junho de 2011.

POZATI, Fábio. Práticas turísticas no Brasil: um estudo aplicado no parque estadual de Campos do Jordão. In: MORETTI, Edvaldo César; RIBEIRO, Mara Aline (org). *Olhares Geográficos Sobre Paisagem e Natureza*. Tupã: ANAP, 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DO JORDÃO. Campos do Jordão vai instituir Taxa de Turismo. Disponível em <http://camposdojordao.sp.gov.br/Noticia/?i=923&c=21>. Acesso em 27 de julho de 2019.

_____. *Plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos: PMGIRS Campos do Jordão – SP*. Disponível em <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/cpla/2017/05/campos-do-jordao-vol.-1.pdf>. Acesso em 25 e julho de 2019.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GUARATINGUETÁ. Lei Complementar Nº 01, De 18 de Abril de 1994. Disponível em <http://guaratingueta.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/12/Lei-Complementar-N-01-de-18-de-Abril-de-1994.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

_____. *Plano Diretor do Município de Guaratinguetá*. Disponível em <http://legislacaocompilada.com.br/camaraguaratingueta/Arquivo/Documents/legislacao/html/C232006.html>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

RAIMUNDO, Sidnei. As atividades de aventura e suas implicações na gestão ambiental: considerações sobre os impactos positivos e negativos dessas práticas na natureza. In: MARINHO, Alciane; COSTA, Eduardo Tadeu; SCHWARTZ, Gisele Maria. *Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura*. São Paulo: Lexia, 2011.

RITA, Paulo. *Web marketing tourism destinations*. ECIS 2000 Proceedings. 2000. Disponível em <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.881.9465&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em 25 de julho de 2018.

ROBIM, M.J., TABANEZ, M. F. *Subsídios para implantação da Trilha Interpretativa da Cachoeira – Parque Estadual de Campos do Jordão*. Boletim Técnico, 1993, p. 65-89.

ROCKCONTENT. *Social Media Trends 2017*. Disponível em <http://pesquisas.rockcontent.com/redes-sociais>. Acesso em 21 de julho de 2017.

RODMAN, J. *What is living and what is dead in the political philosophy of T.H. Green*, The Western Political Quarterly 26, 1973. p. 566-586

RODRIGUES, Arlete Moysés. *Desenvolvimento sustentável e atividade turística*. In: LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes; SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa Turini (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papirus, 2000.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. Turismo ecológico no Brasil - Dificuldades para sua caracterização. *Turismo em Análise*. São Paulo, v.6 -- n.1, p. 16-24, maio 1995.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1990

SANTOS, José Antonio Rosa. Avião, o transporte seguro. *Revista Previdência e Seguro*, São Paulo, n. 520, nov. 2005.

SCALEANTE, José Antônio Basso; SCALEANTE, Oscarlina Aparecida Furquim; SANTOS, Vamir. *Sistemas de gestão da segurança em Unidades de Conservação*. In: MARINHO, Alcyane; COSTA, Eduardo Tadeu; SCHWARTZ, Gisele Maria. *Entre o urbano e a natureza: a inclusão na aventura*. São Paulo: Lexia, 2011.

SCARDUA. Fernando P.; BURSZTYN, Maria A. A. *Descentralização da política ambiental no Brasil*. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 291-314, jan./dez. 2003

SCHAIK, Carel Van; RIJKSEN, Herman D. Projetos integrados de conservação e desenvolvimento: problemas e potenciais. SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

SCHAIK, Carel Van; TERBORGH, John, DAVEPORT, Lisa; RAO, Madhu. Fazendo os parques funcionarem: passado, presente e futuro. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

SCIFONI, Simone. Por uma geografia política dos patrimônios naturais. In: PAES, Maria Tereza Duarte (Org.); OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva (Org.). *Geografia, turismo e patrimônio cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. Meio ambiente paulista: relatório de Qualidade Ambiental 2016. Disponível em http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/consema/2016/12/Relat%C3%B3rio_de_Qualidade_Ambiental-2016.pdf#page=137&zoom=100,0,404. Acesso em 15 de outubro de 2016.

_____. *Parque Estadual de Campos do Jordão*. Disponível em <http://www.ambiente.sp.gov.br/parque-campos-do-jordao/sobre-o-parque/>. Acesso em 06 de maio de 2016.

_____. *Resolução nº 147*. Disponível em <https://www.ambiente.sp.gov.br/legislacao/resolucoes-sma/resolucao-sma-147-2017/>. Acesso em 21 de fevereiro de 2019.

SECRETARIA SANEAMENTO E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico – Campos do Jordão*. Disponível em http://www.saneamento.sp.gov.br/PMS/UGRHI01/CAMPOS_DE_JORDAO.pdf. Acesso em 11 de outubro de 2018.

SECRETARIA DE TURISMO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Rota da fé*. Disponível em <http://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=912>. Acesso em 29 de abril de 2019.

SERRANO, Célia Maria de Toledo. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em unidades de conservação. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini. *Viagens a natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papius, 1997.

SESSA, Alberto. *Turismo e política de desenvolvimento*. Porto Alegre: Uniontur, 1993.

SETZER, José. *Atlas Climático e Ecológico do Estado de São Paulo*. São Paulo: CESP, 1966.

SILVA, Ana Paula Moreira; SAMBUICHI, Regina Helena Rosa. Estrutura institucional brasileira para a governança dos recursos florestais. In: IPEA. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016.

SILVA, Ênio Alencar. Valorização das Áreas de preservação ambiental e produção do espaço urbano. In: SILVA, Charlei Aparecido (Org.). *Geografia e Natureza: experiências e abordagens*. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

SILVA, Maria José Andrade. *As políticas ambientais no Brasil: tendências e desafios*. Anais do XI ENANPEGE, 2015.

SISTEMA AMBIENTAL PAULISTA. Parque Estadual de Campos do Jordão. Disponível em <https://smastr16.blob.core.windows.net/consema/2018/07/proposta-concessao-de-area-no-parque-estadual-do-campos-de-jordao.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2019.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e produção do espaço*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1988.

SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Identificação dos municípios por UGRHI/CBH*. Disponível em <http://www.sigrh.sp.gov.br/municipios>. Acesso em 25 de julho de 2019.

SOARES, Maria Clara Couto Soares; BENSUSAN, Nurit; FERREIRA NETO, Paulo Sérgio. *Entorno de Unidades de Conservação: estudo de experiências com UCs de proteção integral*. Rio de Janeiro: FUNBIO, 2002.

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SVEVO, Célia; NEDOPETALSKI, Sandra. *O Toriba na cultura de Campos do Jordão*. São Paulo: Metalivros, 2007.

TERBORGH, John; DAVENPORT, Lisa. Monitorando as áreas protegidas. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

TERBORGH, John; SCHAİK, Carel Van. Por que o mundo necessita de parques. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

TERBORGH, John; PERES, Carlos A. O problema das pessoas nos parques. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

TERBORGH, John; SCHAİK, Carel Van. Por que o mundo necessita de parques. In: SPERGEL, Barry; TERBORGH, John et al. *Tornando os parques eficientes: estratégias para conservação da natureza nos trópicos*. Curitiba: UFPR/Fundação O Boticário, 2002.

THOMAS, Keith. *Homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação as plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TRIBUNAL REGIONAL DE TRABALHO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Salário mínimo paulista*: 2018. Disponível em <http://www.trtsp.jus.br/tabprat-salario-minimo>. Acesso em 02 de abril de 2019.

TRIPADVISOR. *Opiniões sobre o Horto de Campos do Jordão*. Disponível em https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303607-d2427126-Reviews-Horto_Florestal-Campos_Do_Jordao_State_of_Sao_Paulo.html. Acesso em 08 de abril de 2019.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina:Eduel, 2013

UNESCO. *Patrimônio natural no Brasil*. Disponível em <https://en.unesco.org>. Acesso em 03 de maio de 2016.

VALLEJO, Luiz Renato. *Unidades de Conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Revista GEOgraphia, Vol. 4, No 8, 2002.

VASCONCELLOS, J. M.O. *Educação e interpretação ambiental em Unidades de Conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção a Natureza. Cadernos de conservação. Ano 3, nº 4, 2006.

VIEIRA, Paulo Freire; FREITAS, Isis F. *Unidades de Conservação no Brasil: O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas e a viabilização da zona de amortecimento*. Campinas: Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo – UNICAMP, 2008. 120p. Dissertação (Mestrado).

VIOLA, Eduardo; LEIS, Hector. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bisetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: VIEIRA, Paulo Freire; HOGAN, Daniel Joseph (Orgs.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável*. 2. Ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

WEISS, Joseph S. O papel da sociedade na efetividade da governança ambiental. In: IPEA. *Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2016.

WILLIS, E. O.; ONIKI, Y. *Levantamento preliminar de aves em treze áreas do Estado do São Paulo*. Revista Brasileira de Biologia, 41:121-135. 1981.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL. *Travel & tourism economic impact 2018 Brazil*. Disponível em <https://www.wttc.org/-/media/files/reports/economic-impact-research/countries-2018/brazil2018.pdf>. Acesso em 05 de julho de 2018.

ANEXOS

A - Estado de conservação das instalações e equipamentos do PECJ (relação detalhada de acordo com Plano de Manejo da UC)



Figura 82 - Fachada da Serraria - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Área			
	m²	Observações	
Edificação	275	Galpão	
Utilidades Básicas			
	Instalações	Alimentação	Observações
Elétrica	Possui	OK	
Hidráulica	Possui	OK	

Descarte				
	Local Descarte	Observações		
Esgoto Sanitário	Rio Sapucaí	Não possui rede de saneamento		
Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	6	Galpão (1 Oficina, 1 Vestiário, 2 Almoxxarifados), 1 Cozinha e 1 Sanitário.		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perimetro	Pedra	Rústico	Mal conservado, precisando de adequações e limpeza
Paredes	Oficina, Almoxxarifados e Vestiário	Madeira	Rústico	Mal conservado - Estrutura Comprometida
	Cozinha	Madeira	Rústico	Mal conservado - Estrutura Condenada - Demolição
	Sanitário	Alvenaria/Madeira	Rústico/Azulejo	Mal conservado - Estrutura Comprometida - Demolição
Cobertura	Área total	Vigamento de Madeira	-	Mal conservado - Estrutura Comprometida
	Área total	Telha de Zinco	-	Condenadas - Precisam ser substituídas
Forro	-	-	-	Não possui
Piso	Oficina, Almoxxarifados, Vestiário e Cozinha	Madeira/Concreto	Rústico	Mal conservado - Precisa de Reformas
	Sanitário	Concreto	Rústico	Mal conservado - Precisa de Reformas
	Porão	Concreto	Rústico	Mal conservado - Precisa de Reformas e Limpeza
Janelas	Oficina, Almoxxarifados, Vestiário e Cozinha	Madeira	Latex	Mal conservadas -Precisam ser substituídas
	Sanitário e Cozinha	Madeira	Latex	Mal conservadas - Precisam ser substituídas
Portas	Total	Madeira	Latex e verniz	Mal conservadas - Precisam ser substituídas
Observações/Recomendações				
Toda estrutura da Serraria esta mal conservada, e apresenta condições estruturais comprometidas.				
Recomenda-se reformas estruturais (parede e cobertura) do galpão (oficina, vestiário e almoxxarifados).				
A estrutura da Cozinha e Sanitários estão condenadas e recomenda-se a demolição.				

Tabela 33 – Análise estado de conservação - Serraria

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 83 - Centro de Visitantes e Loja do Parque - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Utilidades Básicas				
	Instalações	Alimentação	Observações	
Elétrica	Possui	OK	-	
Hidráulica	Possui	OK	-	
Descarte				
	Local Descarte	Observações		
Esgoto Sanitário	Rio Sapucaí	Não possui rede de saneamento		
Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	10	3 Salas de Exposições, 1 Sala Caixa, 1 Sala Depósito, 1 Loja, 1 Fraldário, 3 Sanitários		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perímetro	Pedra/ Concreto	Latex	Mal conservado, precisando de limpeza
Paredes	Externas	Alvenaria	Latex	Condições boas, porém presença de algumas trincas
	Internas	Madeira/ Alvenaria	Latex	Precisa de Reformas, presença de algumas trincas na parede de alvenaria
	Sanitários	Alvenaria	Latex	Presença de Infiltração e trincas nas paredes

Tabela 34 – Análise estado de conservação – Centro de Visitantes e Loja do PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Cobertura	Salas de Exposições, Sala Caixa, Sala Deposito, Loja e Fraldário	Vigamento de Madeira	-	Boas Condições
	Sanitário	Vigamento de Madeira	-	Comprometida
	Salas de Exposições, Sala Caixa, Sala Deposito, Loja e Fraldário	Telha de Cerâmica Francesa	-	Boas Condições
	Sanitário	Telha de Cerâmica Francesa	-	Comprometida / infiltrações
Forro	Salas de Exposições, Sala Caixa, Sala Deposito, Loja e Fraldário	Madeira	Latex	Condições boas, porém presença ajuste (ripas) em alguns pontos
	Sanitários	Madeira	Latex	Mas condições/ infiltrações
Piso	2 Sala de Exposições	Madeira	Rústico	Boas Condições
	1 Sala de Exposição e Loja	Concreto	Cimento Queimado	Boas Condições
	Caixa e Depósito	Madeira	Taco	Mal conservado
	Sanitários	Concreto	Rústico	Mal conservado - Precisa de Reformas
Janelas	Salas de Exposições, Sala Caixa, Sala Deposito, Loja e Fraldário	Madeira	Latex	Mal conservadas -Precisam Reformas/ Tratamento
	Sanitários	Ferro	Latex	Mal conservadas -Precisam ser substituídas
Portas	Total	Madeira	Latex	Mal conservado - Precisa de Reformas
Recomendações				
Recomenda-se reformas estruturais em toda coberta, principalmente na área dos sanitários.				
Verificação das Trincas existentes nas salas de exposições.				
Verificação das infiltrações existentes na sala de exposição e sanitários.				
Reformas e Tratamento nas portas e janelas de toda a edificação.				

Tabela 35 – Análise estado de conservação (2) - Centro de Visitantes e Loja do PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 84 - Sanitários anexos ao Centro de Visitantes

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Área				
	m²	Observações		
Edificação	32	Área Inclui o Sanitarios Centro de Visitantes, Sala de Arborismo e Cozinha		
Utilidades Básicas				
	Instalações	Alimentação	Observações	
Elétrica	Possui	OK		
Hidráulica	Possui	OK	Torneiras dos Sanitários Soltas e com vazamento	
Descarte				
	Local Descarte	Observações		
Esgoto Sanitário	Fossa Negra	Não possui rede de saneamento		
Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	4	2 Santiários, 1 Sala Arborismo e 1 Cozinha		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perimetro	-	-	Baldrame não esta aparente
Paredes	Externas e Internas	Alvenaria	Latex	Condições Estruturais boas, porém precisa de Reforma
Cobertura	Área Total	Vigamento de Madeira	-	Boas Condições
		Telha de Fibrocimento	-	Boas Condições
Forro	Área Total	Madeira	Latex	Mal conservado, precisa de Reforma
Piso	Área Total	Concreto	Cimento Queimado	Mal conservado, precisa de Reforma
Janelas	Área Total	Ferro	Latex	Mal conservadas -Precisam Reformas/ Pintura
Portas	Total	Madeira	Latex	Mal conservado - Precisa de Reformas/Pinturas
Recomendações				
Condições estruturais boas, porém a edificação precisa de reformas no piso, forro, portas e janelas.				

Tabela 36 – Análise estado de conservação - Sanitários, cozinha e sala arborismo - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 85 - Centro de Exposições de Visitantes

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Área				
	m²	Observações		
Edificação	324	Área Inclui: Sala de Reuniões e Sanitários		
Utilidades Básicas				
	Instalações	Alimentação	Observações	
Elétrica	Consta	Consta		
Hidráulica	Consta	Consta		
Descarte				
	Local Descarte	Observações		
Esgoto Sanitário	Fossa Negra	Não possui rede de saneamento		
Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	6	2 Santiários, 1 Sala de Reunião, 2 Salas da Zoom e 1 Loja do Bacana		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perímetro	Concreto	Latex	-
Paredes	Sala Reunião	Alvenaria	Latex	Mal conservada, precisa de Reforma
	Sanitários	Alvenaria	Não identificado	Não foi possivel entrar
	Salas Zoom	Madeira	Latex	Mal conservada, paredes com infiltrações, precisa de reforma
	Loja Bacana	Madeira	Latex	Boas Condições, reforma recente
Cobertura	Área Total	Vigamento de Madeira	-	Más condições estruturais, precisa de reforma
		Telha de Ceramica Francesa	-	

Tabela 37 – Análise estado de conservação - Centro de Visitantes - PECJ Fonte – Fundação Florestal, 2015

Forro	Área Total	Madeira	Latex	Más condições, precisa de reforma, forro cedendo e com presença de infiltrações
Piso	Sala Reunião e Loja Bacana	Madeira	Rustico	Más condições, precisa de reforma e tratamento madeira
	Sanitários	Concreto	Cimento Queimado	Mal conservado, precisa de Reforma
	Salas Zoom	Concreto	Cerâmica	Mal conservado, precisa de Reforma
Janelas	Área Total	Ferro/ Madeira	Latex	Mal conservada - Precisam Reformas/ Pinturas / Tratamentos
Portas	Área Total	Madeira	Latex	Mal conservada - Precisa de Reformas/Pinturas/
Observações/Recomendações				
<p>Paredes: Todas as paredes externas de madeira, apresenta sinais de ressecamento e deterioramento, precisando de manutenção e substituição. As paredes de alvenaria precisam de manutenção.</p> <p>Para a reforma das paredes de madeira, sugerimos a construção de paredes em alvenaria, visando a durabilidade estrutural e à facilidade da manutenção.</p> <p>Cobertura : A cobertura apresenta boas condições estruturais, porém precisam de reformas/manutenção, devido as infiltrações presentes nos forros de madeira.</p> <p>Piso: O piso apresenta mas condições, sugerimos manutenção ou substituição.</p> <p>Para reforma dos pisos de madeira (assoalho) sugerimos a construção de laje/contra piso, para evitar à criação de animais roedores e outros.</p> <p>Forro: Todo o forro da edificação apresenta mas condições. As ripas das madeiras estão cedendo/soltas e com infiltrações. Portanto, sugerimos averigação na estrutura da cobertura, e posteriormente reformas/manutenção.</p> <p>Portas e Janelas: As portas apresentam mas condições, porém sugerimos tratamento nas madeiras.</p>				

Tabela 38 – Análise estado de conservação (2) - Centro de Visitantes - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 86 - Cafeteria - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Área				
	m²	Observações		
Edificação	70			
Utilidades Básicas				
	Instalações	Alimentação	Observações	
Elétrica	Consta	Consta		
Hidráulica	Consta	Consta		
Descarte				
	Local Descarte	Observações		
Esgoto Sanitário	Fossa Negra	Não possui rede de saneamento		
Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	6	1 Cozinha, 2 Sanitários (Interno e Externo), 1 Sala de Exposição de Mercadoria, 1 Sala p/ Mesas e 1 Varanda		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perímetro	Concreto	-	-
Paredes	Cozinha	Madeira/Alvenaria	Latex	-
	Sanitários Interno	Alvenaria/Madeira	Cerâmica	Boas Condições, reforma recente
	Sanitários Externo	Alvenaria	Cerâmica	Boas Condições, em construção
	Sala Mercadoria	Madeira	Latex	Boas Condições, reforma recente
	Sala Mesas	Madeira	Latex	Boas Condições, reforma recente
Cobertura	Área Total	Vigamento de Madeira	-	Boas Condições, ajustes e reposição de telhas recente
		Telha de Cerâmica	-	
Forro	Área Total	Madeira	Latex	Boas Condições, reforma recente
Piso	Cozinha, Sala Mercadoria, Sala Mesas e Varanda	Madeira	Rustico	Más condições, precisa de reforma e tratamento madeira
	Sanitário Interno	Cerâmica	-	Boas Condições, reforma recente
	Sanitário Externo	Concreto	-	Em construção
Janelas	Área Total	Madeira	Verniz/Latex	Boas Condições, reforma recente
Portas	Área Total	Madeira	Verniz/Latex	Boas Condições, reforma recente
Observações / Recomendações				
As estruturas apresentam boas condições, devido à reforma recente.				
A Estrutura não possui presença de Trincas e nem de infiltrações.				

Tabela 39 – Análise estado de conservação - Cafeteria - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 87 - Centro de Monitoria - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Edificação			
	m²	Observações	
Edificação	90	Área Inclui: Edificação (58m²) + Varanda Descoberta (32m²)	
	Instalações Casa	Instalações Alimentação	Observações
Elétrica	Possui	OK	-
Hidráulica	-	-	-
Descarte			
	Local Descarte	Observações	
Esgoto Sanitário	-	Não possui sanitários	
Ambientes			
	Quantidade	Descrição Ambientes	
Ambientes	3	3 Salas	

Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perímetro total Edificação	Pilaretes de madeira	-	Mal conservado, precisa de adequações
Paredes	Salas	Alvenaria	Verniz	Boas condições
	Varanda	-	-	-
Cobertura	Salas	Vigamento de Madeira / Telha Cerâmica Francesa	-	Boas condições
	Varanda	-	-	
Forro	Salas	Madeira	Verniz	Boas condições
	Varanda	-	-	-

Piso	Salas	Madeira/Carpete	Rustico	-
	Varanda	Madeira	Rustico	
Janelas	Total	Madeira	Latex	Boas condições
Portas	Total			
Observações/Recomendações				
Baldrame/Estrutura de Apoio: Toda estrutura de apoio do setor de monitoria esta comprometida, precisam de reformas/acréscimo de pilaretes. Existe um recalque da edificação em função de falta de apoio/pilaretes de madeira. Sugerimos a reforma e acréscimos do pilaretes.				
Paredes: As estruturas das paredes de alvenaria estão em boas condições, porém estão recalcando conforme o apoio da edificação.				
Pisos: O piso de todos ambientes apresenta irregularidades e desniveis devido ao recalque da edificação. O assoalho precisa de adequações e tratamento.				
Cobertura: A estrutura da cobertura apresenta boas condições, porém esta recalcando devido ao problema do apoio da edificação.				
Portas e Janelas: As portas estão em boas condições.				
Obs.: Nas condições estruturais atuais da edificação, talvez a melhor solução seria à desmontagem da edificação para construção de uma base/baldrame + laje de concreto, garantindo à segurança dos transeuntes do parque/ monitoria.				

Tabela 40 – Análise estado de conservação - Centro de Monitoria- PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 88 - Capela - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Edificação			
	m²	Observações	
Edificação	51	-	
Utilidades Básicas			
	Instalações Casa	Instalações Alimentação	Observações
Elétrica	Possui	OK	-
Hidráulica	-	-	-
Descarte			
	Local Descarte	Observações	
Esgoto Sanitário	-	-	

Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	1	1 Sala		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perímetro	Concreto	Rústico	Mal conservado
Paredes	Sala	Madeira	Verniz	Mal conservado
Cobertura	Sala	Vigamento de Madeira/ Telha Cerâmica Francesa	-	Boas condições
Forro	Sala	Madeira	Latex	Mal conservado
Piso	Sala	Madeira	Verniz	Boas condições
Janelas	Total	Madeira	Latex	Boas condições
Portas	Total			
Observações/Recomendações				
Baldrame: O baldrame de apoio, apresenta trincas em alguns locais e precisa de reformas.				
Paredes: As estruturas das paredes de madeira do lado interno da edificação estão em boas condições, porém a madeira do lado externo apresenta más condições, e necessitam de substituição da madeira ou execução de alvenaria no trecho inferior da edificação (em todo perímetro).				
Pisos e Cobertura : Apresenta boas condições.				
Forro: Apresenta má condições, as ripas de madeira estão sem fixação e com bolor.				
Portas e Janelas: As portas estão em boas condições, porém para melhor conservação realizar pinturas periódicas.				

Tabela 41 – Análise estado de conservação - Capela - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 89 - Hospedaria⁸⁰ - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Área				
	m²	Observações		
Edificação	234	Área inclui varandas		
Utilidades Básicas				
	Instalações	Alimentação	Observações	
Elétrica	Possui	OK		
Hidráulica	Possui	OK		
Descarte				
	Local Descarte	Observações		
Esgoto Sanitário	Rio Sapucaí	Não possui rede de saneamento		
Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	14	5 Quartos, 1 Sala, 1 Cozinha, 1 Churrasqueira, 4 Banheiros e 2 Varandas		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perímetro	Concreto	Rústico	Mal conservado
Paredes	Sala, Cozinha e Sanitários	Alvenaria	Cerâmica	Sala, Cozinha e Banheiros - Paredes Mistas, Mal conservados, em obras
	Dormitórios, Sala, Sanitário e Cozinha	Madeira	Rústico	
Cobertura	Área total	Vigamento de Madeira	-	Reformado - boas condições
	Área total	Telha Cerâmica Francesa	-	boas condições
Forro	Cozinha e Sanitário	Madeira	Latex	Mal conservado - cedendo
	Dormitórios		Verniz	boas condições
	Sala		Latex	Mal conservado - cedendo

⁸⁰ A Hospedaria recebe atualmente pesquisadores. Não está disponível para turistas de lazer.

Janelas	Cozinha, Sala e Banheiros	Ferro	Latex	Mal conservado - Vidros danificados
	Dormitórios	Madeira	Latex	Mal conservado - Vidros danificados
Portas	Total	Madeira	Latex e verniz	Mal conservado

Piso	Cozinha e Sanitário	Concreto	Cerâmica	Mal conservado
	Churrasqueira	Concreto	Rústico	Sem acabamento - em obras
	4 Dormitórios	Assoalho de Madeira	Rústico	Mal conservado
	1 Dormitório	Concreto	Rústico	Sem acabamento - em obras
	1 Varanda	Concreto	Cerâmica	Mal conservado
	1 Varanda	Concreto	Rústico	Sem acabamento - em obras
	Sala	Solo	-	Sem piso - em obras

Observações/Recomendações				
A Hospedaria esta com as obras paralizadas.				
Foi realizado substituição do vigamento total da cobertura, portanto a COBERTURA apresenta boas condições.				
Recomenda-se reforma estrutural (paredes, piso) de toda edificação. No dormitório externo e churrasqueira apresenta falha estrutural na parede, necessita de recomposição.				
Para a reforma das paredes de madeira, sugerimos à construção de paredes em alvenaria, visando a durabilidade estrutural e à facilidade da manutenção.				
Recomenda-se substituição do forro da sala, cozinha;				

Tabela 42 – Análise estado de conservação - Hospedaria - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 90 - Centro de Lazer⁸¹ - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

⁸¹ O Centro de Lazer encontra-se desativado atualmente

Descarte				
	Local Descarte	Observações		
Esgoto Sanitário	Rio	Não possui rede de saneamento		
Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	7	4 Sanitários, 1 Cozinha, 1 Despensa e 1 Varanda		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perimetro	Concreto	-	-
Paredes	Sanitários	Alvenaria	-	Não visitado internamente
	Cozinha		Latex	Mal conservado
	Despensa		Latex	
	Varanda		Latex	
Cobertura	Sanitários	Vigamento de Madeira (Eucalipto)/ Telha Ecologica	-	Estrutura de Madeira precisa de reformas e as Telhas precisam ser substituídas, estão condenadas
	Cozinha		-	
	Despensa		-	
	Varanda		-	
Forro	Sanitários	Madeira	Verniz	Mal conservado, presença de infiltrações
	Cozinha			
	Despensa			
	Varanda			
Piso	Sanitários	-	-	Não visitado internamente
	Cozinha	Concreto	Cerâmica	Boas condições
	Despensa			
	Varanda		Rustico	Mal conservado
Janelas	Total	Ferro	Latex	Mal conservada
Portas	Total			
Observações/Recomendações				
A Edificação precisa de reformas na estrutura da cobertura e substituição das telhas.				
Paredes: A estrutura de alvenaria das Parede esta bem conservada, precisando de pintura.				
Pisos: O piso de cerâmica e antigo, porém em boas condições. O piso de concreto esta em boas condições.				
Forro : O Forro de madeira da cozinha e despensa apresenta infiltrações devido ao vazamento ocasionado pela cobertura.				
Cobertura: A estrutura da cobertura (eucalipto) precisa ser reformada e adequada para um novo tipo de telhas (vigas e ripas). As telhas ecologicas estão condenadas, houve um processo de deformação estrutural, devido aos interperes da natureza. As telhas estão com buracos e sem fixação.				
Portas e Janelas: Boas condições				
Obs.: Não foi possível visitar as estruturas interna dos sanitários, estava fechado.				

Tabela 43 – Análise estado de conservação - Hospedaria - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015



Figura 91 - Churrasqueira – Ao lado do Centro de Lazer ⁸² - PECJ
Fonte – Fundação Florestal, 2015

⁸² O Centro de Lazer encontra-se desativado atualmente

Área				
	m²	Observações		
Edificação	33			
Utilidades Básicas				
	Instalações	Alimentação	Observações	
Elétrica	-	-		
Hidráulica	-	-		
Descarte				
	Local Descarte	Observações		
Esgoto Sanitário	Rio Sapucaí	Não possui rede de saneamento		
Ambientes				
	Quantidade	Descrição Ambientes		
Ambientes	1	1 Quiosque com churrasqueira		
Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Cobertura	Quiosque	Vigamento de Madeira (Eucalipto)/ Telha Ecológica	-	Estrutura de Madeira precisa de reformas e as Telhas precisam ser substituídas, estão condenadas
Piso	Quiosque	Concreto	Rustico	Mal conservado

Observações/Recomendações
A Área da Churrasqueira precisa de reformas na estrutura da cobertura .
Cobertura: A estrutura da cobertura (eucalipto) precisa ser reformada e adequada para um novo tipo de telhas (vigas e ripas). As telhas ecológicas estão condenadas, houve um processo de deformação estrutural, devido aos interperes da natureza. As telhas estão com buracos e sem fixação.
Churrasqueiras: Apresentam má conservação e precisam de reformas.

Tabela 44 – Análise estado de conservação - Churrasqueira (ao lado Centro de Lazer)- PECJ
 Fonte – Fundação Florestal, 2015.



Figura 92 - Restaurante - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015

Área			
	m²	Observações	
Edificação	177		
Utilidades Básicas			
	Instalações Casa	Instalações Alimentação	Observações
Elétrica	Possui	OK	-
Hidráulica	Possui	OK	-
Descarte			
	Local Descarte	Observações	
Esgoto Sanitário	Fossa Negra	Em reformas no momento	
Ambientes			
	Quantidade	Descrição Ambientes	
Ambientes	7	2 Salões (Interno e Externo), 1 Cozinha, 3 Sanitários e 1 Despensa	

Estruturas				
	Local	Material	Acabamento	Observações
Baldrame	Perímetro	Concreto	Latex	Boas condições
Paredes	Salão Interno	Madeira	Latex	
	Salão Externo	-	-	
	Cozinha	Alvenaria	Cerâmica	
	Despensa	Alvenaria	Cerâmica	
	Sanitários	Alvenaria	Cerâmica	
Cobertura	Salão Interno	Vigamento de Madeira/ Telha de Fibrocimento	-	Boas condições
	Salão Externo		-	
	Cozinha		-	
	Despensa		-	
	Sanitários		-	
Forro	Salão Interno	PVC	-	Placas soltas, precisam de ajustes
	Salão Externo	-	-	
	Cozinha	PVC	-	
	Despensa		-	
	Sanitários		-	
Piso	Salão Interno	Concreto	Ardósia	Boas condições
	Salão Externo		Cerâmica	
	Cozinha			
	Despensa			
	Sanitários			
Janelas	Total	Madeira/ Ferro	Latex	Boas condições
Portas	Total	Madeira		
Observações/Recomendações				
A Edificação estava em reformas e encontra-se em boas condições estruturais.				
Pisos: Os pisos estão em boas condições, porém sugerimos o tratamento no piso de ardósia				
Forro : O Forro de PVC na cozinha e no salão interno precisa ser ajustado, as ripas de PVC estão mal fixadas.				

Tabela 45 – Análise estado de conservação - Restaurante - PECJ

Fonte – Fundação Florestal, 2015.